



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS –
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

FABIANE MOSER

LINGUAGEM E IDENTIDADE EM ITAIPULÂNDIA: *ANTES E DEPOIS* DE ITAIPU

CASCADEL – PR
2013

FABIANE MOSER

LINGUAGEM E IDENTIDADE EM ITAIPULÂNDIA: *ANTES E DEPOIS* DE ITAIPU

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras - nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Damke

CASCAVEL – PR
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste

Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

M868L Moser, Fabiane
Linguagem e identidade em Itaipulândia: antes e depois de Itaipu.
/ Fabiane Moser.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.
217 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Damke
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Centro de
Educação, Comunicação e Artes.
Bibliografia.

1. Linguagem. 2. Identidade. 3. Itaipu. 4. Itaipulândia (Paraná). I.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21ed. 410.98162

FABIANE MOSER

LINGUAGEM E IDENTIDADE EM ITAIPULÂNDIA: ANTES E DEPOIS DE ITAIPU

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ciro Damke
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Orientador

Prof^a. Dr^a. Loremi Loregian-Penkal
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
Membro Efetivo (convidado)

Prof^a. Dr^a. Clarice Nadir von Borstel
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Efetivo (da instituição) e Coorientadora

Prof^a. Dr^a. Terezinha da Conceição Costa-Hübes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Suplente

Prof. Dr. José Adilçon Campigoto
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
Membro Suplente

Cascavel, 12 de março de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo apoio ao longo de minha vida acadêmica e, ao meu marido, pelo companheirismo, comungando comigo todas as etapas desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos do curso de Mestrado e, principalmente, na elaboração desta dissertação, vivencie na prática os sentidos da frase de Antônio Machado: “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. Não há um “caminho” pronto para a elaboração do texto. Fazemos projeto, traçamos objetivos, levantamos hipóteses, selecionamos a metodologia e a fundamentação teórica, mas é durante o “caminhar”, à medida que avançamos e aprofundamos as leituras e a escrita do texto que vamos abrindo as clareiras e delineando o trabalho.

Durante o caminhar, vivemos momentos de angústias e alegrias, mas também descobrimos que não estamos sós. Encontramos pessoas para nos auxiliar e indicar a melhor direção. Muitas foram as pessoas que, direta ou indiretamente, caminharam comigo, contribuindo para a efetivação desse trabalho de pesquisa, mas especialmente agradeço:

Ao meu orientador e professor Dr. Ciro Damke, pela orientação sábia e amiga. Meu muito obrigada por ter me conduzido a caminhos até então desconhecidos e ter proporcionado novas descobertas.

À minha coorientadora, professora Dr^a. Clarice Nadir von Borstel, pelo apoio e disponibilidade em ajudar a traçar os caminhos da pesquisa. Suas sugestões foram fundamentais para o enriquecimento deste trabalho.

À professora Dr^a. Terezinha da Conceição Costa-Hübes, pela leitura atenta deste trabalho e valiosas sugestões durante o seminário de pesquisa e exame de qualificação.

À professora Dr^a. Loremi Loregian-Penkai (UNICENTRO). Agradeço-lhe, antecipadamente, pela participação na minha banca de defesa, pelo tempo dedicado à leitura do texto de qualificação e, também, da dissertação completa.

A todos os professores do Programa do Mestrado em Letras, pela contribuição que suas aulas trouxeram à minha formação.

Ao meu marido Gilmar, pelo apoio e compreensão nos momentos em que me fiz ausente.

À Íria e Maria Lourdes, colegas professoras, que me auxiliaram na indicação dos informantes, algumas vezes me acompanhando nas visitas e primeiro contato com os mesmos.

À Denize, pelas contribuições, leituras e discussões em vários momentos da elaboração deste trabalho.

À Secretaria Municipal de Educação do município de Itaipulândia e à Secretaria de Estado da Educação do estado do Paraná, por ter concedido afastamento sem prejuízo remuneratório durante a realização do curso de Mestrado.

Aos funcionários da Casa da Memória Itacorá de Itaipulândia, pela disponibilidade com que me receberam prestando informações e cedendo materiais para pesquisa.

De modo muito especial, agradeço a todos os informantes desta pesquisa que me receberam em suas casas de forma afetuosa, narrando suas histórias de vida.

A questão da linguagem é fundamental no desenvolvimento de todo e qualquer homem; [...] ela é condição sine qua non na apreensão de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir; [...] ela é ainda a mais usual forma de encontros, desencontros e confrontos de posições, porque é por ela que estas posições se tornam públicas.

João Wanderley Geraldi

MOSER, Fabiane. **Linguagem e identidade em Itaipulândia: antes e depois de Itaipu.** 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema linguagem e identidade em Itaipulândia, município localizado no extremo oeste do estado do Paraná, que apresenta um contexto histórico característico, porque sua história de emancipação está diretamente ligada à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Diante deste contexto, buscamos responder, com a pesquisa, a seguinte problemática: quais foram e/ou são as implicações da construção da Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento na constituição das identidades no município de Itaipulândia? Como essas identidades são reveladas, por meio da linguagem, pelos sujeitos que vivenciaram o processo de desapropriação de Itaipu e pelas administrações municipais? Tendo em vista essa problemática, nosso objetivo principal é investigar as implicações da construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional e do alagamento de Itaipu na constituição da linguagem e das identidades no município de Itaipulândia a partir das histórias de vida dos desapropriados, bem como do discurso oficial das administrações municipais após sua emancipação política e administrativa, até os dias atuais. O critério para a seleção dos informantes foi o fato de terem vivenciado o processo de desapropriação com a formação do Lago de Itaipu e estar residindo no município atualmente. Para efetivar este trabalho, adotamos um percurso metodológico com uma abordagem interdisciplinar fundamentando-nos nos postulados da Sociolinguística e nos estudos da Educação, das Ciências Sociais e da História, com enfoque na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Fundamentamos as discussões nos aportes teóricos de Mendes (2002), Bamberg (2002), Mishler (2002), Moita Lopes (2002, 2003), Bauman (2005), Hall (2005), Bakhtin/Volochínov (2006), Silva (2011) e Woodward (2011). A análise, das narrativas dos informantes e do discurso oficial do município, revelou tanto processos que buscam essencializar as identidades, quanto as múltiplas identidades que emergem no ato da narrativização dos sujeitos, evidenciando contradições e conflitos identitários. Sob as implicações da construção da Hidrelétrica de Itaipu no município de Itaipulândia e na vida dos informantes convergem sentidos antagônicos, revelados em suas narrativas, bem como nas palavras que passaram a caracterizar a linguagem do município após a construção de Itaipu. Os informantes, ao narrar suas vivências anteriores à desapropriação territorial, constroem para si e para o grupo uma identidade de agricultor colonizador sulista, a fim de demarcar o seu vínculo com a propriedade. Após a desapropriação evidenciamos, mais claramente, conflitos identitários vividos pelos informantes quanto a suas identidades sociais de agricultores e, pessoais. Ao falar da relação entre a construção de Itaipu e o município de Itaipulândia, jogam o “jogo das identidades” (HALL, 2005), pois ora se posicionam a partir de suas identidades de munícipes e ora de desapropriados. Quanto ao discurso oficial, situado na esfera ideológica e política formalizada, referenciam Itaipu como “o mito fundador” da cidade, construindo para si e sua população uma identidade congelada ao espírito progressista, ocultando conflitos e contradições.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem, identidade, Itaipu, Itaipulândia.

MOSER, Fabiane. **Language and identity in Itaipulândia**: before and after Itaipu. 2013. 217 f. Dissertation (Master of Arts) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

ABSTRACT

The present work has as theme the language and the identity in Itaipulândia, a municipality located in the far west of the state of Paraná, which features a distinctive historical context, because its history of emancipation is directly linked to the construction of the Itaipu Hydroelectric Plant. Given this context, we seek to answer, with the survey, the following problematic: what were and / or are the implications of the construction of the Itaipu Hydroelectric Plant and the flooding in the constitution of the identities in the city of Itaipulândia? How are these identities revealed, through the language, through the subjects who experienced the process of expropriation for the sake of Itaipu and by the municipal administrations? In viewing of this problematic, our main objective is to investigate the implications of the construction of the Itaipu binational hydroelectric and the flooding in the constitution of language and the identity in the city of Itaipulândia starting from the life stories of the dispossessed and the official discourse of the municipal administrations after its political and administrative emancipation, until the present days. The criterion for selection of the informants was the fact that they had experienced the expropriation process with the formation of Itaipu Lake and to be currently residing in the city. To accomplish this work, we adopt a methodological course with an interdisciplinary approach basing us on the postulates of the Sociolinguistics and Education Studies, Social Sciences and History, focusing on the qualitative ethnographic research. We substantiated the discussions in theoretical contributions of Mendes (2002), Bamberg (2002), Mishler (2002), Moita Lopes (2002, 2003), Bauman (2005), Hall (2005), Bakhtin / Volochínov (2006), Silva (2011) and Woodward (2011). The analysis of the narratives of the informants and the official discourse of the municipality, revealed both processes that seek to essentialize the identities, as the multiple identities that emerge in the act of the narrativization of the subjects, showing contradictions and conflicts of identity. Under the implications of the construction of the Itaipu Hydroelectrical in the town of Itaipulândia and in the lives of the informants, converge antagonistic senses, revealed in their narratives, as well as the words that came to characterize the language of the city after the construction of Itaipu. The informants, to narrating their experiences prior to territorial dispossession, build for themselves and for the group an identity of farmer, settler, southern, to demarcate its relationship with the property. After the expropriation we evidenced, most clearly the identity conflicts experienced by the informants about their social identities of farmers, and their personal identities as man and a family father. Speaking of the relationship between the construction of Itaipu and the municipality of Itaipulândia, they play the "game of identities" (Hall, 2005), because sometimes they position themselves now from their identities of residents, and now of dispossessed. As for the official discourse, situated in the ideological and formal politic sphere, reference Itaipu as "the founding myth" of the city, building for themselves and for their people an identity frozen to the progressive spirit, concealing conflicts and contradictions.

KEYWORDS: Language, Identity, Itaipu, Itaipulândia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Localização do município de Itaipulândia no Paraná.....	28
Figura 02 - Mapa de São Miguel do Iguaçu ainda com o território de Itaipulândia – 1981.....	29
Figura 03 - Mapa de Itaipulândia após o alagamento – 1982.....	30
Figura 04 - Avenida principal do distrito de Itacorá por onde passava o <i>estradaõ</i>	52
Figura 05 - Acampamento dos desapropriados em Foz do Iguaçu.....	61
Figura 06 - Mapa dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu.....	64
Figura 07 - Mapa do município de São Miguel do Iguaçu com área inundada....	65
Figura 08 - População dos distritos de São Miguel do Iguaçu - censo de 1980....	66
Figura 09 - Foto aérea de Itaipulândia -1993.....	70
Figura 10 - Foto área de Itaipulândia – 2008.....	71
Figura 11 - Casa inteira transportada por um caminhão em 1982.....	145
Figura 12 - Bandeira do município de Itaipulândia.....	177
Figura 13 - Brasão do município de Itaipulândia.....	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Dados dos informantes.....	34
Quadro 02- Normas de transcrição.....	42

LISTA DE SIGLAS

ANDE.....	Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai
APM.....	Associação de Pais e Mestres
CNBB.....	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG.....	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPJP.....	Comissão Pontifícia de Justiça e Paz no Paraná
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
ELETROBRÁS.....	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
FETAEP.....	Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB.....	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITC.....	Instituto de Terras e Cartografia
SANEPAR.....	Companhia de Saneamento do Paraná
STRs.....	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TCLE.....	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIOESTE.....	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
1.1 ABORDAGEM TEÓRICA.....	20
1.2 A PESQUISA QUALITATIVA ETNOGRÁFICA	23
1.3 CENÁRIO E SUJEITOS DA PESQUISA	27
1.3.1 O contexto da pesquisa	27
1.3.2 Os sujeitos da pesquisa: os desapropriados, despejados de Itaipu e moradores de Itaipulândia.....	31
1.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA E ANÁLISE DOCUMENTAL	35
1.4.1 A transcrição dos dados.....	41
2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: DE APARECIDINHA A ITAIPULÂNDIA	44
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ITAIPULÂNDIA E A REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	44
2.1.1 A presença indígena na região	45
2.1.2 A nacionalização da região de fronteira.....	47
2.1.3 O processo de colonização e povoamento de Itacorá e Aparecidinha do Oeste	51
2.2 A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU	54
2.3 ITAIPULÂNDIA: “NOVO SONHO, NOVO RETRATO”	63
2.3.1 Os impactos da construção de Itaipu em Aparecidinha do Oeste.....	63
2.3.2 A formação do município de Itaipulândia	68
3 EMBASAMENTO TEÓRICO: LINGUAGEM E IDENTIDADE	73
3.1 REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S).....	73
3.1.1 Linguagem e a construção das identidades	85
3.1.2 A relação entre linguagem, cultura e identidade.....	88
3.1.3 A linguagem como interação social: o signo social e ideológico	92
3.1.4 As narrativas e a construção identitária	98
4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA E PELA LINGUAGEM: A VOZ DOS DESAPROPRIADOS E O DISCURSO OFICIAL DAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS	105
4.1 A VOZ DOS DESAPROPRIADOS	108
4.1.1 A chegada à região: “ <i>Viemo na escura</i> ”	109

4.1.2 A vida na comunidade: “/.../ era tudo pequeno agricultor, era um povo unido ali /.../”	116
4.1.3 A construção de Itaipu - uma notícia inesperada: “/.../ a gente não sabia de nada SABE e eles já tavam fazendo levantamento no meio do mato /.../” ..	124
4.1.4 A resistência e a negociação: “/.../ mas fomo os último a saí de lá /.../” ..	130
4.1.5 A saída: “/.../ cada dia de manhã, meio dia, de tarde, você via mudanças e mudanças e mudanças indo embora”	141
4.1.6 O recomeço: “Eles tiraram a terra, nós sabia trabaíá na terra, nós era o que era, profissão nossa era trabaíá na lavora /.../”	149
4.1.7 A situação atual: “/.../ Quem não perdeu nada que tá se beneficiando /.../”	154
4.2 A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA PARA ITAIPULÂNDIA	162
4.2.1 A identidade do município construída pelo discurso oficial	163
4.2.2 Os símbolos municipais como parte da identidade oficial	175
4.3 A LINGUAGEM DOS DESAPROPRIADOS E DO MUNICÍPIO: O ENTRECruzamento DAS VOZES	179
4.3.1 A palavra como signo social ideológico	185
4.3.1.1 “Paranazão”	187
4.3.1.2 Lago	188
4.3.1.3 Alagamento	190
4.3.1.4 Royalties	191
4.3.1.5 Reserva	192
4.3.1.6 Progresso	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICES	212
ANEXOS	216

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa discutimos aspectos relacionados à linguagem e à identidade de moradores do município de Itaipulândia, localizado no extremo oeste do estado do Paraná, o qual tem sua história diretamente ligada à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O próprio município de Itaipulândia, que traz Itaipu em sua denominação, é consequência desse processo histórico. É pertinente, inclusive, afirmar que Itaipulândia “nasce” com a Itaipu, o que justifica a opção, no título, pela terminologia: “*antes e depois de Itaipu*”, referindo-se à construção da Hidrelétrica e, por conseguinte, ao alagamento de grande parte do território do município.

No entanto, esse fato histórico que possibilitou ao Brasil possuir a maior Hidrelétrica do mundo, custou à população dos municípios margeados pelo Rio Paraná e atingidos pela barragem, a reorganização de suas vidas. Muitas pessoas foram desapropriadas pela Binacional¹ e precisaram buscar outra propriedade para morar, a maioria, em outros estados ou países.

Quanto ao município de Itaipulândia, *locus* do estudo, também houve uma reorganização geopolítica interna, visto que o território pertencia ao município de São Miguel do Iguçu e era formado por várias comunidades, dentre as quais se destacava o distrito de Itacorá que, com o represamento do Rio Paraná, em 1982, foi submerso pelas águas do reservatório. As demais comunidades, em sua maioria, foram parcialmente atingidas e muitos dos moradores tiveram suas terras desapropriadas.

Com o desaparecimento do distrito de Itacorá, a comunidade de Aparecidinha do Oeste, devido à sua localização geográfica, tornou-se via obrigatória de passagem da população atingida que desejava se deslocar até São Miguel do Iguçu ou demais municípios da região. Esse processo também ocasionou uma movimentação interna. Aparecidinha do Oeste sofreu uma reestruturação, provocando a reorganização geográfica e socioeconômica de seu território, pois recebeu a infraestrutura de comércio e serviços de Itacorá, além de uma parcela de sua população. Devido à diminuição ou perda das áreas de terra, muitas famílias

¹ O termo *Binacional* refere-se à Usina Hidrelétrica de Itaipu, pois foi construída e é administrada por dois países: Brasil e Paraguai.

migraram de uma comunidade para outra, e principalmente para Aparecidinha, a qual foi elevada à categoria de distrito administrativo de São Miguel do Iguaçu.

Aparecidinha do Oeste, em 1992, depois de 10 anos da construção de Itaipu, emancipou-se, passando a ser denominada Itaipulândia, a qual teve, e ainda tem, uma parcela de sua população formada por pessoas que foram direta ou indiretamente atingidas pela Binacional.

Diante do contexto instaurado no município e levando em consideração que as vivências e experiências sociais dos sujeitos afetam e constituem suas identidades, no presente trabalho, buscamos discutir as seguintes perguntas de pesquisa: Quais foram e/ou são as implicações da construção da Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento na constituição das identidades no município de Itaipulândia? Como essas identidades são reveladas, por meio da linguagem, pelos sujeitos que vivenciaram o processo de desapropriação de Itaipu e pelas administrações municipais?

Com o intuito de investigar as questões propostas, temos como base a análise de histórias de vida de moradores do município de Itaipulândia que vivenciaram o processo de desapropriação de Itaipu, a fim de refletir sobre as implicações desse contexto na constituição da(s) identidade(s) desses sujeitos. Também discutimos como a identidade do município é constituída em relação à construção da Binacional e de que maneira ela é revelada por meio do discurso das administrações públicas municipais desde a emancipação política e administrativa do município, em 1992, até os dias atuais.

A análise da linguagem, materializada nas narrativas dos pesquisados, bem como no discurso oficial, torna-se, assim, uma fonte de estudos da identidade em Itaipulândia em relação à Itaipu. Partimos do entendimento de que a construção das identidades é um processo contínuo, o que pressupõe que são constituídas e modificadas constantemente, estando atreladas a fatores sociais, políticos, culturais, econômicos, entre outros. Penna enfatiza que:

Há um estreito vínculo entre a construção de identidades e as condições de existência, a cultura e as relações sociais. Isto não exclui a possibilidade de elaboração pessoal da realidade, mas esta tem sua flexibilidade limitada, pois se dará pela manipulação dos referenciais disponíveis na sociedade determinada em que o indivíduo vive, em um dado momento histórico [...] (PENNA, 1998, p. 108).

Diante do exposto, a análise das narrativas é uma importante fonte de pesquisa para verificar como as identidades são construídas “na” e “pela” linguagem, pois consideramos que:

Nossa ação discursiva não está simplesmente ocorrendo no mundo social de forma autônoma, mas, ao contrário, é fundamentalmente marcada por condições sócio-históricas particulares, que definem como os participantes se posicionam e são posicionados no discurso (MOITA LOPES, 2002, p.60).

Em outras palavras, é por meio da linguagem que a pessoa externaliza a visão de si e do outro, constituindo-se como sujeito, porque quando este age e interage em determinado contexto, mediado pela linguagem, sua ação revela qual posição e papel social ele assume nesse momento.

Nesse sentido, a narrativa e o discurso oficial revelam as identidades, pois por meio desses processos, podemos perceber contradições, conflitos entre a imagem oficial do passado e da identidade e as memórias e experiências pessoais.

Contribuindo com as reflexões quanto às determinações do contexto social na (re)construção das identidades, Damke (1998) a relaciona com o próprio conceito de língua/linguagem como resultado das vivências sociais. Nas palavras do autor:

[...] assim como a própria língua/linguagem, em parte [...] é trazida do próprio berço e em parte ela vai se formando ao longo da vida, de acordo com a realidade da vivência do indivíduo. A construção da identidade, pois, é resultado de fatores individuais, mas também depende de fatores coletivos, sociais (DAMKE, 1998, p. 22).

À luz dessa perspectiva teórica, justificamos a pesquisa, pois objetivamos trazer contribuições para o entendimento da relação existente entre a formação identitária e os fatores sócio-históricos e culturais que a determinam.

As discussões acerca do conceito da construção identitária de sujeitos e grupos sociais têm se tornado objeto de estudo e pesquisa na área acadêmica. Tais discussões acompanham a dinâmica social. À medida que as relações sociais se ampliam e a sociedade se modifica, motivada pelos avanços científicos e tecnológicos, a constituição identitária dos sujeitos é influenciada ou determinada por esses processos.

Moita Lopes (2003) afirma que os estudos a respeito da constituição identitária estão sendo cada vez mais aprofundados devido ao fato de que, na atual conjuntura social, as pessoas são, a cada momento, convidadas a repensar suas vidas sociais:

Um dos motivos principais pelos quais a temática das identidades é tão frequentemente focalizada na mídia assim como na universidade são as mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que estão atravessando o mundo e que são experienciadas, em maior ou menor escala, em comunidades locais específicas (MOITA LOPES, 2003, p. 15).

A construção da Hidrelétrica de Itaipu, inserida em um contexto de desenvolvimento industrial do país, via recursos tecnológicos e produção energética, afetou cultural, econômica, política e socialmente a região envolvida, o que torna o estudo das identidades pertinente em Itaipulândia.

Assim, concebemos a identidade como heterogênea, não fixa e não essencialista, mas determinada pelos condicionantes históricos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos da sociedade.

Devido à complexidade da sociedade atual, diante do grande avanço tecnológico, de um mundo globalizado, em que muitos são excluídos do processo de conhecimento e uso dos bens materiais produzidos pela humanidade, a discussão das identidades perpassa os conceitos de classe social, sexo/gênero, vida profissional, etc., o que contribui para a relevância da temática em foco.

Considerando a natureza multifacetada das identidades e o papel da linguagem como reveladora dessas, reiteramos o objetivo principal da pesquisa: investigar as implicações da construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional e do alagamento de Itaipu na constituição da linguagem e das identidades no município de Itaipulândia, a partir das histórias de vida dos desapropriados pela Itaipu, bem como do discurso oficial das administrações municipais após a emancipação política administrativa de Itaipulândia até os dias atuais. Compreendemos que a identidade dos pesquisados também é caracterizada por traços de sua identidade de gênero, religião, classe social, etc. São pais de família, filhos, esposas, representantes da comunidade, que têm suas crenças, ocupam determinada posição social, têm seus projetos e suas histórias de vida e posicionam-se como sujeitos nesse processo interacional dos diferentes traços que os constituem. Assim, procuramos também

verificar como evidenciam em seu discurso essa natureza multifacetada das identidades.

Para atingir os propósitos da análise, desdobramos o objetivo geral nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar, por meio das narrativas, como os sujeitos se posicionam e constroem suas identidades, *antes* e *depois* da construção da Hidrelétrica de Itaipu e o processo de desapropriação territorial;
- b) Compreender o posicionamento político e ideológico dos que vivenciaram o processo de desapropriação diante do contexto sociocultural com o qual interagem *antes* e, com que passaram a interagir *depois* da construção da Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento de suas propriedades;
- c) Verificar como a identidade do município é construída, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, por meio do discurso oficial e símbolos municipais;
- d) Fazer o entrecruzamento das narrativas dos sujeitos da pesquisa e do discurso oficial, a fim de compreendermos como e que identidades são negociadas;
- e) Analisar alguns elementos linguísticos que passaram a fazer parte da linguagem dos munícipes em decorrência da construção da Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento, a partir da perspectiva de signos sociais e ideológicos.

Tendo em vista estes objetivos, organizamos o trabalho em 4 capítulos, assim distribuídos:

No primeiro capítulo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, a qual se constitui como uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, fundamentada teoricamente nos postulados da Sociolinguística, sob uma abordagem interdisciplinar, utilizando os estudos da Educação, das Ciências Sociais e da História, nesta pesquisa, com aportes teóricos em Lüdke e André (1986), Trivinõs (1987), Flick (2004), Tarallo (2007), Gaskell (2008), Labov (2008), André (2011). Nesse capítulo, descrevemos, também, o cenário da pesquisa, sujeitos pesquisados, instrumentos de coleta de dados e a transcrição dos mesmos.

No segundo capítulo, discutimos o contexto sócio-histórico do cenário da pesquisa, o que envolve seu processo de ocupação e colonização, os impactos e as consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu até a formação do município de Itaipulândia. Fundamentamos, teoricamente, o capítulo em Wachowicz, (1995), Gregory (2002), Mazzarollo (2003), Germani (2003), Lima (2006), Scarpato e Böhm (2006), entre outros.

No terceiro capítulo, explicitamos o referencial teórico acerca da constituição das identidades e sua intrínseca relação com a linguagem. Inicialmente, apresentamos uma discussão geral quanto à constituição das identidades, a partir dos estudos de Mendes (2002), Moita Lopes (2002; 2003), Bauman (2005), Meliá (2006), Hall (2005; 2011), Woodward (2011), Silva (2011), para, na sequência, refletir sobre a constituição da identidade “na” e “pela” linguagem, relacionando-a com a cultura. Discutimos, ainda, os conceitos bakhtinianos de linguagem como interação social e signo social ideológico. Concluímos o capítulo com a apresentação e a reflexão dos estudos de Mishler (2002), Bamberg (2002), Moita Lopes (2003), quanto ao papel das narrativas na leitura das identidades.

No quarto capítulo, realizamos a análise e a discussão dos dados coletados por meio das entrevistas e da análise documental de revistas, folders produzidos pelas administrações municipais, a fim de refletir a respeito da constituição e da (re)construção das identidades das pessoas que vivenciaram o processo de desapropriação da Itaipu, verificando, também, como, a partir da emancipação política e administrativa de Itaipulândia, procurou-se construir uma identidade para o município em relação à Itaipu. Na última seção do capítulo apresentamos “o entrecruzamento das vozes” dos sujeitos pesquisados e do discurso oficial, verificando em que se assemelham e se diferenciam, bem como o papel da palavra como um signo social e ideológico.

Ao investigar como as identidades são reveladas nas narrativas, verificando como os sujeitos se posicionaram e se posicionam nos diferentes contextos sócio-históricos e culturais, inserimos os discursos de identidade nas práticas discursivas em que são enfocadas contribuindo para a reflexão de tais práticas.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa. Dentre as várias metodologias disponíveis e, levando em consideração a natureza do trabalho, optamos por uma abordagem interdisciplinar fundamentando-nos nos postulados da Sociolinguística e nos estudos da Educação, das Ciências Sociais e da História, com enfoque na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico.

Na pesquisa qualitativa, a flexibilidade e a interpretação do pesquisador e dos pesquisados são de fundamental importância na compreensão das práticas e interações sociais dos sujeitos em sua vida cotidiana, pois, de acordo com Flick (2004), nela se correlacionam significados subjetivos e sociais relacionados ao objeto de estudo.

Inicialmente, a fim de explicitar a metodologia utilizada, apresentamos a abordagem teórica da pesquisa para, na sequência, refletir sobre as características e a aplicabilidade da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico para o desenvolvimento da dissertação. Em seguida, realizamos algumas considerações referentes ao cenário da pesquisa e aos sujeitos pesquisados, com o objetivo de elucidar o contexto histórico-cultural no qual se insere este estudo, os instrumentos de coleta de dados e a forma de transcrição dos mesmos para a análise.

1.1 ABORDAGEM TEÓRICA

Compreendemos que há uma íntima relação entre a linguagem e a sociedade. É por meio da linguagem que interagimos no contexto social e nos constituímos como sujeitos. Como a intenção desta pesquisa é obter, por meio das narrativas orais de moradores de Itaipulândia que vivenciaram o processo de desapropriação, dados de caráter histórico-cultural, percebendo como constroem suas identidades por meio da linguagem, nos amparamos na Sociolinguística, ciência que investiga as relações da língua em uso na sociedade.

A Sociolinguística constitui-se como uma ciência interdisciplinar buscando aliar estudos linguísticos, antropológicos e sociológicos, considerando linguagem, cultura e sociedade como fenômenos inseparáveis. Ela volta-se, mais especificamente, para o estudo do fenômeno linguístico no contexto social com o objetivo de:

[...] descrever a língua e seus determinantes sociais e linguísticos, levando em conta seu uso variável. Esse modelo teórico metodológico discute a concepção de língua que as correntes anteriores, especificamente o estruturalismo e o gerativismo, pregavam. A língua era vista como um sistema homogêneo, uniforme, estático, podendo ser estudado na ausência de uma comunidade de fala. A Sociolinguística rechaça essa relação entre língua/homogeneidade e incorpora a ideia de variação sistemática motivada por pressões sociais [...] (HORA, 2004, p. 18).

Os estudos amparados na Sociolinguística consideram que a língua não deve ser analisada fora do contexto social, pois a relação língua e sociedade deve ser mantida. Assim, essa teoria compreende que as variedades da forma em uso decorrem de fatores internos, próprios do sistema e dos fatores sociais que interagem no ato da comunicação.

Com base nesse entendimento de língua, os estudos sociolinguísticos estão baseados diretamente em aspectos linguísticos e sociais. Assim, não se isola o entendimento de uma língua simplesmente como um código ou um sistema de signos. Esta precisa ser compreendida em seu caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a língua tem um caráter dinâmico. Ela é viva no sentido que está em um constante processo de modificação. Para Faraco “[...] a língua é uma realidade heterogênea, multifacetada e as mudanças emergem dessa heterogeneidade [...]” (FARACO, 1998, p. 13).

A Sociolinguística possibilita observar a linguagem relacionada ao contexto sócio-histórico. Damke salienta que se a Linguística é social, então o aspecto social deve estar presente no estudo da linguagem. Segundo ele:

a língua/linguagem, no seu aspecto social, é o elemento indispensável para a comunicação e a interação dos indivíduos dentro de seu grupo. Deduz-se que a língua não existe em si, nem por si só; não pode, pois, ser definida simples e unicamente como um código de sinais. A língua/linguagem somente existe e se realiza de fato em situações sociais (DAMKE, 1992, p. 21).

Com base nessas reflexões, os aportes teóricos da Sociolinguística nos auxiliam a interpretar a linguagem dos sujeitos, percebendo os sentidos por eles atribuídos às suas vivências e experiências sociais. De acordo com von Borstel (2003), a pesquisa Sociolinguística tem um caráter empírico e por meio dela podemos ter um diagnóstico da vivência real dos indivíduos organizados em comunidades, grupos e/ou associações. Nesse sentido, partimos do princípio de que os sujeitos envolvidos no trabalho, sua constituição identitária, sua linguagem, sua cultura, suas ações, modo de pensar, de compreender a si mesmos, aos outros e ao contexto que os cerca é influenciado por suas vivências e experiências sociais.

Desse modo, conforme explicita Calvet “As línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (CALVET, 2002, p. 12). Para a compreensão e a análise de questões linguísticas e culturais de um povo, é necessário olhar para o processo histórico pelo qual os falantes passaram/passam, pois é nessa relação entre língua e história que, ao mesmo tempo em que produzimos sentidos, também somos produzidos como sujeitos.

A partir da abordagem teórica da Sociolinguística, que tem como objetivo “[...] estudar a língua em seu uso real, levando em consideração [...] aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO E VOTRE, 2010, p. 41), podemos compreender e interpretar a linguagem e identidade atreladas aos fenômenos da dinâmica social e totalizante da realidade, não os isolando em si mesmos, mas entendendo-os como resultado das complexas relações sociais, dos determinantes políticos, culturais, econômicos, ideológicos, entre tantos outros que permeiam nossa vida em sociedade.

Por tratar-se, portanto, de uma pesquisa Sociolinguística, preocupada com a linguagem e a identidade de uma comunidade, caracterizamos, ainda, esta proposta investigativa como qualitativa e etnográfica, conforme explicitamos na próxima seção.

1.2 A PESQUISA QUALITATIVA ETNOGRÁFICA

Como o propósito da pesquisa é refletir a respeito das implicações da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na linguagem e na identidade do município de Itaipulândia, adotamos uma abordagem de pesquisa de campo para a coleta e a análise do material linguístico produzido por meio de entrevistas com moradores do município que vivenciaram esse momento histórico. Desse modo, buscamos os subsídios metodológicos nos pressupostos da pesquisa qualitativa etnográfica.

Quanto à abordagem qualitativa, André a caracteriza como “o estudo do fenômeno em seu acontecer natural” (ANDRÉ, 2011, p. 17). A autora ainda acrescenta:

Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitavista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas (ANDRÉ, 2011, p. 17).

Nessa perspectiva, o trabalho do pesquisador tem como foco as interpretações da realidade social. Em uma pesquisa qualitativa, a investigação deve propiciar a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, colocando-os dentro de um contexto. Na pesquisa em questão, a constituição das identidades se insere no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e na formação do Lago no município de Itaipulândia. Assim, no processo de pesquisa, tanto as subjetividades do pesquisador, quanto daqueles que estão sendo pesquisados, constituem-se em dados que também fazem parte da interpretação. Flick afirma que:

a pesquisa qualitativa estuda o conhecimento e as práticas dos participantes [...] considera que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas subjetivas e ambientes sociais a eles relacionados (FLICK, 2004, p. 22).

Sob esse enfoque, a pesquisa qualitativa não se preocupa com a quantificação dos dados, mas com a interpretação de uma dada realidade social, a partir do material coletado pelo pesquisador. Nas palavras de Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha no universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

A pesquisa qualitativa tem suas raízes na antropologia, fazendo com que ela também seja conhecida como uma “*investigação etnográfica*” (TRIVIÑOS, 1987, p. 120). No entanto, o autor destaca que esses conceitos não devem ser tratados como sinônimos, pois a etnografia é uma forma específica de investigação qualitativa.

Devemos compreender a pesquisa qualitativa como um processo investigativo mais amplo, atrelado ao universo dos significados atribuídos aos sujeitos e às suas ações. No entanto, de acordo com os propósitos do pesquisador e à maneira como ele se insere no campo de estudo, a pesquisa qualitativa pode ser dividida em diferentes tipos incluindo o etnográfico, o qual adotamos na presente investigação.

Com o intuito de distinguir a etnografia das demais abordagens de pesquisa, André (2011) elenca as seguintes características da pesquisa etnográfica: a) interação constante entre pesquisador e objetos pesquisados, sendo o pesquisador o instrumento principal de análise e coleta de dados; b) ênfase no processo e não nos resultados finais; c) preocupação com o significado, com o modo que as pessoas veem a si e ao contexto que as cerca; d) trabalho de campo que possibilita a aproximação do pesquisador com as pessoas, locais, eventos em um contato direto e prolongado; e) o pesquisador usa uma grande quantidade de dados descritivos, como situações, pessoas, depoimentos, diálogos que são reconstruídos pelo pesquisador; f) formulação de hipóteses, teorias e abstrações.

A partir da caracterização da pesquisa etnográfica, a autora afirma que “a etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa ‘descrição cultural’” (ANDRÉ, 2011, p. 27). A mesma autora, citando Spraley acrescenta que:

a principal preocupação na etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados. Alguns desses significados são diretamente expressos pela linguagem, outros são transmitidos indiretamente por meio das ações. De qualquer maneira, diz ele, em toda sociedade as pessoas usam sistemas complexos de significado para organizar seu comportamento, para entender sua própria pessoa e os outros e para dar sentido ao mundo em que vivem. Esses sistemas de significado constituem a sua cultura (SPRALEY, 1979 apud ANDRÉ, 2011, p. 19).

Na mesma direção, Geertz enfatiza que o trabalho etnográfico caracteriza-se por um esforço intelectual que representa um risco elaborado para uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978, p. 10) - expressão que ele toma emprestada de Gilbert Ryle. Para Geertz, o conceito semiótico de cultura é o fundamento que deve acompanhar a pesquisa antropológica de cunho etnográfico. Para o autor, a cultura deve ser concebida:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1978, p. 10).

Com base na definição da etnografia, associada ao estudo das culturas, Triviños apresenta algumas premissas básicas da pesquisa que devem ser levadas em conta:

Existe um mundo cultural que precisa ser conhecido, que se tem interesse em conhecer. Isso pode significar [...] que, pelo menos, estamos em presença de duas realidades culturais: a que se deseja conhecer e a que é própria do investigador. Do reconhecimento disto surge uma série de implicações metodológicas na prática da etnografia. A primeira pode ser estabelecida em relação ao nível de conhecimento da realidade em estudo ao qual aspiramos alcançar. A etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

Esse aspecto da etnografia pressupõe que o pesquisador esteja inserido na realidade que estuda, compartilhando modos culturais com os sujeitos pesquisados, a fim de apreender e interpretar os variados significados por eles atribuídos às suas

vivências. “O etnógrafo encontra-se, assim, diante de diferentes formas de interpretações da vida, [...] significados variados atribuídos pelos participantes às suas experiências e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor” (ANDRÉ, 2011, p. 20). Assim, a observação e os questionamentos realizados por meio de entrevistas, são os principais meios de coleta de dados do etnógrafo.

No presente trabalho, a realidade cultural que desejamos apreender está alicerçada na compreensão dos moradores do município de Itaipulândia que vivenciaram a desapropriação da Itaipu, de modo a verificar como eles construíram a realidade enquanto sujeitos do processo, direta ou indiretamente afetados.

Nossa inserção, como pesquisadores, na realidade ora estudada se deu em função de vários fatores: ter residido na região no período da construção da Hidrelétrica de Itaipu e das desapropriações e, portanto, ter compartilhado do mesmo espaço geográfico e experiência dos sujeitos de pesquisa; estar residindo no município há 12 anos e partilhar da vivência em comunidade.

No entanto, a familiaridade com o campo de estudo, por outro lado, exige uma postura de estranhamento e distanciamento da realidade pesquisada, requerida por um trabalho científico. A esse respeito, Erickson orienta que na pesquisa é fundamental “adotar a instância crítica de um filósofo, questionando continuamente os fundamentos do convencional, examinando o óbvio, aquilo que é tido por certo pelos participantes internos da cultura, que se tornou invisível para eles” (ERICKSON, 1989, p. 62). A flexibilidade do papel social dos pesquisadores e dos participantes, no decorrer da pesquisa, deve ser uma prática constante, o que nos exigiu um maior monitoramento na relação com os sujeitos pesquisados.

Quanto à postura adotada no desenvolvimento da pesquisa, apoiamos-nos no conceito de Labov do *observer's paradox*, segundo o qual o pesquisador deve manter a maior neutralidade possível na sua relação com os entrevistados (LABOV, 2008, p. 244).

A fim de melhor elucidar como ocorreu nossa inserção no ambiente de pesquisa, apresentamos, na sequência, o cenário e sua breve contextualização sócio-histórica, bem como os sujeitos focalizados no estudo.

1.3 CENÁRIO E SUJEITOS DA PESQUISA

Compartilhando do entendimento explicitado na seção anterior, de que na abordagem metodológica etnográfica o pesquisador deve preocupar-se com o significado, com o modo como as pessoas veem a si e ao contexto que as cerca (ANDRÉ, 2011), pretendemos, nesta seção, situar sócio-historicamente o contexto/cenário no qual se insere a pesquisa, a saber: município de Itaipulândia.

A contextualização é pertinente, visto que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu afetou geográfica, social, econômica e politicamente a constituição desse local nos anos de 1978 a 1982, bem como nos anos posteriores. Os sujeitos envolvidos na pesquisa, por sua vez, permaneceram nesse ambiente e construíram significações a respeito dos acontecimentos que vivenciaram.

1.3.1 O contexto da pesquisa

O município de Itaipulândia está situado no extremo oeste do estado do Paraná, a 630 km da capital paranaense, Curitiba, e a 70 km de Foz do Iguaçu. Limita-se ao norte com Santa Helena; a noroeste com Missal; ao sul com São Miguel do Iguaçu; ao oeste com o Lago de Itaipu (República do Paraguai). De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 9.007 habitantes.

O território que compreende o atual município de Itaipulândia foi colonizado no início da década de 1960, por migrantes provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em sua maioria. O mapa da figura 01, ilustra a localização do município em relação ao estado do Paraná.

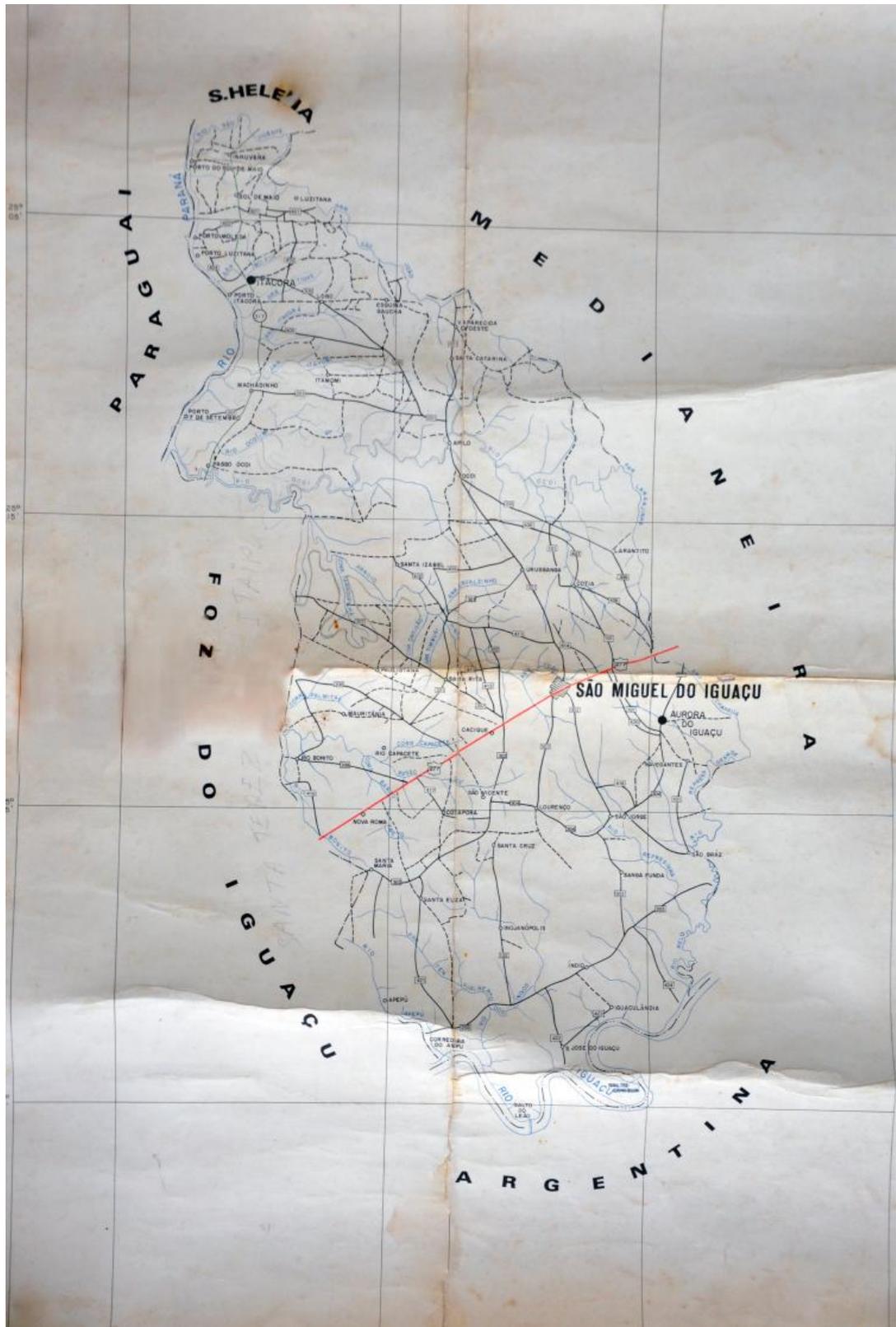
Figura 01- Localização do município de Itaipulândia no Paraná



Fonte: Wikipédia. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municipio_Itaipulandia.svg

A área atual do município é de 151,728 km², pois de uma área total de 327,728 km² antes do alagamento, 176 km² foram desapropriados pela Itaipu, ou seja, mais da metade das terras foram indenizadas para a construção do reservatório da Hidrelétrica, que envolve também uma faixa de reserva florestal. O município está praticamente envolto pelo Lago em virtude do represamento das águas do Rio Paraná, ocorrido em 1982. Nas figuras 02 e 03 é possível visualizar, respectivamente, a área territorial do município antes e após o alagamento de Itaipu. Na figura 02, a área territorial de Itaipulândia, na parte superior do mapa, com destaque para o distrito de Itacorá, ainda anexado a São Miguel do Iguçu.

Figura 02 – Mapa de São Miguel do Iguacu ainda com o território de Itaipulândia – 1981



Fonte: Casa da Memória Itacorá – Itaipulândia, PR

famílias deslocaram-se de uma comunidade para outra, ou mesmo para o distrito de Aparecidinha, destacado em vermelho na figura 03, o qual recebeu grande parte da infraestrutura de Itacorá.

O Lago de Itaipu isolou toda a área que compreendia o distrito de Aparecidinha da sede do município de São Miguel do Iguçu. O sentimento de isolamento e a notícia de que a Itaipu passaria a pagar *royalties* aos municípios atingidos pelo reservatório, motivou a população local a lutar pela emancipação política e administrativa de Aparecidinha.

No ano de 1992, Aparecidinha do Oeste desmembrou-se de São Miguel do Iguçu e, pelo fato de já haver um município com esta denominação, passou a denominar-se Itaipulândia em referência à Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Itaipulândia completou, em 2012, 20 anos de emancipação política administrativa e sua principal fonte de arrecadação continuam sendo os *royalties* pagos pela Binacional³.

Passamos, a seguir, à definição dos sujeitos da pesquisa.

1.3.2 Os sujeitos da pesquisa: os desapropriados, despejados de Itaipu e moradores de Itaipulândia

O *corpus* da pesquisa é constituído por narrativas orais de 12 moradores do município de Itaipulândia que vivenciaram o processo de desapropriação com a formação do Lago de Itaipu e continuam residindo no município atualmente. Com base na conceituação da pesquisa qualitativa, o número de 12 entrevistados é um número considerado razoável, pois “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2008, p. 68).

A partir dessa perspectiva, pretendemos compreender a construção identitária desses sujeitos, seu posicionamento diante do contexto político e sociocultural com

³ No segundo capítulo, abordamos o cenário da pesquisa de forma mais detalhada, apresentando o contexto sócio-histórico ligado à construção da Hidrelétrica de Itaipu.

o qual interagiam antes do alagamento e interagem atualmente, tendo a sua linguagem como uma fonte de estudo e pesquisa.

Para a seleção dos informantes optamos pela amostra não probabilística de tipicidade (MARSIGLIA, 2002), por ser uma das mais indicadas em pesquisas qualitativas. A seleção por amostra de tipicidade é usada “quando o pesquisador seleciona para a entrevista um grupo que ele considera típico da totalidade” (MARSIGLIA, 2002, p. 25).

Gaskell também afirma que em uma pesquisa qualitativa “há um limite máximo ao número de entrevistas que é necessário fazer, e possível de analisar [...] esse limite é algo entre 15 e 25 entrevistas individuais” (GASKELL, 2008, p. 71). O autor apresenta duas justificativas para sua afirmação. Inicialmente, mesmo as experiências sendo únicas a cada sujeito, “as representações de tais experiências [...] são resultado de processos sociais. Nesse ponto, representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas” (GASKELL, 2008, p. 71).

Outra justificativa apresentada pelo autor diz respeito ao tamanho do *corpus* a ser analisado, pois cada entrevista pode ter mais de 10 páginas, principalmente, no nosso caso, em que as perguntas visavam à produção de narrativas. “A fim de analisar um *corpus* de textos extraídos das entrevistas e ir além da seleção superficial de um número de citações ilustrativas, é essencial quase viver e sonhar as entrevistas” (GASKELL, 2008, p. 71).

Quanto ao modo como os moradores de Itaipulândia vivenciaram o processo de desapropriação em virtude da construção da Hidrelétrica de Itaipu, encontramos no município uma variedade de situações⁴: algumas famílias tiveram apenas parte da propriedade indenizada e que, por isso, optaram em continuar vivendo na parcela territorial que lhes restou; outras, mesmo tendo apenas parte da propriedade desapropriada, se deslocaram para outras comunidades do município; enquanto outras se deslocaram do distrito de Itacorá para Aparecidinha do Oeste, hoje Itaipulândia, pois toda sua propriedade foi encoberta pelas águas; há, no município,

⁴ Nesta pesquisa serão contemplados apenas os sujeitos que vivenciaram/testemunharam o processo de desapropriação e que continuaram residindo no município. Cabe destacar também, que, quando utilizamos as expressões “desapropriadas parcialmente” e “desapropriadas totalmente” estamos nos referindo à proporção de terras das propriedades que foram comprometidas e indenizadas pela Itaipu para a formação do reservatório.

também, famílias que foram despejadas⁵ pela Itaipu e famílias atingidas indiretamente, pois precisaram se deslocar do espaço em que viviam devido ao desaparecimento parcial das comunidades.

Diante da diversidade de situações, estabelecemos como critério principal, para compor os sujeitos da pesquisa, o fato de terem vivenciado o processo de desapropriação e continuarem residindo no município até os dias atuais. A partir desse critério, contemplamos as seguintes situações: a) famílias que residiam/residem em diferentes comunidades atingidas pelo reservatório de Itaipu, inclusive do distrito de Itacorá, submerso pelas águas do Lago; b) uma família despejada; c) uma família atingida indiretamente; d) famílias desapropriadas parcialmente e que continuaram residindo na mesma comunidade; e) famílias desapropriadas parcialmente e que se deslocaram dentro do território do município; f) famílias desapropriadas totalmente.

Quanto à identificação dos informantes, utilizamos números, a fim de assegurar o que prevê a pesquisa com seres humanos referente ao anonimato e preservação da identidade.

Para a realização das entrevistas (Apêndice A) fizemos uma primeira visita aos informantes expondo-lhes o tema da pesquisa, sua justificativa e seus objetivos. Somente após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consta no Apêndice B, e a confirmação em participar espontaneamente da pesquisa é que marcamos o horário das entrevistas e a gravação das mesmas de acordo com a disponibilidade dos informantes.

Ressaltamos, ainda, que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos da UNIOESTE, vinculado ao Conselho Nacional de Saúde, o qual foi aprovado sob Parecer nº 364/2011 (Anexo 01).

Além dos informantes constantes no quadro 01, coletamos também algumas informações e depoimentos relevantes com o presidente da comissão Pró-Emancipação do município, que também foi o primeiro prefeito de Itaipulândia, o qual é identificado com as iniciais do nome.

⁵ O uso do termo *despejado* é como a própria família se identifica, pois na ocasião da negociação com a Itaipu para o pagamento das terras que seriam indenizadas, essas famílias se recusavam a sair, livremente, da propriedade. A Binacional depositou o dinheiro em juízo e semanas antes do alagamento os próprios funcionários de Itaipu tiveram que desmanchar as benfeitorias da família, pois eles se recusavam a sair do local. Por isso, se autodenominaram, *despejados*.

A seguir apresentamos um quadro com dados referentes aos informantes considerados relevantes para a pesquisa:

Quadro 01- Dados dos informantes

Informante	Sexo/gênero	Idade/Anos	Profissão	UF de origem	Ano chegada/residência	Residência Atual	Forma que foi atingido
1	M	61	Agricultor	SC	1961 Cristo Rei	Cristo Rei	Despejado
2	M	70	Agricultor	RS	1970 Esquina Gaúcha	Esquina Gaúcha	Desapropriado Parcialmente
3	M	57	Agricultor	SC	1973 São José do Itavó	Linha Progresso	Desapropriado Parcialmente
4	M	76	Agricultor	RS	1972 Lindamar	São José do Itavó	Desapropriado Parcialmente
5	M	71	Comerciante	RS	1973 Esquina Gaúcha	Sede	Atingido Indiretamente
6	M	67	Comerciante e agricultor	SC	1963 Itacorá	Lageado do Cedro	Desapropriado Totalmente
7	M	57	Agricultor	SC	1966 Itacorá	Santa Inês	Desapropriado Totalmente
8	F	55	Agricultora	SC	1963 Itacorá	Santa Inês	Desapropriado Totalmente
9	F	62	Comerciante	SC	1972 Itacorá	Sede	Desapropriado Totalmente
10	F	62	Agricultora	RS	1967 Lindamar	Guaraci	Desapropriado Parcialmente
11	M	65	Agricultor	RS	1971 Sol de Maio	Santa Inês	Desapropriado Parcialmente
12	M	67	Agricultor	RS	1967 Lindamar	Guaraci	Desapropriado Parcialmente

Pela natureza da pesquisa, não houve a opção por uma coleta de amostra estratificada por sexo/gênero, idade, escolaridade, etc, mesmo tendo como base teórica a Sociolinguística.

Desse modo, como pode ser observado no quadro 01, dos 12 informantes apenas 3 são mulheres. Isso ocorreu porque quando realizamos a primeira visita na casa dos supostos informantes, optamos sempre em conversar com o casal, procurando incluir os dois cônjuges na entrevista. No entanto, na maioria dos casos, as mulheres optaram por não participar, alegando que o marido saberia responder melhor porque havia vivenciado mais intensamente o processo de desapropriação. Apenas no caso da informante 9, o marido se omitiu e preferiu que a esposa respondesse à entrevista. Quanto às informantes 8 e 10, desde o primeiro contato, se prontificaram a participar com os maridos, respectivamente, informantes 7 e 12.

Outro aspecto que podemos observar no quadro 01 é o fato de o Estado de origem dos informantes ser Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, ressaltamos que isso aconteceu por acaso, não sendo, portanto, um critério de seleção.

Tecidas as considerações a respeito dos sujeitos da pesquisa, na sequência, apresentamos os instrumentos utilizados para a coleta de dados e alguns apontamentos sobre nossa relação com os informantes.

1.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA E ANÁLISE DOCUMENTAL

A geração dos dados para a realização da pesquisa contempla narrativas orais obtidas por meio de entrevistas realizadas com os sujeitos anteriormente mencionados e a análise documental, a partir de revistas e folders distribuídos pelas administrações públicas municipais de cada gestão, a partir de 1993, ano da primeira gestão.

Atendendo aos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, optamos pela entrevista como instrumento de coleta de dados por ser a que melhor corresponde aos propósitos da presente pesquisa, pois, por meio de um processo de interação entre informantes e pesquisador, coletamos narrativas. Conforme afirma Richardson, “a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas” (RICHARDSON, 1999, p. 207).

Gaskell destaca que a entrevista é uma conversação um a um. No entanto, ela se diferencia das conversações comuns, porque pode se prolongar em mais de uma hora e acontece normalmente entre pessoas que não se conheciam antes, portanto, há “[...] um papel relacional incomum. Espera-se que uma pessoa, o entrevistador, faça as perguntas; e espera-se do outro, o entrevistado, que responda a elas” (GASKELL, 2008, p. 74). Nessa situação, o informante pode sentir-se constrangido, hesitante ou defensivo e para deixá-lo mais à vontade, o autor enfatiza que se faz necessária uma postura de encorajamento por parte do pesquisador. Ele

deve deixar o informante à vontade e estabelecer uma relação de confiança e segurança.

Um dos aspectos fundamentais da entrevista, ao qual damos importância, é a situação de interação que envolve pesquisador e informantes. Lüdke e André afirmam que a relação de interação que se cria na entrevista instaura “uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33). Marconi também enfatiza que “a função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder” (MARCONI, 1990, p. 85).

Usamos também a entrevista com embasamento na orientação teórica da Sociolinguística. De acordo com Tarallo (2007), baseando-se nos estudos de Labov (2008), a participação direta do pesquisador na interação é de fundamental importância para a Sociolinguística. Quanto à relação de interação entre informante e pesquisador, Labov (2008) aborda a questão do “paradoxo do observador”, ou seja, “de um lado, o pesquisador necessita de grande quantidade de dados que somente podem ser coletados através de sua participação direta na interação com os falantes; de outro, essa participação direta pode perturbar a naturalidade do evento” (LABOV, 2008 apud TARALLO, 2007, p. 21).

Com base nos estudos de Labov (2008), Tarallo (2007), sugere que o uso da entrevista, a partir dos postulados da Sociolinguística, pode auxiliar a minimizar “o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados” (TARALLO, 2007, p. 21). O mesmo autor ainda destaca que:

Seja qual for a natureza da situação da comunicação, seja qual for o tópico central da conversa, seja quem for o informante, o pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria como elemento estranho à comunidade (TARALLO, 2007, p. 21).

De acordo com esses fundamentos, entendemos que a relação entre entrevistado e entrevistador se dá em um processo de interação, de troca de ideias e significados. Conforme Gaskell (2008), a pesquisa com entrevista não é um processo de mão única, mas um processo social, uma interação que tem as palavras como meio principal de troca. Tanto entrevistado quanto entrevistador estão envolvidos no processo de construção do conhecimento, mesmo que de maneiras distintas. O pesquisador pode conseguir a neutralização quando assume o

papel de “aprendiz-interessado” (TARALLO, 2007, p. 21) diante dos problemas e peculiaridades da comunidade em estudo, no nosso caso, das vivências dos informantes perante o contexto histórico que se instaurou no município *antes* e *depois* de Itaipu.

Em relação ao uso da entrevista como um instrumento de coleta de dados, na pesquisa qualitativa, Gaskell⁶ também afirma:

O mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2008, p. 65).

No entanto, devemos considerar que como na pesquisa qualitativa as informações que se recolhe são interpretadas no decorrer do processo, pode-se alterar alguns propósitos da pesquisa, ou seja, “as hipóteses colocadas podem ser deixadas de lado e surgir outras, no achado de novas informações, que solicitam encontrar outros caminhos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 131).

A partir das considerações dos autores mencionados, optamos pela utilização da entrevista semiestruturada, pois ela possibilita ao pesquisador a constante reformulação das perguntas de pesquisa, além disso:

A entrevista semiestruturada [...] ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Sob este aspecto, acreditamos que o uso da entrevista semiestruturada contribuiu para que o informante se sentisse à vontade para expor seus pontos de

⁶ Gaskel compreende como entrevista qualitativa as entrevistas “do tipo semiestruturada com um único respondente (a entrevista em profundidade), ou com um grupo de respondentes (o grupo focal)” (GASKEL, 2008, p. 64). No nosso caso trabalhamos com a entrevista semiestruturada.

vista, opiniões, produzindo narrativas que evidenciaram sua percepção diante do contexto sociocultural que se instaurou no município antes e após a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Isso se tornou possível porque a entrevista semiestruturada está apoiada em questionamentos básicos que envolvem o problema da pesquisa. Não se trata de um questionário fechado, com perguntas que rigorosamente devem ser seguidas, mas de um diálogo orientado por questões alicerçadas em teorias e hipóteses relevantes à pesquisa, as quais são continuamente ampliadas, modificadas à medida que o informante as responde.

Triviños (1987) também destaca que as perguntas fundamentais que orientam a entrevista devem ser resultado tanto da teoria que embasa a ação do pesquisador, quanto das informações que ele recolheu por meio de uma pesquisa prévia do fenômeno em estudo. Sendo assim, a escolha pela entrevista semiestruturada também foi motivada pela variedade de situações vivenciadas pelos informantes com relação ao fenômeno estudado.

Assim, os dados que formam o *corpus* de análise da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas gravadas no período de dezembro de 2011 a abril de 2012.

Quanto à nossa relação com os informantes, foi de certo estranhamento em um primeiro momento. No entanto, após relatar a eles, durante a conversa informal, a própria trajetória de vida também como filha de desapropriado, moradora do distrito de Itacorá, do qual as comunidades que hoje constituem o município de Itaipulândia faziam parte, instaurou-se um clima de confiabilidade e cumplicidade, uma vez que muitos dos informantes eram amigos e conhecidos dos pais, tios e avós da pesquisadora. Inclusive, ao término de uma das entrevistas, o informante fez o seguinte comentário:

./.../ eu atendi você MENINA (+) porque você chegou e falou:: nã::o eu só da família ta::l assim assim assim TÁ você é prata da casa (++) então a hora que você quiser pode chegar aqui tu VIU a porta tá aberta pra você TÁ (++) vem aqui:: não é só entrevista (+) vem aqui vem passeá:: conversá:: vem aqui joga uma cana::stra (+) fazê uma carni::nha ./.../ (Informante 6).

Esse fato contribuiu para que os informantes se sentissem à vontade e confiantes, pois mesmo sendo desconhecida deles, a princípio, havia vivenciado

uma mesma situação, o que de certa maneira nos tornava próximos e pertencentes a um mesmo contexto histórico-cultural.

Para a realização das entrevistas, procuramos atender às exigências e cuidados que o pesquisador deve tomar ao entrar em contato com o informante, bem como na condução da entrevista, conforme alertam Lüdke e André (1986).

As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada informante, ocorrendo em sua própria residência e nos horários por eles estabelecidos.

Além da entrevista, também utilizamos a análise documental como um instrumento de coleta de dados, pois “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 38).

Enquanto as entrevistas constituem-se em material empírico para análise da constituição da identidade dos sujeitos da pesquisa, a análise documental contribui para a comparação e complementação dos dados presentes nas narrativas, além de possibilitar a ampliação desse entendimento.

Em relação ao que pode ser considerado documento, Lüdke e André (1986), citando Phillips (1974), afirmam que são documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (PHILLIPS, 1974 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Entendemos que a análise documental é relevante para atender os objetivos da pesquisa, pois as situações em que é apropriado o uso desse instrumento de coleta de dados são:

Quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta, como, por exemplo, a entrevista, o questionário ou a observação. [...] quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem dos sujeitos é crucial para a investigação (HOLSTI, 1969 apud LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 39).

Para desenvolver esta pesquisa, os documentos utilizados para análise são revistas, folders de circulação local, produzidos pelas administrações públicas municipais e demais documentos obtidos nas autarquias municipais e Casa da Memória Itacorá. Como recorte temporal, adotamos o ano de emancipação política e

administrativa do município, 1993 e o período de lá até 2012, considerando que objetivamos refletir de que forma as administrações públicas municipais procuraram construir uma identidade para o município até os dias atuais.

Fundamentando-nos no que é explicitado por Holsti (1969), a análise documental contribuiu nas reflexões sobre o aspecto linguístico presente no discurso das administrações públicas municipais como uma tentativa de criar uma identidade para o município e, conseqüentemente, para seus munícipes. Analisamos em que medida a identidade associa-se à Itaipu e como a linguagem, os elementos lexicais utilizados “refletem e refratam” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 31) o contexto sócio-histórico e cultural de Itaipulândia, pois “os documentos [...] não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Quanto ao estudo das narrativas nos fundamentamos, inicialmente, em Labov e Waletzky (1967), os quais a definem “[...] como uma técnica verbal para recapitular a experiência [...]” (LABOV E WALETZKY, 1967, apud, MISHLER, 2002, p. 99). Tarallo (2007) também destaca a relevância do estudo da narrativa em uma pesquisa sociolinguística, pois “ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-la no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma” (TARALLO, 2007, p. 23).

Labov e Waletzky (1967) focalizam a narrativa a partir de um estudo estrutural das partes que a compõem: resumo, orientação, complicação da ação, resolução, avaliação e coda. No nosso caso, não realizamos a análise estrutural, pois a partir dos estudos de Mishler (2002) e Bamberg (2002) contemplamos uma “[...] abordagem da narrativa como um tipo especial de modo discursivo que dedica atenção especial aos processos nos quais o significado pessoal e cultural passa a existir” (BAMBERG, 2002, p. 156). O autor apresenta três níveis de atividades nas quais as narrativas podem ser divididas e analisadas: a) nível 1: enfoque no conteúdo; b) nível 2: enfoque no âmbito interacional; c) nível 3: como o falante se posiciona diante dos discursos culturais.

No desenvolvimento das análises não diferenciamos quando um ou outro nível está sendo analisado, pois não queremos correr o risco de fragmentar as discussões, pois as narrativas são um todo discursivo e seus elementos se complementam estando diluídos nos três níveis de forma integrada.

Na sequência, apresentamos as normas utilizadas para a transcrição das narrativas.

1.4.1 A transcrição dos dados

Para a transcrição dos dados coletados por meio das entrevistas, utilizamos, como aporte teórico, Marcuschi (1998, 2003), no que concerne à Análise da Conversação. De acordo com o autor, “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados” (MARCUSCHI, 2003, p. 49).

O mesmo autor destaca que, para realizar uma descrição e interpretação qualitativa do objeto de estudo, coleta-se material empírico e reproduz-se conversações reais, considerando tanto informações verbais quanto entonacionais, paralinguísticas e outras que possam contribuir para a análise e compreensão da situação de interação.

Marcuschi ainda acrescenta que “não existe a melhor transcrição. Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém. [...] A transcrição deve ser limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados” (MARCUSCHI, 1998, p. 09).

Duranti (1997), citado por Garcez (2002), também descreve alguns pontos principais quanto à transcrição, entre eles:

- I. A transcrição é um processo *seletivo*, que busca salientar certos aspectos da interação, de acordo com metas investigativas específicas;
- II. Não há transcrição *perfeita*, no sentido de uma transcrição que possa recapturar inteiramente a experiência de estar na situação original, mas há transcrições “melhores do que outras”, isto é, transcrições que representam as informações de maneiras que são (mais) consistentes com as nossas metas descritivas e teóricas (GARCEZ, 2002, p. 84).

Com base em Marcuschi (1998), para a transcrição das narrativas dos informantes, transcrevemos o expressado verbalmente e outros elementos como entonações, pausas, julgados relevantes para a compreensão e interpretação das

narrativas. Utilizamos a escrita ortográfica do texto de acordo com a “escrita-padrão, mas considerando a produção real” (MARCUSCHI, 1998, p. 09), conforme apresentamos no quadro 02.

Quadro 02 – Normas de transcrição

Ocorrências	Sinais
Falas/enunciados dos entrevistados	em itálico
P:	Pesquisadora
Pausas	(+)
Dúvidas e suposições	<i>(incompreensível)</i>
Truncamentos bruscos	/
Ênfase ou acento forte	Letra maiúscula
Alongamento de vogal	::
Comentários da pesquisadora	(())
Silabação	- - - - -
Repetições	Reduplicação da letra ou sílaba
Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção	Reprodução dos sons, entre, eles alguns mais ou menos convencionados: <i>eh, ah, oh, ih::, mhm, ahã</i> , etc
Indicação de transcrição parcial ou eliminação de um trecho	/.../

Fonte: MARCUSCHI, 1998, p.10-13.

A fim de melhor elucidar as convenções utilizadas na transcrição dos dados, a seguir reproduzimos um trecho de uma narrativa:

Você veja bem ah:: eu hoje tô/ tenho 67 anos (+) se veja bem foi minha vida isso aqui né (+) foi minha vida. Então vê esse Lago assim e:: vê isso aqui subindo né, então né é coisa:: começa:: (+) saudade tem né porque:: eu tinha uma propriedade muito boa na barranca do Rio Paraná, sabe (+) /.../ (Informante 6).

Conforme já explicitado, esta pesquisa investiga, por meio da linguagem, como as identidades são reveladas tomando por base as vivências dos sujeitos.

Mas, para isto, temos que considerar que esses sujeitos se inserem em um contexto sócio-histórico e cultural que afeta e determina suas identidades. Diante disso, no capítulo a seguir, apresentamos a contextualização sócio-histórica do nosso cenário de pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: DE APARECIDINHA A ITAIPULÂNDIA

A fim de situar o estudo, a caracterização sócio-histórica da região é necessária, principalmente no que se refere ao processo de ocupação, colonização do extremo oeste paranaense e suas características socioeconômicas. Fundamentamo-nos no que explicita Germani de que “apesar de suas peculiaridades, a faixa abrangida pela Itaipu acompanha e participa, fundamentalmente, das transformações havidas na região” (GERMANI, 2003, p. 23).

Desse modo, apresentamos o contexto sócio-histórico da pesquisa em um capítulo da dissertação, pois é possível afirmar que a história de Itaipulândia pode ser contada *antes* e *depois* da Itaipu, devido à influência que esta exerceu na constituição do município e, portanto, na constituição da identidade individual das pessoas e na coletiva do próprio município.

Neste capítulo, inicialmente, apresentamos a história da colonização do município atrelada ao processo de colonização do extremo oeste do Paraná, ou seja, os antecedentes históricos da região, para, na sequência, contextualizar, nesse cenário, o projeto da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, por último, estabelecer uma relação desse fato com a formação do município de Itaipulândia.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ITAIPULÂNDIA E A REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O atual município de Itaipulândia, localizado no extremo oeste paranaense, se insere em um contexto sócio-histórico amplo, relacionado ao processo de ocupação e colonização⁷ da região oeste do Estado, bem como à construção da Hidrelétrica de Itaipu.

⁷ O uso do termo *colonização* refere-se ao processo de migração de agricultores provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o povoamento do extremo oeste do Paraná a partir de 1940. Gregory também discute que a “colonização seria o processo correspondente de

No entanto, a história da região não se inicia com a sua colonização, a qual ainda é muito recente. Anterior a esse processo, o oeste e o extremo oeste do Paraná sofreram uma grande movimentação com a presença indígena, bem como com a exploração de seus recursos naturais, especificamente a erva-mate e a madeira, por parte de argentinos e paraguaios, principalmente.

A história oficial, normalmente, tende a ofuscar a presença dos “outros”, atribuindo à figura do colonizador os méritos pelo desenvolvimento econômico do lugar. Como neste trabalho abordamos a questão identitária, e os sujeitos pesquisados são provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também colonizadores da região, a retomada histórica é pertinente para, nas análises de suas narrativas, também verificarmos como eles se posicionam, ou não, na figura do colono desbravador que, portanto, possui uma relação de pertencimento com a terra, a qual foi afetada pela desapropriação.

Na sequência, apresentamos, brevemente, como o território de Itaipulândia também foi ocupado e explorado tanto pelos indígenas quanto pelos estrangeiros, anteriormente à chegada dos colonos sulistas⁸.

2.1.1 A presença indígena na região

Na região que compreende o atual território da Itaipulândia, a presença indígena pode ser evidenciada, pois, de acordo com Scarpato e Böhm (2006), antes do alagamento para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, foram realizadas escavações, inclusive na localidade de Itacorá, sendo encontrados vários utensílios indígenas. Outro elemento que comprova essa realidade são as designações da maioria das comunidades do município, como, por exemplo: Itacorá (submerso), Buriti, Guaraci, Jacutinga, Itavó e Caramuru, palavras de origem indígena que evidenciam a passagem ou presença desse povo na região.

Como a região era passagem do caminho pré-colombiano: *Peabiru*⁹, que servia para os povos do interior chegarem ao mar, encontrou-se vestígios maciços

povoamento com seletividade para realizar a exploração econômica do solo” (GREGORY, 2002, p. 27).

⁸ Assim denominados por serem originários dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

da presença indígena. De acordo com Lima (2006), no estado do Paraná, as marcas da presença indígena podem ser comprovadas por meio da denominação dos lugares, acidentes geográficos, fauna, flora, etc. O próprio nome “Paraná” significa, em Guarani, rio grande, caudaloso, semelhante ao mar (LIMA, 2006, p. 104).

Nos primeiros anos do século XVI, os espanhóis, em expedições exploratórias no oeste paranaense, conduzidos pelos indígenas, passaram pelo *Peabiru*. A ocupação e a exploração por parte da Coroa Espanhola na região oeste ocorreu pelos aldeamentos indígenas até o início do século XVII. Lima afirma que “os espanhóis fundaram o povoamento da Ciudad Real Del Guayrá pouco abaixo dos saltos de Sete Quedas na margem oriental do Rio Paraná, próximo do município de Guaíra” (LIMA, 2006, p. 105).

A Coroa Espanhola delegou à Companhia de Jesus, por meio dos padres jesuítas, a missão de “domesticar” e catequizar os índios, convertendo-os à fé católica. Lima afirma que “no auge da atuação jesuítica, o Guayrá chegou a abrigar 17 reduções e mais de 200 mil índios guaranis” (LIMA, 2006, p. 105).

No entanto, com o passar do tempo, as reduções tornaram-se uma “ameaça” para os espanhóis, pois além de serem autossuficientes, atraíam cada vez mais indígenas, ocasionando a escassez da mão de obra servil.

No século XVII, as reduções foram desmanteladas, por meio da Bandeira Paulista, que se deslocava para a região do Guayrá em busca de indígenas para serem vendidos como escravos.

Para Scarpato e Böhm, “as bandeiras paulistas foram responsáveis pelo fracasso da primeira tentativa de colonização realizada por espanhóis e jesuítas no oeste do Paraná” (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 26). Esse fator, aliado à dificuldade de acesso à região devido às densas matas, relegou o oeste e extremo oeste do Paraná ao esquecimento por parte da Coroa Espanhola e Portuguesa, até fins do século XIX, quando se inicia o processo de nacionalização da região com a vinda dos colonos sulistas, conforme apresentamos na subseção a seguir.

⁹ “De origem tupi ‘pe’... caminho+‘abiru’... aterrado, consertado: caminho conservado, consertado; ‘Peabiru’... caminho brando, suave” (FERREIRA, 1996, p. 512). O caminho partia da Capitania de São Vicente, em São Paulo, cortava o estado do Paraná de leste a oeste, até o Rio Paraná na altura da foz do Rio Piquiri.

2.1.2 A nacionalização da região de fronteira

Nas últimas décadas do século XIX, os interesses econômicos se voltaram novamente para a região oeste do Paraná. Naquele período, a região de fronteira já pertencia ao território brasileiro, conforme estabelecido pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777, assinado por Portugal e Espanha, o qual estabelecia o Rio Paraná como divisa dos domínios dos dois países.

No entanto, o Paraná, elevado à categoria de província em 1853, pelo fato de não possuir potencial humano e financeiro para colonizar essas terras e as mesmas localizarem-se em uma região de fronteira, era um espaço predominantemente ocupado por estrangeiros: paraguaios e argentinos. As riquezas naturais, erva-mate e madeira, eram exploradas por meio do sistema de *obrages*¹⁰, principalmente pela firma argentina de Domingos Barthe. A fronteira favorecia a exploração por parte dos estrangeiros que utilizavam o Rio Paraná para fazer o escoamento da produção.

Podemos comprovar a presença de Domingos Barthe em Itaipulândia por meio de um documento datado de 1905, no qual ele solicita ao Governo do Estado do Paraná uma porção de terra, próxima ao porto Sol de Maio, para a construção de casas e instalações industriais na região, visto que, este, juntamente com o porto de Santa Helena, era o local de desembarque. Apresentamos um trecho da carta de Barthe:

Estando abrindo estradas carreteiras destinadas a ligação das terras compradas com a navegação do mesmo rio, á fim de por ellas serem transportados os produtos de sua industria, e, precisando em tão longo percurso, estabelecer pontos para pouso das tropas, carretas, etc etc bem como, de terras de lavoura para cultura de cereaes, vem pedir por compra ao preço mínimo da Lei, duzentos hectares de terras em cada um dos seguintes kilometros de estrada; outrossim necessitando construir na barranca do rio Paraná casas e outras instalações industriais, requer que lhe seja concedido por aforamento perpetuo duzentos hectares de terras no porto [Sol de Maio] em que termina a estrada aberta pelos requerentes (WESTPHALEN, 1987, apud COLODEL, 1988, p. 65-66).

¹⁰ *Obrages* era a denominação dada às empresas, ou seja, “empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de trabalho de ‘servidão’, as quais contratavam trabalhadores locais (paraguaios) para o serviço braçal, chamados de *mensus* (GREGORY, 2002, p. 89, grifo do autor).

O pedido do argentino foi deferido pelo Governo do Estado do Paraná. De acordo com Colodel “a partir desta concessão, Domingos Barthe passou a controlar grande parte do comércio e exploração na região de Guarapuava até às margens do Rio Paraná, onde logrou ter dois portos de desembarque: Santa Helena e Sol de Maio” (COLODEL, 1988, p. 66).

Segundo Lima “os argentinos adquiriam facilmente concessões de terras do governo paranaense a preços baixos. No entanto, mesmo sem documentação ou autorização, iniciavam a exploração nativa” (LIMA, 2006, p. 108). A atuação, realizada por meio das *obrages*, tinha como único interesse a exploração das riquezas e não o povoamento da região.

A ocupação e a exploração das riquezas naturais por parte dos estrangeiros na fronteira foi evidenciada no cenário nacional a partir da passagem da Coluna Prestes pelo oeste paranaense, na década de 1920. Até então, o governo brasileiro e paranaense não tinham ciência do que estava ocorrendo em seu território. No entanto, as ações mais efetivas para a ocupação de brasileiros no oeste do estado iniciaram-se a partir de 1930 quando Getúlio Vargas tomou o poder. De acordo com Gregory (2002), a Revolução de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas, apoiado por alguns combatentes da Coluna Prestes, conhecedores da situação da região de fronteira, fez com que desencadeassem ações nacionalistas, entre elas:

- a) Assinatura de um decreto que exigia que as empresas tivessem no mínimo dois terços de trabalhadores brasileiros, a fim de dificultar o ingresso de paraguaios e argentinos;
- b) Projeto de criação do Território Federal do Iguazu, para que o Governo do Paraná passasse a atuar mais na região;
- c) Política de “Marcha para o Oeste”, incentivando o excedente populacional de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a migrarem para o oeste, estabelecendo pequenas propriedades agrícolas e agroindustriais.

Nesse cenário, podemos afirmar que a ocupação e a colonização do oeste ocorreram com a confluência de diferentes fatores, a nível nacional e mundial:

As empresas estrangeiras que atuavam no Oeste do Paraná faliram. As fazendas chamadas “obrages” foram adquiridas por capitais nacionais. Um outro fator que favoreceu o desenvolvimento do Oeste do Paraná foi a necessidade de madeira para atender a construção

civil para a já significativa urbanização brasileira e para a reconstrução da Europa, destruída pela Guerra (GREGORY, 2002, p. 92).

Como medida para nacionalizar a fronteira, o governo Vargas incentivou a instalação de colonizadoras particulares. Assim, a exploração da erva-mate e madeira foi substituída por pequenas propriedades agrícolas, formadas predominantemente por agricultores descendentes de alemães e italianos. A esse respeito, Gregory destaca que:

Selecionar agricultores que se adaptassem à região implicava em buscar o elemento humano euro-brasileiro do sul do Brasil, ou seja, descendentes de alemães, de italianos e outros imigrantes acostumados com a lida agrícola colonial da pequena propriedade. Dessa forma, o espaço teria sua estrutura fundiária, estradas, núcleos populacionais de acordo com a experiência do espaço colonial das antigas Colônias do Sul (GREGORY, 2002, p. 123).

Esse processo econômico viabilizou, na década de 1940, que as companhias colonizadoras adquirissem glebas de terras no oeste, as quais eram vendidas para os colonos sulistas. No que tange à colonização na região de fronteira, Wachowicz também salienta que:

Com o desenvolvimento da colonização em regime de pequena propriedade na região das barrancas do Rio Paraná, iniciava-se uma nova etapa histórica na região. As obras desapareceram e surgiram no lugar dos mensus o colono, vindo do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros Estados da Federação brasileira (WACHOWICZ, 1995, p. 165).

A preferência pelos chamados sulistas, assim denominados pela sua proveniência dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se deu, pois, “os sulistas dominavam a tecnologia agrícola dos descendentes de italianos e alemães, considerada mais evoluída, somatizando à condição de possuidores de recursos para a aquisição dos lotes” (STECA E FLORES, 2008, p. 113).

Com as políticas de incentivo para a colonização das terras do oeste, várias colonizadoras se instalaram na região. Dentre elas, podemos citar a *Meyer, Annes e Cia*, fundada em 1912, que criou um núcleo populacional nas margens do Rio São Francisco e dois nas margens do Rio Paraná: Santa Helena e Sol de Maio. Este último, compreendendo parte do território de Itaipulândia não prosperou, pois a

região era de difícil acesso e muito afastada. Na região de Itacorá, a Colonizadora Itacorá, do senhor Luiz Trentini Neto, foi responsável pela colonização.

Apesar de se encontrar registros da vinda dos primeiros colonos sulistas para o oeste do estado já a partir da década de 1940, a região onde atualmente se situa Itaipulândia iniciou o processo efetivo de colonização em 1960 com a chegada de imigrantes vindos, principalmente, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e da região sudoeste do Paraná. A atividade econômica inicial, ainda por um período de tempo, continuou sendo a extração da madeira e o comércio da erva-mate e, “à medida que a madeira ia sendo retirada, abria-se espaço para a entrada e plantação de hortelã, acompanhado de uma agricultura de subsistência (arroz, feijão, milho, batata e mandioca) e da suinocultura” (GERMANI, 2003, p. 24).

Mesmo havendo uma política, por parte do governo, incentivando imigrantes alemães e italianos para colonizar a região, quanto a sua origem, a população que compreende o cenário deste estudo é proveniente de dois fluxos migratórios: um vindo do sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), muitos com passagem anterior pelo sudoeste do Paraná; e outro do nordeste, Bahia e Minas Gerais, com passagem inicial pelo norte do Paraná, onde trabalhavam nas lavouras de café predominantemente.

Diante disso, a forma de ocupação e colonização desse espaço também foi diversa, pois “uns compraram as terras através de colonizadoras, já vieram com terra garantida; outros compraram quando chegaram; muitos compraram ‘o direito’, isto é, a posse, e outros abriram uma posse para si ou para vender para outros” (GERMANI, 2003, p. 55, grifo da autora). As diferentes formas de apropriação da terra também foram marcantes e se manifestaram, no território que compreende atualmente o município de Itaipulândia, no período das desapropriações da Itaipu.

Como parte do processo histórico de constituição do município de Itaipulândia está atrelada à Itacorá, apresentamos, também, na subseção 2.1.3, um breve relato histórico da colonização dessa vila, citada em mapas antigos da hidrografia do Paraná, desde 1759, de acordo com pesquisas realizadas por Scarpato e Böhm (2006).

2.1.3 O processo de colonização e povoamento de Itacorá e Aparecidinha do Oeste

Tanto a colonização de Itacorá, quanto de Aparecidinha ocorreram no início da década de 1960. No entanto, a vila de Itacorá prosperou mais rapidamente em contingente populacional e infraestrutura.

Itacorá localizava-se às margens do Rio Paraná, na antiga rodovia Guaíra/Foz (submersa pelo Lago de Itaipu). A rodovia também era conhecida como Caminho das Quedas, pelo fato de ligar as Cataratas, em Foz do Iguaçu, às Sete Quedas, em Guaíra.

Apesar de algumas famílias já viverem na região há mais tempo, Itacorá somente passou a tomar forma de povoado a partir da instalação da Colonizadora Itacorá, do senhor Luiz Trentini Neto. Ele adquiriu, em 1960, do argentino Patrício Moleda, uma área de 1600 hectares, a fim de fundar o povoado.

De acordo com Scarpato e Böhm (2006) a área de terra adquirida por Trentini foi dividida em lotes urbanos e rurais e vendida para colonos provenientes, em sua maioria, das cidades de Palmeira das Missões, Sarandi, Panambi e Frederico Westfalen, do Rio Grande do Sul.

A vila de Itacorá prosperou rapidamente, atraindo muitos colonos, descendentes de imigrantes italianos e alemães, atraídos pela topografia plana e fertilidade das terras da região. Em 24/05/1966, pela Lei Estadual nº 5.340, foi elevada à categoria de distrito administrativo de São Miguel do Iguaçu,

A principal base econômica de Itacorá era a agricultura. Na década de 1980, já possuía hospital, farmácias, escolas públicas e particulares, postos de combustíveis, agência bancária, destacamento da polícia militar, correio, cartório, escritório de contabilidade, hotéis, cinema, serviços de transporte coletivo. Era um distrito próspero e seus habitantes alimentavam a esperança de torná-lo município em breve, conforme relato de um morador da região.

*./.../ se não tivesse sido alagado (+) Aparecidinha quem sabe ia sê uma vilazi::nha um distritozi::nho(+) daí município era ITACORÁ(+)
Itacorá tava concorrendo com MISSAL e Vera Cruz do OESTE. Era o distrito mais forte que que tinha na região ali. (Informante 5).*

A foto a seguir (figura 04), ilustra a avenida principal de Itacorá, denominada pelos moradores de *estradaõ*.

Figura 04 - Avenida principal do distrito de Itacorá por onde passava o *estradaõ*



Fonte: Casa da Memória Itacorá– Itaipulândia, PR

Na foto (figura 04), podemos observar um grande número de pessoas em cima de caminhões, uma cena comum na região, naquele período, demonstrando hábitos culturais dos moradores que, utilizavam-se de caminhões como meios de transporte para se locomover até os clubes, jogos de futebol, missas, festas, etc.

Paralelamente à colonização de Itacorá, em 1961, iniciou-se a colonização de Aparecidinha do Oeste. O senhor Francisco Dornelles Taborda adquiriu 800 alqueires de terra como posse, na Gleba Guairacá, passando a loteá-los e vendê-los também para agricultores provenientes dos estados do sul, alguns com passagem pelo sudoeste do Paraná. A maioria das terras era escriturada, porém não registrada em cartório. Os pioneiros a adquiriam via compra de direito de posse, pois como grande parte dela era de propriedade do Estado, os posseiros, para não correr o risco de perdê-la, a revendiam em lotes menores. Este fator dificultava o despejo em virtude do grande número de famílias já instaladas. A situação das propriedades só foi legalizada em 1977, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para que a Itaipu pudesse pagar as indenizações.

Em 1965, em meio a divergências entre Francisco Dornelles Taborda e os pioneiros que já haviam se instalado, foi escolhido o local para a formação oficial da vila de Aparecidinha do Oeste, assim denominada em função da localização geográfica e da santa padroeira da localidade: Nossa Senhora Aparecida. A discussão era se a sede ficaria no lado sul ou lado norte do Córrego Lambari, localizado entre Aparecidinha do Oeste e a atual comunidade de Santa Inês. “A definição só ocorreu quando [...] o Sr. Taborda ficou detido na cadeia pública do município de Foz do Iguaçu e, aproveitando-se desta situação, os demais moradores optaram pelo lado sul do córrego” (FERREIRA, J., 1996, p. 349), hoje a atual sede do município.

Inicialmente, todo o serviço de comércio era realizado em Itacorá. Aos poucos, a vila de Aparecidinha do Oeste foi se solidificando com instalação de casas comerciais, uma igreja, que também servia de escola e, em meados da década de 1960, foi construída a primeira estrada, ligando Itacorá a São Miguel do Iguaçu, passando por Aparecidinha do Oeste.

A região também foi marcada pelo cultivo da hortelã, no início da década de 1970, atraindo, com isso, migrantes nortistas¹¹, como eram chamados pela população local. “O cultivo da hortelã foi, sem dúvida, um marco muito importante para o crescimento e desenvolvimento econômico e agrícola da maioria das propriedades rurais do nosso município” (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 86), pois atraiu muitas famílias para o local. Muitos “nortistas”, além de se ocupar no cultivo da hortelã, também passaram a trabalhar como diaristas para os agricultores sulistas, conforme narra um dos informantes:

Tinha muita gente nortista e hortelã nessa terra/.../plantador de hortelã era só mineiro, baiano, nortista /.../ eu trabalhava com boi, carroça, comprei triadera, eu precisei de peão então procurei eles (+) /.../ eu arrumava se eu precisava de oito, deis peão eu ia lá e arrumava eles. Só que tinha que ensiná eles, que nem alcançá o soja na mesa da triadera que a gente fazia a muque, você tinha que explicá pra eles. Trabalhavam, só que tinha que explica porque a vida deles era mexer com hortelã, outra coisa eles não sabiam (Informante 2).

Contudo, a terra nativa, em 4 ou 5 anos de cultivo dessa cultura, tornava-se inviável. Assim, culminando com o período das desapropriações da Itaipu, muitas

¹¹ *Nortistas* era/é a denominação dada aos nordestinos, mineiros e paulistas que chegaram a esta região com passagem anterior pelo norte do Paraná.

famílias de nortistas migraram para o Paraguai em busca de solo apropriado, outras, continuaram residindo no município. A mão de obra dos nortistas foi fundamental para o desenvolvimento da cultura da hortelã, considerando que os sulistas não se submetiam a essa forma de trabalho.

Apesar das dificuldades iniciais de trabalho e de acesso à região até a década de 1970, muitas das terras já se encontravam mecanizadas e os povoados organizados. Aparecidinha do Oeste já possuía uma Igreja Católica e alguns serviços de comércio. Quanto a Itacorá, o crescimento foi mais acelerado e configurava-se como um provável município. No entanto, um elemento novo entra em cena mudando o curso da história tanto de Itacorá quanto de Aparecidinha: a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Na próxima seção, abordamos como a Itaipu se insere nesse contexto e afeta a trajetória da população local e das comunidades da região.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

A região do extremo oeste do Paraná, recém colonizada e em processo de organização das comunidades, sofreu um grande impacto em meados da década de 1970: a notícia da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O impacto foi maior nos 8 municípios¹² às margens do Rio Paraná que, inevitavelmente, seriam atingidos pelas águas do reservatório. Naquele período, enquanto algumas comunidades estavam ainda se organizando em termos de estrutura fundiária, outras já se encontravam em pleno desenvolvimento e com boas perspectivas de crescimento, como é o caso do distrito de Itacorá.

Como a área do reservatório¹³ era extensa, as notícias começaram a se espalhar de forma confusa entre os moradores das regiões atingidas e eram

¹² Em 1982, ano da formação do lago de Itaipu, os municípios atingidos foram, de acordo com Gemani (2003): Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Terra Roxa. Depois do alagamento houve a emancipação político administrativa de 7 municípios: Itaipulândia, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Diamante do Oeste. Atualmente são 15 os municípios às margens do Lago de Itaipu.

¹³ O reservatório de Itaipu possui uma área de 1.350 km². Incluindo a faixa de proteção do Lago, a área desapropriada pela Binacional chegou a 1.800 km² (1.000 no Brasil e 800 no Paraguai).

recebidas com certo descrédito. Segundo um desapropriado, o comentário era grande, mas não oficial:

Tu ouvia fala MUITO dessas coisa (+) tu ouvia fala MUITO porque quando eles ergueram uma placa lá perto de Foz do Iguaçu /.../ tinha no:: num buEro eles colocaram uma placa e nós cruzava de ônibus e tava escrito ITAIPU todo mundo passava de ônibus, o que é essa placa ITAIPU e hoje tá aí essa ITAIPU (+) antes de nós sabê de nada já tinha aquela placa lá indicando ITAIPU /.../ (Informante 2).

O relato evidencia que o empreendimento de Itaipu foi decidido, oficializado entre o Brasil e o Paraguai sem a consulta aos grandes envolvidos: moradores das áreas atingidas. Conforme afirma o agricultor, em meados da década de 1970, uma placa anunciava “ITAIPU”, no entanto, já em 1967, os dois países haviam assinado o Convênio de Cooperação entre suas centrais elétricas, no caso, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e a Administração Nacional de Eletricidade - ANDE, do Paraguai. Em 23 de abril de 1973, foi oficializado o acordo, ou melhor, o Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai para a exploração dos recursos hídricos do Rio Paraná.

No contexto da construção da Usina, que seria a maior geradora de energia do Brasil e do mundo, convergem sentidos antagônicos. De um lado, a modernidade e o progresso propalado pela Binacional, promovendo o crescimento industrial via produção energética. Do outro, as pessoas atingidas pela barragem, as quais apenas foram comunicadas que deveriam deixar seu espaço e procurar outro local para construir suas vidas. Para eles, a modernidade e o progresso são vazios dos sentidos atribuídos pela Itaipu. Para os atingidos, a Binacional representou a desestruturação de suas vidas, dos laços comunitários e familiares construídos, o medo e as incertezas diante do futuro.

A Usina de Itaipu provocou uma nova territorialização e rearranjos socioeconômicos na região do extremo oeste do Paraná. Sua construção está atrelada a políticas desenvolvimentistas e intervencionistas do estado, que se consolidaram no Brasil a partir da década de 1950. Nas palavras de Lima:

No cerne da conjuntura desenvolvimentista, a construção de uma grande obra fez parte de um anseio por um ritmo célere de desenvolvimento industrial, voltado à ideia de um Brasil grande, em crescimento econômico. Dessa forma, Itaipu seria consequência de

uma expansão econômica que deveria colocar o Brasil na categoria de desenvolvido (LIMA, 2006, p. 41).

Segundo a autora, a construção de Itaipu se inseriu em um contexto histórico brasileiro em que o setor elétrico do país era marcado por grandes projetos hidrelétricos. O assunto ganhou força a partir de 1973, com a primeira crise do petróleo e, desde então, recebeu destaque nas questões econômicas, sociais e políticas.

O empreendimento Binacional Itaipu, até chegar a sua consolidação em 1982, foi fruto de muitas discórdias e acordos entre o Paraguai e o Brasil. Ambos os países possuem como limite de suas divisas o Rio Paraná, com uma extensão de 190 km até a foz do Rio Iguaçu, famoso por suas águas correntes e a profundidade do seu leito. O Rio Paraná era o limite entre o Brasil e o Paraguai na região do extremo oeste paranaense de Guaíra a Foz do Iguaçu, e tinha as características propícias para a efetivação do projeto de construção da Hidrelétrica:

O Rio Paraná apresentava as mais privilegiadas condições, com a vantagem adicional de comportar uma usina gigantesca mediante alagamento de uma área relativamente pequena, graças ao grande desnível (120 metros) existente entre o alto dos Saltos de Sete Quedas, em Guaíra, e o ponto onde seria erguida a barragem de Itaipu, 190 quilômetros rio abaixo, além do fato de seu leito natural ser um vale profundo (MAZZAROLLO, 2003, p. 39).

Os primeiros estudos para o aproveitamento hidráulico do Rio Paraná foram realizados ainda no governo de Juscelino Kubitschek, “caracterizado pelos grandes projetos e investimentos públicos” (GERMANI, 2003, p. 29). No entanto, naquele período, os estudos concentravam-se nos Saltos das Sete Quedas, em Guaíra. A intenção inicial era a construção de uma usina exclusivamente brasileira. Mazzarollo (2003) afirma que em 1961, no governo de Jânio Quadros, o engenheiro militar Pedro Henrique Rupp fez o primeiro esboço do projeto, no qual o desvio do Rio Paraná seria feito antes de ele atingir a fronteira com o Paraguai. Em 1962, já no governo de João Goulart, Otávio Marcondes Ferraz foi encarregado de aprofundar os estudos para a construção da chamada Usina de Sete Quedas. Ele retomou a proposta de Rupp, quanto à construção de uma usina exclusivamente brasileira.

O governo do Paraguai reagiu, pois o projeto lhe tiraria a possibilidade de também explorar o potencial energético do Rio Paraná, sobre o qual tinha o mesmo direito que o Brasil.

Diante desta situação de tensão, aliada à crise de abastecimento de energia vivida pelo Brasil no período, o presidente brasileiro, João Goulart, e o paraguaio, Alfredo Stroessner, assinaram um documento que estabelecia que “qualquer utilização das águas fronteiriças só se daria mediante consentimento mútuo e cooperação entre os dois países” (MAZZAROLLO, 2003, p. 22).

No entanto, os conflitos entre Brasil e Paraguai também se davam em relação a disputas de fronteiras, o que agravava ainda mais as relações entre os dois países. Em 22/06/1966, os chanceleres do Brasil e do Paraguai se reuniram para a assinatura da “Ata do Iguazu”, que estabelecia, em comum acordo, a exploração energética produzida pelo Rio Paraná do Salto das Sete Quedas à foz do Rio Iguazu. Desse modo, conforme destaca Mazzarollo (2003), a disputa territorial e de fronteira entre os dois países deu lugar ao projeto hidrelétrico.

Para a realização do empreendimento, o Tratado de Itaipu, assinado em 1973, previu a constituição de uma empresa binacional, oficialmente constituída em 17/05/1974, tendo como diretores gerais, o general brasileiro José Costa Cavalcanti e o engenheiro paraguaio Enzo Debernardi.

Inicialmente, os estudos apontaram duas possibilidades: a construção de uma única usina, ou duas de proporções menores. No entanto, optou-se pela construção de uma usina de porte monumental: a Itaipu. O nome foi dado em virtude de que no trecho do Rio escolhido, para levantar a barragem, encontrava-se uma ilha chamada *Itaipu*¹⁴.

As obras para a construção da Hidrelétrica iniciaram-se em maio de 1975, com a abertura do canal de desvio do leito do Rio Paraná, com uma proporção de 2.000 metros de comprimento, 150 de largura e 90 de profundidade.

Firmado o acordo para a construção e início das obras, a efetivação do projeto Itaipu encontrou outro empecilho: a desocupação ou desapropriação da área que seria inundada. Esse processo não foi pacífico como esperavam os técnicos. Além de revelar os problemas agrários existentes na região, gerou questionamentos e movimentos contrários à realização da obra, conforme afirma Mazzarollo:

¹⁴ “O termo “*itaipu*” vem do tupi “*ita*”... pedra + “*y*”... água, rio + “*pu (puo)*”... estourar, rebentar: água que estoura nas pedras, água que canta, água que marulha” (FERREIRA, 1996. p. 149).

O que, segundo esperavam os dirigentes da Itaipu, deveria ser uma rendição conformada e patriótica da população desapropriada acabou se constituindo numa triste vergonha a cercar a construção da grandiosa obra (MAZZAROLLO, 2003, p. 40).

A legalidade das desapropriações foi fundamentada no artigo XVII do tratado de criação de Itaipu, o qual previa:

As altas partes contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a construir servidão sobre as mesmas.

Parágrafo 19 – A delimitação de tais áreas estará a cargo da Itaipu *ad referendum* das altas partes contratadas.

Parágrafo 29 – Será responsabilidade da Itaipu o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas (Tratado de Itaipu, apud GERMANI, 2003, p. 45-46).

Em 1973 e 1974, Itaipu fez um censo preliminar da área a ser alagada. As primeiras propostas de indenização ocorreram após este levantamento e esclarecimentos à população por meio de reuniões nos municípios e distritos atingidos, divulgação de pôsteres, cartazes com artistas como Lima Duarte, Teixerinha, destacando a importância e a grandiosidade da obra. Itaipu lançava sobre os desapropriados a ideia de que eles também deveriam colaborar e sacrificar-se para a efetivação da maior Hidrelétrica do mundo.

O objetivo das reuniões era tranquilizar o povo, garantindo que se pagaria “o preço justo”. A proposta da Binacional era de que até 1978 todas as terras estariam indenizadas, o que não ocorreu, pois a ocupação do território “não se deu de forma homogênea, o que faz com que encontremos, na área, diferentes formas de apropriação de terra, que vão se manifestar através da presença de proprietários e posseiros em toda região” (GERMANI, 2003, p. 26).

Perante a situação em que se encontravam as terras, para efetuar as desapropriações, Itaipu buscou auxílio de outras instituições como, o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O INCRA, legalmente responsável pelo reassentamento, limitou-se a trabalhar na regularização das terras. Quanto ao reassentamento, o INCRA e a Itaipu apenas indicaram as colonizadoras consideradas legais. “[...] todas essas

colonizadoras ofereciam terras em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sul do Pará, Acre, Rondônia, enfim, nos locais onde há interesses em que sejam dirigidos os fluxos migratórios provocados pela Itaipu” (GERMANI, 2003, p. 43), fator que causou a dispersão de muitas famílias.

Em 1977, iniciaram-se as desapropriações, de forma aleatória, nos municípios margeados pelo Rio Paraná. Germani (2003) salienta que, nesse período, ocorria a compra das terras, mas só em 1979 foi assinado o decreto de desapropriação da área do reservatório, declarando-o de utilidade pública. Segundo a autora, a Itaipu justificou o fato alegando que havia inicialmente a necessidade de regularização fundiária de terras que abrangiam o município de Santa Helena e São Miguel do Iguaçu por parte do INCRA. Quanto a este último, tratava-se da Gleba Sol de Maio, pertencente hoje ao território de Itaipulândia.

As indenizações trazem consigo o descontentamento da população com relação aos preços oferecidos pela Binacional. Diante dessa constatação, ainda em 1977, padres da Igreja Católica e pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) iniciaram reuniões nas comunidades para discutir a questão. Buscaram auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁵, que passou a ser um órgão bastante atuante entre os desapropriados.

Em março de 1978 foi organizado o projeto “Arca de Noé”, com o objetivo de formar grupos entre os desapropriados para discutir sobre os problemas enfrentados e organizarem-se para a defesa de seus direitos. Conforme Germani:

Foram formados 20 grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon. [...] As questões básicas levantadas em suas discussões referiam-se: a) à necessidade de conseguir um melhor preço para as terras; e b) que o governo passasse a se preocupar com o reassentamento dos expropriados (GERMANI, 2003, p. 81).

Diversas instituições passaram a apoiar a causa dos desapropriados, tais como, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná (FETAEP), a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná (CPJP) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na

¹⁵ A Comissão Pastoral da Terra, com sede em Goiânia, é um órgão criado em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encarregada de organizar a ação da Igreja Católica no campo.

Agricultura (CONTAG), além de deputados federais e estaduais e lideranças da Igreja Católica e Evangélica.

No embate entre Itaipu e os desapropriados, foram realizadas assembleias para a discussão dos problemas e redigidos documentos expondo as angústias e reivindicações. Em agosto de 1978, a Comissão Pastoral da Terra publicou um documento de 51 páginas, intitulado “O mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná”. O documento teve repercussão nacional e internacional evidenciando os conflitos entre Itaipu e os desapropriados.

Em outubro do mesmo ano, em assembleia realizada em Santa Helena, foi redigido e aprovado o “documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu”. Nele, foram expostas 15 reivindicações, entre elas: melhores preços, indenização até o final de 1978, posseiros receber no mínimo 50% do valor da terra, indenização da eletrificação rural e maquinário, entre outras.

Diante da relutância da Itaipu em atender as reivindicações, em julho de 1980, os agricultores se reuniram em frente ao escritório da Itaipu, em Santa Helena, trancaram a rua e fixaram faixas e cartazes. Iniciou-se assim, o “Movimento Justiça e Terra”. Passados 16 dias, a Itaipu se comprometeu em atender as principais reivindicações e o acampamento foi desfeito.

No entanto, os resultados alcançados ainda foram insatisfatórios. Após assembleia realizada em março de 1981, em Itacorá, os desapropriados decidiram marchar para Foz do Iguaçu, ocupando o canteiro de obras da Itaipu. Como a entrada não foi permitida, ocuparam o trevo de acesso ao Centro Executivo da Itaipu Binacional, por eles intitulado de “Trevo da Vergonha” (Figura 05).

Figura 05 - Acampamento dos desapropriados em Foz do Iguaçu



Fonte: Casa da Memória Itacorá - Itaipulândia, PR

A foto (figura 05) demonstra o acampamento improvisado dos agricultores. Apesar de haver a participação de mulheres no movimento, estas, geralmente, ficavam em casa cuidando dos filhos e do trabalho na propriedade, indo apenas visitar os maridos, quando possível. A narrativa do informante 7 contextualiza como foi a chegada dos desapropriados ao trevo de acesso à Itaipu e os embates que tiveram com as autoridades militares:

EM FOZ ia marchando, marchando até naquele trevo, a polícia atacô lá nós tava junto e tudo. Ia indo o comboio do trevo aí que vai pra Foz até lá no outro trevo fomos de a pé né, marchando daí quando chegemo lá eles calçaram eles/ ((P: o batalhão da polícia?)) não era o batalhão era os segurança da Itaipu lá. Deu um choque, né naquele tempo a gente era/ (Informante 7).

A narrativa confirma que a intenção inicial do movimento dos desapropriados era montar acampamento em frente ao canteiro de obras da Itaipu, para o qual marchavam com cartazes e faixas de protesto. No entanto, foram recebidos por policiais e seguranças da Itaipu e impedidos de lá instalarem-se. Assim, retornam até o trevo de acesso à Itaipu e lá ficam acampados por 54 dias.

Após 54 dias de mobilização, os desapropriados e a Itaipu entram em acordo, pois esta aceitou 80% das reivindicações.

Em meio a todos os impasses, a construção da Hidrelétrica continuava. Em outubro de 1982, foi concluída a construção da barragem, as comportas foram fechadas, formando, em 14 dias, o Lago Artificial de Itaipu, com uma extensão de 1.350 km².

A construção de Itaipu foi polêmica e dividiu opiniões desde a sua “gestação”. Inicialmente a nível internacional, envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina. Depois, a escolha do local adequado, bem como a decisão de se fazer uma ou duas usinas de porte menor. Também houve alguns embates com o governo do estado do Paraná, que estava recebendo uma obra faraônica sem ser consultado, gerando inquietude nos municípios atingidos. Sobre o assunto, Germani salienta:

Se as vozes dos parlamentares foram insuficientes para impedir ou modificar uma linha sequer dos planos já estabelecidos, por sua vez, as débeis manifestações dos prefeitos dos municípios diretamente atingidos, quando houve, foram tão somente no sentido de pedir alguma compensação pelo prejuízo que representava aos seus municípios a perda de áreas produtivas [...] (GERMANI, 2003, p. 42).

Do outro lado do embate estavam as pessoas que residiam nos municípios afetados pelo reservatório de Itaipu, as quais, aos poucos, também se organizaram em movimentos para exigir melhores preços por suas terras.

O Lago de Itaipu deixou submersas terras férteis. A compensação financeira aos municípios atingidos veio em forma de *royalties* pagos pela Binacional. A Constituição Federal de 1988 determinou o pagamento de *royalties* a estados e municípios afetados pela exploração energética. Em 1991, com a criação da Lei dos Royalties, regulamentando o dispositivo constitucional, os municípios e governos estaduais passaram a ter direito ao benefício.

Quanto ao cenário de pesquisa, a notícia do pagamento dos *royalties*, foi a motivação para o pequeno distrito de Aparecidinha lutar pela sua emancipação política e administrativa. Novamente, nesse contexto, convergem sentidos antagônicos, pois se a Itaipu, para os desapropriados, representou perdas e a desestruturação de suas vidas, para Aparecidinha foi um recomeço com maiores possibilidades de crescimento e desenvolvimento. É o que explicitamos na próxima seção.

2.3 ITAIPULÂNDIA: “NOVO SONHO, NOVO RETRATO”

A importância que a construção da Itaipu e o consequente pagamento dos *royalties* tiveram para a consolidação do município de Itaipulândia encontra-se registrado no Hino Municipal:

Aparecidinha do Oeste
Embalada num sonho abstrato
De Itaipu herdeira do Lago
Novo sonho, novo retrato
[...]

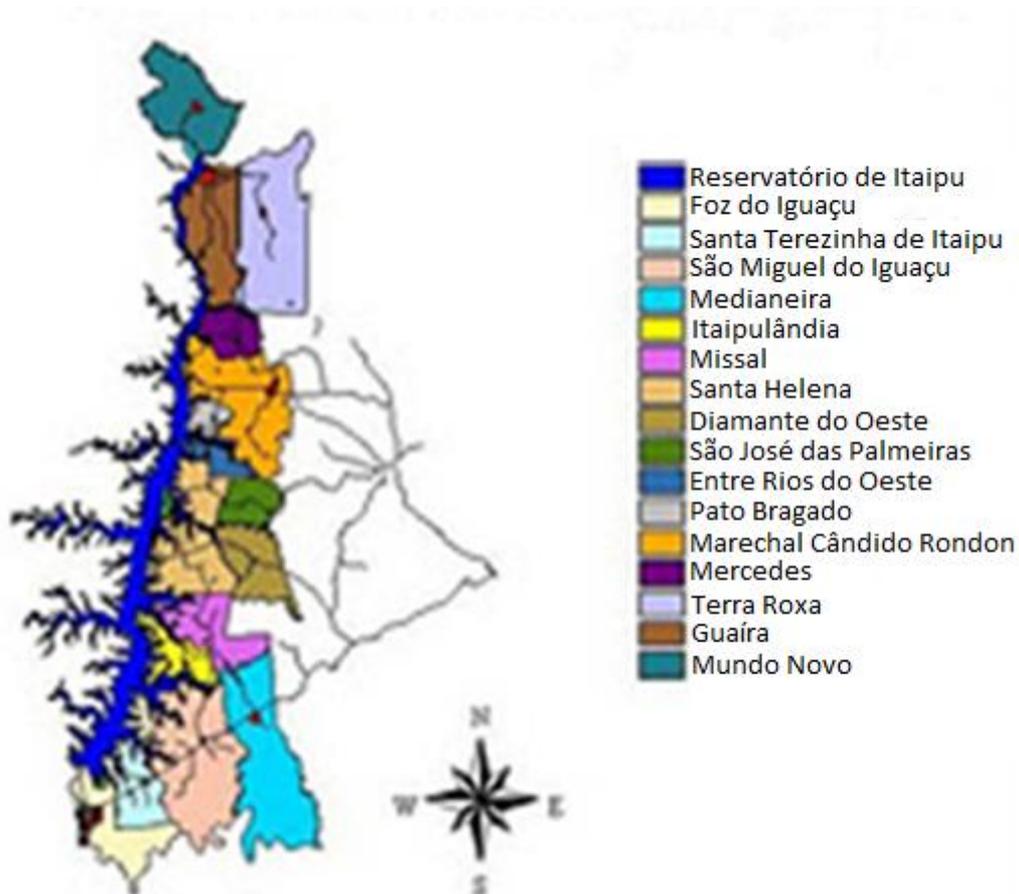
O Lago é concebido, politicamente, como uma herança, portanto, algo positivo, que possibilitou ao pequeno distrito sair de um “*sonho abstrato*” e tornar-se município. Com o Lago, a “vila” ganha um “*novo retrato*”, não apenas no aspecto físico e geográfico, mas um novo retrato socioeconômico. No quarto capítulo, exploramos de forma mais detalhada o hino e demais símbolos municipais e sua relação com a Itaipu e a tentativa de construção de uma identidade para o município. Por ora, na subseção a seguir, apresentamos os impactos da construção de Itaipu em Aparecidinha do Oeste e região e como foram os primeiros anos após a construção da Hidrelétrica até a formação do município de Itaipulândia.

2.3.1 Os impactos da construção de Itaipu em Aparecidinha do Oeste

A Itaipu Binacional desapropriou e indenizou uma área total de 111.332 hectares, incluindo a área de reflorestamento marginal ao reservatório. Segundo Germani (2003), toda esta área era habitada por 42.444 brasileiros, dos quais 38.445 residentes na área rural. Ao todo foram 8 municípios paranaenses atingidos diretamente: Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguazu e Foz do Iguazu. Atualmente, o Lago banha 15 municípios do Estado do Paraná, pois, a partir de 1982, alguns distritos dos municípios alagados se emanciparam, formando novos municípios: Itaipulândia,

Missal, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste¹⁶ e São José das Palmeiras. O Lago também margeia o município de Mundo Novo no Mato Grosso do Sul, além do território do Paraguai, em uma extensão de 190 km de Foz do Iguaçu a Guaira. O mapa, da figura 06, ilustra os municípios atingidos pelo reservatório de Itaipu.

Figura 06 - Mapa dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu



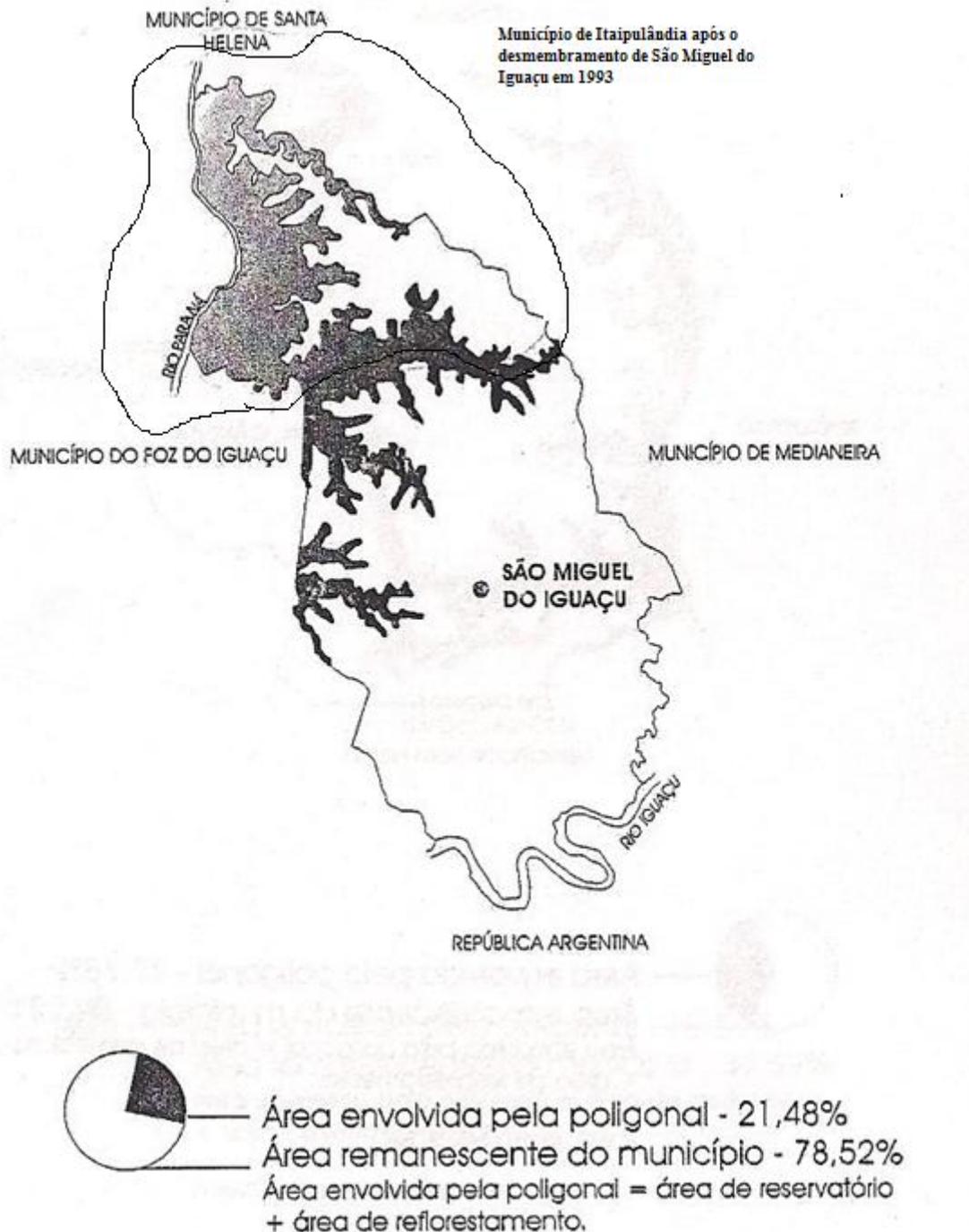
Fonte: Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

Em relação ao município de São Miguel do Iguaçu, do qual fazia parte o território atual de Itaipulândia, o mesmo possuía uma área total de 122.188 hectares, destes 26.253 hectares foram desapropriados, atingindo uma população total de 8.639 habitantes e 1.778 propriedades. A maior parte dessa área estava localizada

¹⁶ Com a emancipação do município de Diamante do Oeste, Matelândia deixou de ser lindeira ao Lago de Itaipu.

no distrito de Itacorá. No mapa da figura 07, é possível visualizar a configuração geográfica do município de São Miguel do Iguaçu com a formação do Lago de Itaipu.

Figura 07- Mapa do município de São Miguel do Iguaçu com área inundada



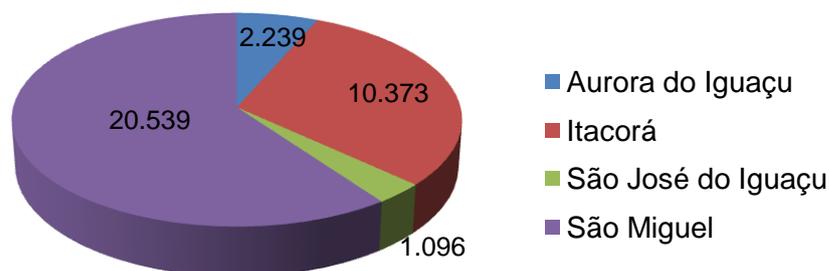
Fonte: GERMANI, 2003, p. 191.

A parte circulada no mapa da figura 07, corresponde ao território de Itaipurulândia. Conforme podemos perceber, este ficou praticamente ilhado pelo Lago

de Itaipu, o que o separou da sede do município de São Miguel do Iguaçu. Além disso, muitas comunidades que se formaram a partir de 1960, foram totalmente submersas, como por exemplo: Itacorá, Inhuverá, Aratinga (Machadinho), Buritama, Moema, Araticum, Butiá, Caturetã, Ingá e Dorados. Outras foram parcialmente atingidas, alterando sua configuração geográfica e o contingente populacional, pois muitos moradores optaram por vender as terras remanescentes¹⁷ e procurar outro espaço para viver.

São Miguel do Iguaçu, na década de 1980, possuía 4 distritos administrativos, entre eles Itacorá. A população total do município era de 34.247 habitantes. Na figura 08 apresentamos a população total de cada distrito.

Figura 08- População dos distritos de São Miguel do Iguaçu- censo de 1980



Fonte: biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital_publicações_multiplo.php?...C...

Cabe destacar quanto ao número de habitantes em Itacorá que, provavelmente, como o censo foi realizado em 1980, muitas famílias já haviam sido desapropriadas e haviam deixado o distrito, pois o jornal “Estado do Paraná”, de 1978, trazia como manchete “Em Itacorá, quinze mil pessoas aguardam veredicto” referindo-se às desapropriações.

¹⁷ *Terras remanescentes* é a porção de terra que restou e não foi desapropriada. Nas comunidades que, atualmente, formam o município de Itaipulândia, muitas propriedades foram parcialmente atingidas, ficando uma porção de terras remanescentes aos seus proprietários. No entanto, estas terras, geralmente, eram insuficientes para prover o sustento da família, obrigando seu proprietário a vendê-las.

Com a notícia da construção da Hidrelétrica de Itaipu, e o alagamento total do distrito de Itacorá, no dia 29 de dezembro de 1980, as vilas de Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó foram elevadas à categoria de distritos administrativos de São Miguel do Iguaçu, pela Lei Estadual nº 7438 e 7439, respectivamente.

O distrito de Aparecidinha, pela sua localização geográfica, passou a receber grande parte da infraestrutura de Itacorá. Esse fator alimentou, na população local, perspectivas de crescimento e desenvolvimento, pois também se acreditava que considerável parcela da população de Itacorá se deslocaria até o distrito, o que não ocorreu efetivamente. Scarpato e Böhm afirmam que “apesar de ter se desenvolvido uma vila de porte razoável, isso não foi suficiente para manter a população no distrito, uma vez que até a área de plantio tornou-se relativamente pequena devido ao alagamento” (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 121). Quanto à população desapropriada, muitos preferiram procurar outros estados e municípios para residir. Alguns, por medo de ficarem na região, outros com perspectivas de conseguir comprar maiores áreas de terra com o dinheiro recebido da indenização. O medo do que se tornaria o lugar, segundo relatos dos informantes que optaram em permanecer, era uma das maiores angústias.

./.../ do pessoal que saiu daqui que eu sei, saíram de MEDO. Medo porque eles falavam que aqui ia da mui::ta doença (+) porque a água ia se uma água muito parada (+) ia dá febre amarela ia dá doença do tifo ./.../ (Informante 2).

Se, por um lado, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu trouxe desenvolvimento e progresso para a região, por outro, causou grandes impactos não só na estrutura geopolítica, mas, principalmente, na vida dos atingidos pela barragem, os quais tiveram que novamente se reestruturar. Em relação às interferências que Itaipu causou no cenário geográfico e populacional da região, Lima acrescenta:

Se num passado mais distante a região foi alvo de uma ocupação planejada com o intuito de promover a brasilidade da fronteira, num passado mais recente, novamente, o governo tomou a iniciativa de interferir nesse *habitat*. Dessa vez com um projeto arrojado, que interferiu no meio ambiente e desapropriou migrantes que anteriormente havia atraído para a região (LIMA, 2006, p. 305).

No território que abrange o município de Itaipulândia, além de haver deslocamento populacional, a paisagem sofreu transformações, a vegetação, as estradas e as vilas foram encobertas por um grande Lago com 1.350 km² de superfície: 780 km² em território brasileiro e 570 km² em território paraguaio.

Com o alagamento e a transferência de boa parte da infraestrutura de Itacorá para Aparecidinha do Oeste, nos primeiros anos da década de 1980, acreditava-se que a comunidade iria prosperar rapidamente. No entanto, isso não ocorreu. Scarpato e Böhm afirmam:

Logo se percebeu que não haveria sustentabilidade e viabilidade econômica, pois aos poucos a população foi diminuindo. O hospital que havia sido instalado fechou as portas e deixou de atender a população. O mesmo aconteceu com a agência bancária do Bradesco [...]. Comerciantes estavam deixando o distrito para investirem em outras cidades [...] (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 124).

Além disso, a distância geográfica do município sede era de 35 km, o que acabou resultando em certo isolamento da população local em relação a São Miguel do Iguçu. Esse contexto, aliado à notícia de que a Itaipu passaria a pagar *royalties* aos municípios atingidos pela barragem, impulsionou a população e as lideranças políticas locais a iniciar o movimento para a emancipação política e administrativa de Aparecidinha do Oeste, hoje Itaipulândia. Esse processo é abordado na subseção a seguir.

2.3.2 A formação do município de Itaipulândia

Com o intuito de emancipar-se de São Miguel do Iguçu, é formada, em fevereiro de 1989, uma Comissão Pró-Emancipação, no distrito de Aparecidinha. A comissão organizou reuniões com a comunidade local, bem como a documentação necessária a fim de efetivar o projeto. Ela era formada por: Domingos Viar, Lotário Oto Knob, João Kazmirczak, Romeu Manteufel, Irineu Friedrich, David de Oliveira, Paulo Rene Pauli.

O anseio de tornar Aparecidinha município partiu da própria população que manifestava essa vontade durante campanhas políticas realizadas em 1988, pelo então representante a vice-prefeito de São Miguel do Iguaçu. Segundo ele:

Em 88 eu era candidato a vice-prefeito por São Miguel do Iguaçu e aí quando se fazia campanha aqui na nossa região (+) nosso atual município de Itaipulândia (+) o pessoal falava isso quase que diariamente que não adianta votá:: o povo tava mui::to desacreditado/.../(L. O. K.).

Apesar de a maioria da população aprovar o desmembramento de São Miguel do Iguaçu, havia algumas pessoas contrárias e que não acreditavam na autossustentabilidade do município. As lideranças políticas de São Miguel do Iguaçu também tentaram criar alguns empecilhos quanto à emancipação de Aparecidinha, quando ficaram sabendo que o pagamento dos *royalties* seria realizado com base na área de terra desapropriada pela Itaipu, o que correspondia à maior parte do território do distrito. Conforme Scarpato e Böhm, “definida a questão dos *royalties*, a administração de São Miguel do Iguaçu passou a interferir [...] tanto que chegaram a correr paralelos na Assembleia Legislativa dois projetos com mapas diferentes [...]” (SCARPATO E BÖHM, 2006, p. 128).

Naquele período, a população do distrito era de 5.229 habitantes, dos quais 2.233 eram eleitores. Após a realização de um plebiscito que resultou em 95% de votos favoráveis à emancipação, pela Lei Estadual nº 9.908, de 19 de março de 1992, o distrito de Aparecidinha do Oeste, juntamente com São José do Itavó, desmembra-se de São Miguel do Iguaçu para constituir um novo município.

Em virtude de já existir um município com o topônimo de Aparecidinha do Oeste, foi necessária a mudança de nome. Para isso, a comunidade foi consultada, surgindo várias sugestões, tais como: Itaipulândia, Grande Lago, InterLagos e Beira Lago. Assim, a identidade do município em relação à Itaipu e ao Lago já era revelada na proposição dos nomes e na escolha do nome definitivo. Conforme afirma Miotello (2010), dar nomes é revelar existências, é exercer domínio e manifestar conhecimentos. O nome é uma forma de identificação, de definição e identificar é também atribuir uma identidade.

A partir disso, o nome escolhido foi Itaipulândia, em referência à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Etimologicamente, Itaipulândia é formado pelas palavras *Itaipu* (de origem indígena, pedra que canta), e *lândia* (terra), portanto, *terra da*

pedra que canta. Sob o aspecto sócio-histórico, Itaipulândia significa “terra de Itaipu”.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi, e ainda é a mola propulsora para a formação e o desenvolvimento de Itaipulândia, conforme afirmou o presidente da Comissão Pró-emancipação:

/.../ a gente sabia de que se nós emancipássemos nós receberíamos os royalties e que seria então a grande ajuda que Aparecidinha do Oeste Itaipulândia receberia indiretamente ou diretamente da Itaipu assim que nós fôssemos município /.../ (L. O. K.).

Os *royalties* ainda constituem-se como a principal fonte de arrecadação do município e possibilitam investimentos nos serviços públicos e na geração de empregos, principalmente por meio de incentivos para a implantação de indústrias, uma vez que, especula-se que o repasse dessa compensação financeira possa terminar no ano de 2023.

Nas fotos a seguir, das figuras 09 e 10, é possível visualizar parte do município e a cidade de Itaipulândia em 1993, ano de sua emancipação política, e em 2008.

Figura 09 – Foto aérea de Itaipulândia - 1993



Fonte: Casa da Memória Itacorá - Itaipulândia, PR

Figura 10 - Foto área de Itaipulândia - 2008



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaipulândia - PR.

Comparando as duas imagens percebemos que, no intervalo de 15 anos, houve um desenvolvimento e crescimento considerável do município, tanto em termos de população, quanto na infraestrutura do município. Cabe destacar que, na figura 09, não é possível visualizar o Lago, apesar de ele já fazer parte da paisagem do município, devido ao ângulo em que foi tirada a foto.

Além da expansão do município e desenvolvimento de sua infraestrutura, visível nas fotos, houve um aumento considerável da população que praticamente dobrou entre 1993 e 2012. Esse desenvolvimento justifica-se, pois os *royalties* pagos pela Binacional proporcionaram à pequena vila de Aparecidinha estruturar-se e possuir uma das maiores rendas *per capita* do Brasil, chegando a ser denominada como a “Suíça brasileira”. A “fama” de cidade tranquila e com boa qualidade de vida passou a atrair famílias em busca de oportunidades de emprego e, principalmente, auxílio na área da saúde, da educação, de moradia, etc.

Outro movimento populacional que se observa no município é de famílias carentes oriundas, principalmente, do país vizinho, Paraguai¹⁸, que vêm para

¹⁸ Na pesquisa realizada por Teis (2004), a pesquisadora constatou que essas famílias são *brasiguaios*, pois trata-se de brasileiros que entre as décadas de 60 e 80 foram para o Paraguai em

Itaipulândia em busca de serviços públicos, fixando residência. Inclusive, há no distrito de São José do Itavó e na comunidade de Santa Inês duas vilas intituladas pela própria comunidade de “vila paraguaia”, devido à concentração desses moradores.

Teis (2004) destaca que, após a emancipação de Itaipulândia, ocorreu a movimentação do contingente populacional em virtude da possibilidade de desenvolvimento do lugar. Segundo a autora, os “novos habitantes pós-emancipação” (TEIS, 2004, p. 82) podem ser agrupados em quatro grupos distintos: a) empresários com o incentivo do poder público para a construção de *barracões*¹⁹ e instalação de indústrias; b) pessoas com poucos recursos financeiros em busca de emprego e melhor qualidade de vida proporcionados pela realidade econômica do município; c) médios ou pequenos agricultores com recursos econômicos para a aquisição de imóveis; d) comerciantes e pessoas com mão de obra qualificada para trabalhar nas empresas ou em setores públicos.

Juntamente com “os novos habitantes” de Itaipulândia, formam a população do município algumas famílias que, após a desapropriação de suas propriedades, continuaram residindo no local, os quais constituem o *corpus* desta pesquisa.

A formação do reservatório originou o Lago de Itaipu, que possibilitou aos municípios lindeiros a exploração turística das praias artificiais²⁰. Assim, Itaipulândia procura alicerçar sua economia tanto na indústria quanto no turismo²¹.

Para que possamos relacionar os condicionantes históricos e socioculturais do município de Itaipulândia com as narrativas produzidas pelos sujeitos da pesquisa e administrações municipais, apresentamos, no próximo capítulo, as reflexões teóricas que sustentam a pesquisa.

busca de melhores condições de vida e que, em meados da década de 80, retornaram para o Brasil devido à crise vivida pelo país vizinho.

¹⁹ Construção de concreto e pré-moldado cedido a interessados a investir no município.

²⁰ As *praias artificiais* são as praias criadas a partir da formação do lago de Itaipu.

²¹ No quarto capítulo, serão analisados mais detidamente aspectos relacionados ao município e à linguagem das administrações públicas municipais quanto ao seu crescimento e desenvolvimento ligado à Itaipu.

3 EMBASAMENTO TEÓRICO: LINGUAGEM E IDENTIDADE

No presente capítulo, temos o objetivo de apresentar o referencial teórico no qual se alicerçam as reflexões e análises das narrativas produzidas por meio das entrevistas e do discurso das administrações municipais de Itaipulândia, no que se refere à constituição das identidades no município, contemplando a estreita e complexa relação entre a linguagem e a identidade.

Concebemos a relação entre a linguagem e a identidade a partir do entendimento de que é por meio da linguagem que as identidades são construídas e reveladas continuamente, sendo marcadas também pela cultura e pelas relações de poder. Inicialmente, apresentamos uma discussão geral quanto à constituição das identidades para, em seguida, refletir sobre a relação entre identidade e cultura e a linguagem como interação social que, por meio dos signos, reflete e refrata (BAKHTIN, 2006) uma dada realidade social. Por fim, discutimos a função das narrativas na construção identitária.

3.1 REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S)

As discussões recentes sobre identidade, no campo das Ciências Sociais, têm enfatizado que vivemos em um período de crise identitária, o que torna a temática relevante e tão frequentemente focalizada: “exatamente agora todo mundo quer conversar sobre ‘identidade’... a identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo entendido como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, apud MOITA LOPES, 2003, p. 15). Na mesma direção, Bauman destaca:

É realmente um dilema e um desafio para a sociologia – se você se lembrar de que, há apenas algumas décadas, a “identidade” não estava nem perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica. Atualmente, no entanto, a “identidade” é o “papo do momento”, um assunto de extrema importância e em evidência [...] você só tende a perceber as

coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma forma (BAUMAN, 2005, p. 23, grifo do autor).

Em outras palavras, Bauman reforça a premissa de que o foco da identidade revela o seu estado de crise. No entanto, para que possamos compreender como e por que a questão da crise identitária torna-se evidente, precisamos situar as discussões no contexto histórico das relações sociais.

Stuart Hall (2005) relaciona essa crise, bem como a questão das identidades, às transformações ocorridas na sociedade ao longo dos tempos, principalmente no final do século XX. A ampliação das relações sociais, o encurtamento espaço-temporal colocou o homem em contato com outras realidades e culturas, saindo de sua vivência local para uma realidade mais globalizante. Esses fatores alteram e influenciam significativamente a forma como cada sujeito percebe-se a si mesmo e ao outro, implicando sua constituição identitária, pois está a cada momento convidado a repensar a sua prática, alterando-a.

Como consequência da globalização, as relações e interações sociais não estão mais limitadas ao espaço local. Elas são abrangentes, quase que sem limites espaciais e temporais. Segundo Hall:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um 'sentido de si' estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos (HALL, 2005, p. 9, grifo do autor).

Para o autor, a “crise de identidade” está ocasionando o surgimento de novas identidades, a fragmentação do indivíduo e o seu descentramento, pois “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2005, p. 12).

As transformações sociais, políticas e econômicas, que ocorrem na sociedade, estão modificando as identidades, pois provocam um constante

questionamento sobre os modos de viver e se posicionar diante da multiplicidade de acontecimentos e contextos que cercam o homem. Segundo Woodward, “este é um período histórico caracterizado [...] pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento” (WOODWARD, 2011, p. 25), sendo justamente esse aspecto que gera novas identidades culturais, provocando o conflito das identidades, as quais estão localizadas no seio dessas mudanças. Para Bhabha “[...] encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade [...] isso porque há uma sensação de desorientação” (BHABHA, 2005, p. 19).

Nesses termos, discutimos a identidade a partir de uma visão sócio-histórica, compreendendo o ser humano como um ser social, tendo sua vivência marcada pelo contexto que o cerca. Concordamos também com Mendes de que “a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais” (MENDES, 2002, p. 504), portanto, ela é dinâmica.

As identidades fixas e inegociáveis não mais encontram ancoragem diante das constantes e aceleradas transformações do mundo moderno e assim como a sociedade, estão em um contínuo estado de fluxo. Segundo Bauman:

Com o mundo se movendo em alta velocidade e em constante aceleração, você não pode mais confiar na pretensa utilidade dessas estruturas de referência com base na sua suposta durabilidade (para não dizer atemporalidade!). [...] No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam (BAUMAN, 2005, p. 33).

De acordo com as discussões teóricas apresentadas até o momento, podemos perceber que o conceito de identidade relaciona-se com a materialidade social e cultural. Além disso, se afirmamos que hoje as identidades estão em crise e não possuem mais uma sustentação e uma fixidez, podemos supor que nem sempre foram assim, ou melhor, que já estavam ancoradas em bases mais sólidas. Levando esses aspectos em consideração, Hall (2005) apresenta três concepções de identidade correntes na sociedade. Compreender esses três posicionamentos identitários nos auxilia no entendimento das mudanças nos conceitos de identidade e sujeito que foram ocorrendo ao longo dos tempos para, assim, melhor situarmos

as discussões referentes às identidades na sociedade atual, definida pelo autor como pós-moderna.

A primeira concepção está relacionada ao conceito de “indivíduo soberano”. Trata-se do sujeito do Iluminismo, criado entre o Humanismo Renascentista, século XVI, e Iluminismo do século XVIII. Nessa concepção “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2005, p. 11). Cada sujeito possuía uma identidade única que já nascia com ele e o acompanhava ao longo de sua existência. Em outras palavras, a identidade era compreendida como a essência de um sujeito caracterizado como cartesiano, racional, pensante, consciente e centrado. O homem tinha o poder sobre suas ações e estava no centro do universo e do conhecimento.

Alguns movimentos importantes no pensamento e na cultura ocidental contribuíram para essa concepção de sujeito, tais como: a Reforma e o Protestantismo, o Humanismo Renascentista, as revoluções científicas e o Iluminismo. Hall salienta que tal concepção está, em grande parte, ligada à história da filosofia ocidental que vivia o conflito entre o dualismo “mente” e “matéria”. Descartes refocaliza esse dualismo, colocando o sujeito no centro da mente, por isso, “penso logo existo” era sua palavra de ordem (HALL, 2005, p. 27).

Segundo Hall, as sociedades modernas foram se tornando mais complexas, adquirindo uma forma mais coletiva e social e, “o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno” (HALL, 2005, p. 30). Desse processo decorre a segunda concepção de identidade que compreende o sujeito como um ser sociológico e cultural, o qual “[...] ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2005, p.11). A identidade é formada na interação entre indivíduo e sociedade.

Dois eventos contribuíram para o aparecimento da concepção sociológica do sujeito moderno: o darwinismo e o surgimento das modernas Ciências Sociais.

A terceira concepção de identidade está atrelada ao fato de que as sociedades atuais ou pós-modernas passam por processos constantes e permanentes de mudança, implicando a constituição identitária dos sujeitos. A estabilidade do sujeito cartesiano e sociológico é substituída por um indivíduo descentrado, com múltiplas identidades e fragmentado. Assim, Hall (2005) identifica

o sujeito como pós-moderno, o qual não possui uma identidade fixa, essencial e permanente. Para o autor:

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

A partir das três concepções de identidade elaboradas por Hall, podemos perceber que à medida que as relações sociais, econômicas, políticas e culturais foram se ampliando, paulatinamente, passou-se de uma concepção essencialista de sujeito para uma abordagem mais ampla, não essencialista, concebendo a identidade, assim como a sociedade, dinâmica e multifacetada, caracterizando o sujeito pós-moderno. Conforme McLaren, “O sujeito heróico e autocentrado, fruto da modernidade, tem sido substituído por um sujeito móvel e deslocalizado, formado por mutáveis combinações de discursos e por uma bricolagem de significantes [...]” (MCLAREN, 2000, p. 45). Assim, as identidades assumem um caráter relacional, descentrado, aberto, não fixo e fragmentado.

Rajagopalan também afirma que “a identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 40).

Sendo assim, a constituição das identidades ocorre na interação social, pois, ao interagirmos com os outros, nos posicionamos como sujeitos e jogamos “o jogo das identidades”, o que as torna fragmentadas e pluralizadas (HALL, 2005, p. 18-20). Hall apresenta alguns fatores que caracterizam a “fragmentação” ou “pluralização” das identidades. Segundo ele:

- a) As identidades são contraditórias, cruzando-se e deslocando-se mutuamente;
- b) As contradições atuam tanto na sociedade, quanto na cabeça de cada indivíduo;
- c) Não há uma identidade singular que possa se alinhar em torno de si uma identidade mestra que contemple diferentes identidades;
- d) Há uma crescente erosão das identidades únicas, principalmente de classe e o aparecimento de novas identidades motivadas pela base política de novos movimentos sociais;

- e) As identidades tornaram-se politizadas, podendo ser assumidas ou abandonadas de acordo com a forma pela qual o sujeito é interpelado ou representado.

O “jogo das identidades” tornando-as fragmentadas, pluralizadas e contraditórias fica bem claro nas narrativas dos informantes, pois assumem e se posicionam em diferentes identidades de acordo com o contexto narrado.

Com base na terceira concepção de sujeito, é que concebemos a identidade como relacional e marcada pela diferença. Conceber a formação das identidades em seu aspecto relacional significa que a “identidade de uma pessoa depende de algo fora dela para existir, de outra identidade que dela se difere” (WOODWARD, 2011, p. 9). Assim, a alteridade, compreendida a partir de Bakhtin (2006) como a relação que estabeleço comigo mesmo e com os outros num processo dialógico durante a interação verbal, é um aspecto fundamental na constituição da identidade. De acordo com Ponzio “em Bakhtin, a alteridade se encontra dentro do sujeito, do eu, que é ele próprio diálogo, relação eu-outro [...]” (PONZIO, 2008, p. 192).

Silva (2011) também acrescenta algumas considerações importantes a respeito da alteridade na constituição das identidades. Nas suas palavras:

Esse ‘outro’, numa sociedade em que a identidade torna-se cada vez mais difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente (SILVA, 2011, p. 97, grifo do autor).

No contexto da pesquisa, sob o aspecto da alteridade na constituição das identidades dos desapropriados, o outro, a partir do qual se diferenciam, também assume múltiplas dimensões. O outro, nesse caso, pode ser quem também foi desapropriado e deslocou-se para outra região; pode ser, inclusive, o próprio município e a Itaipu, representantes do poder governamental. Assim, a identidade dos desapropriados que continuaram residindo em Itaipulândia depende e se diferencia da identidade de um desapropriado que foi embora, por exemplo, ou até mesmo, de quem não vivenciou a desapropriação e reside no município, usufruindo dos benefícios gerados pelos *royalties*. Essa marcação da diferença constitui a sua própria identidade, pois é recorrente em suas narrativas falar de quem saiu, comparando com a situação de quem ficou. O fato de terem sofrido as

consequências da desapropriação é outro elemento que utilizam para marcar sua diferença em relação aos demais municípios. Vejamos o que diz um dos informantes:

./.../ Itaipulândia vem dinheiro, vem milhões de royalties, mas pra nós não vem nada ./.../ que esse aí é dinheiro nosso, desse povo que morreram, nós/ uns morreram mas nós sobrevivemo e tô contente. Mais esse povo que foi embora ./.../ tu vê aquele povo que jogaram, jogaram e despejaram, nós eles só despejaram daqui ali. Lá eles levaram quilômetros no mato eles ./.../ isso ali é pra escravo e nem escravo que escravo precisa também trabaiá pra comê ./.../ Itaipulândia, eu pra mim no meu caso eu precisava se tratado especial aqui. Especial, diferente, com mais uma estrada boa, se eu precisasse alguma coisa se beneficiado mais/.../ (Informante 1).

O informante 1 explicita em sua narrativa a imagem que constrói sobre si mesmo e sobre “os outros” que não foram atingidos pela desapropriação territorial. Assim, a partir de sua identidade de desapropriado, reivindica para si maiores benefícios.

Meliá trabalha com o conceito de identidade como movimento ao relacioná-la com a alteridade:

Entendo identidade em movimento da seguinte maneira: é reconhecer-se em relação aos outros. E esta nunca pode ser uma situação fixa. Há movimento porque eu não me coloco estaticamente – e menos enfaticamente – em frente ao espelho, porque me desloco com respeito a mim mesmo ao ter que relacionar-me com o outro para ser eu mesmo. Reconhecer o outro é também falar com ele. Aí está o movimento. Frente ao outro nunca sou o mesmo (MELIÁ, 2006, p. 7, tradução nossa).

As palavras de Meliá demonstram o constante estado de fluxo das identidades, pois a cada situação diferenciada de interação, podemos assumir outras identidades e é nesse processo de se reconhecer no outro que também dele nos diferenciamos e nos constituímos identitariamente.

No movimento entre identidade e diferença, a diferenciação é estabelecida por meio de sistemas simbólicos de representação e pelas formas de exclusão social, ou seja, ao afirmar que sou isto, nego ser aquilo. Identidade e diferença não são opostos, mas interdependentes, porque “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2011, p. 75).

Esta marcação da diferença pode ser construída tanto negativamente por meio da exclusão dos “outros” quanto positivamente pela celebração da diversidade. Nesse sentido, “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social” (WOODWARD, 2011, p. 10). A relação entre o simbólico e o social ocorre na medida em que “toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições” (WOODWARD, 2011, p. 33), o que implica considerarmos a linguagem como fonte de estudos das identidades, pois é por meio da linguagem que nos posicionamos como sujeitos e interagimos socialmente. Tal pressuposto justifica os propósitos da pesquisa de investigar a linguagem e a identidade em Itaipulândia.

De acordo com Woodward, nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas *classificatórios*. Em outras palavras, ao classificar determinado grupo social, se aplica um princípio de diferença, dividindo-o entre “nós/eles”, “eu/outro” (WOODWARD, 2011, p. 40).

A autora ainda acrescenta que para que se possa compreender a relação entre a identidade e a diferença, bem como os processos envolvidos na construção da identidade, faz-se necessário esclarecer alguns conceitos centrais. Primeiramente, é preciso considerar que a identidade está relacionada com as representações que o sujeito faz de si e do mundo. Para Woodward:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2011, p. 17-18).

Os estudos de Woodward sobre como as formas de representação, inseridas nos sistemas simbólicos, produzem as práticas de significação, esclarecem que as identidades não são inerentes aos sujeitos, mas construídas social e historicamente e cada um pode assumir ou até se identificar ora com uma, ora com outra identidade. Nesse aspecto:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas, e os sistemas simbólicos nos quais elas se baseiam fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? (WOODWARD, 2011, p. 18).

As reflexões de Woodward evidenciam que podemos assumir diferentes posicionamentos identitários, pois interagimos em variadas instituições “[...] que constituem aquilo que Pierre Bourdieu chama de ‘campos sociais’” (WOODWARD, 2011, p. 30), os quais podemos também denominar de esferas sociais da atividade humana, conforme Bakhtin (1997), como a escola, igreja, a família, etc. Cada campo desses representa um determinado conjunto de recursos simbólicos. Na família, por exemplo, o homem assume sua identidade de pai, de esposo; no trabalho, assume a identidade de profissional, trabalhador. No entanto, muitas vezes, “somos espectadores das representações pelas quais a mídia produz determinados tipos de identidades” (WOODWARD, 2011, p. 30), com as quais podemos nos afiliar, ao menos, temporariamente.

Cabe destacar que, mesmo sendo diferentemente posicionados, assumindo diferentes identidades nas interações sociais, continuamos nos sentindo como sendo a mesma pessoa, ou seja, “[...] embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e resolvida, ou unificada [...]” (HALL, 2005, p. 38).

No entanto, devemos considerar que as práticas de representação e produção de significados pelos sistemas simbólicos, inseridas no contexto sociocultural, estão também marcadas pelas relações de poder, tornando esses significados contestados e cambiantes, pois, ao compreendermos que se formam por sistemas classificatórios de diferenciação entre “eu/outro”, incluído/excluído”, uma das identificações se sobressairá sobre a outra (WOODWARD, 2011), o que acarreta nas escolhas dos sujeitos. Nas palavras de Woodward:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre várias identidades possíveis [...] somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais (WOODWARD, 2011, p. 19).

É justamente a multiplicidade de possibilidades de modos de identificação que tem gerado o que Moita Lopes (2002) define como identidades fragmentadas, o que implica em sua complexidade e heterogeneidade. Segundo ele:

Dependendo das relações de poder existentes exercidas em práticas sociais particulares, o mesmo indivíduo pode estar posicionado em identidades sociais contraditórias. [...] Elas estão sempre sendo construídas ou reconstruídas através dos esforços de construção de significado nos quais nos engajamos (MOITA LOPES, 2002, 138-139).

Explicitados os processos envolvidos na construção das identidades ou posições de identidade, refletimos agora o que faz as pessoas assumir determinadas posições identitárias. Para tal compreensão, precisamos atrelar a identidade ao conceito de subjetividade. De acordo com Woodward:

‘subjetividade’ sugere a compreensão que temos do nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem nós somos’ [...] Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade (WOODWARD, 2011, p. 55-56).

A autora alerta que não podemos deixar de considerar que a subjetividade é vivida no contexto social. Sendo assim, não é ela que determina quem somos, mas sim a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e por meio desses sistemas de representação adotamos uma identidade, pois “as subjetividades são culturalmente construídas e discursivamente interpretadas” (MCLAREN, 2000, p. 194). Desse modo, o conceito de subjetividade ajuda a explicar por que nos afiliamos a determinadas identidades e não a outras.

Nessa direção, também podemos destacar o papel da memória na constituição das identidades. Candau (2011), ao falar da relação entre memória e identidade, salienta que elas são indissociáveis, pois “[...] se reforçam mutuamente [...]. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos, individualmente” (CANDAU, 2011, p. 19).

De acordo com o autor, a memória também atua como um elemento constituinte das identidades, pois diante do estado contínuo de fluxo em que

vivemos em que o espaço e o tempo não podem mais ser concebidos localmente, mas globalmente, a memória nos fornece a ilusão de que “[...] o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. (CANDAUI, 2011, p. 15).

Sob essa perspectiva, a memória é concebida como uma faculdade inerente ao ser humano que o acompanha ao longo de sua existência, enquanto a identidade é uma representação “um estado adquirido” (CANDAUI, 2011, p. 19) sendo moldada pelas relações sociais e culturais. Assim, a memória participa da construção da identidade, porque ela “[...] molda predisposições que vão levar os indivíduos a ‘incorporar’ certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais [...] que dependem da representação que ele faz de sua própria identidade, construída no interior de uma lembrança” (CANDAUI, 2011, p. 19). Essa lembrança, mediada pelas relações estabelecidas social e culturalmente, é resgatada continuamente pelos informantes.

As reflexões apresentadas apontam para o caráter transitório das identidades provocado pelo que Hall (2005) denomina de descentramento do sujeito pós-moderno. Enfatizamos que, à medida que as relações sociais se ampliam e a sociedade se modifica, motivada pelos avanços científicos e tecnológicos, a constituição identitária dos sujeitos, paulatinamente, é influenciada ou determinada por esses processos. As identidades são, portanto, construções sociais e históricas e emergem nessa dialética social. Também destacamos que as identidades são relacionais e estabelecidas por marcações de diferenças frente aos posicionamentos dos sujeitos diante das representações que fazem, sendo essas representações criadas por sistemas simbólicos.

No entanto, apesar de considerarmos o caráter transitório das identidades, Silva (2011) nos alerta que em seu processo de produção há a oscilação de dois movimentos: “de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la” (SILVA, 2011, p. 84). Em outras palavras, no processo de produção das identidades há um movimento que tende a essencializá-la, o qual está ligado a uma concepção racionalista do Iluminismo, e outro movimento com abordagem não essencialista, associada aos paradigmas do pós-modernismo. Silva ainda acrescenta:

É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (SILVA, 2011, p. 84).

Quanto aos processos que tendem a essencializar as identidades, Silva aponta os argumentos de base biológica, principalmente, quando se refere à identidade de gênero; aos essencialismos culturais, como a imposição de uma língua nacional, única e comum, construção de símbolos nacionais (hinos, bandeiras, brasões) e apelo a mitos fundadores, na construção de identidades nacionais.

Os movimentos que tendem a subverter as identidades estão ligados à teoria cultural contemporânea. Nessa, o hibridismo é analisado com relação ao processo de produção de identidades raciais, étnicas e nacionais. Silva ainda destaca que:

O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades; as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, esses movimentos podem ser literais [...] ou podem ser simplesmente metafóricos. “Cruzar fronteiras”, por exemplo, pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades (SILVA, 2011, p. 87-88).

Conforme já exposto anteriormente, neste trabalho fazemos a leitura das identidades por meio da linguagem tanto dos informantes, quanto do município. Assim, também podemos verificar se há processos que procuram essencializar as identidades. Nesse sentido, a linguagem é a nossa base de estudo. Na sequência, apresentamos algumas reflexões no que diz respeito à relação entre a linguagem e a construção das identidades.

3.1.1 Linguagem e a construção das identidades

Compreendemos a linguagem como produto e atividade da ação humana, como forma de interação. Nesse aspecto nos amparamos em Moita Lopes, quando afirma que:

A temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico (MOITA LOPES, 2003, p. 19).

Esse enfoque sugere que as identidades sejam estudadas a partir de práticas discursivas, no caso deste trabalho, as práticas discursivas envolvem as narrativas das pessoas que vivenciaram a desapropriação territorial, bem como o discurso do município, atrelado a esse contexto.

Ao falar em discurso, não podemos deixar de nos remeter a Bakhtin (2006), para o qual o discurso não é único, mas repleto de múltiplas vozes sociais. Nesse sentido, a (re)construção das identidades por meio da linguagem, das práticas discursivas, envolve dois conceitos fundamentais: a alteridade e a situacionalidade, pois “todo ato discursivo se dirige a alguém e toda prática discursiva é situada no mundo sócio-histórico e cultural em que ocorre, isto é, não ocorre no vácuo social” (MOITA LOPES, 2003, p. 22).

Em outras palavras, interagimos e construímos nossas identidades em relação aos outros, conforme já explicitado na seção 3.1. Disso decorre a dependência e a constituição da identidade pela diferença. Moita Lopes ainda acrescenta que “[...] as pessoas usam a linguagem a partir de suas marcas sócio-históricas como homens, mulheres [...] ao mesmo tempo em que, nessas práticas, se reconstroem ao agirem uns em relação aos outros via linguagem” (MOITA LOPES, 2003, p. 25).

A partir dessa assertiva, entendemos que, quando os informantes usam a linguagem construindo suas narrativas, não o fazem apenas como interlocutores de uma dada situação de pesquisa, mas como homens ou mulheres, agricultores, trabalhadores, colonizadores, pais de família, representantes da comunidade, sendo influenciados pelas marcas sócio-históricas que os constituem. Por meio do uso da

linguagem materializada nas narrativas, constroem significações sobre a própria vida, pois “a linguagem não apenas expressa a experiência, mas antes a constitui, pois é através dela que [...] constrói uma representação da própria vida, dando-lhe significado” (PENNA, 1998, p. 90).

Penna (1998), citando Franchi (1977), enfatiza o papel da linguagem no tratamento simbólico da realidade:

Antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção de pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções, aspirações a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos [damos forma a] as nossas experiências (PENNA, 1998, p. 91, grifo da autora).

Essas afirmações reforçam as explicações de Silva de que a (re)construção das identidades é “resultado de atos de criação linguística [...] nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2011, p. 76), ou seja, elas são criadas por meio de “atos de linguagem”, não estão dadas *a priori* no mundo, como elementos da natureza, precisam ser construídas e nomeadas, e esse processo se faz por meio de atos de fala. Assim, é por meio da linguagem que as identidades são constituídas e definidas. Desse modo, são “resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2011, p. 81).

Na mesma direção, Rajagopalan salienta que “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela” e que, portanto, este não possui “uma identidade fixa anterior e fora da língua” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41), pois a própria língua é dinâmica e, assim como as identidades, está em um constante estado de fluxo.

A linguagem é um sistema de significação por meio do qual as identidades adquirem sentido. Isso implica também afirmar que elas estão relacionadas com a cultura e com os “sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição” (SILVA, 2011, p. 78), não podendo ser compreendidas fora desses sistemas. No entanto, ao relacionar a construção das identidades com a linguagem, Silva (2011) destaca o aspecto da instabilidade da linguagem, o que torna as identidades também instáveis.

Nas palavras do autor:

Ocorre que a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável. É

precisamente isso que teóricos pós-estruturalistas como Jacques Derrida vêm tentando dizer nos últimos anos. A linguagem vacila (SILVA, 2011, p. 78).

Em certa medida, o caráter de indeterminação e instabilidade da linguagem ocorre porque o signo tem a função de substituir algo não presente. “O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto [...], um conceito ligado a um objeto concreto [...] ou um conceito abstrato” (SILVA, 2011, p. 78). Contudo, os conceitos não estão presentes no signo, eles têm sua presença sempre adiada, ou seja, ele não representa a coisa em si, mas é sempre definido por outros signos, num processo interminável. E é esse aspecto que faz com que o signo dependa da diferenciação, ligando-se, assim, à questão da identidade e da diferença por meio da linguagem, pois:

O signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. [...] A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença) (SILVA, 2011, p. 79).

Para que os informantes da pesquisa se definam como desapropriados, se diferenciam dos não desapropriados, dos quais dependem para marcar suas diferenças e, assim, construir suas próprias identidades, e este ato é linguístico porque precisa ser definido e nomeado, e ocorre no contexto de produção de suas narrativas.

Ao afirmar que a identidade é construída socialmente e apresenta-se de forma instável por meio da linguagem, reiteramos que a linguagem não se presta à pura descrição da identidade, mas a sua construção. Nesse aspecto, o conceito de performatividade pode auxiliar para não fixar as identidades, mas compreendê-las em sua dinamicidade. Silva destaca que:

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de ‘tornar-se’, para uma concepção de identidade como movimento e transformação (SILVA, 2011, p. 92, grifo do autor).

O conceito de performatividade é uma formulação de Austin (1998). Ele separa os atos de linguagem em proposições *constativas ou descritivas*, que descrevem uma ação ou estado de coisas e *performativas*, as quais estão ligadas a

enunciados que resultam em uma ação imediata como, por exemplo, “eu declaro...”, “eu prometo...”

Quanto ao conceito de performatividade, Silva expõe que Judith Butler (1999) amplia o seu sentido o associando à questão da identidade, ao considerar que muitas sentenças descritivas podem funcionar como performativas quando a enunciação, além de descrever o fato, também o produz:

[...] ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um ‘fato’ do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente estamos descrevendo (SILVA, 2011, p. 93, grifo do autor).

Sob o aspecto performativo da produção da identidade, é o caráter de repetibilidade do enunciado, definido por Derrida (1991) de “citationalidade” que acarreta na produção da identidade, pois a citacionalidade permite que determinada expressão seja retirada de um determinado contexto e inserido em outro. Butler (1999), citada por Silva (2011), ainda acrescenta que a repetibilidade pode tanto reforçar identidades existentes quanto destruir identidades hegemônicas, produzindo-se, assim, novas identidades.

Para melhor entender esse enfoque, procuramos olhar para as narrativas, bem como para a linguagem das administrações municipais, não apenas como uma descrição de um fato ou acontecimento, mas, sobretudo, de que forma a repetibilidade de certos enunciados reforçam algumas identidades ou até mesmo destroem identidades hegemônicas. Mas, para proceder tal análise, discutimos, inicialmente, a relação entre linguagem, cultura e identidade.

3.1.2 A relação entre linguagem, cultura e identidade

Não há como nos referirmos à identidade sem nos referirmos à linguagem, assim, também como não podemos deixar de trabalhar com esses dois conceitos sem inseri-los na cultura. Quanto à cultura, estamos nos referindo às práticas cotidianas, por meio das quais os sujeitos produzem significados. E, “a identidade é

um significado – cultural e socialmente atribuído” (SILVA, 2011, p. 89). Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade se relaciona com o universo da cultura porque “está vinculada a condições sociais e materiais” (WOODWARD, 2011, p. 14). A autora relaciona essas condições aos sistemas classificatórios, já abordados na seção 3.1. Para Woodward:

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por “cultura” (WOODWARD, 2011, p. 42, grifo da autora).

Segundo Burity o interesse em relacionar o estudo da identidade à cultura “diz respeito à percepção dos atores de que seu lugar no mundo passa por investimentos simbólicos pelos quais eles se afirmam e negociam uns com os outros sua forma de inserção na sociedade” (BURITY, 2002, p. 7).

Desse modo, atrelar a construção e a reconstrução das identidades à linguagem e à cultura implica compreender que:

[...] nossas identidades são co-padronizadas – em outras palavras, identidades envolvem articulações pré-discursivas (material) e discursivas (semióticas) e estão sempre relacionadas às práticas sociais materiais de uma formação social mais ampla (MCLAREN, 2000, p. 46).

O autor explicita que as identidades se formam a partir de práticas sociais, sendo nelas contextualizadas e recontextualizadas e, portanto, dependentes dos contextos históricos e sociais nos quais são vividas. Isso nos leva a considerar a afirmação de Hall de que “toda identidade está situada, posicionada em uma cultura, em uma língua, em uma história” (HALL, 1987 apud MCLAREN, 2000, p. 177).

Compreender a relação entre linguagem, identidade e cultura, implica remetermos ao que já foi explicitado por Silva quanto à formação das identidades:

A identidade é um resultado da criação linguística. [...] Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais (SILVA, 2011, p. 76).

As afirmações de Silva reforçam o caráter social da produção das identidades, dentro de contextos culturais específicos, bem como a intrínseca relação delas com a linguagem, pois, segundo o autor, as identidades são “atos de criação *linguística*” (SILVA, 2011, p. 76). Ou seja, as identidades são produzidas a partir da materialidade social e reveladas por meio da linguagem, por isso também estão em constante negociação.

Certeau, na mesma direção, define a cultura como “mais do que um conjunto de ‘valores’ que devem ser defendidos ou ideias que devem ser promovidas, a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social” (CERTEAU, 2010, p. 192). O autor concebe a cultura como resultado das formas de produção da vida em sociedade, estando condicionada aos diferentes contextos sociais. “Ela é uma proliferação de invenções em contextos circunscritos” (CERTEAU, 2010, p. 19), por isso seu sentido “singular” deve ser rechaçado e dar espaço a uma “cultura no plural”.

Compartilhando das afirmações de Certeau, Burity, acrescenta que:

Cultura deveria, portanto, ser um termo empregado no plural, já que não se constitui num complexo unificado e coerente, mas sim, num conjunto de ‘significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que são expressos e encarnados’, que são construídos socialmente, variando, portanto, de grupo para grupo e de uma época a outra (BURITY, 2002, p. 15, grifo do autor).

Hall (2005) aborda a cultura a partir de duas dimensões: as instituições culturais e os símbolos e sistemas de representações. Nos dois últimos é que o papel da linguagem, concebida pelo autor como discurso, se inscreve na construção das identidades, pois:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentido que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2005, p. 51).

Para que possamos relacionar as reflexões de Hall com a formação das identidades com os discursos das histórias que são contadas sobre a nação ao nosso cenário de pesquisa, devemos, inicialmente, considerar o que o próprio autor define sobre nação. Segundo ele, “Timothy Brennan nos faz lembrar que a palavra

nação refere-se ‘tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento’ (BRENNAN, 1990 apud HALL, 2005, p. 58).

Neste sentido, relacionamos o município de Itaipulândia com a própria ideia de nação apresentada pelo autor. Pois, assim como em um país se procura criar um discurso a partir de histórias, dos mitos fundadores, dos símbolos que os identificam, também em relação ao município, uma comunidade local mais específica, procura-se criar um imaginário para a população quanto à sua história de formação. Podemos antecipar que nas revistas que o município produz, nas quais conta a sua história de formação, procura-se criar uma imagem idealizada do lugar, associada à ideia de progresso e desenvolvimento gerados pela Itaipu e, conseqüentemente, pela formação do Lago. Esse aspecto revela a argumentação de Hall de que “as identidades nacionais [no nosso caso, ligadas ao município] não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005, p. 48).

Woodward também destaca que “a identidade é marcada por meio de símbolos” (WOODWARD, 2011, p. 9). Ao falar em símbolos, podemos tanto nos remeter àqueles que identificam determinada pessoa ou grupo, ou, no nosso caso, os símbolos do próprio município: bandeira, brasão, hino municipal, que procuram marcar uma identidade. Os símbolos municipais, analisados neste trabalho como uma forma de estabelecer os seus significados, suas formas de representação com a identidade que se busca criar para o município e seu povo, podem ser concebidos como artefatos culturais. Nesse sentido, se inscrevem no universo da cultura, assim como os significados a eles atribuídos foram socialmente produzidos.

Portanto, o que também nos interessa na pesquisa, é verificar se essa identidade construída pelo município, por meio dos discursos, imagens e símbolos, é partilhada pelos informantes.

Como nos propomos a analisar a linguagem ligada à construção identitária e situada em um contexto sociocultural específico, município de Itaipulândia, trabalhamos com a linguagem situada em diferentes práticas discursivas. Desse modo, consideramos necessário abordar alguns pressupostos de Bakhtin/Volochínov (2006), principalmente, no que concerne às reflexões que o autor faz de signo social e ideológico, a fim de fundamentar as análises do capítulo quatro, no que diz respeito às diferentes significações que os sujeitos dão a um

mesmo material verbal a partir de seus posicionamentos identitários. Apresentamos na sequência tais reflexões.

3.1.3 A linguagem como interação social: o signo social e ideológico

As reflexões realizadas nas seções e subseções anteriores tiveram como objetivo discutir o papel da linguagem na leitura das identidades. Ao enfocarmos a linguagem em sua heterogeneidade e situada nas práticas sociais, levando em consideração tanto a alteridade quanto a situacionalidade, precisamos nos remeter a alguns pressupostos bakhtinianos, principalmente no que concerne às suas reflexões de signo social ideológico. Uma vez que situamos a linguagem dos sujeitos da pesquisa e do município nas práticas sociais e discursivas em que ocorrem, a noção de signo é fundamental, principalmente, por seu caráter de ubiquidade social, ou seja, a capacidade de penetrar nas diversas esferas da atividade humana e em cada situação ou contexto em que é utilizado para refletir e refratar determinada realidade.

Essas reflexões são pertinentes para a análise da linguagem, principalmente, de unidades lexicais que passaram a fazer parte da linguagem no município, em decorrência da construção de Itaipu e que carregam consigo índices sociais de valores contraditórios.

Para iniciar as discussões, partimos da seguinte afirmação: “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 280). Assim, ela não apenas nos serve como meio de interação, mas nos constitui como sujeitos sociais. Isso também implica considerarmos, a partir dos estudos de Bakhtin/Volochínov e seu Círculo, o caráter social, dialógico e ideológico da linguagem.

Questionando as teorias que concebem a língua apenas como uma estrutura estável da comunicação, manifestação do psiquismo humano, algo abstrato, de criação individual, Bakhtin/Volochínov (2006) propõem uma abordagem sociológica para o estudo da língua e da linguagem. Disso decorre a estreita relação entre língua/linguagem e ideologia, que se manifestam por meio dos signos sociais e ideológicos. Cabe ressaltar, antes de prosseguirmos nas discussões, que para

Bakhtin e seu Círculo “a palavra **ideologia** é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do “espírito” humano [...] engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política [...] (FARACO, 2009, p. 46, grifos do autor).

Os homens, no curso das relações sociais, criaram signos para exprimir suas ideias e organizarem-se socialmente. Quando nos remetemos ao signo, na perspectiva bakhtiniana, este não está limitado ao conceito de signo formulado por Saussure (1985), como composto de um significante (imagem acústica) e significado (conceito/ideia). Bakhtin/Volochínov (2006) ampliam as propriedades do signo e o compreendem como resultado das relações sociais e por isso lhe atribuem o caráter ideológico. Um signo existe como forma de materialização da comunicação social e disso decorre sua natureza ideológica. Assim, os autores o consideram como um “objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 31) que lhe é exterior.

Os autores diferenciam os signos dos instrumentos de produção. Para explicar essa diferenciação, utilizam como exemplo a foice e o martelo. Esses em si mesmos, concebidos apenas como instrumentos de trabalho e de produção, não desempenham outra função. Porém, podem ser utilizados como signo ideológico, ou melhor, foram utilizados com essa função como emblema da União Soviética, revestindo-se, assim, de um sentido ideológico. Nesse sentido, [...] “ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo dos signos” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 32).

A palavra assume um estatuto de “signo ideológico por excelência” pelo fato de funcionar em qualquer situação social/ideológica no diálogo entre interlocutores das mais variadas esferas sociais, assim:

A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a esta função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 36).

Os autores ainda acrescentam que ela é tecida a partir de “[...] uma multidão de fios ideológicos e serve de trama a todas as relações sociais em todos os domínios [...]” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 42).

Compreender a palavra como um signo social e ideológico à luz dos estudos bakhtinianos é concebê-la como resultado das interações sócio-histórico-ideológicas, pois “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 31).

A palavra se constitui como um signo ideológico a serviço da interação verbal. Ela se materializa nas situações de interação de sujeitos sócio-historicamente situados, que lhe atribuirão significações nos contextos em que se encontram. É apenas na coletividade social que os signos se constituem, pois, “não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo, uma unidade social” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 35).

Considerando a palavra como signo social e ideológico, que reflete e refrata a realidade, é que podemos analisar alguns posicionamentos dos informantes, bem como do município quando se referem a algumas unidades lexicais associadas à Itaipu. Para exemplificar, tomamos como exemplo a palavra “progresso”, a qual é muito presente no município, que procura destacar seu crescimento e desenvolvimento, se autodenominando de “Município Progresso²²”. Já para os informantes, o progresso se relaciona ao desenvolvimento da agricultura e da produção. Assim, sentidos antagônicos convergem numa mesma palavra, ou melhor, num mesmo signo. Na percepção dos informantes, o progresso, tão propalado pelo município, foi rompido quando do alagamento das terras, pois, ao serem indagados como imaginam que estaria a vida hoje se não houvesse a indenização, eles responderam:

Olha:: eu calculo que:: que a gente tinha:: bem mais progresso, né porque na época com aquela terra lá era tudo terra de primera né /.../ (Informante 12).

Enquanto para o município o sentido de progresso está relacionado ao seu crescimento econômico e estrutural, para o informante, o progresso provém da

²² “Município Progresso” remete-se ao *slogan* de uma das administrações municipais (2000-2004). O termo progresso também se manifesta no Hino Municipal e em outras situações que se referem ao município. O exemplo é apenas para ilustrar a reflexão, pois no quarto capítulo aprofundaremos as análises, incluindo outros elementos presentes no discurso oficial do município, comparando-os com outros dados coletados na entrevista.

fertilidade da terra e da sua produção. Percebemos, conforme afirma Faraco (2009), que no mesmo signo múltiplas verdades convergem. O autor salienta que:

[...] **não é possível significar sem refratar**. Isso ocorre porque as significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, único, atemporal, nem pela referência a um mundo dado uniforme e transparentemente, mas são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais (FARACO, 2009, p. 51, grifo do autor).

Os signos realizam duas operações simultâneas: refletem e refratam o mundo, o que significa dizer que “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 32). Sob essa perspectiva os autores consideram a palavra um signo ideológico por excelência, pois ela circula nas diversas esferas da atividade humana e em cada uma delas pode receber uma carga semântica e ideológica diferente. Assim considerada, a palavra apresenta quatro propriedades que a constituem enquanto signo ideológico: a pureza semiótica, possibilidade de interiorização, participação em todo ato consciente, neutralidade.

Ela é concebida como o signo mais puro pela sua capacidade de circular e funcionar como signo ideológico em qualquer esfera da atividade humana. A isso, os autores também chamam de ubiquidade social. Além disso, é o único meio de contato entre o conteúdo interior do sujeito, ou seja, sua consciência e o mundo exterior. O sujeito compreende o mundo por meio do confronto entre as palavras da consciência e aquelas que circulam na realidade. Desse aspecto decorre sua capacidade de interiorização, pois “a consciência individual é um fato socioideológico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 35). Outra propriedade definidora da palavra é a sua participação em todo ato consciente. Ela é usada no processo interno da consciência, por meio da forma como o sujeito compreende e interioriza a realidade que o cerca, assim como nos processos externos de circulação da palavra nas variadas esferas ideológicas. Sendo o signo/palavra a expressão da materialidade social, ele faz parte da formação da consciência humana.

A neutralidade²³ corresponde à capacidade da palavra de receber carga significativa ou conteúdo ideológico a cada momento de seu uso. O que irá determinar a função ideológica é o contexto de uso, a forma que aparece em um enunciado concreto.

Para o autor “os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando impregnada de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 34). Assim, a criação ideológica é um ato material e social. Ela está situada no universo dos signos criados pelos indivíduos organizados socialmente como meio de sua comunicação e interação. Porém, não podemos deixar de considerar que é na coletividade social que os signos se constituem. Nas palavras de Bakhtin/Volochínov, no “*terreno interindividual*”, pois todo signo ideológico e também linguístico, realiza-se no processo da relação social entre os sujeitos e grupos organizados, sendo marcado pelo “*horizonte social*” de uma determinada época ou grupo.

Com base no entendimento de signo ideológico, Bakhtin e seu Círculo argumentam que a palavra é o “objeto fundamental do estudo das ideologias” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 39).

Ao trabalhar com o conceito de ideologia, os autores partem do que já era aceito pelo marxismo oficial, o qual a concebia como “falsa consciência”, instrumento de disfarce ou ocultamento da realidade social para obscurecer a existência das contradições e das classes sociais por parte da classe dominante, e, construindo e desconstruindo parte dessa definição, colocam ao lado da ideologia oficial a ideologia do cotidiano ou psicologia do corpo social, conforme definido por Bakhtin/Volochínov (2006) em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

A ideologia “é a expressão de uma tomada de posição determinada” (MIOTELO, 2010, p. 169), e se concretiza por meio do material verbal. Ela é construída em uma relação dialética entre “ideias relativamente instáveis e já relativamente estáveis”, assim como também na concepção de signo, o qual, quando

²³ Quanto à propriedade de neutralidade da palavra, Stella (2010) chama a atenção de uma possível contradição ao fato de caracterizá-la como produto ideológico e ser neutra ao mesmo tempo. Diante desta oposição, a autora apresenta “uma hipótese baseada nos aspectos formais da língua russa demonstrando uma possível ambigüidade no texto, perdida na tradução em língua portuguesa” (STELLA, 2010, p. 179).

recebe uma função na coletividade social, de um grupo organizado em suas relações sociais, pode passar a significar para além de sua materialidade física, tornando-se um signo ideológico.

Na perspectiva bakhtiniana, o signo:

[...] além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um ponto de vista, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio do ideológico (MIOTELLO, 2010, p. 170).

Outro aspecto relevante é o fato de que classes sociais diferentes servem-se da mesma língua para manifestar seus interesses ideológicos. Desse modo, no “signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 47). Ele “se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”. É esse processo, para os autores, que torna o signo vivo, móvel e capaz de evoluir. No entanto, a classe dominante procura tornar o signo monovalente, a fim de “ocultar a luta dos índices sociais de valor” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 48), com o intuito de negar e ocultar as diferenças de classe. Nessa perspectiva, o signo apresenta também uma dialética interna, revelada apenas nos momentos de crise social, configurando-se em um “instrumento de refração e deformação do ser” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 48).

É na relação dialética, de confronto, de luta, que, ao lado da ideologia oficial, encontra-se a ideologia do cotidiano. Enquanto a primeira tem como objetivo implantar uma concepção única de produção de mundo, a segunda (psicologia do corpo social), “é considerada a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida” (MIOTELLO, 2010, p. 169). Assim, o conceito oficial e o conceito cotidiano se contrastam e se opõem no bojo das relações sociais.

Com base nessas reflexões, podemos constatar que o signo ideológico representa a esfera social da comunicação humana da qual provém, sendo marcado por essa esfera. Ele se constitui no meio social, na interação entre indivíduos. Desse modo, para que um objeto qualquer da realidade desencadeie uma função

“semiótico-ideológica”, ele necessita estar ligado às condições socioeconômicas do grupo social que o engendrou, adquirindo uma significação interindividual, pois “não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar suas raízes senão aquilo que adquiriu um valor social” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 46).

De acordo com o que foi exposto a respeito dos signos, consideramos que as narrativas, além de refletir uma dada realidade sociocultural, tanto a que viveram no passado, quanto a que vivem hoje, também a refrata. E, justamente, para contemplar o processo de refração, analisamos as narrativas dos informantes e a linguagem oficial do município, pois elas revelam as significações construídas a partir dos acontecimentos vivenciados. Tais significações são reveladas nos signos, por meio dos símbolos municipais, pelas narrativas construídas pelo município para contar a sua história de formação e na linguagem dos sujeitos entrevistados. Nesse processo, “os signos são espaços de encontro e confronto de diferentes índices sociais de valor, plurivalência que lhes dá vida e movimento, caracterizando o universo de criação ideológica como uma realidade infinitamente móvel” (FARACO, 2009, p. 54).

Na sequência, apresentamos reflexões sobre a relação das narrativas na construção das identidades.

3.1.4 As narrativas e a construção identitária

Nas discussões teóricas apresentadas, enfatizamos que as identidades são resultados da criação linguística (SILVA, 2011). Sendo assim, o estudo da linguagem, que se manifesta por meio das narrativas de vida dos sujeitos da pesquisa, possibilita a leitura das identidades, pois, ao narrarmos nossas histórias de vida, construimo-nos como seres sociais e, conseqüentemente, revelamos nossas identidades. Podemos afirmar que, “as narrativas, como uma forma de organização do discurso, têm, portanto, o potencial de criar um sentido de ‘nós mesmos’ ao permitir que negociemos e construamos nossas identidades sociais por meio dos eventos narrados [...]” (MOITA LOPES, 2002, p. 143). A esse respeito, Bamberg também destaca que as narrativas “[...] parecem carregar consigo a

conotação de que oferecem acesso melhor e mais direto às experiências e identidades [...] (BAMBERG, 2002, p. 151).

McLaren é outro autor que trabalha com a narrativa e sua relação com as identidades. Para ele, as narrativas dão significado às nossas vidas, pois “formam um contato cultural entre pessoas, grupos e o nosso universo social” assim “as identidades são parcialmente o resultado da narratividade da vida social” (MCLAREN, 2000, p. 168). Para o autor, ainda:

As narrativas nos ajudam a representar o mundo. Também nos ajudam a lembrar e esquecer tanto os seus prazeres quanto os seus horrores. [...] Ajudam-nos a compartilhar nossa realidade social tanto pelo que excluem, como pelo que incluem. Elas nos garantem os veículos discursivos para transformar a carga do conhecimento no ato de narrar (MCLAREN, 2000, p.168).

Também concordamos com Rollemberg, quando a autora afirma que:

Ao se engajarem em um processo de reconstrução de suas histórias de vida por meio de suas narrativas, os sujeitos refazem o caminho por eles percorrido até o momento e repensam sua história passada. [...] As narrativas operam então como instrumentos de construção e reconstrução de nossas identidades sociais, processo esse que é desenvolvido no desenrolar do próprio ato de narrar (ROLLEMBERG, 2003, p. 253).

As afirmações de McLaren e Rollemberg explicitam, portanto, que as narrativas não correspondem unicamente a uma organização linear dos fatos passados, por meio dos quais podemos apreender os acontecimentos vividos, mas também são instrumentos de reflexão ao possibilitar aos sujeitos repensarem suas histórias e reconstruí-las ao narrá-las.

Por meio das histórias que narramos nas interações sociais diárias, as quais se constituem como práticas discursivas, as identidades são (re)construídas, sendo “a narrativa um instrumento ou um *modus operandi* que utilizamos quando organizamos nossas memórias, intenções, histórias de vida e nossas identidades” (BROCKMEIR e HARRÉ 1997 apud COIMBRA, 2003, p. 215). No ato de narrar, as experiências surgem e são recriadas, constituindo-se na produção de quem somos para nós e para os nossos interlocutores. Mendes acrescenta que “as identidades emergem da narrativização do sujeito e das suas vivências sociais” (MENDES, 2002, p. 506).

A produção de narrativas em situações de entrevista é um importante instrumento de pesquisa sociolinguística porque, “quando as pessoas contam histórias que foram elicitadas em entrevistas [...] elas estão, de fato, criando suas identidades através da fala” (MOITA LOPES, 2002, p. 145).

Moita Lopes, ao refletir sobre o uso da narrativa da qual emergem as identidades, focaliza-a como “um tipo de organização discursiva que usamos para agir no mundo social [...], como instrumento cultural, na mediação do processo de construção das identidades sociais” (MOITA LOPES, 2002, p. 59).

Com base na conceituação apresentada sobre a importância da narrativa no trabalho com as identidades, abordamos algumas reflexões de Bamberg (2002) e Mishler (2002), os quais propõem uma metodologia para a leitura das identidades por meio das narrativas.

Os estudos de Bamberg (2002), quanto ao uso da narrativa na construção e reconstrução das identidades, vêm ao encontro do aspecto relacional e não fixo das mesmas. Para autor, as identidades não são um fato consumado. Elas são constantemente renegociadas nas situações comunicativas e interacionais. Segundo ele, por meio da linguagem projetamos nos outros o sentido de quem somos:

[...] nossas formas de fazer sentido uns dos outros, e em especial de nós mesmos, são mediadas na fala e por meio da fala; fala essa que é organizada socialmente em situações interacionais, localmente e para o propósito de construção de identidade (BAMBERG, 2002, p. 154).

Bamberg trabalha com a noção de posicionamento para a interpretação da interação narrativa. Baseia-se em outros autores para definir o posicionamento, como Hollway (1984), para o qual as posições remetem, “por um lado, a algo que é dado por formas sociais pré-existentes (Discursos), e por outro, a algo que é tomado” (HOLLWAY, 1984, apud, BAMBERG, 2002, p. 155). Os posicionamentos são práticas discursivas que constituem os falantes e, ao mesmo tempo, recursos pelos quais negociam suas posições (HARRÉ e VAN LANGENHOVE, 1999, apud BAMBERG, 2002, p. 155). Bamberg conclui que, “de acordo com essa orientação, as pessoas se engajam interacionalmente na construção discursiva de como fazem sentido de si mesmas e do lugar ao qual pertencem” (BAMBERG, 2002, p. 155).

Para a leitura das identidades, na análise das narrativas, o autor enfatiza que o analista deve, a partir de um ponto de vista sociolinguístico, orientar-se pela

contextualização e pistas de contextualização²⁴ deixadas pelo narrador no decorrer do ato de narrar. A partir desse entendimento, ele apresenta três níveis de ordenação das atividades nas quais as narrativas podem ser divididas.

O primeiro nível enfoca o conteúdo e constitui-se de falas sobre os outros e sobre o próprio *self*:

[...] criamos linguisticamente personagens no plano do assunto do qual a fala trata. [...] nesse nível de análise, escrutinamos os métodos linguísticos que estabelecem os personagens na história – o modo como eles são caracterizados e colocados em relação uns aos outros – de maneira que possamos responder à pergunta que indaga sobre o que a história trata (BAMBERG, 2002, p. 157).

O segundo nível diz respeito ao âmbito interacional. Em situações de fala, os falantes estão continuamente se colocando e recolocando uns diante dos outros. Para fazer isto, definem um ponto de vista a partir do qual são descritos na história. Para Bamberg, “colocamo-nos como especialistas, como alguém que dá conselhos, como autoridades – ou como alguém que pede conselhos, como desamparados, como inocentes” (BAMBERG, 2002, p. 157). Esse tipo de informação é sinalizado por métodos linguísticos e supralinguísticos. É nesse nível que se pergunta por que uma história é contada num determinado momento da interação.

Bamberg salienta que:

A análise dos dois primeiros níveis de posicionamento deve levar, progressivamente, à diferenciação de como os falantes se baseiam em discursos culturais e se posicionam diante desses discursos em suas afirmações a respeito de quem são, isto é, em seu trabalho de identidade (BAMBERG, 2002, p. 158).

O enfoque da análise das identidades está na interação. Destacamos que foi justamente esse o propósito da pesquisa. Mesmo havendo alguns questionamentos centrais que a orientaram, procuramos conduzi-los de um modo bastante flexível, em forma de diálogo e conversação, para que, a partir de uma situação de interação,

²⁴ Gumperz (1982), no livro *Discourse strategies*, aborda o conceito de convenções de contextualização por ele definidas como “pistas de natureza sociolinguística que utilizamos para sinalizar as nossas intenções comunicativas ou para inferir as intenções conversacionais do interlocutor. São pistas linguísticas (por exemplo, alternância de código, de dialeto ou de estilo), pistas paralinguísticas (por exemplo, o valor das pausas, o tempo da fala as hesitações) e/ou pistas prosódicas (por exemplo, a entonação, o acento, o tom), constituídas de vários (sub) sistemas de sinais culturalmente estabelecidos” (GARCEZ, RIBEIRO, 2002, p. 98).

os informantes produzissem narrativas. Assim, algumas histórias surgiram orientadas por questionamentos, no entanto, outras foram contadas espontaneamente. E investigar em que situação, em que momento elas surgem, nos auxilia a compreender os posicionamentos dos informantes.

Além disso, temos que considerar que, mesmo quando o informante é incitado a narrar algum acontecimento a partir de um questionamento específico, ao fazê-lo, faz escolhas do que será contado ou do que será omitido, como se posiciona, o que também revela o seu trabalho de identidade nessa situação.

No nível três, o posicionamento identitário do sujeito é revelado de forma mais clara, pois:

O falante transcende o nível dos personagens da história e o nível interacional de 'como eu quero ser entendido por vocês, a audiência' e tenta construir uma resposta (localizada) para a pergunta: 'quem sou eu?'. Ao fazer isso, o falante/narrador se posiciona diante de discursos culturais, seja acatando-os, seja mostrando neutralidade ou, ainda, distanciando-se, criticando, subvertendo ou resistindo a eles (BAMBERG, 2002, p. 158, grifos do autor).

Os três níveis de posicionamento propostos por Bamberg (2002), por meio dos quais podemos analisar as identidades, vêm ao encontro das reflexões de Mishler (2002), para o qual não ficamos presos à ordenação linear dos fatos do modo como ocorreram na materialidade social, ao narrativizar as histórias de vida. A narrativa permite a reelaboração do vivido a partir do olhar, das memórias do lugar social de quem o viveu. Por meio da narrativa se faz a reinterpretação do significado dos eventos passados por cada sujeito em suas peculiaridades "por meio das quais eles redefinem quem são e revisam os enredos de suas histórias de vida" (MISHLER, 2002, p. 104). O mesmo autor ainda explica que, quando construímos retrospectivamente um fato passado "de um olhar retrovisor desde o presente" (MISHLER, 2002, p. 104), os enredos são governados pela situação atual na qual os contadores se encontram em relação ao que viveram no passado.

Sob esse aspecto, é possível inferir, antecipadamente, que apesar de os informantes da pesquisa relatarem alguns posicionamentos semelhantes em relação ao contexto sócio-histórico e cultural que vivenciaram, cada um deles, devido às peculiaridades de suas vivências (despejados, atingidos indiretamente,

desapropriados), hoje reelaboram e avaliam o vivido no passado a partir da situação que se encontram no presente:

Não se trata de um processo raro ou excêntrico [...] é uma característica inerente e intratável de como nos lembramos do nosso passado e continuamente o re-historiamos, variando a significância relativa de diferentes eventos de acordo com a pessoa em que nos transformamos, descobrindo conexões das quais não estávamos previamente cientes, nos reposicionando a nós mesmos e aos outros em nossas redes de relações. [...] O passado não está gravado em pedra, e o significado dos eventos e experiências está constantemente sendo reenquadrado dentro dos contextos de nossas vidas correntes e em curso [...] (MISHLER, 2002, p. 105).

O mesmo autor ainda acrescenta que, em pesquisas que analisam como a identidade é representada na narrativa, o pesquisador deve ficar atento a como uma história é de fato contada, às funções dos contextos específicos nos quais ela se insere, como o narrador seleciona os fatos que irá contar, como os organiza, como se posiciona, por que determinada história está sendo contada naquele momento, de que maneira ele a conta, etc.. São esses os elementos essenciais que devem ser observados em uma narrativa, para disso depreender as identidades que estão sendo negociadas.

Outro conceito adotado por Mishler (2002), na leitura das identidades, diz respeito ao que denomina de “pontos de virada”. Segundo o autor, os pontos de virada são características comuns nas narrativas de histórias de vida e é possível identificá-los no decorrer dos relatos, manifestando-se como algo que modificou a compreensão sobre as experiências passadas. De acordo com Mishler, “algumas vezes, esses pontos de virada levam a uma re-historiação do passado e à adoção de uma nova identidade que muda o significado das relações passadas” (MISHLER, 2002, p. 108).

As nossas histórias de vida e as nossas identidades são, portanto, constantemente revisadas “à medida que começamos a entender o que se passou em termos de contextos cada vez mais amplos do que ocorreu depois” (MISHLER, 2002, p. 110).

O autor também destaca que, pelo processo de re-historiação, no qual localizamos os incidentes importantes de nossas vidas que se caracterizam em pontos de virada, estão também as nossas múltiplas identidades, “cada um de nossos eus parciais é um personagem em uma história diferente, na qual somos

posicionados de modos diferentes em nossas relações com os outros, que constituem nossos diversos mundos sociais” (MISHLER, 2002, p. 110). Ele ainda acrescenta que:

Uma compreensão mais adequada de como mudamos no decorrer de nossas vidas requer uma concepção relacional de identidade, uma concepção que coloque o processo recorrente de re-historiação de nossas vidas no fluxo das contradições e tensões dos diversos mundos sociais nos quais simultaneamente somos atores e respondemos às ações dos outros (MISHLER, 2002, p. 111).

Desse modo, podemos considerar que as narrativas coletadas em situação de pesquisa, ao historiar os acontecimentos vividos pelos informantes, quanto ao contexto social no qual interagem antes do alagamento e o contexto sociocultural em que vivem hoje, explicitam os seus posicionamentos e suas identidades diante destes contextos. Eles se posicionam diante do que viveram e também diante do(s) interlocutor(es). Assim, as narrativas dão sentido à sua experiência, conforme afirma Moita Lopes:

as narrativas [...] têm sido entendidas como desempenhando um papel central no modo como aprendemos a construir nossas identidades na vida social. Ou seja, as narrativas são instrumentos que usamos para fazer sentido do mundo a nossa volta e, portanto, de quem somos neste mundo (MOITA LOPES, 2002, p. 64).

Na presente pesquisa analisamos justamente isto: como quem conta suas histórias se posiciona diante do que viveu e vive e, assim, como percebe a si mesmo. As narrativas possibilitam tal reflexão, pois “permitem que se fale do passado no presente ao se narrar, e, portanto, que se observe e se reflita sobre o que está sendo contado” (MOITA LOPES, 2002, p. 66).

Considerando a fundamentação teórica apresentada nesta seção e as orientações de Bamberg (2002) e Mishler (2002) quanto aos procedimentos para a leitura das identidades, no próximo capítulo, analisamos as narrativas dos informantes e o discurso oficial do município, a fim de depreendermos como e quais identidades são construídas.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA E PELA LINGUAGEM: A VOZ DOS DESAPROPRIADOS E O DISCURSO OFICIAL DAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

Considerando o contexto sociocultural no qual se insere a pesquisa e com base nas abordagens teóricas apresentadas quanto à constituição das identidades e sua relação com a linguagem, neste capítulo, fazemos a análise das narrativas dos sujeitos da pesquisa, bem como da linguagem presente no município quanto a sua relação com a construção da Hidrelétrica de Itaipu para, a partir disso, entendermos como e que identidades são construídas e reconstruídas por meio da linguagem.

A fim de atingir os objetivos da pesquisa e organizar metodologicamente o capítulo e as análises, inicialmente, apresentamos como ocorre a construção das identidades por parte dos sujeitos que vivenciaram o processo de desapropriação, a fim de compreendermos seus posicionamentos diante do contexto sociocultural instaurado *antes e depois* da Itaipu. Antecipamos que as narrativas demonstram que a Itaipu foi responsável por um marco divisório na vida dessas pessoas.

Também não podemos deixar de considerar que esses sujeitos interagem em um contexto social mais amplo, no qual são construídas representações a seu respeito, bem como dos acontecimentos. Nesse sentido, analisamos a linguagem presente em materiais impressos como revistas, folders produzidos pelo município, a fim de refletir sobre a identidade que, ao longo dos anos, as administrações municipais procuraram criar para Itaipulândia, relacionando-os à ideia de progresso e desenvolvimento proporcionado pela Itaipu.

As narrativas que constituem o *corpus* de análise desta pesquisa contemplam a história da vida dos informantes, mas também a relação existente entre suas histórias e o contexto sociocultural em que interagem e interagem, fazendo a relação entre o passado e o presente, visto que as histórias retomam fatos significativos de suas vidas atrelados ao processo de desapropriação, o qual traz implicações no presente e na forma como veem a si mesmos e se posicionam no contexto atual.

Levando em conta essa relação, retomamos as perguntas da pesquisa, que buscamos responder: Quais foram e/ou são as implicações da construção da

Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento na constituição das identidades no município de Itaipulândia? Como essas identidades são reveladas, por meio da linguagem, pelos sujeitos que vivenciaram o processo de desapropriação da Itaipu e pelas administrações municipais?

A fim de responder a essas questões, entrevistamos 12 pessoas que foram atingidas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu. A fim de melhor contextualizar o processo de formação do município de Itaipulândia, também entrevistamos o presidente da Comissão Pró-Emancipação que foi o primeiro prefeito de Itaipulândia, o qual não compõe o quadro dos informantes, pois não se enquadra nos critérios de seleção.

Lembramos que, conforme é apresentado no primeiro capítulo, o critério para a escolha dos informantes foi o fato de terem vivenciado o processo de desapropriação com a formação do Lago de Itaipu e continuarem residindo no município atualmente.

Esse critério nos possibilitou observar o que afirma Thompson (1992) sobre a dimensão histórica viva que adquire o meio ambiente mais imediato quando se trabalha com entrevistas. Ou seja, “[...] uma percepção viva do passado, o qual não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente” (THOMPSON, 1992, p. 30).

Ao ouvir a voz das pessoas que partilharam e ainda partilham uma experiência de vida em comum, temos a possibilidade de analisar e refletir sobre a multiplicidade de significações por elas construídas diante do que viveram, pois “a realidade é complexa e multifacetada” (THOMPSON, 1992, p. 25), o que permite a cada um compreendê-la e posicionar-se perante os fatos apresentando pontos de vista diversos.

A partir dessas perspectivas, as entrevistas foram conduzidas de modo a permitir que as perguntas elaboradas funcionassem como introduções (ROLLEMBERG, 2003), para que, a partir delas, os informantes produzissem suas narrativas. No entanto, a tentativa de tornar a situação formal da entrevista o mais informal possível, iniciando sempre antes da gravação uma conversa espontânea, não impediu certo monitoramento da fala. Assim, as primeiras narrativas foram mais concisas, limitando-se, o informante, a responder objetivamente o que estava sendo perguntado. Contudo, à medida que a conversa fluía, e o informante envolvia-se no assunto, rememorando os acontecimentos, o

monitoramento também se tornou menos presente e, com isso, conseguimos narrativas mais espontâneas.

Butzge (2006) destaca que as narrativas orais obedecem ao fluxo da memória do indivíduo. Desta forma:

[...] não saem 'perfeitas', com início, meio e fim, mas, sim, perfazendo um percurso motivado por lembranças e esquecimentos, algumas vezes voluntários outras vezes involuntários, e a circunstância é fundamental no processo de seleção pelo locutor do que é importante ou dizível no momento da narração (BUTZGE, 2006, p. 127).

Ao narrar suas experiências, as emoções também influenciam as recordações, fazendo com que, muitas vezes, os sentimentos de saudade dos amigos, da vida em comunidade, tragam uma lembrança e uma avaliação do passado como melhor que o momento presente.

O retorno ao passado, como se existisse alguma essência identitária que nele ficou perdida, é explicado por Woodward (2011) como uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações. Por meio do apelo aos antecedentes históricos, os informantes tentam reafirmar suas identidades, supostamente perdidas, descentradas, fragmentadas, buscando-as no passado e, ao fazê-lo, podem estar produzindo novas identidades. Assim, “a reprodução desse passado, nesse ponto, sugere, entretanto, um momento de crise e não, como se poderia pensar, que haja algo estabelecido e fixo na construção da identidade” (WOODWARD, 2011, p. 11).

Também percebemos *in loco* o que afirma Mishler (2002) sobre os posicionamentos da narrativa, ou seja, cada um fala e se posiciona a partir da situação que se encontra no presente. Além disso, ao narrar, o sujeito não só constrói ou revela uma imagem de si mesmo, como ele se vê, mas também como ele quer ser visto pelos seus interlocutores. Assim, observamos também o que é destacado por Butzge (2006) de que “oscilando entre o passado e o presente, os informantes revelaram que suas narrativas estão constantemente em construção, recorrendo à memória e à seleção do que pode e o que não pode ser dito” (BUTZGE, 2006, p. 93).

Além da análise das narrativas, destinamos uma seção para analisar a linguagem presente no município em relação à construção de Itaipu e a influência

desta sobre a cidade e a vida das pessoas. Para isto, também, trazemos os símbolos municipais como um artefato cultural e marca da identidade de uma “nação”. Nosso objetivo é fazer o entrecruzamento das vozes das pessoas afetadas e o discurso oficial do município diante do fato para, assim, depreendermos as identidades que são construídas e negociadas nesse contexto.

Diante do exposto, apresentamos, na sequência, a análise das narrativas.

4.1 A VOZ DOS DESAPROPRIADOS

Ao longo de todo o trabalho, afirmamos que as vivências e experiências pelas quais os sujeitos passam, bem como o contexto sociocultural no qual interagem, influenciam a sua constituição identitária. Esse entendimento nos auxiliou na forma de organizar as subseções para a análise. Desse modo, as subseções estão organizadas enfatizando os eventos históricos mais significativos das vivências dos informantes no contexto da pesquisa. Analisamos as identidades a partir das narrativas e, ao mesmo tempo, possibilitamos, ao leitor, a percepção histórica dos fatos e como, dentro desse contexto, os informantes foram se constituindo identitariamente.

Para isso, inicialmente, procedemos à leitura de cada entrevista, agrupando as narrativas de acordo com as seguintes temáticas: a chegada à região; a vida na comunidade; a construção de Itaipu; a negociação e a resistência; a saída; o recomeço; a situação atual. A partir das narrativas que versam sobre essas unidades temáticas, organizamos as subseções, assim intituladas: 4.1.1 *A chegada à região: “Viemo na escura”*; 4.1.2 *A vida na comunidade: “/.../ era tudo pequeno agricultor, era um povo unido ali /.../”*; 4.1.3 *A construção de Itaipu - uma notícia inesperada: “/.../ a gente não sabia de nada SABE e eles já tavam fazendo levantamento no meio do mato /.../”*; 4.1.4 *A resistência e a negociação: “/.../ mas fomo os último a saí de lá /.../”*; 4.1.5 *A saída: “/.../ cada dia de manhã, meio dia, de tarde, você via mudanças e mudanças e mudanças indo embora”*; 4.1.6 *O recomeço: “Eles tiraram a terra, nós sabia trabaiá na terra, nós era o que era, profissão nossa era trabaiá na lavora /.../”*; 4.1.7 *A situação atual: “/.../ Quem não perdeu nada que tá se beneficiando /.../”*.

Ressaltamos que, em virtude da extensão do *corpus*, a análise das narrativas na íntegra fica impossibilitada. Por isso, optamos por transcrever trechos significativos de acordo com as temáticas para efetuar as análises. Sendo assim, essa é uma leitura possível de se fazer, não a única. Na sequência, apresentamos as análises.

4.1.1 A chegada à região: “*Viemo na escura*”

De acordo com dados apresentados no capítulo 2, grande parte da população da região oeste, na qual se situa o município de Itaipulândia, é proveniente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o que lhes rende a denominação de sulistas como podemos verificar nas narrativas adiante.

Nos seus estados de procedência, os informantes já atuavam na agricultura. A vinda à região oeste do Paraná agregou-lhes, ademais da identificação de agricultores, a de colonizadores e desbravadores da região, o que lhes permite construir uma representação positiva de si mesmos.

Verificamos nas narrativas, que a saída da terra natal foi motivada pela possibilidade de melhorar a condição de vida a partir da compra de uma maior quantidade de terras, consideradas mais férteis e planas em relação às terras dos estados de origem, bem como a conquista de um espaço territorial próprio, conforme narra o informante 1: “*.../ nós viemo mil quilômetro de nossa terra natal pra se colocá meio bem /.../*”. A fala expressa o sonho da terra farta e fértil, do espaço para trabalhar com toda a família, para promoção da riqueza do agricultor. Esse processo, conseqüentemente, influenciou a produção de novas identidades, dentre as quais, de não proprietário para proprietário, visto que não há uma identidade unitária.

A fim de investigarmos as implicações desse deslocamento espacial e contextual na constituição identitária dos sujeitos, selecionamos algumas narrativas produzidas como resposta ao seguinte questionamento: Por que o senhor(a) veio para a região? Conhecia alguém daqui ou já tinha ouvido falar?

A primeira narrativa analisada é do informante 11. Durante a entrevista, informou-nos que sempre trabalhou como agricultor e é natural da cidade de Turvo,

em Santa Catarina, na qual residiu até 1971, ano em que se mudou para a comunidade de Sol de Maio. Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, dos 15 alqueires de terra que possuía, 5 alqueires foram indenizados. Conforme explicita: “*eu fui indenizado 5 alqueire e eu só consegui comprar 3 só, né*”. Com o dinheiro da indenização comprou 3 alqueires na comunidade de Santa Inês, na qual passou a residir a partir de 1980. Sua vinda para a região é por ele narrada da seguinte maneira:

É, eu tinha uns tio que morava aqui em São Miguel daí veio um cunhado meu o B. ele até mora ali na cidade /.../ daí ele veio ali pra:: pra São Lourenço acho que é em São Miguel trabalhá de arrendatário ali /.../ daí ele foi pra lá e falô pra mim assim, oh tu tá trabalhando de arrendatário vai embora pro Paraná lá::: aí eu digo mas será que dá ponto? DÁ. Aí trabalhava de arrendatário também né, trabalhava pro finado pai, plantava arroz e era sofrido lá daí no outro dia eu fui lá falá com o finado pai. Pai eu vô lá pro Paraná. E só eu de filho homem e o resto tudo filha mulher e:: eu vô vô morá pra lá vô arrendá terra fazê alguma coisa que aqui não/ daí ele se resolveu, não eu vô junto então daí veio junto. Daí chegemo aí ele tinha dinheiro né acabei comprando ali. Rodiemo São Miguel não deu certo daí fumo lá pro Itacorá teve uns cara lá de São Miguel que indicaram essa terra fumo lá e compremo (+) daí onde que eu vim mais favorável pra:: na verdade que tinha que trabalhá pra pagá a terra né, trabalhá na foice e no machado pra pagá 15 ALQUEIRE DE TERRA não era fácil mas graças a Deus deu certo consegui pagá (Informante 11).

A narrativa do informante 11 revela os motivos que levaram muitos migrantes a procurar as terras da região: melhorar a sua condição de vida, adquirindo terras próprias. A maioria tinha conhecimento do lugar por meio de parentes e/ou conhecidos que aqui já residiam. Outro fato é que, em geral, não vinham sozinhos, pois já tinham família constituída, ou mudavam-se com os pais.

Geralmente, havia algum parente que fazia propaganda das terras, em fase de colonização, atendendo aos interesses das companhias colonizadoras de recrutar, para a região da fronteira, os colonos sulistas²⁵.

Na narrativa em análise, o uso do advérbio de lugar “*lá*”, nos fornece algumas pistas, que ficam implícitas do significado da vinda desses agricultores ao Paraná.

²⁵ Conforme Gregory (2002) as colonizadoras do oeste do Paraná tinham preferência pelos colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pois o plano de colonização era baseado na pequena propriedade familiar sob o sistema da policultura, já conhecida pelos colonos sulistas. Esta experiência foi fundamental para o processo de adaptação desses colonos ao trabalho e ao clima da região.

Na frase, “[...] *vai embora pro Paraná lá::*”, o uso do advérbio associado ao prolongamento da vogal, não tem a função, apenas, de indicar o lugar, mas permite subentender que o informante tinha algum conhecimento de que a aquisição de terras, no Paraná, era mais fácil e a propaganda muito atrativa. Podemos entender da seguinte maneira: “*lá*”, em Santa Catarina ele trabalhava de arrendatário; “*lá*”, no Paraná, tem a possibilidade de mudar de vida e possuir a sua própria propriedade, visto que as terras eram baratas por estarem em fase de colonização.

O informante relata que em Santa Catarina trabalhava de arrendatário nas terras do pai, plantando arroz. Avalia sua situação como sofrida e vê a possibilidade de mudar de vida quando um cunhado o convida para ir ao Paraná. Ele ainda hesita: “*mas será que dá ponto?*”. Em seguida, reflete sobre sua própria condição de agricultor: era arrendatário, não tinha terra e ainda era dependente do pai. Ademais, era filho homem: “*só eu de filho homem, o resto tudo filha mulher e::*”. Nessa reflexão, realizada pelo informante, à medida que revive sua decisão de vinda ao Paraná, nos permite vislumbrar alguns aspectos culturais e identitários que definiam o agricultor migrante dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em direção ao Paraná: a importância de ser proprietário de terras – um agricultor realizado é um agricultor proprietário de terras; a necessidade de possuir bens – terras – quando se é filho homem, não sendo mais dependente do pai, depois de casado, diferentemente da mulher que pode depender do marido. Essa é uma representação construída na coletividade fornecendo indícios da cultura de uma época, com marcas de uma sociedade patriarcal, na qual os homens eram os responsáveis pelo trabalho e sustento da família.

A vinda ao Paraná lhe permite “jogar o jogo” das construções identitárias que o agricultor sulista tenta essencializar, ou seja, a de que o filho homem precisa possuir bens – terras – para garantir o sustento da família e de que essa posição se torna mais confortável se for proprietário e não arrendatário.

Ao mesmo tempo em que narra a sua trajetória passada, quanto à vinda para o Paraná, o informante reflete os significados que esse processo teve em sua vida. A decisão de o pai em vir junto representa para ele uma mudança “*mais favorável*”, pois o pai o ampara financeiramente para a compra da terra. Nessa fala, evidenciamos o que Mishler (2002) denomina de ponto de virada. De arrendatário passou a proprietário. A vinda para o Paraná lhe proporciona também uma nova identidade de agricultor. Colocando que, “*eu vim mais favorável*”, melhorou sua

condição de vida. Assim, “pontos de virada são exemplos [...] do processo contínuo no qual nos engajamos para construir os significados de nossas experiências passadas e para refazer a nós mesmos de modos grandes e pequenos” (MISHLER, 2002, p. 110).

O informante avalia sua situação como “*mais favorável*”, ao mesmo tempo em que a avalia como nada fácil (“*não era fácil*”), pois teve que trabalhar para pagar a terra, mas um trabalho, segundo ele, sofrido, “*na foice e no machado*”. Essa última expressão nos apresenta pistas de contextualização, de como o narrador deseja ser visto pelos seus interlocutores. Há um empenho, do narrador, em construir uma representação positiva de si, não apenas como um agricultor, mas, sobretudo, como um vencedor, um trabalhador, dando-lhe um “ar” um tanto heróico, já que “abriu matas” com foice e machado.

Nesse ponto, apoiamo-nos em Bamberg (2002) quando diz que devemos analisar por que determinada história está sendo contada em determinado contexto, ou melhor, por que o narrador dá ênfase à forma como teve que trabalhar na terra? A partir disso, concluímos que a construção da identidade do agricultor/colonizador também está ligada ao próprio conceito de trabalho braçal, como marcas de sua identidade.

A identidade de desbravadores, conquistadores e destemidos também se verifica na narrativa do informante 6 quando narra as dificuldades encontradas pelos primeiros agricultores que chegaram a essas terras. Segundo ele:

Aquela vez era difícil, o pessoal vinha lá do Rio Grande, Santa Catarina e vinha assim de caminhão sabe e chegava e tinha o barracão que chegava ali e e é difícil. Chegavam aqui daí eles chegavam e ficava debaixo de uma LONA até que serrava a madeira da casa /.../ aquela vez era difícil, o pessoal largava a propriedade lá no sul tudo bem, uma propriedade boa lá né, vim pra cá e chegava aqui dá aquele/ NOSSA era difícil, porque sabe o que era ficá debaixo da lona ali esperá até serrá aquela madeira ali depois construí aquela casa né, então era difícil aquela vez (Informante 6).

Observamos que, ao narrar como foi a chegada e o estabelecimento dos sulistas na região, o informante 6 não se posiciona como personagem, como um agente das ações, pois sua fala é sobre os outros agricultores. Talvez isso se deva

ao fato de que ele, além de agricultor, também foi comerciante no distrito de Itacorá e, inicialmente, estabeleceu-se na comunidade com essa atividade.

Ele opta por iniciar sua fala com um marcador temporal “*aquela vez*” seguido por uma avaliação “*era difícil*”. Expressões que se repetem várias vezes para dar ênfase às dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Ao fazer isso, implicitamente, avalia que a vida desses agricultores “*aquela vez*” era mais sofrida que a vida de um agricultor hoje, o que os supervaloriza diante dos agricultores atuais, pois tinham que ser corajosos e destemidos. Para persuadir seu interlocutor, estabelece um diálogo de modo a induzindo-lo a posicionar-se no papel dos agricultores da região, quando afirma: “*/.../ sabe o que era ficá debaxo da lona ali e esperá até serrá aquela madera ali e depois construí aquela casa né /.../*”.

Isso confirma a afirmação de Certeau (1994) de que na arte do fazer textual do narrador, ocorre a produção de narrativas que possam persuadir os interlocutores a fim de se solidarizarem com ele, nesse caso, solidarizarem-se com a situação de quem o narrador está falando.

Nesse contexto, a palavra “*difícil*” constitui-se como um signo social ideológico, pois transmite valores sociais situados no contexto histórico da década de 1960, quando da vinda dos primeiros agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Analisada a partir do momento histórico que estavam vivendo esses agricultores, expressa as dificuldades por eles encontradas para estabelecer-se nas terras ainda cobertas de matas, a falta de recursos nas moradias improvisadas que construíam, bem como o trabalho empenhado na derrubada das árvores, pois a maioria deles só contava realmente com “*foice e machado*” para realizar esse serviço.

Outra narrativa sobre a chegada à região é do informante 2. Ele é proveniente da cidade de Tupanciretã, do Rio Grande do Sul, na qual residiu até 1970, ano em que se deslocou para a comunidade de Esquina Gaúcha, no Paraná, onde reside atualmente.

Eu vim na escura. De Portela pra cá eu carreguei a minha mudança. Porque já morava o meu sogro aqui e os meus cunhado só ficô um pra trás pra lá quando eu vim, depois ele acabô vindo pra cá também /.../ meu sogro já fazia dois ano que ele tava aqui. Eu não vim antes porque não conseguia vendê a minha terra que eu tinha no

Rio Grande do Sul era muito dobrada, perau, laje²⁶ MEU JESUS AMADO /.../ daí meu sogro foi pra lá, meu cunhado daí ele falô /.../ COMPADRE, NÃO/ VAI OIÁ AQUELAS TERRA LÁ, VENDE TUDO ISSO AQUI E CARREGA TUA MUDANÇA E VAI PRA LÁ. Foi o que eu fiz./.../ Nós tinha 5 filho. Eu carreguei a minha mudança num caminhão, a mulher e os cinco filho /.../ (Informante 2).

Semelhante à narrativa anterior, o informante 2 também relata que tomou conhecimento das terras da região por meio de familiares. Mesmo assim, opta por iniciar sua fala dizendo que veio “na escura”. Essa é uma expressão muito comum encontrada também em outras narrativas, para se referir ao modo como vieram, ou seja, sem conhecer a verdadeira realidade da região.

Contextualizando a expressão, significa que muitos não tinham destino certo, nem uma terra em vista para comprar. Por outro lado, o narrador procura criar para seu interlocutor a imagem de um sujeito corajoso, pois sua decisão de migrar para a região foi acima de tudo um ato de coragem. E é dessa forma que ele quer ser visto pelos seus interlocutores, como alguém que se arriscou, com mulher e filhos, para tentar uma vida melhor.

Outro aspecto, que percebemos quanto ao posicionamento dos informantes em suas narrativas, é o papel que assumiam nas comunidades que, aos poucos, foram se formando, conforme narrativa a seguir:

/.../ Era pocos morador, no meio do mato./.../ DAÍ DEPOIS mais tarde então nós construímo aquela igrejinha ali no Lindamar, depois foi tirada ela e colocado ali em cima. Só que ali fizeram de material, na época nós fizemo de madera. Então nós cortemo os pau, as viga e tudo pra construí, arrastemo com boi e construímo. Daí começô a vim, volta e meia vinha algum morá ali né, começô aumentá né. Daí tinha uma comunidadezinha bem boa até /.../ daí foi crescendo lá (Informante 12).

A narrativa inicia explicitando a precariedade na qual viviam os primeiros moradores: “no meio do mato” e com poucos recursos. O informante posiciona-se como agente das ações realizadas para a formação da comunidade e, marcando sua fala com o pronome pessoal “nóis”, se insere na coletividade social, compartilhando com o grupo, ao qual pertencia, a mesma experiência. Assim, ele e os demais moradores são descritos a partir de suas ações identificadas pelos verbos:

²⁶ Terra dobrada, perau e laje são denominações dadas a uma área de terra que não é plana, onde há muito morro e pedras que dificultam o plantio com o uso de maquinários agrícolas, sendo, às vezes, terras menos produtivas.

“cortemo”, “arrastemo”, “construímo”, “fizemo”, demonstrando o papel ativo e importante que tiveram na formação das primeiras comunidades que hoje fazem parte do município de Itaipulândia.

Nesse caso, não é apenas a identidade de agricultor, colonizador, pai de família que está sendo negociada, mas, acima de tudo, a identidade social de um membro ativo na comunidade a que pertencia.

A narrativa também elucida os hábitos culturais na organização das comunidades, nas quais a construção de uma igreja era um elemento fundamental para a sua formação, servindo como local de realização de cerimônias religiosas, reuniões e, em muitos casos, como escola.

De modo geral, as narrativas, que versam sobre a chegada desses agricultores à região, os identificam como colonizadores e desbravadores e é assim que querem ser vistos, pois se empenham em deixar explícito o trabalho que tiveram nessas terras, marcando suas falas com expressões tais como: “*viemo na escura*”; “*era difícil*”; “*tivemo que trabaiá na foice e no machado*”, etc.. Assim, verificamos, conforme afirmam Scarpato e Böhm que:

O cotidiano das primeiras famílias de colonizadores que se aventuraram a desbravar as matas do oeste paranaense era basicamente o mundo do trabalho. [...] O objetivo de todo este esforço era justamente a busca por um pedaço de terra maior e melhor para o sustento de suas famílias (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 55).

Nesse sentido, o deslocamento da terra natal também se configurou no que Cavalcanti (2002) denomina de “rito de passagem”. Ou seja, “ele serve para marcar o desligamento dos pais, da família nuclear, ou mesmo da comunidade de origem, em função da aspiração de se tornarem ‘autônomos’” (CAVALCANTI, 2002, p. 149, grifo da autora). Esse deslocamento também interferiu na constituição da identidade do agricultor, que passou a estabelecer, com o novo espaço e com as pessoas que paulatinamente foram chegando e formando as comunidades, novas relações sociais.

Na sequência, analisamos algumas narrativas que falam a respeito da vivência nessas comunidades.

4.1.2 A vida na comunidade: “/.../ era tudo pequeno agricultor, era um povo unido ali /.../”

As narrativas que versam sobre a vida na comunidade foram motivadas pela seguinte pergunta de pesquisa: “Conte como era sua vida no lugar em que morava antes de ser desapropriado (a): como era o lugar, as pessoas, o que fazia, como era organizada a comunidade?”. Destacamos que as narrativas obedecem ao “fluxo da memória” e se fazem em um constante “ir e vir” dos fatos, o que nos permitiu apreendermos narrativas sobre a comunidade também em outros momentos da interação.

Etimologicamente, “comunidade” provém do latim *communitas*, de *communis*, que significa comum, geral, compartilhado por muitos, público. Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, a palavra significa:

[...] 1. Qualidade ou estado do que é comum; comunhão; 2. Concordância, conformidade, identidade; [...] 5. Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada têm o mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica [...] (FERREIRA, A., 2009, p. 513).

Nas narrativas, justamente, constatamos a união na comunidade onde os informantes viviam antes da desapropriação territorial, conforme explicitado no próprio título desta subseção “*era tudo pequeno agricultor, era um povo unido ali*”.

Sobre a vivência na comunidade, um aspecto recorrente em todas as narrativas é a lembrança de uma comunidade unida, formada por pequenos agricultores posicionados como trabalhadores. Os informantes também procuraram se mostrar como pessoas atuantes nas comunidades e fundadores das mesmas. Destacam sua participação como líderes comunitários, presidentes de associações e responsáveis pela construção de escolas e igrejas como um aspecto que lhes dá credibilidade e autoridade para falar de suas vivências e desse passado em comum.

Selecionamos, para análise, algumas narrativas que versam sobre esses aspectos:

Olha, era tudo pequeno agricultor. Até Itacorá, aquela linha,²⁷ onde teus avô ali moravam, era tudo pequena propriedade. Então, era um povo unido ali, e então era no interior de Itaipulândia, mas era um POVO:: intê pra dizê pra mim em 74 eu era presidente da APM ((Associação de Pais e Mestres)) lá da escola aquela escolinha tinha 3 turnos, tinha 2 salas, e tinha de fazer, antes de meio dia, de meio dia e de tardezinha tinha de fazer três turno pra cabê os aluno /.../ (Informante 5).

Há, primeiramente, a preocupação em apresentar quem eram os sujeitos que residiam nas comunidades, “*pequenos agricultores*”, que, posteriormente, sofreram a desapropriação territorial, e, portanto, sugere implicitamente que era um povo que dependia da terra para sobreviver.

O informante 5 inicia a narrativa falando da comunidade e do povo da mesma. Nesse sentido, o prolongamento em “*mas era um POVO::*” também indica certo enaltecimento em relação às pessoas da comunidade, bem como um destaque ao número de pessoas que nela moravam. Em seguida, fala da própria participação na mesma, destacando-se como uma pessoa atuante, já que na comunidade figurava como presidente da Associação de Pais e Mestres (APM) da escola local. Conforme afirma Woodward (2011), podemos assumir diferentes posicionamentos identitários, pois interagimos em diferentes esferas sociais.

Neste momento, também refletimos a respeito do questionamento de Bamberg (2002), por que motivo uma história é narrada em determinado momento? Ou seja, que identidade o informante está querendo deixar transparecer? O informante 5, não era apenas mais um, entre os “*pequenos agricultores*” ele era alguém de destaque na sociedade, um presidente de uma Associação de pais e mestres (APM).

Ele também busca uma interlocução direta com a pesquisadora, ao falar dos agricultores que viviam próximos à sua família: “*aquela linha ali onde teus avô moravam era tudo pequena propriedade*”.

A presença ativa na comunidade também é destacada, com orgulho, em outras narrativas:

É que a gente:: nós era Itacorá NOSSA::/ porque eu ajudei forma:: eu e esse meu pai /.../ e daí foi iniciado ITACORÁ, porque aqui não

²⁷ *Linha* também é a expressão para referir-se às comunidades menores. Geralmente o termo linha é utilizado para denominar comunidades onde há apenas propriedades rurais, fazendo parte de seu nome oficial.

existia nada. Nem aqui, nem aqui no Cristo Rei, isso aqui era:: / daí a primeira igreja foi em Itacorá. Nós como dos deis, dos deis sócio como dizia aqui INICIADOR (+) das deis família uma foi nós. Mas era Itacorá, nós fiquemo até:: até terminá Itacorá /.../ (Informante 1).

O informante 1 posiciona-se como personagem principal em sua narrativa, ora utiliza a primeira pessoa do singular “*eu ajudei*”, ora a primeira pessoa do plural “*nóis era*”, revelando seu vínculo e trabalho conjunto com a família.

Sua narrativa também demonstra que a comunidade de Itacorá era o ponto de referência em relação às demais, pois na década de 1960, quando ele e a família vieram morar na região, adquiriram áreas de terra na comunidade de Cristo Rei, na qual ainda residem. Ao falar da vida na comunidade, opta por destacar sua participação e pertencimento como colonizador em Itacorá, ao afirmar: “*nóis era Itacorá NOSSA::/*”. Observamos que essa frase sofre uma interrupção brusca com o uso da interjeição “*NOSSA*”, sinalizando a admiração do próprio narrador a respeito de como era a comunidade. O informante se desloca temporalmente, na narrativa, como se estivesse revivendo a experiência de participação na comunidade, de seu comprometimento com a mesma. A interjeição também tem a função de atrair a atenção do interlocutor para o que o informante irá narrar em seguida, ou seja, a sua presença e a da família como “*INICIADOR*” da comunidade.

Ele conclui reafirmando “*Mas era Itacorá*”, enfatizando que essa comunidade, realmente, era a referência principal dos moradores das demais comunidades. Ou seja, na ocasião da desapropriação, Itacorá já era distrito administrativo de São Miguel do Iguazu e, os serviços de comércio, bancários entre outros eram todos nela realizados, funcionando também como ponto de encontro dos moradores da região.

Quanto à procedência dos moradores que constituíam as comunidades que hoje compreendem o atual território do município de Itaipulândia, conforme já mencionado no capítulo 2, eram provenientes de dois fluxos migratórios: um vindo do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), denominados sulistas; e outro vindo do nordeste e sudeste (Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, principalmente), com passagem pelo norte do Paraná e por isso denominados de nortistas.

Durante o trabalho com as entrevistas, constatamos que a marcação da diferença entre esses dois grupos, por parte dos informantes, foi um aspecto recorrente em suas narrativas ao falar das pessoas da comunidade. Vejamos:

Ahh era tudo gente boa gente que era do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Gente de lá mesmo do Paraná tinha POCO era muita gente do Rio Grande/ tinha os nortistas, mas esses nortistas eram arrendatários /.../(informante 9).

Nesse momento, evidenciamos o que é afirmado por Silva (2011) a respeito da produção da identidade pela diferença, a qual pode ocorrer tanto negativamente, pela exclusão dos outros, quanto positivamente, pela celebração da diversidade. A informante 9, ao falar dos moradores, denomina-os como “*gente boa gente que era do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*”, nega que eram nortistas, paranaenses ou de outras regiões. Assim, ao dizer aquilo que esses agricultores são, nega o que não são. Ou seja, constrói a identidade do povo do sul a partir da exclusão do povo do norte.

A diferenciação é realizada a partir de uma caracterização dos dois grupos: sulistas e nortistas, com base numa relação de poder entre eles instituída, pois, “[...] onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder” (SILVA, 2011, p.81). A narrativa deixa evidente uma demarcação entre um grupo de incluídos (gente do Rio Grande e Santa Catarina – proprietários de terras) e um grupo de excluídos (nortistas – arrendatários). Ao fazer isso, também faz uma classificação entre proprietários das terras e não proprietários: “dividir e classificar significa, nesse caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2011, p. 82).

Fica implícita, na narrativa, uma maior valorização do povo do sul em detrimento dos nortistas, quando a informante afirma: “*tinha os nortistas, mas esses nortistas eram arrendatários /.../*”. O uso da conjunção adversativa “*mas*” indica uma relação de oposição e de contraste entre os dois grupos, atribuindo aos nortistas um grau de menor importância em relação aos sulistas. Podemos dizer que esse grau de importância está, principalmente, atrelado à posse da terra.

Considerando que a produção da identidade é um ato de criação linguística, sendo o caráter de repetibilidade da linguagem que produz essas identidades, cabe destacar que a narrativa da informante está apoiada em uma rede mais ampla de discursos culturais que atribuem esse grau de significação diferente ao povo do sul em relação ao povo do norte. Culturalmente, o povo do sul é concebido como um povo trabalhador, bem sucedido, desbravador, que domina a técnica agrícola.

Contrariamente, o povo do norte carrega o estereótipo de ser mais “tranquilo” quanto a sua condição social e de ser menos ambicioso.

A demarcação da diferença entre os sulistas e os nortistas ficou evidente nos projetos de colonização da região oeste do Paraná que foram realizados “[...] através da ‘seletividades de *colonos*’, tendo como requisito principal, a origem destes, com uma preferência manifesta por *colonos* do Sul e de descendência europeia” (SCHENATO, 2010, p. 05, grifos do autor). O discurso das companhias colonizadoras e dos governos do “Estado do Paraná (Lupion, Ney Braga, Munhoz da Rocha)” (SCHENATO, 2010, p. 06) desclassificava negativamente “os outros” (nortistas) e classificava positivamente os colonos sulistas. A mesma classificação e diferenciação, entre os dois grupos, vemos se repetir nas narrativas dos informantes desta pesquisa.

Assim, verificamos o que é afirmado por Guimarães:

[...] o que nos identifica não é só o que pensamos que somos, mas o que pensamos que são os outros, o que pensamos que são as coisas, tal como elas se nos apresentam simbolicamente. E o mais importante aqui é que ‘o que pensamos’ não é uma atitude individual, introspectiva, mas o que resulta de relações históricas e externas a cada um (GUIMARÃES, 2005, p. 8, grifo do autor).

A identidade que os informantes constroem para si, a partir do que “pensam” que são os nortistas se insere em uma rede simbólica de representações construídas, pela sociedade, a partir das características étnicas e do acesso aos bens culturais.

Mas, ao mesmo tempo em que ocorre a produção da identidade dos informantes a partir de uma demarcação da diferença, sendo os nortistas assimetricamente situados em relação aos sulistas, tendo como referência o acesso à terra, nas narrativas, de modo geral, ao falar das comunidades, os informantes abordam a união do povo como um aspecto muito presente, de acordo com o informante 6:

A comunidade muita querida, o pessoal assim era unido, uma união sabe/ quando era domingo e sábado assim, se reuniam assim pras festas as coisas assim. Ou quando dia de natal pra páscoa o dia das criança sabe, nós se reunia assim. Ia no comércio e todo mundo ajudava sabe. Ajudava fazer uma festa assim, pessoal unido mesmo, não dava briga nada assim né. Não tinha tristeza né, chegava tinha o

gaitero lá. Chegava lá fulano tá de aniversário então o cara chegava lá sabia né então, leitão, cabrito, se era pessoal mais pobre a gente ajudava também sabe (Informante 6).

O informante 6 faz a abertura de sua fala comentando sobre a comunidade e a união do povo que nela vivia utilizando-se da terceira pessoa do plural e falando sobre todos de forma genérica. Logo abandona este posicionamento e se inclui como um personagem de sua própria narrativa “*nós se reunia assim e ia no comércio*”, ou seja, ele também era um membro atuante na comunidade.

As narrativas que versam sobre a vida em comunidade revelam os hábitos culturais das pessoas nesse período: a preocupação com os demais, a solidariedade, a ajuda mútua e, principalmente, a forma como se divertiam, pois como os recursos eram escassos e havia a dificuldade de acesso às cidades maiores, as diversões ocorriam entre os vizinhos. Ou seja, a própria circunstância e as dificuldades em que viviam, os obrigavam a ser mais próximos, o que gera hoje um sentimento de nostalgia em relação ao passado.

Para abordar a relação do povo entre si, selecionamos as narrativas dos informantes 7 e 8. Trata-se de um casal e, por isso, a entrevista ocorreu no mesmo momento em sua residência. Abaixo reproduzimos a narrativa, na qual falam sobre a vivência em comunidade.

Mas a gente (+) era de se visita e (+) saí junto e:: (+) festa e tudo (+). Aquilo lá em Itacorá nós fazia os churungo²⁸ que era as dança, as festinha nas casa nas família. Assim isso era (+) isso era/ FOI SÓ LÁ aquela época. Hoje já não acontece mais isso porque/ mas isso era(+)) ((fica pensativo)) Não sei (+) passô (+) é fato da vida eu acho sei lá (Informante 7).

A fala do informante 7 é logo complementada por sua esposa:

Acho que é:: sabe porque não existia/ hoje existe muito os clubes né, que tem as promoção, que tem os baile, festas. Então como naquela época tudo era muito longe, as pessoas não tinham carro pra se locomove, então faziam entre vizinhanças né as diversões. Eu acredito que seja isto né. Daí então as pessoas achavam mais graça

²⁸ *Churungos* era o nome que a população dava às reuniões festivas que faziam entre vizinhos. Elas geralmente aconteciam em ocasiões de aniversários ou sem motivo algum, só para se divertirem. Os vizinhos combinavam de se reunir em algum lugar e chegavam juntos na casa do aniversariante cantando. Muitas vezes, já se levava a carne e a bebida. Algumas pessoas também denominavam essa prática de *surpresas* ou *brincadeiras*. Como as casas eram feitas de madeira, em algumas situações, abriam as paredes para dançar e fazer mais espaço.

em se diverti, porque não conheciam né, outro lado de se diverti. Então pra nós aquilo era a coisa mais linda do mundo né. Se reunia a vizinhança e dança e arruma um gaitero era melhor ainda (Informante 8).

Percebemos, nessas duas narrativas, a lembrança de uma situação passada, seguida de uma reflexão. O informante 7 inicia falando sobre as festas e visitas realizadas entre vizinhos. Percebemos em sua fala um sentimento de nostalgia em relação ao passado ao dar ênfase à expressão “*isso era FOI SÓ LÁ*”, seguida de um marcador temporal “*aquela época*”. Finaliza a narrativa apresentando uma explicação para justificar o porquê isso não ocorre mais, dizendo: “*é fato da vida eu acho*”.

Em seguida, a esposa apresenta uma reflexão a fim de justificar por que “*aquela época*” ocorria este tipo de diversão e parecia que as pessoas eram mais felizes. Os próprios informantes refletem sobre os efeitos da modernidade em suas vidas e relações sociais, ao afirmar e reconhecer que esse é um passado que ficou para trás e que essas relações e atividades entre vizinhos e amigos ocorriam porque não havia outro divertimento, luz elétrica, facilidade de acesso aos bens de consumo.

Por outro lado, as narrativas explicitam uma identidade em busca de suas raízes em um passado, de certa forma, idealizado como melhor que o momento presente. Nesse ponto, evidenciamos o que afirma Hall (2005) quanto ao descentramento do sujeito e a forma como esse se mobiliza para buscar uma identidade unificada. Na mesma direção Mendes (2002) acrescenta que, apesar de nossas identidades serem múltiplas e construídas em um processo relacional e de diferenciação “[...] é necessário realçar a necessidade de um sentimento individual de permanência identitária, permanência essa que é elaborada narrativamente, dentro de discursos activados (*sic*) em contextos distintos” (MENDES, 2002, p. 505).

Outro movimento, que aqui se faz presente, são os efeitos da chamada modernidade na constituição identitária. Assim:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas - de tempo, lugares, histórias e tradições específicas e parecem ‘flutuar livremente’ (HALL, 2005, p. 75, grifos do autor).

Nas narrativas, percebemos que o fato de pertencer a uma comunidade e com ela identificar-se e bem relacionar-se com os membros que nela viviam são aspectos que atuam como um fator importante na constituição identitária desses sujeitos, como se sua existência e felicidade estivessem atreladas aos outros. Isso ocorre porque:

a condição de homem (*sic*) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (SCRUTON, 1986, p. 156, apud HALL, 2005, p. 48).

A vivência em comunidade constituía-se como um aspecto de referência desses sujeitos como seres sociais, como colonizadores e fundadores das primeiras comunidades. As relações pessoais entre amigos e vizinhos também marcam suas identidades como homens, mulheres e pais de família, confirmando o aspecto da alteridade na constituição da identidade.

Os informantes orgulham-se de destacar em suas narrativas que tinham uma representatividade social na comunidade, deixando transparecer que isso ficou perdido no passado. A água do reservatório de Itaipu não encobriu apenas comunidades, mas também, de certa forma, parte da vida, da história dessas pessoas, que sentem sua identidade fragmentada, buscando recuperar nas lembranças um tempo que para eles, mais feliz e promissor, não voltará jamais.

Sob essa perspectiva, a reelaboração do que os informantes vivenciaram, por meio das narrativas, nos permite compreender a relação existente entre memória e identidade. Parafraseando Candau (2011), verificamos em nossa pesquisa, que as memórias dos informantes, as quais emergem na narrativização do que viveram, anterior à desapropriação, lhes fornece a ilusão de que esse passado não está totalmente inacessível, mas pode ser revivido nas lembranças: “pela retrospectão o homem aprende a suportar a duração: juntando pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente (CANDAU, 2011, p. 15). Nesse momento ocorre o confronto entre suas múltiplas identidades, a contestação do presente e a glorificação do passado.

Desse modo, na análise das narrativas que versam sobre a vida em comunidade evidenciamos o que afirma Penna de que muitas vezes há:

[...] uma certa idealização 'saudosa' de um momento histórico anterior, idealização esta que [...] desconsidera o dinamismo da história: a história não anda para trás, do mesmo modo que não flui sem conflitos ou de modo pré-determinado. Sem qualquer juízo de valor, o fato é que as transformações históricas – de caráter social, econômico e cultural – não podem ser negadas. E o processo histórico afeta as vivências comunitárias [...] (PENNA, 1998. p. 96).

Ou seja, hoje, o sentimento que há nas pessoas que perderam contato com amigos, familiares e mais, perderam o tipo de vida e relações que tinham na comunidade, é destacado como consequência da Itaipu e da desapropriação territorial. Contudo, sabemos que essas relações poderiam se diluir pelo próprio movimento da história. Mas, o que nos interessa, nesta pesquisa, é analisarmos as representações feitas pelas pessoas que vivenciaram a desapropriação territorial relativas ao espaço que partilhavam.

Outro aspecto que não podemos deixar de destacar, é o que já foi exposto no capítulo 2, quanto ao momento histórico que viviam as comunidades atingidas pelo Lago de Itaipu. Essas estavam em pleno desenvolvimento, por isso fica um sentimento de rompimento, de uma história não plenamente vivida e concluída, ficando congelado em suas memórias o período de ascensão que estavam vivendo.

A notícia de que as terras seriam alagadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, inicialmente, foi recebida com descrédito e, depois, a aceitação da mesma passou por momentos de resistência.

Vejamos, na subseção a seguir, como foi o impacto da notícia de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu nessas comunidades.

4.1.3 A construção de Itaipu - uma notícia inesperada: “/.../ a gente não sabia de nada SABE e eles já tavam fazendo levantamento no meio do mato /.../”

Apresentamos, no segundo capítulo, o contexto histórico de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Conforme o exposto, o projeto de construção da

Binacional foi engendrado devido às questões políticas e econômicas, principalmente, no que concerne à produção energética do país, buscando alavancá-lo economicamente a partir do discurso do progresso e desenvolvimento.

Consta nos documentos históricos que as primeiras negociações entre Brasil e Paraguai já ocorreram na década de 1960, sendo que as pessoas atingidas não foram consultadas sobre tal empreendimento e, além disso, foram as últimas a tomar conhecimento do que iria ocorrer com suas terras. Essas informações foram comprovadas pelas narrativas dos informantes, os quais foram pegos de surpresa e, talvez, por isso, custou-lhes acreditar que teriam que vender suas propriedades para a Binacional.

Em relação a esse aspecto, foi solicitado aos informantes que contassem em que período ficaram sabendo que seriam desapropriados e como a notícia foi recebida. A seguir, selecionamos alguns trechos de narrativas que versam sobre o assunto, para disso, depreendermos seus posicionamentos diante do ocorrido.

/.../ é:: o começo, o começo foi é é bem interessante porque:: ah:: a gente não sabia de nada SABE e eles já tavam fazendo levantamento no meio do mato pra vê aonde que a água ia atingí e onde ia ficá a reserva tudo sabe. DAÍ UM DIA NÓ::IS, DEPOIS DO ALMOÇO tinha almoçado e de repente SURTIU, começô surgi GENTE DE DENTRO DO MATO sabe, porque só tinha derrubado uma parte em roda do rancho né. E começô a surgir gente de dentro do mato eu digo, o que que tem o que tão fazendo esses cara aí?. Uns com foíce otros com apaRELHO e tal aí eu desconfiEI deve ser GRILERO²⁹ né, alguma coisa. Daí o cara::: daí quando ele passô perto do rancho eu pedi, ué o que vocês querem aí? Daí ele falô. Oh, nós temo fazendo um levantaMENTo e tal porque aqui vai se construído uma usina aí, não sei se o senhor já ouviu falÁ? Digo, nã::o eu não ouvi falá nada. Pois é:: vai sê construído uma uSIna daí nós tamo fazendo o levantamento de onde que vai pegá a água e tal. Daí fiquemo BOBO de vê aquilo ali né. Digo, mais vai pegá água AONDE? Óia, vai por aqui mais o meno perto do rancho de vocês vai pegá água aí. E foi onde pegô memo /.../ mais eu não tava acreditando nesse negócio de Itaipu que ia vim água e tal (+) A MAIORIA não acreditava (Informante 12).

Para expressar em que contexto a primeira notícia de construção da barragem foi recebida, o informante opta por narrar seu primeiro contato com os

²⁹ A presença de *grileiros* era muito comum na região. A palavra refere-se às pessoas que falsificam documentos a fim de tornarem-se donos, por direito, das terras devolutas ou de posse. A palavra provém da técnica usada para a falsificação dos documentos, que consistia em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos para deixá-las amareladas, dando-lhes uma aparência antiga e verossímil.

técnicos da Itaipu caracterizando o caso como *“bem interessante”*. O uso da expressão nos mostra uma avaliação do próprio informante em relação ao modo como ficou sabendo da construção da Usina, revelando que as medições foram, de certa forma, realizadas na surdina.

O informante também utiliza alguns recursos linguísticos para marcar os personagens e suas posições a partir das quais aparecem uns em relação aos outros. Apresenta como personagens ele e a família, demarcados linguisticamente como *“a gente” “nóis” “eu”* e os técnicos da Itaipu denominados como *“o cara”, “ele”*.

De um lado, apresenta a família que seria desapropriada posicionada como à mercê das decisões dos outros, desinformados e vítimas. Expõe as condições precárias em que ainda viviam, pois sua morada é caracterizada como *“rancho”* no meio do mato, uma construção ainda improvisada, pois ainda estavam desmatando e mecanizando as terras para a agricultura. Do outro lado, os técnicos da Itaipu são caracterizados a partir de suas ações e instrumentos que portavam: *“uns com foice outros com apaRElho e tal”*.

Ao posicionar os personagens dessa maneira, em seu trabalho de identidade, procura a adesão do interlocutor à sua situação. Nesse sentido, empenha-se em criar uma imagem de si como alguém humilde, sem acesso à informação, em oposição aos técnicos munidos de aparelhos e detentores do conhecimento. Nesse momento, posiciona-se como uma vítima, como desamparado, como alguém que não possuía conhecimento suficiente para reagir. Essa informação é expressa por meio de algumas expressões, como: *“/.../Daí ficuemo BOBO de vê aquilo ali né/.../”*, *“a gente não sabia de nada”*. De acordo com Silva (2011), essa distinção entre os dois grupos: a família e os técnicos da Itaipu, ocorre a partir das relações de poder instituídas entre eles, pois:

A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais, mas evidentes indicadores de posição-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (SILVA, 2011, p.82, grifos do autor).

O informante opõe um *“nós”*: as vítimas, os desavisados, a um *“eles”*: os responsáveis pela construção de Itaipu. Assim, concordamos com Silva (2011) de

que afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, distinguir incluídos e excluídos.

Outro aspecto da narrativa é como o informante a constrói. Ele apresenta-se como narrador e personagem usando como recurso linguístico o discurso direto. De acordo com Fiorin:

O discurso direto caracteriza-se pela preservação integral do discurso relatado. Nele o narrador dá voz à personagem que parece falar de maneira autônoma. [...] o discurso direto cria um efeito de sentido de ‘verdade’, pois o narrador parece repetir palavra por palavra o discurso do outro. É como se a própria personagem estivesse falando (FIORIN, 2007, p. 18, grifo do autor).

O uso do discurso direto, na narrativa do informante 12, apresenta um “efeito de verdade” tornando mais presente e real o fato passado.

A narrativa é concluída com um posicionamento de resistência e relutância em acreditar na veracidade do que iria acontecer, e, para isso, o informante busca sustentação nos outros, dizendo que não era um sentimento apenas vivido por ele, mas partilhado pela “MAIORIA” dos moradores da região que também não acreditavam na construção.

Observamos que, nas narrativas, o discurso não é individualizado, ou seja, ao narrar o que ocorreu, o sentimento e as percepções do que estava acontecendo, os informantes posicionam-se como “nós” revelando o sentimento de coletividade, sendo, suas dúvidas e angústias, algo partilhado por todos os moradores da região.

O descrédito com que foram recebidas as primeiras notícias em relação ao possível alagamento nas comunidades que compreendem o nosso contexto de pesquisa foi reforçado, tanto pela demora na concretização das indenizações, quanto pela dificuldade de acesso aos meios de comunicação. Além disso, o Rio Paraná, para os informantes, representava algo inatingível, conforme relatado a seguir:

/.../ onde é que vai vim água do Paranazão aí?/.../ falavam onde é que se viu trancá o Rio Paraná que era corredera (+) então tem muitos que teimavam com isso né (Informante 3).

Mesmo em meio aos comentários da possibilidade de desapropriação, os moradores continuaram o trabalho de derrubada dos matos, destoca das terras,

construção de casas, galpões, enfim, investindo em suas propriedades. Assim, quando efetivamente iniciaram as primeiras reuniões e negociações com a Itaipu, a maioria das comunidades já estava bem estruturada e os moradores começavam a colher os frutos de anos de trabalho nas terras. Muitos possuíam financiamento de maquinários agrícolas em bancos, inclusive. Esse aspecto explica a resistência em aceitar a realidade dos fatos, conforme narra a informante 10:

Porque tu vê em 73(+) daí foi em 79 que veio a indenização. Então a gente achô no começo foi umas conversa fria a gente acho, né. Daí não sei que ano lá que teve uma reunião no ITAVÓ. Daí nós fumo naquela reunião de tarde lá. Daí eles passaram os FILme lá da Itaipu que ia se construída e tal e coisa, (+) mais nós sempre achando ruim, porque nós não queria saí de lá. Viemo ali pra comprá a primera terra ali. No Rio Grande nós não tinha terra, não queria saí dali e as terra era plaina e boa muito melhor que aqui (+) mais daí/daí nós desconfiemo que a coisa era REAL né, mas nessas altura as terra já tavam destocada tudo (+) tudo boa de trabaíá (Informante 10).

A informante se apoia em sua identidade de agricultora e proprietária da terra estabelecendo um vínculo de pertencimento com a mesma. Também estabelece um contraponto entre sua vida no Rio Grande do Sul, “/.../no Rio Grande nós não tinha terra/...” fundamentando seu argumento na qualidade da terra adquirida antes da desapropriação e finaliza com uma avaliação de que as terras que possuíam eram melhores que as que têm hoje. O vínculo do agricultor com a terra passa a ser uma fonte de referência para a resistência e luta na contestação das desapropriações.

Também selecionamos a narrativa da informante 7, a qual ilustra o que é afirmado por Mishler (2002), quanto à forma como as narrativas são organizadas. Segundo o autor, as narrativas não são construídas obedecendo, linearmente, uma sequência temporal, mas seguem o fluxo da memória. Por isso, estabelecem um constante ir e vir entre passado, presente e futuro. Além disso, ao narrar os eventos passados, esses são reinterpretados a partir do que o sujeito vivencia no presente. É o que ocorre na narrativa a seguir:

É que naquela época tinha, tinha/ hoje a comunicação é muito mais rápida e coisa, hoje você assiste na na televisão, você vê acontecendo as coisa e aquela época não era/ televisão não tinha, muito pocas, muito pocas família tinha isso. E daí então custava a coisa andá e caí a ficha também porque se hoje você vê lá que tão fazendo uma barragem você já:: sabe o que que vai acontecê. E

aquela época não era assim. Era bem demorado. Era um contando pro outro e::/ só que isso ficô anos eles construindo lá e nós nem sabendo o que é que ia acontecê, que começaram a construí em setenta e cinco setenta e seis e nós fomo indenizado em setenta e nove (Informante 7).

A informante 7, assim como os demais, também se posiciona como uma vítima do processo, no entanto, antes disso, faz uma avaliação da sociedade de hoje em relação à época em que viveram a desapropriação. Ou seja, segundo ela, a falta de acesso aos meios de comunicação, “*naquela época*”, foi um dos fatores que dificultou seu conhecimento quanto ao que estava ocorrendo, pois: “*/.../ e aquela época não era assim era bem demorado era um contando pro outro/.../*”.

Selecionamos também uma narrativa que expressa mais detalhadamente os sentimentos vividos diante da notícia da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu:

Ali, ali te passô MUI::ta coisa na cabeça (+) porque você pensa bem. Eu saí duma terra DO-BRA-DA (+) vim pra uma terra, uma benção divina que é isso aqui. Você sabê que a Itaipu tá ali, já tinham feito BARBARIDADES indenizando. A tua cabe::ça mudava todos os dias/ vinha um e te falava uma coi::sa vinha outro que te falava outra coi::sa e você dormia de noite, MUITAS NOITES NÃO DORMIA, porque:: um fala uma coisa, outro fala outra. A gente muitas veis não sabia o que a gente ia fazê. A gente tinha que primero então espeRÁ, sabê o resultado de quanto a gente ia ganhá, pra VÊ O QUE A GENTE IA DECIDI FAZÊ. (Informante 2).

O informante posiciona-se como alguém que está à mercê de decisões alheias demonstrando seu estado de angústia diante de suas perspectivas para o futuro. Ele fundamenta sua identidade de agricultor e seu vínculo com a terra apelando a Deus, como aquilo que ele possui como elemento de valor em sua vida: “*a terra, uma benção divina*”. De acordo com Souza, o fato de recorrer a Deus apoia-se no “[...] princípio bíblico de que Deus criou a terra e, portanto, ela pertence a todos os seus filhos. Trata-se da evocação de um direito natural fundamentado num discurso religioso” (SOUZA, 1998, p. 367).

Conforme vimos no segundo capítulo, após o impacto inicial da recepção da notícia da desapropriação das áreas que seriam alagadas para a construção da Usina, quando efetivamente, iniciaram-se as negociações com os moradores que residiam em Itacorá e demais comunidades que hoje compreendem o município de

Itaipulândia, iniciou-se um novo processo: as negociações e reivindicações por melhores preços. Na sequência, selecionamos algumas narrativas sobre esse fato.

4.1.4 A resistência e a negociação: “/.../ mas fomo os último a saí de lá /.../”

O título desta subseção é representativo de um sentimento que ficou latente em todas as narrativas: o sentimento de luta e resistência, primeiro em aceitar a veracidade dos fatos quanto à desapropriação e, segundo, a própria resistência e não aceitação dos preços inicialmente apresentados pela Binacional quanto ao pagamento das terras que seriam desapropriadas.

Na transcrição e análise das narrativas, um aspecto nos chamou muito a atenção: o fato de a grande parte dos informantes afirmarem que foram os últimos a sair das terras desapropriadas. Logo veio-nos a indagação: por que para eles é tão importante falar que foram os últimos? O que significa ser o “último”? Além disso, em conversas informais com demais pessoas que também passaram pela desapropriação, mas que não constituem o *corpus* desta pesquisa, a necessidade de afirmar que foram os “últimos” também se fez presente.

Em uma sociedade que prima pelos melhores e primeiros, ser o “último” não atribui mérito a ninguém, tampouco é motivo de orgulho. No entanto, nesse trabalho de produção de identidades e no contexto da pesquisa, essa afirmação traz um juízo de valor diferente, convergindo com a imagem que cada informante quer produzir sobre si mesmo para o seu interlocutor. Em outras palavras, ser os “últimos”, ora os posiciona como alguém que resistiu até o fim às pressões em defesa de seu pedaço de chão, ora é um fator que os pode colocar na posição de vítimas diante da Binacional, pois, naquele período, a terra inflacionava diariamente devido à grande procura. Assim, alguns dos “últimos” não conseguiram mais comprar a mesma quantidade de terra que possuíam.

A narrativa a seguir contextualiza uma dessas situações.

/.../ foi em 82 quando foi fechada a barragem. Só que daí nós já morava aqui daí quando fechô:: Mas fomo os último a saí de lá. ((P: mas foram os últimos por quê?)) NÃO::, vinha vindo VAI ENCHE, VAI ENCHE, VAI ENCHE até que encheram o Lago /.../ e os otros todo

mundo saiu e nós ficamo morando lá ainda /../ dá uma do::r porque eu me lembro muito bem quando a gente morava lá eu sempre dizia de lá eu só saio morto ((risos)) eu não queria saí de lá de jeito nenhum ((risos)) e depois a gente se obrigô a saí ((fica pensativo)) (Informante 3).

O informante se coloca na posição, primeiramente, de alguém que resistiu até o fim, que não se amedrontou. Ser o “último” lhe atribui certo heroísmo e, na sequência, demonstra o seu pertencimento em relação à terra e à sua moradia, quando afirma que “de lá eu só saio morto”. Finaliza a fala dizendo que saiu obrigado, contra a sua vontade, o que lhe atribui o papel de vítima, alguém que nesse contexto, foi lhe negado o direito sobre suas próprias escolhas.

O informante 11 também se autodenomina como um dos “últimos” a sair da região alagada. Durante toda a entrevista demonstrou sua mágoa em relação à Itaipu devido à desapropriação e, em um dos momentos, ele aborda outro aspecto de ser o último. Ou seja, o prejuízo que esses tiveram.

/../ eu fui quase dos últimos. Verdade que a proposta foi feita pela Itaipu, mas 70 dia depois que eles foram pagá né, pagaram sem juro ainda. Ah, era pra se no caso no máximo 30 dia né, mas não aconteceu isso (Informante 11).

Sua fala questiona a forma como a Itaipu procedeu, evidenciando a morosidade do processo de indenização e a efetivação do pagamento. Nesse contexto, ser o “último” não revela somente a resistência em sair, mas, sobretudo, uma situação que lhe foi imposta devido à demora do pagamento da indenização.

O mesmo informante ainda fala da reação das outras pessoas que não aceitavam a realidade das desapropriações:

AHH muitos falavam que, eu não saio daqui não. Mas quando a água chega tem que saí vai fazê o que. Aí quando começaram a indenizá a indenizá e todo mundo muitos até não queriam num queriam aceitá nada né. Até um inclusive aqui no Cristo Rei, oh tiveram que derrubá a casa. É, eles memo vieram derrubá tudo a casa, não é fácil ((P: e o povo comentava então que não queria sair?)) é, muitos não queriam. Imagina tinha amor na terrinha ali né, muitos né. Mas eles não acreditavam que ia subí a água. Vamo ficá aí que a água não vai vim. Aí quando chegô foi vindo fechá quando começô (Informante 11).

Nesse momento, se utiliza da terceira pessoa do plural, mas, ao mesmo tempo em que expressa um sentimento vivido pelos demais desapropriados, deixa pistas de que também foi um sentimento partilhado por ele. Isso ocorre quando ele usa a expressão “*não é fácil*”, a qual foi recorrente em demais momentos de sua narrativa.

O sentimento de impotência diante da situação que se apresentava também é revelado por meio de expressões como: “*/.../tem que sai vai fazê o que/.../*”. Ao fazer isso também se preocupa em mostrar para o seu interlocutor que essas pessoas foram vítimas, estavam desamparadas. Para isso, apoia-se em sua identidade de agricultor, trabalhador do campo que “*tinha amor na terrinha*”. A resistência que ele expressa é tanto uma resistência em acreditar que o alagamento iria acontecer quanto a resistência em sair da terra.

Os movimentos de protesto que questionavam o valor que a Itaipu estava pagando pelas terras se intensificaram com os protestos dos agricultores em Santa Helena e Foz do Iguaçu, conforme exposto no capítulo 2. De acordo com Lima, “para que o processo de desapropriação fosse levado a termo, sucederam-se morosos anos de negociações e de enfrentamentos com agricultores que exigiam o pagamento justo pelas indenizações” (LIMA, 2006, p. 343).

Nesse contexto, quando nos referimos à resistência, temos que considerar tanto a resistência organizada pelos sindicatos e igrejas junto aos agricultores na negociação por melhores preços, quanto uma resistência que se processou internamente na mente e na vida e cada agricultor: a resistência em aceitar a realidade da desapropriação. A imensidão do “*Paranazão*”, e as fortes correntezas do Rio alimentavam na população a pretensa ilusão de que ele era intransponível, conforme narra o informante 3:

É:: muita gente não acreditavam, duvidavam que ia vim água onde é que tinham marcado que ia vim água duvida::m que não não ia se possível vim água até ali só que na realidade onde é que marca::ram que ia vim água veio tinha veis que teimava, mais onde é que se viu? Porque vinham aqui com umas ripa medindo aqui e coisa. Vai dá certo aonde isso? Onde é que vai vim a água do Paranazão aí?/.../ falavam, onde é que se viu trancá Rio Paraná que era CORREDERA (+) então tem muitos que teimavam com isso né. Mas aconteceu e tá aí (silêncio) é:: (Informante 3).

O silêncio ao final da narrativa nos fornece indícios que em seu trabalho de memória, o informante, ao narrar os posicionamentos dos outros em relação à resistência em acreditar e aceitar a desapropriação, oscila entre o passado e o presente. Conforme afirmado por Mishler (2002), o informante reinterpreta o significado dos eventos passados, ou seja, a dúvida, a resistência, em termos de consequências posteriores. Essas consequências são sinalizadas na narrativa por meio das frases: “/.../ só que na realidade onde é que marca::ram que ia vim água veio/.../”; “/.../ Mas aconteceu e tá aí (silêncio) é::”.

De acordo com os informantes, desde o início das conversas sobre a desapropriação até efetivamente terem a confirmação do fato levou muito tempo. Assim, muitos só passaram a acreditar quando a Itaipu iniciou reuniões nas comunidades a fim de informar a população. A seguir, selecionamos algumas narrativas que discorrem sobre essas reuniões e como foi a reação dos informantes diante da situação.

/.../ ELES FAZIAM UMAS/ eles fizeram umas quantas reunião lá no clube lá e coisa. Mas eles vinham mais ali e contavam um mar de rosa que isso aqui óia, Deus o livre vocês vão ganhá::/ daí eles iam nas casa visitá:: os, os, os decerto os tipos os funcionários/ Eram contratado pra isso e:: a a maioria do povo não::/ na verdade tinham que acreditá porque ia ter que sair igual, mas saíram iludi::do:: porque o que eles gavavam que ia se e depois a maioria do povo:: ficô:: /.../ Tiveram que sair vamo fazê o quê /.../ (Informante 3).

O informante 3, não apenas narra como foram os procedimentos da Itaipu para informar à população da desapropriação, mas também faz uma avaliação do passado no presente. Ou seja, de que essas reuniões, na verdade, tinham o objetivo, segundo ele, de iludir o povo com os benefícios que teriam. O povo, em sua fala, está posicionado como refém das decisões de outros quando expressa “/.../ na verdade tinham que acreditá porque ia ter que sair igual /.../”.

Apesar de ele também ter participado das reuniões, não se coloca, a princípio, como personagem central, sua fala é sobre os outros: funcionários da Itaipu e os desapropriados. Apenas na última frase se inclui na própria narrativa, quando revela o sentimento de impotência diante do que estava acontecendo: “/.../ vamo fazê o quê /.../”.

Narrativa semelhante sobre como foram as primeiras reuniões com a Itaipu é do informante 7:

Teve reuniões que antes no começo vieram explicaram que ia se indenizado e tal e coisa. Só que iam pagá bem e tal pra:: i colocando na cabeça das pessoas. Só que vim dizê o preço assim, isso eles não fizeram. Quando vinha, vinha com a proposta já, tua terra vale tanto e as benfeitoria é isso, isso, isso e daí total dá tanto. Você que sabia se queria aceitá o se queria esperá mais. E cada poco tempo eles iam revisando os preço por causa da inflação. E daí chegava se o cara tinha outro negócio pra frente o loco pra pegá o dinheiro também foi eliminando devagarzinho (Informante 7).

A fala do informante 7 ilustra os procedimentos adotados pela Binacional nas negociações com os desapropriados. Inicialmente, os representantes da Itaipu faziam reuniões nas comunidades informando a população. Como, nesse período, a Usina já se encontrava em fase adiantada de construção, eram mostrados vídeos da obra e seus benefícios. Também disponibilizavam ônibus para quem se interessasse em visitá-la.

Percebemos tanto na narrativa do informante 3, quanto na do informante 7, suas percepções de que, de certa forma, estavam sendo manipulados, ao afirmarem que saíram iludidos e que as reuniões serviam para a Itaipu “*.../ i colocando na cabeça das pessoas/.../*”, que teriam que vender suas terras de qualquer maneira. Porém, temos que considerar que essa percepção dos fatos não ocorreu no passado, mas no momento presente da construção da narrativa. Assim, evidenciamos, mais uma vez, o que é afirmado por Mishler (2002), quanto ao papel da narrativa nos estudos sobre identidade. Ou seja, ao narrar o passado não apenas nos lembramos do que aconteceu, mas descobrimos conexões, das quais não estávamos previamente cientes, reposicionando a nós mesmos e aos outros numa rede mais ampla de relações.

A narrativa também revela uma contradição no discurso da Binacional: o que se falava nas reuniões em relação ao que, efetivamente, ocorreu durante as visitas nas propriedades dos agricultores. Ou seja, o fato de, inicialmente, não haver negociação, mas a imposição do preço das propriedades: “*Quando vinha vinha com a proposta já, tua terra vale tanto e as benfeitoria é isso, isso, isso e daí total dá tanto*”. Ao afirmar isso, entendemos que, novamente, o narrador procura colocar-se na posição de vítima, de alguém que não teve muitas oportunidades de escolha. O

uso da expressão “*foi eliminando devagarzinho*” também nos dá indícios de como ele e seus companheiros se sentiam diante da situação. Alguém que precisava ser “eliminado” para a realização do empreendimento Itaipu.

Na sequência, apresentamos uma narrativa que relata, mais especificamente, como foi o processo de negociação com a Itaipu. Processo esse, demorado, pois a maioria dos desapropriados não aceitou a primeira proposta por acharem que estavam sendo mal pagos, conforme narra o informante 12:

É daí, depois das reuniões que eles começaram fazendo no Itacorá, também fizeram uma vez/ mas a primera foi feita no Itavó. Daí nós participemo no Itavó. Daí:: então nós vimo que a coisa era real mesmo. Daí então eles começaram vim. Daí despois com as proposta e tal e falando que ia se bem paga as terra e tudo. Mas só que eles num, num davam o preço, sabe l:: daí depois mais tarde daí veio aí esse doutor A. que era o encarregado de trazer as propostas né. Daí eu não aceitei né. vi que era muito poco né. Daí muitos não aceitaram e daí os otros que aceitaram foram logo já tratando de sair. Daí teve uma reunião na Foz do Iguaçu por causa desse pessoal que não aceitava né. Aí então tinha que participá dessa reunião lá. Daí eles tentaram de convencê o povo pra aceitá, mas daí ia te um reajuste e tal, mas o reajuste que eles tinham era só mais o meno:: conforme a desvalorização sabe, não compensava. DAÍ EU DE NOVO NÃO ACEITEI daí fui esperando, esperando, aí quando foi na terceira daí o doutor A. mesmo me falô que era o encarregado deles daí ele falô, olha treis veis daí vai te que aceitá senão:: vai dá problema. Daí tá. Daí eu aceitei então a terceira veis. Aí tinha que vê o valor que ia vim. Aí ele passô o valor que era, mas era:: a gente viu que era baixo né. (Informante 12).

O informante 12 inicia sua narrativa falando, de forma geral, sobre as reuniões realizadas pela Itaipu com os agricultores nas comunidades de São José do Itavó e Itacorá, e que somente a partir delas as pessoas começaram a acreditar, realmente, que seriam desapropriadas. Na sequência, posiciona-se como personagem central em sua narrativa e passa a narrar como foi esse processo de negociação dos preços das terras com a sua família. Ele coloca a sua posição de resistência quanto à aceitação dos preços como um aspecto importante dando ênfase na fala: “DAÍ EU DE NOVO NÃO ACEITEI”. A ênfase, na fala, evidencia sua posição de resistência. Ao mesmo tempo, ele se mostra como alguém que esteve ativo nas negociações procurando se diferenciar de quem foi embora e, de imediato, aceitou as primeiras propostas da Binacional.

O informante também procura marcar sua resistência novamente no momento em que diz que não se deixou intimidar pela reunião que teve em Foz do Iguaçu “*com o pessoal que não aceitava*”.

Diante da constatação da inevitabilidade do fato, os desapropriados organizaram-se para reivindicar melhores preços. Vejamos a seguir como um dos informantes, que participou desse movimento, narra o início dessa organização:

Começô essa organização através desse pastor Fuchs e ali no Itacorá, porque foi muita gente indenizada eles pagaram mixaria. Eles pagaram muito poco, prédios grande que tinha ali, eles receberam muito poco, o valor. Então o povo foi se revoltando /.../ então o povo começô:: sabe, é a mesma coisa que você dá uma pedrada numa caixa de abelha, elas se revoltam. O povo começaram, vamo se reuni, vamo se reuni, vamo briga por melhores preço. Então as nossas greve foi através de reivindicação sobre melhores preço das terra e nós fumo beneficiado, porque briguemo, lutemo e conseguimos o que nós queria, mas famílias que tinham muito saíram praticamente sem nada /.../ (Informante 2).

A narrativa do informante 2 relata que o principal motivo que levou os desapropriados a se organizarem nos movimentos de protestos em frente ao escritório da Itaipu em Santa Helena e, posteriormente, em Foz do Iguaçu: os baixos preços pagos pela Binacional às suas terras. Ele evidencia a importância que teve a igreja, nominando o pastor Fuchs como um dos organizadores do movimento.

Observamos, também, que ele se inclui como personagem da narrativa, no entanto, oscila entre o uso da terceira pessoa “*então o povo foi se revoltando /.../*” e da primeira pessoa do plural incluindo-se também como um agente das ações tomadas, naquele contexto, em defesa dos seus direitos. Percebemos, assim, uma tentativa, por parte do informante, de construir não apenas uma identidade para si, mas uma identidade coletiva para o grupo dos desapropriados. Essa identidade coletiva traz a luta pelos seus direitos de trabalhadores como uma fonte de referência: “*Então as nossas greve foi através de reivindicação sobre melhores preço das terra e nós fumo beneficiado, porque briguemo, lutemo e conseguimos o que nós queria, mas famílias que tinham muito saíram praticamente sem nada /.../*”. A identidade de alguém que triunfou em sua luta, também só é possível de ser construída porque ele diferencia-se dos demais que não brigaram pelos seus direitos e por isso “*saíram sem nada*”. Assim, para afirmar quem ele é, “*alguém que lutou pelos seus direitos*”, diferencia-se dos demais. Estabelece uma classificação dentro

do próprio grupo dos desapropriados: quem lutou e foi beneficiado e quem não lutou e saiu sem nada.

A construção da identidade dos informantes está marcada também pelas relações de poder entre eles e os órgãos que representam esse poder, como a Itaipu. Essas relações constituem a identidade do agricultor, pois segundo Castells (2006), a construção das identidades sociais é marcada pelas relações de poder e ocorrem em situações de tensão e conflito. Nesse contexto, emerge o que o autor define como identidade de resistência, por meio da qual grupos sociais apresentam formas de organização e resistência coletiva, em um caráter defensivo do que está sendo imposto.

Há dois movimentos agindo na constituição identitária dos agricultores: a saída e o movimento de resistência para ficar. Esse movimento para fora exige a aquisição de novos conhecimentos [...] o movimento para ficar exige formas penetrantes de resistência (CAVALCANTI, 2002, p. 147). As narrativas explicitam o que Castells (2006) denomina de identidade de resistência, que segundo o autor “dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão [...]” (CASTELLS, 2006, p. 25).

Haesbaert e Bárbara (2009), ao abordar a questão da “identidade e migração em áreas transfronteiriças”, salientam que o processo de dominação econômica e o controle político do território mobilizam a construção de identidades territoriais de resistência. Para os autores:

Este tipo de identidade é mobilizado por grupos que, conscientes da situação de exclusão à qual estão submetidos, passam a entrincheirar-se de modo a fazer a referência ao território como fonte de significado e, por isso, base fundamental da luta” (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 06).

Os autores compreendem a identidade territorial como “[...] um tipo de identidade social que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária” (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 06). A referencialidade ao território, caracterizando-se na construção de uma identidade de resistência pode ser percebida nos agricultores, ao questionarem e se mobilizarem lutando pelos seus direitos.

A participação dos desapropriados no movimento, o qual perdurou por 16 dias em Santa Helena e 54 em Foz do Iguaçu, constituiu-se, basicamente, em aglomerar o maior número possível de pessoas. No entanto, as negociações eram feitas por

algum líder da Igreja, pois a Itaipu recusava-se a negociar diretamente com os agricultores. Muitos homens ficavam o tempo todo acampados ou iam, inclusive, com toda a família. Esse aspecto do movimento é assim narrado pelo informante 2:

A gente ia lá pra pra pra te aquele povo reunido lá, porque tinha comissão, tinha o presidente, tinha. Eles tinham uma comissão que era o que brigava com o pessoal, brigá, a gente diz brigá, que discutia, que conversavam que eles faziam uma proposta, a diretoria fazia uma outra proposta e daquele jeito foi negociando, negociando até acha um consenso aonde que daí eles faziam as reunião com os agricultor e passavam, ohh, melhorô 30%, melhorô 40%, o que vocês acham, vamo continuá o movimento, não vamo continuá, vamo segui, não vamo segui. E daí eles ouviam a opinião de cada agricultor. Eu me sinto privilegiado porque a minha proposta a primeira vez foi 630, e depois veio pra 1632 e 34, alguma coisa assim. Eu valeu a pena enfrentá eles lá nos escritório deles, não deu briga nenhuma, não deu nada, a gente/ o pessoal pedia, ninguém vai lá pra brigá ninguém vai lá pra batê em ninguém nós temo fazendo como é que eles falavam, um movimento pacífico paz, oração, nós tinha muito apoio dos padre, bispo, pastor que veio lá nos movimento, o bispo veio lá no movimento, o padre veio lá no movimento, foi rezado missa lá pros acampado, a gente teve muito apoio de lideranças religiosa tudo (Informante 2).

O informante 2 posiciona-se como personagem, no entanto, oscila entre se incluir e não incluir no grupo sobre o qual está falando. Apesar de, no contexto de negociação, afirmar que estava sendo representado por outros (lideranças religiosas) se posiciona como um sujeito ativo no processo de luta e enfrentamento em relação à Itaipu.

Em sua narrativa evidenciamos o que Mishler (2002) denomina de pontos de virada, pois na medida em que narra como ocorreram as negociações, também avalia a situação passada a partir do modo como se encontra no presente, ao afirmar que valeu a pena ter lutado, posicionando-se como um sujeito privilegiado.

O autor marca a identidade do grupo de agricultores em seus aspectos de integridade e religiosidade ao afirmar que não queriam briga, era um “*movimento pacífico de paz e oração*”. Nesse momento, mesmo narrando uma situação passada, ao produzir sua narrativa no presente, de certa forma, dialoga com outros discursos que posicionam os movimentos de trabalhadores, mais especificamente, o Movimento dos trabalhadores sem Terra (MST), que, no contexto atual, lutam pela terra, muitas vezes, são caracterizados como baderneiros, que agem com violência. Talvez isso explica a necessidade que o informante sente em explicar o que significa

a palavra “*briga*” naquele contexto e enfatizar o aspecto da religiosidade do movimento.

Os informantes, em seu trabalho de identidade, deixam claramente marcada a sua posição de luta e resistência no decorrer das negociações. É para demarcar que esse foi um aspecto importante, e porque não dizer, determinante, para a condição em que se encontram hoje, buscam dentro do próprio grupo dos desapropriados demarcar diferenças, classificar quem soube e quem não soube negociar. Bem como, quem administrou e não administrou adequadamente os valores recebidos pela indenização e, ao classificar, efetivam o processo de incluir e excluir. Conforme explicita o informante 2.

/.../ Teve família que foi indenizado a terra deles, em vez de primero comprá um otro canto pra se colocá, o que aconteceu com vizinhos nosso que eram sócio aqui no Aliança. Foram indenizado 6 alqueire de terra, primera coisa que compraram um carro, daí saíram de carro e não sabiam que o carro dava despesa. Quando eles viram de 6 alqueire sobrô dinheiro pra eles compra 1 alqueire. Eu já não ././ eu pensei na minha família. Pensei primero de tudo na minha família. Eu perdi um pedacinho de terra, mas eu quero aumentá a minha terra, porque nós tinha 8 filho eu e a mulher, tinha 5 lá e aqui tivemo mais treis e eu fiquei com menos terra, eu quero comprá um pedaço de terra mais, porque amanhã ou despois podê eu deixá pelo menos uma herança pros meus filho. E a herança que eu tenho. Eu hoje sô um cara privilegiado por ter sido indenizado treis hectare e ter comprado 4 alqueire. São 10 hectare. Eu pensei no futuro da minha família amanhã. (Informante 2).

Apesar de no movimento de resistência e negociação com a Itaipu, os agricultores desapropriados buscarem criar uma identidade unitária para todo o grupo tendo o território como fonte de referência para a luta e reivindicação de seus direitos, a narrativa do informante 2 nos revela que, mesmo havendo a busca de uma identidade única, isso não é possível. Assim, verificamos, dentro do grupo de desapropriados, a produção de diferentes identidades num processo relacional de classificação e diferenciação.

De modo geral, as narrativas analisadas nesta subseção revelam o espírito de resistência dos desapropriados em aceitar a realidade que estava lhes sendo imposta, pois eles mesmos afirmam que foram obrigados a retirarem-se. Esse fator também gera opiniões contraditórias, pois mesmo com a dor de deixar suas terras, em alguns momentos, também se revelam satisfeitos com as indenizações, mostrando que suas reivindicações, perante a Itaipu, foram atendidas.

Muitos falam com orgulho do fato de terem participado dos movimentos que ocorreram em Santa Helena e Foz do Iguaçu, reivindicando os melhores preços pelas terras. Alegam que foi graças a isso que conseguiram “*se colocar melhor*”, apesar da desapropriação não lhes agradar.

Observamos que no contexto das desapropriações e movimentos de resistência contra a Itaipu, também ocorre a tentativa de construção de uma identidade política para o grupo dos desapropriados, na qual se incluem os informantes. Destacamos que dos 12 informantes da pesquisa, 8 participaram ativamente dos movimentos de negociação com a Itaipu. No entanto, os demais, mesmo não estando diretamente envolvidos, partilhavam das opiniões e reivindicações do grupo.

Compreendemos a política de identidade a partir de Woodward. Para a autora:

a política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural de pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a sua opressão específica” (WOODWARD, 2011, p. 34-35).

No grupo dos desapropriados essa celebração da singularidade ocorre quando esses se posicionam e são posicionados como colonos sulistas, colonizadores e desbravadores, estando esse aspecto presente em vários momentos de sua narrativa. Percebemos a construção dessa política de identidade para o grupo explicitada, também, no documento redigido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1978, intitulado “O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná”, o qual, nas primeiras páginas, apresenta quem é o sujeito desapropriado:

Há muitos anos eles vieram e desbravaram o Oeste do Paraná: derrubaram matas e mecanizaram os campos para a produção de soja e trigo. [...] Mas que povo tão branco, do cabelo louro e olhos azuis! Como seu jeito de falar é diferente! E os nomes, como são estranhos! Devem ser estrangeiros mesmo... Mas bastaria olhar nas mãos deles, fortes, grossas, cheias de calo, e logo ficaria sabendo que aqueles sulistas são irmãos do nordestino e do amazônico: filhos da mesma terra, irmãos na mesma luta na lavoura, companheiros de um mesmo trabalho e de igual esperança [...] estes lavradores do

Oeste do Paraná também são migrantes (MOURA, 1978, p. 04-05).

A celebração do grupo como sulistas, migrantes, segundo Woodward (2011) é a base da solidariedade política e pode se traduzir em afirmações essencialistas, como de fato ocorre. Essa singularidade pode envolver apelos a características biológicas ou se basear em apelos à história. No nosso caso, ocorrem esses dois movimentos. Ou seja, inicialmente a CPT posiciona-os como desbravadores das terras do Oeste do Paraná, como uma forma de autenticação de sua história enquanto grupo de agricultores, migrantes e colonizadores, para, na sequência, apresentá-los a partir de suas características biológicas: olhos azuis, cabelos louros, ou seja, características do migrante europeu que primeiramente migrou para Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e seus descendentes migraram para o oeste do Paraná.

Contraopondo as identidades construídas no contexto das desapropriações para o grupo dos desapropriados e as identidades que hoje eles revelam de si mesmos, ao narrar o fato passado, percebemos que eles se apropriaram desse discurso que os posicionou como migrantes sulistas, agricultores marginalizados que tinham o direito a lutar pela terra, revelando que esse ainda é um dos apelos utilizados ao posicionarem-se como vítimas do processo de desapropriação.

Assim, verificamos que a produção da identidade é uma produção discursiva, não podendo, portanto, desarticulá-la da linguagem, ocorrendo a partir de construções sociais e históricas.

Na sequência, analisamos algumas narrativas que abordam o processo de saída das comunidades, para, a partir disso, depreendermos que identidades são negociadas.

4.1.5 A saída: “/.../ cada dia de manhã, meio dia, de tarde, você via mudanças e mudanças e mudanças indo embora”

Se tivéssemos que escolher uma expressão para resumir o que foi e como foi o processo de saída dos informantes de suas comunidades, com certeza,

escolheríamos a expressão “*muito triste*”, a qual foi pronunciada, repetitivamente, em vários momentos.

Sabemos que todo processo de mudança gera desconforto e desequilíbrio. Mas, nesse caso, não estamos falando de uma mudança ou saída apenas de um lugar para outro como uma situação voluntária. Estamos nos remetendo a uma mudança gerada por um processo de desapropriação. Desapropriar significa “privar alguém da propriedade de; expropriar; desapossar” (FERREIRA, A., 2009, p. 629), o que no contexto da pesquisa, além dos bens materiais, refere-se ao aspecto cultural. Assim, as pessoas que vieram para a região em busca de melhores condições de vida e de uma propriedade, construindo entre si vínculos afetivos, foram obrigadas a deixar a terra que haviam conquistado com sacrifício. De acordo com Martins, com a desapropriação ocorre o “divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas” (MARTINS, 1991, p. 50). O sentimento de divorciar-se, devido à desapropriação, foi percebido em todas as narrativas. Lembramos que, quando os informantes falam sobre a terra, não estamos apenas nos referindo a ela como espaço de cultivo, mas à terra em seu sentido mais amplo, ou seja, a moradia, a comunidade, o lugar onde viviam.

Ao analisar as narrativas dos 12 informantes, pudemos constatar que a saída das suas comunidades foi um acontecimento doloroso e ficou marcado em suas memórias, pois as narrativas que versam sobre o processo de saída e a percepção dos informantes diante do fato, não foram motivadas por uma pergunta específica sobre o assunto, mas surgiram quando lhes foi solicitado para contar um fato marcante relacionado com o contexto da formação do Lago de Itaipu e as desapropriações.

A saída da terra natal, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na década de 1960, representou a possibilidade de um futuro promissor. Contrariamente, a saída involuntária da região atingida pelo reservatório de Itaipu caracterizou-se pelo rompimento dessa promessa de futuro.

As pessoas que se deslocaram para comunidades próximas, como é o caso dos informantes desta pesquisa, após terem deixado sua propriedade, puderam acompanhar o processo de alagamento. Após abertas as comportas, em outubro de 1982, o Lago levou 14 dias para se formar. Nesse período, muitas pessoas acompanharam, lenta e diariamente, a água encobrendo toda a paisagem. Após

decorridos 30 anos, ao falar sobre esse momento, as narrativas saíram entrecortadas por pausas, silêncios, suspiros e, em algumas situações, olhos marejados de lágrimas. O informante 11 revela como foi para ele e a família vivenciar esta situação:

./.../ Nós sofremo assim foi um troço pra nós assim que eu ia quase todo dia lá olhá o Lago subindo né. Parecia que tava morrendo tudo né. Era uma tristeza (suspira). A gente sabendo que ia cobrindo tudo que a gente/ não é fácil. Muita gente chorava quando chegava na bera do Lago lá. Olhava a água subindo assim, as vezes cobrindo a propriedade que o cara teve que/ a tantos anos tava ali né. Na verdade tinham pagado, mais dava aquele troço ruim na pessoa de vê tudo pra baxo da água que:: ./.../ foi lutado aí, foi derrubado mato, foi sofrido né, pra chegá a uma altura e vê a água encobrindo tudo o que a gente fez né, não é fácil (Informante 11).

Percebemos a dificuldade que o informante 11 sente ao descrever esse momento. Na falta de palavras mais adequadas ele diz que foi um “*troço ruim*”. O sentimento de morte também está presente em sua narrativa. Para justificar a sua tristeza apoia-se em sua identidade de colonizador e desbravador, ao afirmar que “*foi lutado aí, foi derrubado mato foi sofrido né*”.

Muitas famílias, amigos, vizinhos se dispersaram à procura de uma nova terra para reconstruir suas vidas. E, além do aspecto doloroso de terem que lidar com as despedidas da comunidade, da moradia e dos amigos, da angústia de não saber o que fazer e para onde ir, ainda tinham que ficar atentos aos oportunistas, vendedores de terras que, muitas vezes, se aproveitavam da situação dos desapropriados para obter benefícios financeiros, conforme explicita o informante 6:

Muito triste, muito triste, muito triste isso sabe muito triste. E aquela vez tinha muito espertalhão também, chega o pessoal vendedor de terra sabe chega/ eu mesmo aquela vez chegava lá e eu o pessoal vinha de fora chegava sabia que a gente ia se indenizado queria mostrá uma propriedade o outra então:: ./.../ (Informante 6).

Outro fator observado em toda a região foi o preço das terras. Como havia uma grande procura, inflacionavam constantemente, gerando preocupação entre os desapropriados, pois não poderiam adquirir a mesma área que possuíam.

Além da preocupação com os bens materiais e a reorganização da vida em outro espaço, a saída também gerou um sentimento de perda e desorientação diante do próprio destino, conforme narra a informante 9:

AHHHH, só isso que falavam VIXI MARIA só isso só isso não tinha outro assunto. Quando será que eu vô saí, pra onde eu vô saí. Começaram a procurá lugar /.../ todo dia tinha mudança saindo, todo dia, todo dia, todo dia. Tinha muitos que levavam a casa quando era meio perto o então desmanchavam /.../ AHH, era muito triste, muito triste os amigo né. Era só gente chorando. Se ia pra perto tudo bem, mas se ia pra longe/ nunca mais se vê e nunca mais se cruza (Informante 9).

Ao sair de suas comunidades, o desapropriado “atravessa a fronteira do estabelecido” (seu espaço territorial) “e do desconhecido” (para onde ir) (CAVALCANTI, 2002, p. 148). O encontro com uma nova realidade ocasiona a necessidade de mudança quanto ao modo de agir e perceber-se no mundo interno e externo. Ou seja, o desapropriado se vê diante de um contexto de perda de sua terra, do trabalho, laços de amizade, vizinhos e a escola dos filhos. As dúvidas e incertezas quanto ao próprio destino, em virtude da necessidade de deslocamento territorial, provocam um sentimento de desenraizamento de um espaço antes partilhado e conhecido, afetando conseqüentemente, sua constituição identitária, pois, segundo Cavalcanti, “[...] o desenraizamento configura-se como um desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social” (CAVALCANTI, 2002, p. 144).

Uma expressão muito utilizada na região sintetiza o que foi o processo de saída. Podemos dizer que as pessoas saíram “de mala e cuia”. Ou seja, na mudança não levavam apenas as roupas, utensílios domésticos, etc., muitos levavam suas próprias casas carregadas no caminhão, conforme ilustra a figura 11:

Figura 11 - Casa inteira transportada por um caminhão em 1982



Fonte: arquivos da família da pesquisadora.

Ao contextualizar o processo de saída das comunidades, verificamos que os informantes questionam a situação que lhes é imposta buscando sustentação em seu vínculo com a terra enquanto trabalhadores e colonizadores. Esse aspecto é explicitado pelo informante 12:

Ahh, foi complicado, complicado porque a gente pensava, vamo ter que sair daqui com todo o sacrifício que a gente fez pra comprá de repente não vai compensá, né. Então fiquemo como diz o outro desorientado mesmo né. A muié ainda falava, mas nós não robemo isso aqui, nós não robemo, impossível nós perde tudo né. Daí tá então ficava esperando aparecê porque não se sabia o que né. A gente nunca tinha visto isso aí desapropriação nada né. Sei que a coisa foi complicada. (Informante 12).

A situação é avaliada como “*complicada*”. Essa palavra é repetida em vários momentos revelando o momento de desorientação que viviam os desapropriados. O sacrifício do trabalho dispensado na terra é uma fonte de referência para ficar.

Conforme destacam Haesbaert e Bárbara (2009), mais uma vez fazem referência ao território como fonte de significado e base fundamental da sua luta.

Compreendemos que o processo de saída das terras configura-se para os informantes na (re)construção de suas identidades, não apenas a desapropriação dos bens materiais, mas de toda uma identidade construída, a partir do trabalho com a terra. Pelas condições em que chegaram a essa região, bem como pelas motivações que os levaram a migrar, a terra ultrapassa o seu sentido material e passa a ser um elo de identificação do agricultor com sua identidade de trabalhador, por isso, afirmamos que, nesse contexto, ocorre um desenraizamento, pois se veem diante de um sentimento de perda daquilo que julgam ser essencial na sua identificação como agricultores.

Outra narrativa que aborda o processo de saída é do informante 2:

(silêncio, suspiro) mas olha. (+) História são muitas. (+) História é que a gente trabalhava aqui. A estrada cruzava ali. Cada dia de manhã, meio dia, de tarde, você via mudanças e mudanças e mudanças indo embora e a gente sempre falava, mais um amigo que tá indo, mais um amigo que tá indo, então:./ eu tenho contato ainda com algumas pessoas que nem Foz do Iguaçu, tem os D. ali, volta e volta a gente se encontra, a gente conversa, e mais a maior parte tu perdeu o contato (Informante 2).

O silêncio, o suspiro e as pausas, revelam não apenas um resgate na memória de como foi o processo de saída, mas também um sentimento de perda e de saudade dos amigos.

Observamos que o uso dos advérbios de lugar “*aqui*” e “*ali*” nos indicam que o informante continuou residindo em sua propriedade, foi desapropriado em apenas uma parte de suas terras e optou por continuar residindo no local. O mesmo não ocorreu com os moradores do Distrito de Itacorá. Como a comunidade foi totalmente submersa, houve algumas confraternizações entre os moradores simbolizando a despedida. Seleccionamos as narrativas dos informantes 7 e 8 que versam sobre o fato.

Eu lembro sempre da:: do dia da despedida do:: (+) no PAVILHÃO do:: /.../ e a despedida então do pavilhão da:: igreja do ITACORÁ. E lembro que foi o véio que era monte não sei o nome dele. Foi lá e desligo a chave da luz assim e:: daí deu por encerrado. Isso foi filmado até pela:: pela rede globo tava lá aquele dia. Foi/ ficou marcado na minha cabeça então. E daí terminô tudo (fica pensativo) (Informante 7).

O informante 7 narra a última missa que foi rezada na igreja de Itacorá, ou seja, a missa de despedida da comunidade que depois foi submersa. Segundo ele, após a missa, como um ato representativo do fim da comunidade, foi desligada a chave da luz. O episódio é descrito com ações e simbolicamente marcado como a morte da comunidade, utilizando a expressão “*terminô tudo*”.

Na sequência da narrativa, a esposa do informante complementa:

Era um fato assim que se tu for analisá triste, muito triste. Você sabê que tá lá, tava ali tipo sepultando uma comunidade, sepultando uma comunidade né, porque tavam saindo todos, todos, todos né. Então não tem como não ser um fato triste, não tem como não ser. ((P: e as pessoas?)) Saíram tudo triste dali. Triste mas não chorando, porque chorá? Era uma realidade já, já não tinha mais/ ixii ((Virgem)), foi triste de vê. Desmanchando casa, carregando casa inteira e desse jeito. (Informante 8).

A informante 8 reforça a ideia de morte sentida por eles e demais moradores que participaram da cerimônia de despedida, referindo-se ao fato como um sepultamento da comunidade. Aliada à ideia de morte, mais uma vez, a narrativa expressa o sentimento de impotência dos moradores diante do que estava acontecendo, como também ocorreu em outras narrativas. Ela mesma questiona: “*/.../ porque chorá? Era uma realidade já não tinha mais*”.

Selecionamos também a narrativa do informante 1, o qual se autodenomina despejado pela Itaipu, pois, na ocasião, sua família não aceitou a negociação com a Binacional.

A situação de saída do informante 1, não foi apenas narrada por ele, mas também pelos demais informantes ao se reportar aos embates e conflitos que houve com a Itaipu, quanto à não aceitação da desapropriação. Segundo o informante, seu pai chegou à região, na comunidade de Cristo Rei, em 1959 e comprou terras consideradas escrituradas. No entanto, quando a Itaipu fez as medições para indenizar, se confrontou com muitos problemas agrários na região, pois a maioria das terras era de posse. Diante disso, primeiro tiveram que regularizar a situação dos posseiros, demarcando as suas propriedades, para então, efetivar as desapropriações. Nesse processo, segundo o informante 1, parte de suas terras

foram demarcadas como sendo de posse e pertencente a outros e, portanto, sua família não recebeu o dinheiro da indenização dessas terras. Conforme ele narra:

Nóis viemo/ eu vim em 61, mas meu pai entro em 59. Foi a primera vez que ele veio oiá isso aí, as terra. I i ele compró terra tudo escriturada né, i foi o mal nosso. /.../ I nóis compremo terra registrada. Meu pai acreditava que terra registrada era/ tinha que te o direito e aonde que nóis não tivemo direito nenhum /.../ daí veio o INCRA e perdemo pros possero (Informante 1).

Nesse embate, sua família não aceitou as propostas da Itaipu. O dinheiro da indenização foi depositado em juízo e representantes da Binacional fizeram a mudança da família deslocando suas benfeitorias na parte da propriedade em que não chegaria água. Assim, a família e demais moradores do município que acompanharam esse acontecimento os qualificam como *despejados*.

Se para os demais informantes desapropriados a situação de saída de sua propriedade foi difícil, para essa família o processo foi mais traumático ainda. Cabe destacar que não temos o objetivo de fazer apologia nem à Itaipu nem aos desapropriados. Nosso interesse é investigar como esses sujeitos constroem suas identidades nesse contexto. Selecionamos a narrativa do informante 1, justamente para analisar se há diferença entre suas percepções e posicionamentos identitários em relação aos demais, mesmo vivendo uma situação mais conflituosa. Vejamos como é narrado por ele o processo de saída:

/.../ nóis viemo:: viemo do hospiTAL, chegemo aqui a Itaipu tinha invadido a nossa propriedade né. Fumo tirá os ponto da cesária né. Então nóis fumo despejado com criança com 40 dia, nove dia a menina tinha quando começaram o despejo daí quando foi terminaram quando mudaram as casa aqui pra cima tava com 40 dia /.../ que eles tinha que eliminá quem tava embaxo no terreno que disse era deles né. Tá pago, não tá pago, eles bota no juiz aquelas migalha lá e é considerado deles. Mas nóis não tava/ meu pai não tava teimando por aquilo. Ele tava teimando por um dinheiro justo. Não/ ele não queria, nunca disse não fais Itaipu. Ele nunca falô que nunca saísse a Itaipu, só que pagasse pra nóis se colocá né, pra nóis podê/ nóis viemo mil quilômetro longe da nossa terra natal pra se colocá meio bem pra ficá SEM NADA?/.../ então eu acho que eles podiam ter reconhecido nóis era dos primero, respeitá quem veio desbravá. Aí AHH NÃO acharam que tavam certo. (Informante 1).

Observamos que sua narrativa está carregada de um sentimento de mágoa e revolta em relação ao que aconteceu com sua família. Os argumentos que utiliza

para justificar os motivos que os levaram a fazer resistência em relação à desapropriação são os mesmos apresentados pelos demais informantes. Ou seja, o informante 1 apela aos antecedentes históricos, à sua identidade de colonizador e desbravador para reforçar a luta e resistência em sair da terra reivindicando para si reconhecimento, mesmo no presente, em virtude de seu passado de colonizador. Outro aspecto em comum, que assim como os demais informantes ele evidencia, é a percepção de que eram tratados como um empecilho pela Itaipu e, por isso, precisavam ser “eliminados”.

As narrativas que discorrem sobre o processo de saída revelam o sentimento de impotência dos desapropriados diante do que estava lhes acontecendo. A ideia de morte, de fim de tudo, também está muito presente. O sentimento de resistência em aceitar a realidade também é evidenciado. Para reforçar sua resistência amparam-se no trabalho que realizaram na terra, no sacrifício, recorrendo, em alguns momentos, às suas identidades de colonizadores e desbravadores da região para estabelecer o vínculo com o território.

No entanto, lembramos que, mesmo as narrativas evidenciando a saída como um processo de desenraizamento em relação à terra, aos amigos, à comunidade, não ocorre a perda da identidade do sujeito desapropriado. Contrariamente, verificamos um conflito identitário e a produção de novas identidades, conforme afirma Woodward (2011), mediadas pelas novas relações sociais e culturais estabelecidas pelos informantes. É o que analisamos na próxima subseção.

4.1.6 O recomeço: “*Eles tiraram a terra, nós sabia trabaíá na terra, nós era o que era, profissão nossa era trabaíá na lavora /.../*”

De acordo com o exposto até o momento, percebemos que os informantes procuram alicerçar suas identidades de agricultores, colonizadores e desbravadores das terras da região estabelecendo um vínculo com o espaço territorial, bem como com o trabalho que desenvolveram na área que foi desapropriada, como uma referência para a luta, contestação, resistência e defesa de seus direitos.

O alagamento e a desapropriação, conforme eles mesmos afirmam, era um fato inevitável: “*.../ na verdade eles chegavam e diziam não isto é fato, isto vai*

acontecer quer você queira ou não, né. Tipo assim, ou é por bem ou é por mal” (Informante 8). Era necessário aceitar a desapropriação, vender as terras e procurar outro espaço para viver, fazer um recomeço.

As transformações geradas por esse movimento de mudança provocaram um conflito identitário. Ocorre um desencontro do ser sobre si mesmo e sobre o papel que ocupa na sociedade. Desse modo, a desapropriação desestabiliza suas identidades de pais de família, membros da comunidade, bem como suas identidades de agricultores.

Contudo, devemos considerar, a partir da fundamentação teórica apresentada, neste trabalho, que a identidade é fluída e está em constante processo de formação e negociação, ou seja, “ela permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’ sempre ‘sendo formada’ (HALL, 2005, p. 38, grifos do autor). O autor sugere que não deveríamos falar em identidade, mas em “identificação”, pois ela é um processo em andamento. E ainda acrescenta:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é preenchida a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros* (HALL, 2005, p. 39, grifos do autor).

Ocorre, pois, que os sujeitos vivenciam sua identidade como se ela estivesse reunida e unificada, embora estejam sempre partidos e divididos. Assim, observamos também, nos informantes, a busca por uma identidade una e estável, apesar de suas narrativas revelarem crise e conflito identitário.

A busca por uma identidade ideal e bem resolvida é uma busca de todos os seres humanos, mas, nos informantes da pesquisa, ela está mais evidente porque foram afetados pela desapropriação que desestabilizou o que possuíam, até então como referência em suas vidas, a casa, a propriedade, os amigos, a vivência em comunidade. Em outras palavras, “para lidar com a fragmentação do presente [...] buscam retornar a um passado perdido” (WOODWARD, 2011, p. 24) e procuram no presente a identidade. Esse retorno ao passado, no qual supostamente buscam suas identidades, se manifesta por meio de apelo ao trabalho de colonizadores, luta e sofrimento na conquista das terras.

Desse modo, nas narrativas estão marcados os processos de crise e conflito dos informantes em relação a suas identidades pessoais e sociais, gerando um

conflito sobre e seu lugar na sociedade. A perda de um sentido de si, como sujeitos integrados, ocasiona o “deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2005, p.9). Podemos afirmar que o processo de recomeçar suas vidas em outro espaço provocou um “duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos [...]” (HALL, 2005, p. 9). A narrativa do informante 1 nos fornece alguns indícios do estado de conflito:

Óia, no começo mudo, como diz o outro, que a gente tinha aonde trabaia, aí não tinha mais aonde trabaia né, que acabô. Eles tiraram a terra, nós sabia trabaia na terra, nós era o que era profissão nossa era trabaia na lavora, daí fiquemo/ daí fiquei com um cantinho aqui que tinha aqui pra baxo, aí. A minha parte alago, ficô na:: com a reserva né, Daí eu fiquei com um arquere. Aí vai daqui, vai dali, vai. Foi um tempo daí, eu fiquei/ daí eu arrendei uma terra da mãe dela. Então a gente sofreu muito com criança bem pequeninha, dois grandinho já, dois maiorzinho e um bem nenezinha né. Sem casa, que eu perdi a casa. Daí inté que eu construí a casa, a primera aqui pra mim. Que daí eu fui morá ali com meu pai de novo aí, até que eu construí eu levei acho que uns seis méis. Aí a gente começô devagazinho, com treis criança vai, só que tem que dá de comê. Daí já Aparecidinha, que já não era mais Itacorá, Itacorá não tinha mais. Tinha que i até Aparecidinha. Eu ia em Aparecidinha, vortava a pé. As veis trazia alguma coisa na mão outra veis pedia pra outro trazê /.../ (Informante 1).

O informante 1 expressa também a percepção dos demais informantes diante da situação de adequar-se à nova realidade que se apresentava. Isso vale tanto para aqueles que foram desapropriados em apenas parte de suas propriedades e, permaneceram no mesmo espaço, porém com menos terra, quanto para aqueles que tiveram que procurar outra propriedade. Ou seja, a desapropriação representou uma ruptura brusca no curso de suas vidas, que, conseqüentemente, afetou suas identidades. Essa ruptura é demarcada, linguisticamente, por expressões como “acabô”, “tivemo que começá do zero” e por frases inacabas: “/.../ profissão nossa era trabaia na lavora daí fiquemo /”.

O informante, ao construir sua narrativa, revela que, logo após a desapropriação, sua identidade de agricultor e pai de família passa por um estado de crise, pois não se reconhece mais como agricultor pelo fato de ter sofrido uma separação com aquilo que ele tem como referência para essa identidade: o trabalho na lavoura. Ser detentor de uma propriedade é o elemento fundamental na

constituição da sua identidade de agricultor e também de homem, de pai, provedor da família. Por isso, quando é desapropriado, sente-se destituído de sua profissão e, por conseguinte, de sua própria identidade. Ele expressa esse aspecto, enfaticamente, logo nas primeiras frases: *“/.../ a gente tinha aonde trabaiá aí não tinha mais aonde trabaiá né que acabô. Eles tiraram a terra, nós sabia trabaiá na terra, nós era o que era profissão nossa era trabaiá na lavora, daí fiquemo”*. Observamos que, ao utilizar o pronome “nós” e a expressão “a gente”, não se refere apenas a ele, mas também aos demais membros de sua família, considerando que, na ocasião da desapropriação, ele já era casado, mas as propriedades do pai e do irmão também foram atingidas.

Desse modo, sua narrativa opõe um *nós*, sujeitos desapropriados, a um *eles*, a Itaipu, que, segundo ele, foi a culpada de tudo.

Há uma ênfase em sua identidade de agricultor ao afirmar *“nós era o que era profissão nossa era trabaiá na lavora”*. O uso repetido do verbo “era” remete-se a um tempo passado, mas sobretudo à identificação de como ele se percebe, ou seja, é uma reafirmação de sua identidade de agricultor que, em suas palavras, “acabô” devido a desapropriação. Na sequência, relata que foi aos poucos construindo novamente sua vida na agricultura. Nesse sentido, a crise identitária que sofre é de um não reconhecimento da vida de agricultor devido à perda territorial que sofreu. Há tanto uma mudança de sua relação consigo mesmo e como ele se percebe, quanto uma mudança na relação com a terra. No entanto, devemos considerar que a crise de identidade “desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos [...]” (HALL, 2005, p. 17-18).

Sua identidade de homem e pai de família também se revela afetada, pois precisou voltar a morar na casa do pai, com mulher e filhos até novamente se estabilizar.

Também evidenciamos o seu desencontro em relação ao lugar, ao seu sentimento de pertencimento a um grupo e uma comunidade, quando afirma *“/.../ que já não era mais Itacorá, Itacorá não tinha mais tinha que i até Aparecidinha /.../”*. A crise identitária vivida pelo informante é resultado das novas relações sociais estabelecidas.

Na sequência da narrativa, o mesmo informante relata os impactos da desapropriação vivenciados na família:

/.../ a primera coisa veio a desunião. Marca muito porque daí ninguém entendia mais ninguém. Foi essa perda da terra, um não acreditava assim, não aceitava. Então deu muita assim, quase briga entre a família porque ora, ontem nós tinha hoje nós não temo nada? Hoje nós temo na rua? Ontem nós era respeitado na região, hoje nós não semo mais ninguém? Intão teve bastante assim, bastante marcante é tinha aí tem que começá quase do zero. I vai intão, depois com o tempo intão, a gente teve/ foi conversando foi ajeitando/.../ (Informante 1).

Um aspecto marcado em sua narrativa é a desestruturação da família, gerada pela desapropriação e pela própria crise identitária vivida entre seus membros. Ele avalia e questiona suas posições na sociedade ao apresentar as indagações: *“ontem nós tinha hoje nós não temo nada? Hoje nós temo na rua? Ontem nós era respeitado na região hoje nós não semo mais ninguém?”* Os advérbios *“ontem”* e *“hoje”* estabelecem relações temporais contrastando como se percebem identitariamente *antes* e *depois* da desapropriação, o que coincide, justamente, com o título deste trabalho. Antes, tinham terra e por isso eram respeitados na sociedade. Hoje, não tem quase mais terra e por isso se consideram *“ninguém”*.

Seu conflito identitário reflete-se na negação, para os filhos, da profissão de agricultor, pois alega não querer para o filho o mesmo destino que teve, porque não se sentiu valorizado pelo governo na profissão de agricultor, conforme narra na sequência:

/.../ deu pra nós pelo menos istudá os fio /.../ até o caçula não queria me dexá sozinho, disse, pai eu fico aí, boto umas vaca, melhora o gado. Negativo, meu filho. Tu não vai trabaiaí. O governo quis assim, assim vai SE. Bote OTRO trabaiaí no teu lugar. Ele traga gente que gosta de trabaiaí pra/ porque eu não quero que meu filho nenhum trabaiaí no sol quente como eu trabaiei, como eu fiz e NENHUM ESTRANHO eu queria que sofresse o que eu soFRI /.../ (Informante 1).

Além de revelar um conflito identitário, a narrativa também evidencia a distinção que o informante faz do que entende por trabalho. Assim, ocorre a oposição entre o trabalho de agricultor relacionado à força física, *“trabaiaí no sol quente”*, como algo que remete ao sacrifício e ao sofrimento e, o trabalho intelectual, o qual almeja para os filhos.

A nova realidade instaurada gerou uma crise e descentramento da identidade dos desapropriados em relação à sua profissão de agricultores, o que, conseqüentemente, afetou suas identidades de pais de família.

Contudo, conforme já afirmamos ao longo deste trabalho, as identidades não são fixas e, segundo Hall (2005), estão sempre incompletas, sempre em processo e sendo formadas. Nesse sentido, as identidades dos informantes também são reelaboradas, o que significa afirmar que eles “reelaboram suas identidades, mediados pelas interações estabelecidas em seus novos espaços” (SOUZA, 1998, p. 361).

Nessa direção que analisamos, na próxima subseção, os posicionamentos identitários dos informantes diante da situação atual na qual se encontram.

4.1.7 A situação atual: “/.../ Quem não perdeu nada que tá se beneficiando /.../”

Nas narrativas que versam sobre os posicionamentos atuais de quem vivenciou a desapropriação e acompanhou o processo de formação de Itaipulândia, percebemos as maiores contradições. Ao mesmo tempo em que os informantes apontam os aspectos negativos da Itaipu em suas vidas, também afirmam que a Itaipu trouxe benefícios para a formação do município, conforme fala o informante 4:

/.../ é por causa da Itaipu que surgiu Itaipulândia, que Aparecidinha era o fim da picada³⁰ /.../ (Informante 4).

Por outro lado, os informantes demonstram um sentimento de insatisfação reivindicando para si os méritos da formação do município, pois segundo eles, foi graças ao sacrifício que fizeram no passado, perdendo suas terras, que se possibilitou a formação de Itaipulândia.

Essas contradições ocorreram constantemente nas narrativas, demonstrando que não há uma identidade pronta e acabada, sendo no ato de narrar que os informantes vão negociando suas diferentes identidades e se posicionando. Moita Lopes também destaca que “dependendo das relações de poder existentes, o

³⁰ *Fim da picada* é uma expressão utilizada pela população local, geralmente, para se referir a um lugar muito distante ou com poucos recursos.

mesmo indivíduo pode estar posicionado em identidades sociais contraditórias” (MOITA LOPES, 2002, p. 139). Assim, verificamos, na narrativa do informante 4, que, em determinado momento, ele delega à Itaipu a responsabilidade pela formação de Itaipulândia, porém, em outra situação, reivindica para si e para o “povo” que sofreu a desapropriação territorial e permaneceu no município, os méritos pela sua “criação”, entrando em confronto sua identidade de desapropriado com a de cidadão do município. Segundo ele:

Itaipulândia se criou com a indenização do povo que o povo de Itaipulândia 80% é Itacorá de Itacorá vieram pra Itaipulândia ela se criou assim /.../ (Informante 4).

A fim de persuadir seu interlocutor sobre a veracidade do que está afirmando, o informante utiliza, inclusive, um dado estatístico como estratégia discursiva: “/.../ o povo de Itaipulândia 80% é Itacorá /.../”. Porém, apesar de ter ocorrido um descolamento considerável da população de Itacorá para Aparecidinha do Oeste, atual Itaipulândia, não há nenhuma pesquisa que comprove essa afirmação.

Um aspecto recorrente nas narrativas a respeito das vivências atuais dos informantes foi o questionamento em relação ao direcionamento dos *royalties* da Itaipu. Na percepção dos informantes, os *royalties* pagos para Itaipulândia, proporcionando o crescimento e desenvolvimento da cidade, são fruto do que perderam no passado: suas terras, a moradia, as relações de amizade, etc. Desse modo, reivindicam para si tanto o reconhecimento pelos seus feitos passados e seu trabalho de desbravador, quanto maiores benefícios econômicos em forma de investimento dos *royalties* na agricultura, conforme narra a informante 8:

/.../ vamos analisar hoje também. Eu vejo que hoje né, no caso essa recompensa que o governo oferece dos royalties que manda pros municípios, eu acho que deveria haver então uma fiscalização né, na direção desses recursos, porque na minha opinião, esses recursos não estão sendo direcionados né, pra quem realmente teve o prejuízo, quem realmente foi prejudicado, porque hoje a agricultura tá sendo novamente prejudicada /.../ a gente aqui tá morando bera Lago foi indenizado né, nossos pais foram, já sofreram as consequências, né /.../ PUXA se é um direito nosso, se os royalties vem porque então, as administrações dos municípios não tão direcionando a quem realmente seria de direito né? (Informante 8).

A informante assume a sua identidade de desapropriada e de agricultora ao questionar o direcionamento que o poder público destina aos *royalties*, reivindicando esse benefício como um direito de quem foi desapropriado, ao questionar: “/.../ *PUXA se é um direito nosso, se os royalties vem porque então, as administrações dos municípios não tão direcionando a quem realmente seria de direito né?*”. O mesmo posicionamento é apresentado pelo informante 3:

/.../ porque os royalties na verda::de é:: quem realmente deveria sê beneficiado com isso é muito poco beneficiado. Quem não perdeu nada que tá se beneficiando. Na realidade, nós temo lindero de uma reserva. Essa reserva queira ou não queira ela atrapalha uns 15 ou 20 metro a nossa propriedade /.../ Intão ali tem coisas que:: tem horas que eu tenho uns nó intalado no pescoço. Mas a gente nem pode fala tu::do. ((risos)) (Informante 3).

Além de reivindicar maiores benefícios dos *royalties* na agricultura, os informantes também afirmam que estão sendo, pela segunda vez, injustiçados e sofrendo os prejuízos da desapropriação, pois segundo o informante 3: “/.../ *quem realmente deveria sê beneficiado com isso é muito poco beneficiado/.../*”, ou seja, os desapropriados.

Ao afirmar que “/.../ *Quem não perdeu nada que tá se beneficiando /.../*”, o informante se refere também à movimentação populacional que ocorreu no município logo após a emancipação. A projeção da cidade como um lugar rico, devido aos *royalties*, atraiu empresários, investidores, pessoas com poucos recursos financeiros em busca de benefícios sociais e qualidade de vida. Além disso, devido ao montante de dinheiro que circula nos cofres públicos, a cidade vive uma situação política tensa na disputa pela administração do município, o que justifica a forma como o informante finaliza a narrativa: “/.../ *tem horas que eu tenho uns nó intalado no pescoço. Mas a gente nem pode fala tu::do*”.

O fato de terem um passado em comum, vivenciado a mesma experiência com a desapropriação, estabelece entre os informantes uma identidade partilhada entre o grupo que é a identidade de desapropriados. Essa identidade é por eles estabelecida por meio de marcações de diferença em relação aos demais municípios que não passaram pela desapropriação e também de identificação com os demais desapropriados. Eles buscam construir suas identidades em oposição aos demais cidadãos do município. Constroem assim suas identidades de desapropriados por

meio da marcação da diferença a partir do que vivenciaram no passado. Fundamentando-nos em Silva (2011), podemos compreender a produção dessas identidades na medida em que:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2011, p. 81).

Desse modo, a produção das identidades é intermediada pelas relações de poder, de classificar incluídos e excluídos e definir quem tem mais poder. Segundo Silva “são outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); demarcar fronteiras (‘nós e eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’)” (SILVA, 2011, p. 81, grifos do autor).

A partir de Silva, compreendemos que, ao produzir suas identidades pela diferenciação, os informantes também realizam um processo de classificação entre um grupo de incluídos, que usufruem dos benefícios dos *royalties*, e, um grupo de excluídos, referindo-se a eles próprios. Assim também demarcam fronteiras “nós”, os injustiçados, e “eles”, os beneficiados.

Selecionamos também a narrativa do informante 6, que se posiciona da seguinte maneira:

‘.../ então. você veja bem. Tem esses royalties pra lá e pra cá, uma coisa o outra e nós não temo nada aqui /.../ isso aqui é uma vida que eu tenho aí eu tenho 67 ano, não sei quantos anos eu vô aguentá /.../ então a gente contribuiu pra isso aí né, essa usina aqui. Você veja bem, eu tinha lá dois ou três quilômetros na barranca do Rio então foi desapropriada. Tá certo que eu peguei essa propriedade aqui que é uma propriedade boa também, só que é assim, tem que fazê tudo né. Fazê. E eu ainda não terminei. Tem bastante coisa pra fazê aqui ainda né. Então eu tava bem encaminhado tinha uma propriedade lá né (Informante 6).

Assim como os demais, o informante 6 também reivindica os benefícios dos *royalties* para si, amparando-se em sua identidade de desapropriado, de alguém que contribuiu para a construção da Usina de Itaipu: “ /.../ a gente contribuiu pra isso aí né, essa usina aqui /.../”. Para fundamentar seu argumento ele retorna à sua vivência passada, na comunidade de Itacorá, sinalizada linguisticamente como “lá”,

onde possuía uma propriedade de “/.../ dois ou três quilômetros na barranca do Rio /.../”. Ao fazer o retorno ao passado, afirma que a saída da propriedade foi involuntária, ou seja, ele “/.../ estava bem encaminhado/.../” em Itacorá, mas se sacrificou em prol de uma causa comum e hoje não tem o devido reconhecimento.

Ao produzir a sua narrativa, o informante 6, revela um conflito identitário provocado pela desapropriação. Tal assertiva apoia-se no que é afirmado por Woodward de que alguns conflitos identitários “surgem das tensões entre as expectativas e as normas sociais” (WOODWARD, 2011, p. 33). Na narrativa, a tensão situa-se entre o que o informante gostaria de ter feito, ficar na propriedade em Itacorá, e o que foi “obrigado” a fazer diante de uma situação que lhe foi imposta pela lei.

Além de verificarmos que os informantes, a partir de suas identidades de desapropriados, reivindicam para si um maior reconhecimento no município, diferenciando-se dos demais munícipes, coletamos narrativas que explicitam um conflito identitário diante das consequências da desapropriação em suas vidas pessoais, conforme é narrado pelo informante 11:

Ahh, que nem eu falei que a gente lutô lutô foi:: e o capital nã::o:: então é coisa negativa pra gente né, que lutô muito e não conseguiu subir, comprá área de terra pros filho né. Pensa em comprá pros filho pelo menos pra comprá uma área de terra pra cada um né, já é um troço negativo pra gente né. Queria comprá pros filho também e não conseguiu também né. Aí então fica ruim. Mas fazê o que, não deu vamô se virá de outro jeito né./.../ só que hoje a gente já acostumô né, acostumô com a água, com o rio, vai lá dá uma olhada, volta. Inclusive eu tenho a terra na bera do Lago. Mas vem a lembrança que podia/ a vem ixix é não é fácil tá loco (Informante 11).

A narrativa do informante 11 revela uma crise da identidade de trabalhador na profissão de agricultor, o que, conseqüentemente, afetou sua identidade de pai de família. Ele posiciona-se como personagem de sua narrativa utilizando a expressão “a gente”. Inicia falando da luta e do trabalho empenhado na propriedade, que, segundo ele, não foi valorizado e não lhe rendeu êxito na profissão: “/.../ a gente lutô lutô foi:: e o capital nã::o:: então é coisa negativa pra gente né, que lutô muito e não conseguiu subir, comprá área de terra pros filho /.../”. A luta a que ele se refere, nesse contexto, está carregada de um sentido ideológico, sendo utilizada como sinônimo de muito trabalho, um trabalho árduo e sofrido, conforme já afirmou

em outros momentos. Percebemos que, implicitamente, recupera sua identidade de colonizador da região. Ao recuperar seu passado de colonizador, expressa demandas por sua identidade no presente e, conforme Woodward (2011), busca validar esse passado.

O verbo *subir* também está impregnado de sentidos. *Subir*, para ele, significa ascender na profissão de agricultor, sendo detentor de maiores áreas de terra. Assim, inicialmente, revela sua frustração como agricultor que fracassou, para, na sequência, confrontar sua identidade de agricultor com a identidade de pai de família, revelando a crise por ter fracassado tanto como agricultor quanto pai que não conseguiu comprar mais terras para os filhos.

Nesse momento, evidenciamos que há um conflito entre suas identidades de pai e de agricultor. Woodward explica que “podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências da outra” (WOODWARD, 2011, p. 32). A identidade de agricultor, nesse caso, mais especificamente, colonizador e detentor de maiores propriedades de terra, entra em conflito com as demandas exigidas pela sua identidade de pai, de prover o sustento dos filhos, garantindo à família um futuro confortável e uma parte da propriedade como herança para a continuidade da profissão na família.

Apesar de a narrativa do informante 11 revelar um conflito, ele a finaliza falando que “*já acostumô com a água, com o Rio*”. No entanto, de certa forma, se contradiz ao evocar as lembranças que, ao olhar para o Lago, vêm a sua mente, ou seja, de que sua história poderia ser diferente: “*Mas vem a lembrança que podia/ a vem ixxx é não é fácil tá loco*”. Isso ocorre, pois mesmo nossas identidades estando sempre partidas, “[...] nós continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado na plenitude” (HALL, 2005, p. 39).

Nesse sentido, também buscamos subsídios teóricos nos estudos de Pollak (1992) a respeito da relação entre as memórias do passado e a identidade. Para o autor, a memória atua como um elemento importante na constituição identitária, pois:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 205).

Nessa perspectiva, a busca pela memória e pelas lembranças do que o informante vivenciou no passado é acompanhada, segundo Candau (2011), por um sentimento de identidade.

O presente e o passado se fundem e se confundem dentro da própria narrativa num constante ir e vir, na medida em que a rememoração desse passado proporciona a reconstrução das identidades do presente. Em outras palavras, lembrar é “[...] refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (LIMA, 2009, p. 53).

Selecionamos também a narrativa da informante 10, a qual, apenas no final da entrevista, quando lhe foi perguntado se gostava de morar em Itaipulândia, revela seu descontentamento e um possível conflito identitário como agricultores, vivido pelos membros da família. Ela responde à pergunta da seguinte maneira:

Aonde a gente mora a gente gosta, mas ficamos muito sentindo aquela veis que tivemos que vendê aquele pedaço de terra ali que ficou menos terra ainda. E o V. Deus o livre se ele pudesse criá asa e comprá um pedaço de terra mais longe, mais grande. Quem sabe ele gostaria muito. Porque assim, o trabalho que eles trabalham com os maquinário, nós só prestamos serviço pros outros porque a nossa lavoura é poquinho, né (Informante 10).

A informante alega gostar do lugar, mas, na sequência, revela seu descontentamento em virtude de uma segunda desapropriação que a família sofreu em 2005, desta vez por parte da Prefeitura Municipal de Itaipulândia, para a construção de um Parque Termal no município. Ela expressa o descontentamento afirmando que “*!..! ficamos muito sentindo aquela veis que tivemos que vendê aquele pedaço de terra ali /.../*”. Na sequência, fala sobre o filho que gostaria de ter mais terra, pois de certo modo, não se sentem plenamente agricultores, pois: “*nós só prestamos serviço pros outros*”. Ou seja, não conseguem sobreviver apenas com o trabalho na própria terra pelo fato de ser pouca e precisam buscar outras fontes de renda.

Como as identidades estão sempre em processo e construção, o conflito identitário é vivido pelos informantes, na medida em que suas identidades ainda encontram-se presas ao passado. Suas relações de pertencimento ao lugar em que viviam antes da desapropriação e suas relações de amizade ainda são muito fortes e eles vivem este conflito no presente. Alimentam a pretensa ilusão de que se não tivesse ocorrido a desapropriação, seriam mais felizes e teriam mantido as mesmas relações. Conforme a narrativa da informante 8:

Acho que naquela época as amizades eram mais sinceras eu sinto que isso faz muita falta, faz muita falta as amizades de verdade né. Agora tá bem complicado esse lado da, da/ as vezes a gente encontra algumas pessoas que você acha que é um grande amigo ou grande amiga, daí daqui a pouco se decepciona. Mudô, mudô bastante a mentalidade das pessoas, bah (Informante 8).

A narrativa apresenta uma contraposição entre as relações de amizade *antes* e *depois* da desapropriação, demarcadas respectivamente pelo uso dos marcadores temporais “*naquela época*” e “*agora*”. No entanto, cabe-nos perguntar: será que essas relações permaneceriam as mesmas se não tivesse ocorrido a desapropriação? Possivelmente não. Na realidade, o conflito vivido pela informante é um conflito identitário de todos os sujeitos “pós-modernos” (HALL, 2005), inseridos em um contexto de mudanças em que nossas identidades tornam-se fluídas e híbridas. Contudo, voltamos a afirmar que no contexto de nossa pesquisa essa crise aparece de forma mais latente e menos resolvida, pelos informantes, devido às suas experiências “traumáticas” no passado. A partir de Woodward compreendemos que “as identidades em conflito estão localizadas no interior das mudanças sociais, políticas e econômicas [...]” (WOODWARD, 2011, p. 25).

Também podemos compreender a reflexão da informante sobre as mudanças nas relações interpessoais como uma tentativa e uma necessidade que ela sente em buscar uma identificação, a partir de suas relações no passado. Nesse sentido Bauman afirma que:

Quando a identidade perde as âncoras que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a quem possam pedir acesso (BAUMAN, 2005, p. 30, grifos do autor).

As narrativas analisadas nesta subseção demonstram que o conflito identitário vivido pelos informantes, logo após a desapropriação territorial, se estende, até os dias atuais, na medida em que eles buscam congelar suas identidades no passado.

Também temos que considerar que não há neutralidade no discurso. Então, a situação da pesquisa possibilita que algumas identidades adormecidas venham à tona e, assim, os informantes possam posicionar-se como vítimas e reivindicar para si os méritos da formação do município por meio da recuperação de suas identidades de colonizadores e desbravadores.

Analisamos, até o momento, os posicionamentos identitários dos sujeitos que vivenciaram a desapropriação territorial. Realizamos, na sequência, a análise da linguagem presente no município de Itaipulândia em relação a esse fato, a fim de verificarmos como o discurso oficial procura construir, para Itaipulândia e seu povo, uma identidade relacionada à Itaipu.

4.2 A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA PARA ITAIPULÂNDIA

As narrativas revelam a dimensão do passado e a memória do vivido. Os fatos são contados a partir da vivência dos sujeitos que participaram ativamente do processo de desapropriação e suas percepções e (re)construções identitárias nesse contexto. No entanto, considerando que a produção das identidades ocorre nas práticas sociais e culturais, por meio de sistemas simbólicos de representação, nosso objetivo também é refletir de que maneira as administrações municipais de Itaipulândia, ao longo dos tempos, criaram uma representação da cidade para seu povo, a partir das consequências e influências da construção de Itaipu.

Nessa direção, nas subseções 4.2.1 e 4.2.2, analisamos, brevemente, o discurso oficial das administrações municipais desde a emancipação política e administrativa de Itaipulândia até os dias atuais, bem como os símbolos municipais, de modo a refletirmos sobre que identidade procura-se criar para o município.

4.2.1 A identidade do município construída pelo discurso oficial

Na análise de como o discurso oficial procura construir uma identidade para o município de Itaipulândia, consideramos, inicialmente, as afirmações de Oliveira de que “os sentidos modelados por finalidades ligadas ao seu tempo conferem aqui e ali o discurso fundador de cada cidade, bem como sua particularidade e identidade entre seus membros” (OLIVEIRA, 2002, p. 55). No caso do município de Itaipulândia, esse discurso de origem está ligado tanto à figura do colonizador e desbravador dessas terras, na formação da vila de Aparecidinha do Oeste, quanto e, principalmente, à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, conseqüentemente, à ideia de desenvolvimento e progresso gerados pelos *royalties* pagos pela Binacional.

De modo geral, a história de formação do município é contada a partir da história da Itaipu. A população, em sua maioria, também afirma que Aparecidinha do Oeste só se emancipou de São Miguel do Iguazu devido à Itaipu. Esse mesmo entendimento é explicitado pelo informante 5:

./.../ eu acho a Itaipu, pra Itaipulândia é bastante coisa. É uma mão direita inté, porque se não tivesse Itaipu ((risos)) não tinha Itaipulândia também (Informante 5).

Nesse aspecto, constatamos, nos amparando em Hall (2005) e Silva (2011), que a Itaipu funciona como uma espécie de “mito fundador”³¹ do município de Itaipulândia. Lembramos que esses autores utilizam a noção de mitos fundadores ao explicar como é contada a narrativa da cultura nacional, ou seja, os processos, as estratégias discursivas que tendem a fixar as identidades nacionais. Considerando o já exposto na subseção 3.1.2, do capítulo 3, de que a ideia de nação não se encontra circunscrita apenas a um país, mas pode relacionar-se a “uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento” (BRENNAM, 1990, apud HALL,

³¹ Segundo Hall, o mito fundador refere-se a “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional [...]” (HALL, 2005, p. 54). Em Itaipulândia, apesar de, na história do município haver uma menção à formação da vila de Aparecidinha do Oeste, a partir da vinda dos pioneiros e colonizadores sulistas, percebemos que o destaque maior é dado à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu como um aspecto determinante para a formação do município. Nesse sentido, a história oficial do município relaciona-se, diretamente, com a história de Itaipu, procurando construir sua identidade relacionada à ideia de riqueza, desenvolvimento e progresso, ocultando conflitos e tensões gerados pela construção da obra.

2005, p. 58), fazemos uma analogia entre o processo de construção de uma identidade nacional, à forma como o município de Itaipulândia procura criar uma identidade para si.

Consideramos a partir de Hall (2005) que:

As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a 'nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2005, p. 51, grifo do autor).

A afirmação de Hall (2005) nos permite compreender que o mesmo processo ocorre em Itaipulândia. Ou seja, o discurso oficial, por meio da linguagem, expressa nos *slogans*³² de governo das administrações municipais, nas revistas, nos folders e nos jornais, distribuídos para a população, procura construir uma determinada imagem e identidade para o município e o povo que nele vive. Além disso, os próprios símbolos municipais, dos quais tratamos na próxima subseção, também têm essa função.

Tecidas essas considerações, partimos para as análises do discurso oficial do município, a fim de compreendermos de que forma procura marcar a sua identidade. Para realizar essa tarefa, apresentamos os *slogans* das administrações municipais desde a emancipação política e administrativa de Itaipulândia até os dias atuais, bem como alguns fragmentos de notícias, reportagens, retiradas de revistas, folders e jornais que circularam/circulam no município, contemplando esse recorte temporal. Compreendemos os *slogans* e os demais materiais impressos produzidos pelas administrações como estratégias discursivas para a fixação de uma identidade para o município.

Inferimos, antecipadamente, que ao longo dos tempos, as administrações municipais, por meio de seus *slogans* de governo, abordam uma trajetória evolutiva do desenvolvimento da cidade. O discurso oficial busca criar uma imagem de progresso e desenvolvimento para o local, enfatizando também as realizações do poder público.

A emancipação de Itaipulândia foi aprovada pela Assembleia Legislativa do

³² A palavra *slogan* é assim definida: “palavra ou frase usada com frequência, em geral, associada à propaganda comercial, política, etc” (FERREIRA, A., 2009, p. 1859).

Estado do Paraná por meio da Lei estadual nº 9.908 de 19 de março de 1992. Neste mesmo ano, ocorreram as eleições municipais, sendo eleito a prefeito municipal Lotário Oto Knob, presidente da comissão Pró-Emancipação, e, a vice-prefeito, José Naconeski Sobrinho. Durante sua administração de 1993 a 1996, o *slogan* do município foi “Itaipulândia: cidade união e trabalho”.

Observamos que nesse contexto, início da formação do município, o destaque à união do povo se mostra um elemento importante, aliada ao trabalho, no discurso da administração. A linguagem oficial, de certa forma, recupera algo valioso para o povo local, inclusive muito presente em suas narrativas, que é o fato de afirmarem que nessa região havia um povo muito unido. No entanto, sabemos que a desapropriação não gerou união, contrariamente, ocorreu nos anos subsequentes à dispersão do povo que se deslocou para outras regiões ou mesmo comunidades, dentro do território do município, conforme afirmou uma informante: “/.../ foi um extravio, uns foi prum lado otros foi pro otro é:” (Informante 8).

Assim, não é, apenas, uma afirmação de união, mas uma tentativa de recuperação dessa para estruturar o município, pois seria a união para o trabalho com vistas ao progresso.

O uso da palavra “trabalho”, no *slogan*, também pode ser compreendida a partir do contexto de Itaipulândia nos seus primeiros anos de emancipação. Ou seja, era necessário construir toda a infraestrutura do novo município, deixando-o com características de uma cidade, pois conforme afirma o prefeito deste período:

O perímetro urbano ainda era chão batido, a água da Sanepar³³ foi instalada aí quase no final do período antes de nos emanciparmos, né e até ali era água de poço raso³⁴ que ainda tinha né, com falta de água ou água considerada não muito potável. /.../ era tudo muito precário. /.../ A escola Costa e Silva que é referencial até hoje, ainda eu me lembro, os alunos tiravam os calçados pra entrar na sala de aula e quando chovia vinha tudo no barro /.../ (L. O. K.).

A fala evidencia as condições precárias em que viviam os moradores do município. Nesse sentido, o trabalho, aliado aos recursos financeiros advindos dos *royalties*, tornariam possível a estruturação da cidade, que se esperava promissora, conforme relata o mesmo informante:

³³ Companhia de Saneamento do Paraná.

³⁴ Como não havia água encanada, neste período, em cada propriedade eram perfurados poços até encontrar água, denominados de “poços rasos”.

./.../ Queríamos levar o progresso para a região e a gente trabalhava muito nesse sentido. ./.../ Então essa união que se pensava era também no aspecto ligado a população toda da política para levar o progresso, para o município né. Isso nós fizemos é e assim de uma maneira consciente, pensando que isso seria necessário e seria possível ./.../ Visava o progresso que realmente precisaria vir e não tem como negar que o progresso foi forte em termos de município (L. O. K.).

Observamos, em sua fala, a preocupação em unir a população em torno de um mesmo ideal: promover o “*progresso*” no novo município. O anseio pelo progresso é explicitado como algo a ser partilhado por toda a população. O informante finaliza sua fala apresentando uma avaliação: “./.../ *não tem como negar que o progresso foi forte em termos de município*”. Essa aspiração pelo progresso relaciona-se diretamente com o momento histórico que vivia o novo município, ou seja, a possibilidade de pagamento de um alto valor em *royalties*, conforme é afirmado também no jornal Folha de Londrina de 27 de dezembro de 1992, que traz como manchete: “Itaipulândia vai ‘nadar’ em dinheiro”. Desse modo, constrói-se sobre o município, tendo como referência os *royalties* da Itaipu, a imagem de um lugar rico e privilegiado, no qual o progresso é proporcionado pela abundância financeira.

Recuperamos, também, duas revistas, produzidas pela administração municipal. Uma publicada em 1995, e outra, em 1996. Sabemos que, por sua própria natureza, esse é um tipo de publicação que tem por objetivo apresentar e enaltecer as realizações do poder público. No entanto, o que nos interessa é analisar como a linguagem presente nesse material procura criar uma identidade para o município e seu povo, mesmo que essa não seja partilhada por todos.

Além de apresentar as realizações em termos de infraestrutura no município, proporcionada pelos *royalties*, a revista publicada em 1995 e que traz como título de capa o *slogan*: “Itaipulândia: cidade união e trabalho” ocupa-se em contar a história de Itaipulândia, contemplando, primeiramente, a formação da vila de Aparecidinha do Oeste, para depois relatar sua emancipação em decorrência da Itaipu. A história inicia-se da seguinte maneira:

Para contarmos a história do nosso município, temos que dar uma volta no tempo e buscarmos os enfoques que serviram de subsídios para a efetivação da paisagem por todos esperada, que é a

Itaipulândia de hoje.

Em uma população que aspira melhores condições de vida, progresso e desenvolvimento, as ideias de mudança surgem e a história passa a acontecer de forma clara e qualitativa. Assim aconteceu em Aparecidinha D' Oeste (sic).

Fundada em meados de 1961, a localidade surgiu pequenina, mas promissora.

[...]

A localidade se fortalecia a cada ano com o trabalho incansável dos pioneiros e desbravadores, que faziam surgir as primeiras serrarias e estabelecimentos comerciais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 1993-1996, p. 4).

Nesse momento, novamente devemos nos fundamentar nas reflexões de Hall (2005), quanto ao papel das narrativas, ou seja, as 'estórias' contadas sobre o município, no nosso caso, na construção das identidades, conectando passado e presente.

No início da narrativa, há a recuperação de um passado apresentado como distante quando se afirma que para contar a história do município “[...] temos que dar uma volta no tempo [...]”. Esse passado que se recupera refere-se à vinda dos primeiros colonizadores, denominados na revista como *pioneiros*³⁵, apresentados como desbravadores, como homens corajosos e destemidos.

O discurso oficial, nesse caso, procura construir uma identidade para os primeiros habitantes da cidade a partir da figura do colonizador, do desbravador, que vem em busca de progresso, o qual é definido como algo desejado por toda a população, pois se afirma: “Em uma população que aspira melhores condições de vida, progresso e desenvolvimento as ideias de mudança surgem e a história passa a acontecer de forma clara e qualitativa”.

Outro aspecto é a forma como o discurso oficial apresenta a atual situação do município, como “uma paisagem por todos esperada”. Contudo, verificamos nas narrativas dos informantes, os quais, em alguns momentos, se posicionam a partir de suas identidades de colonizadores e desbravadores, partilhando da representação feita pelo discurso oficial, que a formação do município de Itaipulândia custou-lhes a perda de suas terras, de seus laços afetivos com amigos e parentes. Portanto, esta “paisagem”, proporcionada pela Itaipu, tanto no seu aspecto geográfico quanto econômico, não era realmente um anseio de toda a população, principalmente dos desapropriados, informantes desta pesquisa, que relataram em

³⁵ A palavra *pioneiros* é muito comum em nossa região para se referir às primeiras famílias de colonizadores que iniciaram a formação das comunidades e cidades.

suas narrativas também, os prejuízos que a Itaipu provocou em suas vidas.

Sob a égide do progresso e desenvolvimento, o discurso da revista aborda os acontecimentos que ocorreram no município a partir da linearidade dos fatos, como se sua história tivesse ocorrido de forma harmoniosa e assim é percebida e partilhada por todos, o que não corresponde à realidade dos fatos, conforme pudemos comprovar nas narrativas dos informantes que vivenciaram a formação do município.

Na sequência, o texto da revista narra o processo de emancipação do município destacando a construção da Hidrelétrica de Itaipu como a principal responsável por esse acontecimento:

[...] É importante destacar que o distrito teve seu fortalecimento mais acentuado com o advento da Itaipu Binacional, após o alagamento provocado pela Usina Hidrelétrica (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 1993-1996, p. 4).

Em outra revista este mesmo aspecto é assim descrito:

Aparecidinha D'Oeste (*sic*) só conseguiu se fortalecer e criar estrutura para emancipação político administrativa sediando o novo município após 1982 quando do alagamento provocado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 1997-2000, p. 01).

A construção da Hidrelétrica de Itaipu e o alagamento são referenciados no discurso oficial, apenas quanto ao seu aspecto positivo para a emancipação de Aparecidinha do Oeste. O discurso oficial ressignifica os sentidos atribuídos pela população desapropriada em relação ao alagamento. As tensões e os prejuízos que muitos moradores desapropriados tiveram são ocultados em detrimento de uma história que passa a ser contada como harmoniosa, homogeneizando as identidades.

Nesse sentido, Itaipulândia é referenciada como sinônimo de progresso ao se reafirmar constantemente os benefícios da construção de Itaipu, conforme também é noticiado no jornal Folha de Londrina, o qual afirma que “[...] a ‘sorte’ do novo município é ter seu território quase como uma península, cercado pelas águas de Itaipu [...]” (Folha de Londrina, 27 de dezembro de 1992). Novamente, o processo de alagamento é referenciado como algo positivo para o município, omitindo-se as representações realizadas pela população atingida a esse respeito.

O discurso do progresso também aparece bastante marcado em uma das revistas produzidas pela administração municipal de 1997 a 2000³⁶, que traz como *slogan*: “Itaipulândia, município progresso”.

Itaipulândia cresce, e com ela cresce também os sonhos e anseios de seu povo [...] de Aparecidinha D'Oeste, para Itaipulândia, terra jovem, em pleno desenvolvimento e vigor [...] cidade de muitas conquistas [...] hoje, Itaipulândia não é apenas um município em franca ascensão, mas um lar para muitos que aqui nasceram e tantos outros que aos poucos foram chegando e diariamente contribuem com este progresso” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 1997-2000, p. 01).

Nesse fragmento, o progresso não é referenciado apenas como uma consequência natural da Itaipu, mas aparece ligado ao trabalho do povo. Observamos, nesse momento, uma tentativa de homogeneizar a identidade do município e de sua população. O município é apresentado, com o seu desenvolvimento, como um contínuo harmônico, sem tensões e contradições. A população aparece como alguém que partilha desses ideais, deixando transparecer que o crescimento e desenvolvimento de Itaipulândia é algo desejado por todos. Essa linguagem também tem por objetivo mostrar um ideal de município rico e em contínuo desenvolvimento com um futuro promissor, baseando-se na sua riqueza do presente.

Constatamos, por meio do material analisado, que a preocupação em projetar a cidade como o lugar do progresso e desenvolvimento, principalmente para a região, torna-se mais evidente a partir do ano de 2000, mais especificamente, quando o município entra em sua terceira administração, 2001-2004, com a reeleição do prefeito Miguel Bayerle, e vice-prefeito Flávio Inácio Fin.

Talvez a ênfase maior em promover e divulgar o progresso e desenvolvimento da cidade, nesse momento histórico, justifica-se pelo fato de que nos anos anteriores a necessidade mais urgente era estruturar o município e, após essa realização, a preocupação se volta para a atração de investidores nas áreas da indústria e comércio. O turismo também se destaca por meio da exploração do Lago Artificial de Itaipu, principalmente do terminal Turístico de Jacutinga. O *slogan* criado para esta administração é: “Itaipulândia: terra de gente que faz”.

³⁶ De 1997 a 2000, o município de Itaipulândia teve como prefeito Miguel Bayerle e vice-prefeito Laudair Bruch (Peninha).

A maior quantidade de material coletado para a pesquisa, revistas, folders, também corresponde a esse período de tempo. Observamos nesses materiais o destaque à “gente” do município. Desse modo, o progresso aparece ligado ao trabalho das pessoas, marcado, linguisticamente, pela expressão “gente que faz”.

Considerando que as identidades “[...] não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social” (SILVA, 2011, p. 76) e, portanto, produzidas no contexto dessas relações, evidenciamos que na expressão “gente que faz” ocorre a produção de diferentes identidades. Implicitamente, se recupera uma identidade para o povo do município ligada à figura dos pioneiros e colonizadores, remetendo-se ao seu passado de formação. A esse respeito, Schenato afirma que o discurso oficial, geralmente faz “[...] a *heroicização* do ‘pioneiro’ em uma identidade formada por ‘gente que faz’, anulando-se a possibilidade de evidenciar outros atores que não compartilham dessa ‘identidade’ regional” (SCHENATO, 2010, p. 03, grifos do autor).

Apesar de ainda encontrarmos residindo no município alguns dos seus colonizadores, esses não correspondem à maioria da população, pois devido à desapropriação territorial, se deslocaram para outras regiões. Além disso, com a projeção da cidade como o lugar do desenvolvimento, do progresso e da qualidade de vida, essa passou a receber novos moradores atraídos pela propaganda do lugar e em busca de recursos financeiros, os quais não partilham, portanto, da identidade de colonizadores.

Ao mesmo tempo em que a expressão, “gente que faz”, remete-se ao espírito progressista que se cria na figura do colonizador, também encontramos a expressão contextualizada em uma das revistas, com o intuito de construir uma identidade para os próprios administradores municipais. Vejamos:

Itaipulândia, terra de gente que faz!!!! Que faz acontecer: a administração dos recursos providos de sonhos que ficaram escondidos embaixo das águas de um Lago, que gera uma das maiores produções de energia do mundo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 2001- 2004, p. 01).

O mesmo espírito progressista criado a partir da figura do colonizador é, neste contexto, apropriado para construir uma identidade semelhante para os administradores municipais. Assim, também são definidos como empreendedores e bons administradores dos recursos públicos, principalmente *royalties*, pois são gente

“que faz acontecer”. A própria administração está reservando para si os méritos pelo desenvolvimento do município, criando uma imagem positiva sobre sua administração.

Outro fator importante é a forma como o Lago é lembrado: como fonte de recursos. No entanto, a linguagem utilizada é bastante romantizada: “administração de recursos providos de sonhos que ficaram escondidos embaixo das águas de um Lago”. No discurso do município, esse é um dos poucos momentos em que os recursos recebidos são associados ao processo de alagamento como algo que afogou sonhos, portanto, que representou também prejuízos para a população envolvida.

Também observamos, no discurso oficial desse período, que os seus interlocutores não são somente os moradores locais, mas, principalmente, pessoas de outras regiões, pois há um apelo, certo chamamento, para que venham ou investir, ou “desfrutar das belezas naturais” que a cidade oferece. Inclusive, alguns folders e revistas estão escritos em três línguas: português, espanhol e inglês. Selecionamos um trecho, no qual o município é da seguinte forma descrito:

Com suas belezas naturais e artificiais, Itaipulândia é quase um arquipélago, banhado por todos os lados pelo Lago artificial da Hidroelétrica (*sic*) de Itaipu.

[...]

O município de Itaipulândia, situado em uma região rica e privilegiada, cercada pelas águas da maior hidroelétrica (*sic*) do mundo, a Itaipu. [...] hoje é referência no estado, pela qualidade de vida que oferece a sua gente [...] se você já conhece a terra, venha conhecer o paraíso! (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 2001-2004, p. 04).

Os sentidos projetados sobre a cidade como um lugar maravilhoso, saudável, onde o ar puro é proporcionado pela abundância da vegetação, estão associados à presença da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a qual proporcionou a Itaipulândia esta paisagem: a abundância das águas do Lago, bem como a sua riqueza, os *royalties*.

Oliveira (2002), em seus estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro e o seu discurso fundante, analisa a forma como a linguagem procura criar um ideal de cidade. O autor salienta que, “vinculado à cidade e ao seu discurso encontra-se, também, o mito do lugar de realização da felicidade e do bem-estar” (OLIVEIRA, 2002, p. 57). A cidade de Itaipulândia é referenciada em vários momentos como um paraíso, com belezas naturais e artificiais, que oferece qualidade de vida à sua

população. Devido a isso, também é denominada de “suíça brasileira”. Em suma, projeta-se sobre a cidade uma visão idealizada.

A identificação da cidade como um lugar maravilhoso, principalmente, pela sua natureza e riqueza, permaneceu no discurso da administração de 2005 a 2008³⁷, que tinha como *slogan*: “Itaipulândia, uma fonte de talentos”.

O município, apresentado como um lugar rico, reverte sua riqueza em investimentos para a população, o que o torna uma “fonte de talentos”. Em sentido bakhtiniano, a palavra *fonte* vem carregada de um conteúdo socioideológico. *Fonte* significa a origem, mas também pode estar atrelada à água do Lago que existe no município em abundância.

Desse período em diante, não encontramos nos acervos da Prefeitura Municipal e da Casa da Memória muito material impresso sobre o município. No entanto, conseguimos com familiares do falecido prefeito Vendelino Royer, um CD com filmagens e textos que relatam todas as suas realizações frente à prefeitura. Nesse material, Itaipulândia é assim descrita por ele:

Um pequeno paraíso, situado na Costa Oeste do Estado do Paraná. Uma cidade pequena, de grandes sonhos e conquistas, uma terra jovem, começando sua caminhada de desenvolvimento e progresso. Um lugar de muitos talentos, onde o ser humano é valorizado em sua potencialidade. Assim é Itaipulândia, a pequena gigante que se expressa e como uma melodia, vai encantando quem por aqui passa (CD – Família Royer).

A projeção da cidade como o lugar do progresso e desenvolvimento, aliados à qualidade de vida que oferece por ser uma cidade pequena é enfatizado. Temos que considerar que o discurso oficial é um discurso já institucionalizado e se encontra na esfera política e ideológica e, assim, tem como objetivo focar apenas os aspectos positivos. Por isso, procura criar para a população do município e região uma identidade progressista e, ao mesmo tempo, harmônica para a cidade.

A definição de Itaipulândia como uma “pequena gigante”, caracteriza seu aspecto geográfico e econômico: “pequena”, com relação a sua área territorial, em oposição ao seu aspecto econômico, que a torna “gigante”, pelos investimentos

³⁷ Para cumprir o mandato de 2005 a 2008 foram eleitos para prefeito Vendelino Royer (*in memoriam*) e vice-prefeito Laudair Bruch. No entanto, em julho de 2008 o prefeito Vendelino foi assassinado. Laudair Bruch assumiu a função de prefeito por alguns dias, no entanto, as investigações policiais o apontaram como mandante do crime, sendo detido e condenado a 15 anos de detenção.

realizados objetivando a qualidade de vida da população.

Como nos demais municípios que se encontram à margem do Lago de Itaipu e recebem *royalties*, Itaipulândia, desde sua emancipação, vive um clima político bastante tenso e conturbado. As disputas políticas para administrar o município são intensas, também em virtude do montante em dinheiro que o administrador público tem à sua disposição. Nessa direção percebemos que o *slogan* da administração de 2009 a 2012³⁸, volta seu foco não mais para o progresso da cidade, mas à maneira que objetiva trabalhar com os recursos públicos, apresentando o seguinte *slogan*: “Trabalho, Respeito e Seriedade”.

Considerando o dialogismo bakhtiniano, o *slogan* representa uma resposta à forma como os recursos dos *royalties* vinham sendo aplicados no município, segundo a opinião dessa administração. Observamos uma ênfase no trabalho, acima de tudo, no entanto a apologia ao progresso e desenvolvimento é substituída pelo respeito e seriedade. Contudo, permanece uma identidade do município ligada a sua riqueza.

De modo geral, as administrações municipais apresentam como eixo articulador de seu discurso o desenvolvimento e o progresso. Por meio dos diferentes suportes pesquisados, delinea-se para o município uma identidade una e triunfante remetendo ao progresso e desenvolvimento como fonte de riqueza e felicidade do povo que vive no município. Essa forma de remeter-se aos fatos e à história da cidade, de acordo com Langaro, delinea “o que deve ser lembrado, quando e onde, minimizando e desqualificando as outras relações estabelecidas com o passado” (LANGARO, 2006, p. 11). Acrescentamos, ainda, à reflexão do autor, que as relações estabelecidas com o presente em Itaipulândia, também são minimizadas, pelo discurso oficial, ao se ocultar os conflitos e tensões que ocorrem, principalmente, na esfera política e partidária em virtude dos *royalties*.

Ocorre também em Itaipulândia o que é observado por Langaro (2006) em sua pesquisa quanto à forma que o discurso oficial do município de Santa Helena trata a influência da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Assim, também, em Itaipulândia, há uma tentativa de ressignificação desse momento histórico, que pelos

³⁸ Para essa administração foram eleitos a prefeito Lotário Oto Knob e, a vice-prefeita, Maria Odete Zinn. Porém, devido a problemas quanto à candidatura da vice-prefeita, em setembro de 2011, o prefeito Lotário foi cassado, assumindo temporariamente a prefeitura, enquanto se aguardava nova eleição, o presidente da Câmara de Vereadores Cláudio Vânio Gonçalves. Houve eleição entre os vereadores da Câmara Municipal e de 04 de novembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 o município teve como prefeito, Sidnei Picoli Amaral e, a vice-prefeito, Vilson Nei Serena.

informantes da pesquisa é percebido como a desestruturação de suas vidas, já para o discurso oficial é um marco de desenvolvimento e progresso para Aparecidinha do Oeste, tornando-a um município “rico”.

No discurso oficial, a história de Itaipulândia é contada a partir da formação do Lago de Itaipu, sendo esse apenas lembrado como algo benéfico para o município e sua população. Em poucos momentos os desapropriados são lembrados. É uma história que obscurece e silencia as vozes de seu povo. Assim que essa linguagem fixa uma identidade para o município e por seu caráter de repetibilidade, parece, hoje, já cristalizada também na mente de sua população.

Nesse movimento de lembranças e esquecimentos quanto à forma como a história de Itaipulândia é lembrada pelo discurso oficial, observamos o que é afirmado por Dealtry de que:

[...] o passado transforma-se numa narrativa não fixa, mas permeável pelos interesses do tempo presente. Ao (re)construirmos o passado de determinado povo, esquecemos e lembramos – conscientemente ou não – de determinados fatos, informações e interpretações (DEALTRY, 2002, p. 190).

Como o município procura construir sua identidade associada apenas aos benefícios proporcionados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, oculta de sua história a vivência dos sujeitos que fizeram parte desse processo.

Outro aspecto que devemos considerar é que o ato de nominar também atribui uma identidade. Nesse sentido, o próprio nome, Itaipulândia, define uma identidade para o município relacionada à Itaipu e tudo o que ela representa: riqueza, progresso, desenvolvimento, algo monumental. Esses sentidos também são associados ao município de Itaipulândia, a qual se intitula “Cidade da Pedra que Canta”, sob o aspecto sócio-histórico, “Cidade da Itaipu”. De acordo com Oliveira:

Ao longo da história, a cidade tem assumido diferentes papéis: a cidade-cidadela, a cidade-mercado, a cidade-templo, a cidade-república. Para cada papel, uma ou mais finalidades: o lugar do poder político, o lugar do excedente, o lugar do saber e sua reprodução, o lugar do sagrado e suas práticas (OLIVEIRA, 2002, p. 54).

Relacionando a reflexão do autor ao contexto de pesquisa, podemos afirmar que Itaipulândia tem a finalidade de mostrar-se como o lugar do excedente, da

riqueza e do progresso por meio de seu discurso oficial.

Vejamos na sequência como os símbolos municipais contribuem para a formação da identidade do município ligada à Itaipu e à ideia de progresso e desenvolvimento.

4.2.2 Os símbolos municipais como parte da identidade oficial

No processo de produção de identidades, mais especificamente quando falamos dos processos que tendem a fixar identidades nacionais, Silva (2011) destaca que os símbolos, como os hinos, bandeiras e brasões exercem o papel de congelar, homogeneizar determinadas identidades. Sob esse aspecto, analisamos os símbolos municipais de Itaipulândia e suas intencionalidades de definir a identidade do município ligando-as à Itaipu.

Os hinos, as bandeiras, os brasões criados para um país, estado ou município têm a função de traduzir o que se considera de mais valioso concentrando em si a ideia que se busca construir sobre o lugar que representam.

Os símbolos também se convertem em signos sociais e ideológicos na medida em que são artefatos culturais imbuídos de uma carga semântica e ideológica determinada pelo seu uso na sociedade.

Quanto ao hino municipal de Itaipulândia, a fim de coletar ideias e sugestões para a sua elaboração foi realizado um Concurso de Poesia – Prêmio “14 de Março”, aberto a toda a população. A partir das ideias das três poesias, melhor classificadas, originou-se o hino, o qual tem a letra de Vera Lúcia F. Calza e música de Oziel Garcez. A seguir, apresentamos o hino do município e, na sequência, a análise do mesmo:

I
Aparecidinha D'Oeste
Embalada num sonho abstrato
De Itaipu herdeira do Lago
Novo sonho, novo retrato.

REFRÃO
Estrela D'Oeste, Itaipulândia.
Destaque entre as cidades lindas
Seja sempre um hino ao progresso

*Ao povo que aqui planta a esperança
E sempre a vê altaneira*

*II
Nossas águas misturam-se ao verde
Ao azul e ao branco da paz
Que destacam em nossa bandeira
A história de um povo capaz*

*III
Lavouras salpicam os campos
Onde Deus presente se faz
Tendo no lema união e trabalho
Força que progresso nos traz*

*IV
A gratidão dos velhos pioneiros
A educação, a fé, a bonança.
Sejam aval de dias fecundos
Ao velho, ao jovem, à criança.*

Elemento típico desse gênero musical, o hino possui explicitamente o intuito de enaltecer o município. Ao realizar tal tarefa, apresenta uma história local pautada nos seguintes aspectos: a importância da Itaipu para a formação do município; o enaltecimento da cidade quanto ao seu progresso e desenvolvimento; a paisagem; a agricultura; a gratidão aos pioneiros, ligando passado, presente e futuro, apontando para a bonança e o progresso.

Observamos logo na primeira estrofe que o hino remete-se apenas à formação da cidade após a Itaipu, desconsiderando a população que foi afetada pela construção da Usina.

O Lago é concebido como uma herança para o município, portanto, algo positivo, que possibilitou ao pequeno distrito de Aparecidinha, sair de um sonho abstrato, para a formação do atual município, considerando que se não houvesse o alagamento de Itaipu a provável sede do município seria Itacorá. Com o Lago, o município ganha um “novo retrato” em vários aspectos, quais sejam: a) geográfico, visto que Itaipulândia é quase uma península em meio às águas do reservatório, teve, portanto, sua paisagem alterada e com isso a possibilidade de explorá-la no aspecto turístico visando ainda mais recursos; b) político, pois Aparecidinha do Oeste, de distrito passou a município; c) e, principalmente, um novo retrato sócio-econômico, pois os *royalties* possibilitaram investir em serviços de saúde, educação,

incentivo à agricultura, bem como a tentativa de tornar o município um polo turístico com a exploração da praia artificial de Jacutinga, formada com o Lago.

A esperança no desenvolvimento e no progresso do município também é destaque no refrão do hino ao posicionar a cidade como um destaque entre as demais cidades à margem do Lago de Itaipu. A ênfase ao progresso é novamente retomada na quarta estrofe, mas dessa vez faz-se uma referência à agricultura, que, apesar de ser fortemente prejudicada com a perda de mais de 50% da área agricultável, continua sendo a principal atividade econômica desenvolvida no município.

A última estrofe articula elementos do passado, presente e futuro. O passado é lembrado por meio da gratidão à figura dos pioneiros. A bonança do presente representa a promessa de continuidade de um futuro promissor a ser construído por jovens e crianças, simbolizando a continuidade do progresso.

Não apenas no hino municipal o Lago de Itaipu se faz presente, mas também nos outros símbolos municipais, como a bandeira e o brasão³⁹.

Figura 12 - Bandeira do município de Itaipulândia



Fonte: SCARPATO, Rodison; BÖHM, Íria Bruch., 2006, p. 160.

³⁹ Estes símbolos foram criados a partir de um concurso público aberto a todos os municípios. A ideia principal da bandeira foi de Edenir Duarte Patrício, sendo aprovada pela Lei Municipal nº 010/93. O brasão teve como idealizadora, a professora Izabete Marli Patzlaff e foi aprovado pela Lei Municipal nº 013/93.

Figura 13 - Brasão do município de Itaipulândia



Fonte: SCARPATO, Rodison; BÖHM, Íria Bruch., 2006, p. 161.

Nos símbolos municipais, o potencial agrícola, simbolizado pelos grãos de milho e soja, encontra-se aliado à exploração turística, representada pelo Lago. Na bandeira, o azul representa o Lago de Itaipu e sua imensidão de águas; o verde, as reservas florestais existentes no município; o amarelo, os grãos da agricultura e o branco a paz e união entre os povos.

No brasão, os ramos de soja e milho, simbolizam a fertilidade da terra, a agricultura e a abundância das colheitas em Itaipulândia. Enquanto a paisagem do brasão faz referência à pesca, ao lazer e ao potencial turístico do município em virtude do Lago, formado a partir de 1982.

Apesar de o Lago de Itaipu ter deixado submersas mais da metade das terras agricultáveis do município, a agricultura não deixou de merecer destaque nos símbolos municipais, assim como nos primeiros tempos da colonização, pois as terras da região eram e são famosas pela sua fertilidade. No entanto, após 1982, esse espaço passa a conviver com um novo elemento: o Lago de Itaipu, o qual, ao mesmo tempo em que trouxe angústias ao dizimar muitas comunidades para Itaipulândia, trouxe a possibilidade de desenvolver-se enquanto município, pois os *royalties* pagos pela Binacional são sua principal fonte de arrecadação.

O hino, a bandeira e o brasão, bem como toda a linguagem utilizada no município para defini-lo são representações utilizadas para marcar a identidade do

município. Essa identidade adquire sentido “por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2011, p. 8). Desse modo, os símbolos municipais e a linguagem oficial do município constituem-se em artefatos culturais que representam uma identidade para o mesmo. São formas de representação, pois “a representação refere-se a sistemas simbólicos (textos ou imagens visuais, por exemplo) [...] esses sistemas produzem significados [...] isto é, produzem identidades que lhe estão associadas” (Woodward, 2011, p. 16).

A partir da orientação teórica de Bakhtin/Volochínov (2006) evidenciamos que os símbolos municipais e o discurso oficial convertem-se em signos ideológicos, na medida em que foram convencionados socialmente e refletem e refratam uma dada realidade social. No entanto, pelo fato de só adquirirem sentido na coletividade social, sobre eles convergem sentidos antagônicos.

Desse modo, percebemos que o município procura construir para si e para sua população uma identidade atrelada apenas aos benefícios que Itaipu e, conseqüentemente o Lago, trouxeram. Trata-se de uma visão romântica da história do município, pois mesmo fazendo referência à agricultura e aos pioneiros, esses são simbolizados como figuras quase que lendárias. Assim, produz-se identidades congeladas ao espírito progressista que a cidade quer implantar para seu povo. Como os informantes, sujeitos reais desta história, se posicionam diante disso? É o que procuramos responder na próxima seção fazendo o entrecruzamento das vozes.

4.3 A LINGUAGEM DOS DESAPROPRIADOS E DO MUNICÍPIO: O ENTRECruzAMENTO DAS VOZES

Ao longo do trabalho afirmamos que as identidades são construídas nas práticas discursivas dos sujeitos inseridos nas diversas esferas da atividade humana. Assim, a produção das identidades é mediada pela linguagem, compreendida como um sistema de representação por meio do qual elas são definidas. Silva destaca que “a representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto de uma expressão oral” (SILVA, 2011, p. 90). Nesse sentido, compreendemos tanto as narrativas dos informantes da pesquisa, quanto o discurso oficial do município, os símbolos municipais, como

sistemas de representação que atuam na produção das identidades.

Assim sendo, a representação é uma forma de atribuição de sentidos estando marcada também pelas relações de poder que ocorrem na sociedade, pois “[...] a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2011, p. 91). Essas reflexões novamente reforçam o caráter cambiante das identidades e os possíveis conflitos identitários que podem viver os sujeitos na medida em que, conforme afirma Woodward (2011), o que é exigido por uma identidade interfere nas exigências da outra.

Observamos dois movimentos agindo na produção das identidades em Itaipulândia diante do que a Itaipu e o alagamento representam para o município e seu povo. De um lado, há o discurso oficial e político do município que atribui à construção de Itaipu, como um elemento fundamental para a formação de Itaipulândia, ressaltando os benefícios proporcionados, entre eles, o Lago, a paisagem e, principalmente, a recompensa financeira em forma de *royalties*. Do outro lado, ocorre a forma como os sujeitos da pesquisa se posicionam perante esse discurso e, o que viveram, *antes* e *depois* de Itaipu: alguns momentos se apropriando dele, reforçando a identidade produzida pelo discurso oficial e, em outros momentos, o contestando.

Entendemos esse processo, na medida em que consideramos que os informantes vivem um conflito identitário e suas identidades são produzidas linguisticamente num processo relacional e de negociação. Ao mesmo tempo em que em alguns momentos da narrativa se apropriam dessa identidade coletiva, ressaltando os benefícios, assumindo suas identidades de munícipes, em outros, questionam a situação na qual se encontram no presente, reivindicando para si um maior reconhecimento em prol de suas identidades de agricultores desapropriados.

De modo geral, percebemos que o discurso propalado pelas administrações municipais quanto à importância da Itaipu para a consolidação do município é partilhado e reafirmado pelos sujeitos da pesquisa quando assumem suas identidades de munícipes. E, apesar de todos, de uma forma ou de outra, em demais momentos, ter narrado que se sentiram lesados pela desapropriação, ao abordar a relação entre Itaipu e Itaipulândia narram a respeito das mudanças quantitativas e qualitativas que sofreu o município, afirmando enfaticamente:

Com certeza a Itaipu que feis a Itaipulândia né, que sem a Itaipu Itaipulândia não existia, porque foi o dinheiro que veio da Itaipu que conseguimos FAZE município também né. Porque se não é os royalties não teria NADA, nós tava dependendo de São Miguel coitadinhos também né, que nem nós tava aquela veis e assim não, a gente tem tudo né (Informante 9).

A narrativa da informante 9 reafirma o discurso oficial de que a consolidação de Itaipulândia é atribuída à Itaipu. Ela inicia a fala com o adjunto adverbial “*com certeza*” reforçando na sequência: “*Itaipu que feis a Itaipulândia né*”. Mas, ao mesmo tempo em que a informante coloca a Itaipu como um agente desse processo, logo em seguida também se inclui como responsável, como alguém que participou disso, ao utilizar o verbo na primeira pessoa do plural: “*conseguimo FAZE município*”, assumindo sua identidade de munícipe. A ênfase ao verbo “fazer” também sugere que houve luta e empenho da população para que a emancipação ocorresse. Não foi, portanto, simplesmente uma consequência natural da Itaipu, e, de certa forma, as pessoas que vivenciaram os acontecimentos sentem-se, com orgulho, também responsáveis e agentes ativos na formação do município, reivindicando para si os méritos da formação do mesmo.

O uso do marcador temporal “*aquela veis*” refere-se a um momento histórico preciso vivido pela população. Algum leitor desavisado poderia pensar que os informantes estão sendo contraditórios, pois nas narrativas analisadas nas seções anteriores narram com certo saudosismo e nostalgicamente sua vida anterior à desapropriação. E nesse momento, parece que a informante afirma que se não fosse a Itaipu, estariam numa situação de “*coitadinhos*”. Na realidade, a expressão “*aquela veis*” marca a transição de um período localizado entre os primeiros anos de formação da Itaipu, a partir de 1982, quando se discutia a possibilidade de pagamento de *royalties* aos municípios atingidos e a mobilização da população de Aparecidinha do Oeste para a formação do município, até a efetivação da emancipação em 1992.

Nesse sentido “*aquela veis*”, refere-se a um momento histórico em que estava vivendo a população do ainda distrito de Aparecidinha do Oeste logo após a formação do Lago de Itaipu. Ou seja, apesar de esse distrito receber alguns serviços públicos como hospital, correio, cartório, agência bancária, de Itacorá, esses serviços não conseguiram se manter no local, devido a um êxodo populacional que também ocorreu “*pós-Itaipu*”, pois muitas famílias que dependiam da agricultura

ficaram desempregadas devido à diminuição das terras e acabaram saindo de Aparecidinha.

A infraestrutura da “vila” também era muito precária. As estradas, não asfaltadas, dificultavam o acesso, principalmente nos dias de chuva e, a distância do município sede gerava, na população, um sentimento de isolamento e abandono, o que explica o uso da expressão “coitadinhos”.

A narrativa do informante 11 também elucida a sua percepção quanto às mudanças que houve no município após a construção de Itaipu. Destacamos que a produção da narrativa foi motivada pelo seguinte questionamento: Depois de tudo o que aconteceu, como o senhor se sente?

A gente se sente realizado porque melhorô muito né. A gente tem hospital, antes era só em São Miguel né, estrada não tinha. Então hoje mudô muita coisa né vamos dizê que melhorô pra gente. Pra agricultura não é tão bom, porque produzia mais naquela época, a terra era mais melhor também né, mas pelo que a gente viveu tá melhor hoje tá mais/ (Informante 11).

O informante destaca, assim como ocorre no discurso oficial, que hoje as condições de vida dele e da população de Itaipulândia estão melhores, pois foram realizadas mudanças estruturais como construção de um hospital municipal e estradas.

Verificamos que, quando os informantes assumem suas identidades de munícipes, reconhecem os aspectos positivos da Itaipu para a formação e estruturação da cidade, alegando, mesmo que implicitamente, que houve mais progresso. No entanto, ao assumir suas identidades de agricultores desapropriados, questionam essa mesma realidade, revelando contradições em suas narrativas. É o que ocorre com o informante 11 que em outro momento da entrevista afirma:

Eu nunca fui na Itaipu ainda. Nunca fui lá visita a Itaipu em tudo esses ano. Eu fiquei ruim com aquilo lá com essa indenização né, nunca fui lá visita /.../ era outra vida ali né/ na verdade é que hoje não tá fácil né, naquela época era ruim, mas era mais diferente parece não sei se era porque a gente era novo e tinha mais/ hoje tá mais difícil de sobrevivê, não é fácil (Informante 11).

Nesse momento, a narrativa revela não apenas a sua identidade de munícipe, mas, sobretudo, a identidade de agricultor desapropriado, manifestando um conflito identitário entre suas vivências passadas em relação à situação em que se encontra

no presente. Assim, percebemos que “as identidades não são unificadas. Pode haver contradições em seu interior que têm que ser negociadas” (WOODWARD, 2011, p. 14). A mesma autora citando Rutherford (1990) salienta:

[...] a identidade marca o encontro do nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990 apud WOODWARD, 2011, p. 19).

Ao fazermos o entrecruzamento das vozes entre o discurso oficial do município e o dos informantes, percebemos que ocorre o que Hall (2005) denomina de “jogo das identidades”. Ou seja, de acordo com a forma com que somos representados, o contexto e as nossas vivências, podemos assumir diversas identidades. É esse processo que torna as identidades contraditórias, pluralizadas e fragmentadas. Os informantes jogam o “jogo das identidades” na medida em que, quando falam a partir de suas posições de cidadãos do município, o que prevalece são suas identidades de munícipes que tiveram benefícios com a Itaipu, os quais usufruem por meio da saúde, educação e estruturação do município. No entanto, ao falar das consequências da desapropriação em suas vidas pessoais, o que se sobressai são suas identidades de desapropriados.

Ao mesmo tempo vivem um conflito identitário em relação ao reconhecimento que reivindicam para si em relação à formação do município. Vivem esse conflito porque reivindicam uma identidade do passado, de colonizadores, que não é mais possível de ser vivida no contexto atual.

Percebemos divergências entre os posicionamentos dos informantes e do município em relação às influências e consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Para melhor compreendermos e situarmos esses posicionamentos, no contexto da pesquisa, precisamos buscar subsídios teóricos nos estudos de Bakhtin/Volochínov (2006) e seu Círculo.

Evidenciamos que o município busca construir para si e sua população uma identidade apenas ligada aos benefícios proporcionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Por outro lado, os sujeitos da pesquisa, mesmo que em alguns momentos partilham desse posicionamento, na maior parte das narrativas, questionam e apresentam opiniões contrárias às propaladas pelo município. Com isso, reiteramos a concepção dinâmica das identidades, defendida ao longo do

trabalho.

Ao localizarmos a produção das identidades nas relações e interações sociais, devemos considerar tanto as relações de poder que ocorrem quanto as forças ideológicas que atuam nas diferentes esferas sociais e contribuem para a produção e/ou manutenção de determinadas identidades.

Nesse movimento de construção e reconstrução das identidades que ocorre no município *antes* e *depois* de Itaipu, percebemos também agindo o que Bakhtin/Volochínov (2006) denominam de ideologia oficial e ideologia do cotidiano. Sob essa perspectiva, o discurso oficial e os símbolos municipais localizados na esfera ideológica política expressam a ideologia oficial, “[...] entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo” (MIOTELLO, 2010, p. 168-169), a qual busca ocultar as contradições sociais e, no nosso caso, também os possíveis conflitos identitários e as tensões entre passado e presente que se manifestam no município.

As narrativas dos informantes expressam a ideologia do cotidiano, que por sua vez “[...] não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da *comunicação na vida cotidiana*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 37), pois ocorre nos encontros “fortuitos” do dia a dia.

A ideologia oficial e a ideologia do cotidiano, porém, estabelecem entre si uma relação dialética agindo uma sobre a outra, sendo por meio da linguagem, num processo de interação verbal que elas se materializam, pois cada esfera da produção da atividade humana, cada grupo social “[...] estabelecem sistemas específicos de atribuição de ordem ao mundo [...]” (MIOTELLO, 2010, p. 169), os quais são manifestados na linguagem e, por conseguinte, constituem as identidades.

É a partir dessa perspectiva que Bakhtin/Volochínov (2006) inserem a palavra como uma fonte fundamental para o estudo das ideologias, pois é na interação verbal entre sujeitos sócio-historicamente situados que ela ganha diferentes sentidos, de acordo com o contexto em que está inserida, constituindo-se assim, em um signo social e ideológico. Para os autores, “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do mesmo sistema” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 14). Assim, compreender a palavra como um signo social e ideológico implica reconhecê-la enquanto material onipresente em “[...] qualquer tipo de relação social: desde a ideologia formalizada, oficial, até a ideologia cotidiana ou a ideologia não

oficial ou em formação [...]” (PONZIO, 2008, p. 125). Neste trabalho, procuramos confrontar a ideologia oficial e a ideologia do cotidiano.

Por meio da análise da linguagem presente no discurso oficial, nos símbolos municipais e nas narrativas, verificamos que sentidos contraditórios convergem em uma mesma palavra estando marcadas pela esfera ideológica da qual provêm e pelas intencionalidades de quem a enuncia. Desse modo, consideramos que “a linguagem é heteroglóssica, constituída a partir de vozes sociais, ou seja, é social e ideológica, refletindo e refratando o mundo, sua realidade, valores e posicionamentos de diferentes grupos sociais” (WATTHIER, 2010, p. 18). Diante dessa constatação discutimos, na última subseção, algumas palavras que possuem essa função ideológica no contexto da pesquisa.

4.3.1 A palavra como signo social ideológico

A Sociolinguística, conforme já mencionado, opõe-se ao estudo da língua como um sistema homogêneo e abstrato, procurando compreender sua dinamicidade a partir dos fatores sociais que a determinam. Reiteramos, com isso, o que é afirmado por Damke (1992) que a realização da “língua/linguagem” só ocorre de fato em situações sociais. Nessa direção, Bakhtin e seu Círculo de estudos acrescentam que a língua, sendo uma realização social, é atravessada por “[...] índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais” (FARACO, 2009, p. 57) e, portanto, permeada por um conjunto indefinido de vozes sociais.

Essas vozes, situadas nas diferentes esferas da atividade humana, se entrecruzam expressando os posicionamentos, a compreensão (refração) da realidade dos diversos grupos. Nesse movimento, um mesmo material verbal, ou seja, uma mesma palavra pode expressar sentidos contraditórios, dependendo do seu contexto de uso, da posição social do falante e de suas intencionalidades comunicativas. A partir desse entendimento, Bakhtin/Volochínov (2006) defendem que as mudanças sociais, mesmo as mais efêmeras, repercutem na língua.

Com base nessa abordagem teórica, percebemos que as mudanças que ocorreram em Itaipulândia em virtude da construção da Hidrelétrica de Itaipu e,

como consequência, o alagamento de grande parte do seu território, formando o Lago de Itaipu, refletem-se na língua/linguagem e na forma como os informantes da pesquisa e as administrações municipais refratam a realidade que se instaurou no município.

Os sentidos atribuídos pelos informantes e pelo discurso oficial a alguns elementos linguísticos que passaram a fazer parte da linguagem no município, expressam não apenas as alterações na paisagem, mas também na língua e nas significações construídas em relação às vivências *antes* e *depois* de Itaipu. Faraco (2009), explica que isto ocorre por que:

Como resultado de sua práxis, os grupos humanos vão atribuindo valorações diferentes (e até contraditórias) aos entes e eventos, às ações e relações nela ocorrentes. É assim que a práxis dos grupos humanos vai gerando diferentes modos de dar sentido ao mundo (refratá-lo), que vão se materializando e se entrecruzando no mesmo material semiótico (FARACO, 2009, p. 51).

Assim, evidenciamos que em Itaipulândia, sentidos antagônicos convergem em um mesmo signo, representando a forma como os informantes da pesquisa e o discurso oficial, situados em esferas sociais e ideológicas diferentes refratam a realidade. Segundo Stella (2010), os falantes, no uso da linguagem, agregam, nas palavras, entoações valorativas⁴⁰ determinadas pela esfera social que ocupam e, dialogando com os valores da sociedade, expressam seu ponto de vista em relação a eles. Por isso, que “a palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultando num processo de interação na realidade viva” (STELLA, 2010, p. 178), porque a língua/linguagem sempre está em construção na dinâmica social.

Diante dessa constatação, procedemos à análise de algumas palavras, contextualizando as significações expressas por elas. Ressaltamos que a seleção dessas foi realizada em virtude de seus sentidos apresentarem-se conflituosos, quando entrecruzamos as vozes dos informantes e do discurso oficial. Inicialmente, porém, apresentamos a palavra e seu sentido dicionarizado, compreendendo-o como relativamente estável, para, na sequência, confrontá-lo com os sentidos externamente circulantes de acordo com as entoações valorativas no contexto da pesquisa. Pretendemos depreender os sentidos atribuídos a uma mesma palavra,

⁴⁰ Stella define as *entoações valorativas* como “[...] valores atribuídos e/ou agregados àquilo dito pelo locutor. Esses valores correspondem a uma avaliação da situação pelo locutor posicionado historicamente frente ao seu interlocutor” (STELLA, 2010, p. 178).

porém expressos por diferentes sujeitos.

4.3.1.1 “Paranazão”

Anterior à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, as comunidades que compreendem o território do município de Itaipulândia eram margeadas pelo Rio Paraná, “[do tupi = ‘semelhante ao mar’.]” (FERREIRA, A., 2009, p.1491). Após 1982, a imensidão e profundidade do “*Paranazão*”, como a população local denominava o Rio, fica submersa e obscurecida pelo Lago de Itaipu. Nas narrativas dos informantes, o “*Paranazão*” passa a ser denominado como um elemento do passado mesmo continuando a existir a 170 metros de profundidade. Isso ocorre porque o que muda é a relação com o Rio.

Após a construção de Itaipu, a população precisa se relacionar com o Lago que, para muitos, representou a submersão de uma promessa de futuro promissor. Assim, o mesmo Rio que, antes, pela abundância de peixes, era fonte de sobrevivência de muitas famílias por meio da pesca, não deixa de ter essa função no presente, mas agrega em si também alguns aspectos negativos. E é por meio da linguagem que esses aspectos são revelados. Conforme narrativas a seguir:

Quem conhecia esse Rio do jeito que ele era /.../ o Rio era um tacho de melado, fervia de fundo que era aquilo ali, a água suja /.../ (Informante 2).

O informante 2, ao falar sobre o Rio Paraná, remete-se ao passado com o uso do verbo “*era*”, apresentando, ao mesmo tempo, uma caracterização dele a partir de seu aspecto físico: “*fundo*” e com “*água suja*”. Ao dizer que “*fervia de fundo*” caracteriza as fortes correntezas do Rio, por isso o compara a um “*tacho de melado*”. Fica evidente o aspecto grandioso do Rio, aproximando as significações do informante ao sentido etimológico da palavra “Paraná: semelhante ao mar”. A forma de denominar o Rio acrescentando-lhe o aumentativo “*ão*”, também remete-se diretamente à sua grandiosidade.

Selecionamos também a narrativa do informante 6, que atribui ao Rio Paraná o sentido de provimento do sustento e sobrevivência de muitas famílias, por isso o

associa a algo divino.

Então a salvação naquela época era o Rio Paraná. Tinha o povo ali que vivia da pesca. Então aquilo ali era uma coisa abençoada por Deus (Informante 6).

O marcador temporal “*naquela época*” define o passado a que se refere o informante, no qual o Rio Paraná é caracterizado como a “*salvação*” de quem dependia da pesca para sobreviver. O Rio, antes referenciado como algo “*abençoado por Deus*”, fonte de sobrevivência, recebe uma conotação diferente quando se transforma em Lago.

4.3.1.2 Lago

A palavra Lago, em seu sentido dicionarizado significa:

LAGO: **S. m. 1.** Extensão de água cercada de terras. [...] **Lago de barragem:** lago formado em áreas onde as águas são represadas por aluviões pluviais, restingas, detritos de origem vulcânica e morainas [...] (FERREIRA, A., 2009, p. 1174).

No entanto, o dicionário não consegue apreender a dinamicidade dos sentidos, só possíveis de serem interpretados se analisados a partir do uso concreto da linguagem de falantes sócio-historicamente situados. Assim, para os informantes da pesquisa, o Lago é muito mais do que uma “*extensão de águas*”, conforme narrativas apresentadas na sequência:

/.../ então esse Lago eu vejo assim que pra nós aqui não sei /.../ a questão da droga assim aumento demais, demais, demais facilita muito o tráfico né. Facilita demais até. Então pra nós aqui é prejuízo, muito grande, muito grande /.../ (Informante 8).

Para a informante 8, o sentido de Lago está associado ao contrabando, à entrada de drogas no município em virtude da facilidade de acesso entre o Brasil e o Paraguai, enfatizando, no final da narrativa, que isso é um “*prejuízo muito grande*”. A mesma significação é apresentada pelo informante 3:

./.../ e olha ponha um ponto negativo tá aí o contrabando tá aí no Lago (Informante 3).

Além de relacionar a existência do Lago ao aumento da droga e do contrabando no município, foi recorrente nas narrativas associá-lo aos impactos negativos causados na agricultura, pois de acordo com um dos informantes:

Se não tivesse o Lago a região seria uma potência agrícola ./.../ Pra quem conheceu a agricultura, a colônia ali prejudicô (Informante 5).

Podemos perceber que as entoações valorativas, ou seja, as avaliações que os informantes expressam em suas narrativas a respeito do que o Lago representa em suas vidas, são realizadas a partir de suas identidades pessoais e sociais e a esfera social que representam. Os informantes interpretam a realidade vivenciada a partir de suas identidades de desapropriados, agricultores e pais de família, preocupados com os filhos em virtude da facilidade de acesso à droga.

Conforme já afirmamos, pela ubiquidade social da palavra, ela pode ser utilizada em diferentes contextos e em cada um deles adquirir um sentido diferente e até contraditório. Desse modo, situado em outra esfera social e ideológica, temos o discurso oficial do município, que constrói uma significação de Lago, no próprio Hino Municipal, atribuindo-lhe o sentido de herança: *“Aparecidinha D’ Oeste [...] de Itaipu herdeira do Lago/Novo sonho novo retrato [...]”*.

O Lago, concebido pelo município como herança, agrega em si os aspectos positivos proporcionados pelo alagamento. A significação do discurso oficial que mais se aproxima do que é expresso pelos informantes, encontramos registrado em uma das revistas do município, a qual enuncia:

Itaipulândia, terra de gente que faz!!! Que faz acontecer: a administração de recursos providos de sonhos que ficaram escondidos embaixo das águas de um Lago, que gera uma das maiores produções de energia do mundo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 2001-2004, p. 01).

O Lago, nesse contexto de produção, é representado como uma fonte de recursos, gerador de energia e, também, conforme explicitado pelos informantes, a submersão de sonhos. Esse discurso carrega em si a entoação valorativa da esfera

política, da qual provém, reproduzindo a ideologia estabelecida como oficial, que procura ocultar as contradições sociais e homogeneizar determinado posicionamento.

Na bandeira e no brasão, o Lago também representa a exploração turística, assim, ele é tanto uma fonte de recursos devido ao pagamento dos *royalties*, quanto pela sua exploração por meio da formação das praias artificiais criadas em toda a região lindeira como forma de alavancar o turismo nos municípios margeados pelo Lago de Itaipu.

No discurso oficial do município, de modo geral, o Lago está associado aos benefícios financeiros, conforme encontramos escrito em um folder produzido pela administração municipal de 1997 a 2000: “O Lago proporciona investimentos na área de lazer, navegação, hotelaria, arte, artesanato”. Enquanto para os informantes o Lago simboliza os prejuízos que tiveram no passado, com a perda das terras e, no presente, devido à facilidade do contrabando no município, para a administração municipal, o Lago é sinônimo de investimentos e lazer.

4.3.1.3 Alagamento

Nesse contexto, também podemos analisar a palavra alagamento, que de acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa significa: “1. Ato ou efeito de alagar(-se); alagação, enchente. 2. *Fig.* Ruína, destruição, arrasamento [...] (FERREIRA, A., 2009, p. 81)

Para os informantes da pesquisa, é o sentido figurado da palavra que é lembrado estando associado à destruição e perda do capital, conforme narrativa a seguir:

Só que assim, o Lago, o alagamento pra nós pra nossa família assim foi motivo de tristeza, foi motivo de muita tristeza sabe. E o meu pai no caso ali o capital assim que a gente tinha eu acho que se perdeu se perdeu bastante grande porcentagem se perdeu, né, porque jamais se pode recuperar uma terra boa igual nós tinha e a quantia nem pensar então (Informante 8).

A informante revela a tristeza e os prejuízos que o alagamento provocou na

vida pessoal e econômica da família, demonstrando que não conseguiram mais se estruturar porque, segundo ela: “/.../jamais se pode recuperar uma terra boa igual nós tinha e a quantia nem pensar então”.

Contrariamente, no discurso oficial, o alagamento é referenciado como um marco decisivo para a formação de Itaipulândia, conforme é narrado na história do município:

Aparecidinha D'Oeste (*sic*) só conseguiu se fortalecer e criar estrutura para emancipação político administrativa sediando o novo município após 1982 quando do alagamento provocado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 1997-2000, p. 01).

O alagamento, de acordo com o discurso oficial, diz respeito ao momento político que vivia o distrito de Aparecidinha do Oeste. Assim, se para os informantes foi a destruição, para Aparecidinha representou um recomeço de sua história, a possibilidade de emancipação, crescimento e desenvolvimento.

Fundamentando-nos em Miotello (2010) podemos entender esse processo, no qual em uma mesma palavra se manifestam sentidos antagônicos, na medida em que compreendermos que:

As palavras, nesse sentido, funcionam como agente e memória social, pois uma mesma palavra figura em contextos diversamente orientados. E, já que, por sua ubiquidade, se banham em todos os ambientes sociais, as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois frequentaram e se constituíram em todos os campos das relações e conflitos sociais” (MIOTELLO, 2010, p. 172).

A palavra alagamento é tecida por muitos fios ideológicos, apresentando sentidos contraditórios, pois no contexto do município ela também representa uma situação de conflito social, ou seja, o processo de desapropriação. O mesmo ocorre com os sentidos atribuídos aos *royalties*.

4.3.1.4 Royalties

O Lago e o alagamento geram recursos advindos da Binacional, ou seja, os *royalties*, definidos como a “importância cobrada pelo proprietário de uma patente de

produto, processo de produção, marca, etc., ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização (FERREIRA, A., 2009, p. 1777).

Esse sentido é ampliado no município de Itaipulândia, significando para os informantes da pesquisa, conforme pudemos verificar nas narrativas apresentadas ao longo do trabalho, principalmente na seção 4.3 que, ao se referirem aos *royalties*, questionam a aplicação desses recursos, alegando que deveriam ser direcionados para as pessoas diretamente atingidas pela desapropriação, além de elucidarem a situação política que vive o município em virtude desse dinheiro. Para demonstrar essas percepções e refrações selecionamos a narrativa do informante 2, o qual fala:

Uma parte de Itaipu representa que tá deixando triste pra gente é o que tá acontecendo dentro de Itaipulândia por causa dos royalties. Que que nós vimo de Itaipulândia HOJE? Uma cidade de Aparecidinha do Oeste?/.../ perseguição, morte, política tomô conta, dentro das igreja tá a política, dentro das escola tá a política, então eu vejo esse dinheiro de royalties/ o dinheiro faz bem, pra quem sabe usá o dinheiro. /.../ pra mim eu considero hoje esses royalties um inferno pra Itaipulândia. Porque eu acho que não deveria de ser assim. Porque a ganância do dinheiro hoje tomô conta com isso aí. (Informante 2).

Enquanto o discurso oficial propaga os sentidos da cidade como um paraíso em virtude da situação financeira, o informante atribui aos *royalties* o clima político tenso que vive o município nas disputas eleitorais, principalmente, por essa razão, os define como um “*inferno para Itaipulândia*”. Opondo-se à ideologia oficial, o informante expressa valores sociais, dentre os quais, que o dinheiro não traz felicidade e de que deve ser utilizado com responsabilidade. Assim, evidenciamos, conforme afirma Faraco que “[...] a refração é o modo como se inscrevem nos signos a diversidade e as contradições das experiências históricas dos grupos humanos” (FARACO, 2009, p. 52). Em outras palavras, a partir de suas experiências e vivências, o informante se posiciona e interpreta a condição econômica do município, em detrimento dos *royalties*, em seus aspectos negativos, o que não é partilhado pelas administrações municipais.

4.3.1.5 Reserva

Outra palavra que entra em confronto entre o discurso oficial e as narrativas,

passando a fazer parte da vivência dos informantes após a construção de Itaipu, é reserva. Em seu sentido dicionarizado reserva significa:

[de reservar] S. f. 1. Ato ou efeito de reservar (-se); reservação. 2. Aquilo que se reserva ou guarda para circunstâncias imprevistas; [...] 5. Árvore ainda em crescimento, que não se abate durante o desmatamento [...] (FERREIRA, A., 2009, p. 1742).

No contexto do município, o sentido de reserva também é ampliado e particularizado, tanto na linguagem dos informantes quanto do discurso oficial. A reserva se refere à faixa de proteção florestal em torno do Lago, de Guaíra a Foz do Iguaçu. Segundo dados da Binacional, da totalidade da área desapropriada, entre Guaíra e Foz do Iguaçu, 45% estão ocupados por matas nativas ou reflorestadas, destinadas a proteger o Lago de Itaipu. Os demais 55% estão submersos.

Ao se referir à reserva, os informantes, mais uma vez, a relacionam com os prejuízos, principalmente na agricultura:

Na realidade nós temos lindero de uma reserva. Essa reserva queira ou não queira ela atrapalha uns 15 ou 20 metro a nossa propriedade. Não contando o bicharedo que tem por ali e coisa. Mas disso nós não se assustamos. I TÁ VINDO ROYALTIES PRO MUNICÍPIO POR CAUSA dessa mata né. E nós plantamos essa mata. (Informante 3).

O informante se refere à reserva a partir do lugar social que ocupa, tendo como base também a sua identidade de agricultor desapropriado que contribuiu para a formação da mesma, plantando as árvores. Para ele, o sentido de reserva está relacionado à perda de áreas de terra em sua propriedade. Ao mesmo tempo, atribui para si a responsabilidade do pagamento dos *royalties* ao município, dando ênfase na frase: “*I TÁ VINDO ROYALTIES PRO MUNICÍPIO POR CAUSA dessa mata né. E nós plantamos essa mata*”. Implicitamente atribui para si mesmo a responsabilidade pela existência da reserva.

Contrariamente, no discurso oficial, principalmente nos símbolos municipais, a reserva é referenciada como uma das belezas naturais no município caracterizando-o como um lugar de muito verde:

Cidade de muito verde, onde se respira ar puro. O progresso que aqui chegou, chegou com consciência de que nosso planeta é único

e temos que cuidar dele (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 2001- 2004, p. 28).

O discurso oficial, ao referenciar a reserva com a presença e abundância das matas no município, a associa ao ar puro que se respira e dialoga também com valores sociais de preservação do meio ambiente, ao apresentar, no período seguinte, que o progresso que chegou ao município foi consciente. Nesse momento, o discurso oficial dialoga com outras vozes sociais, com outros discursos, posicionando-se como o lugar onde há consciência ambiental, reforçando que busca aliar o progresso, muitas vezes, responsável pela destruição das matas e poluição, à preservação ambiental, ao afirmar que: “O progresso que aqui chegou, chegou com consciência de que nosso planeta é único e temos que cuidar dele”.

O discurso oficial procura mostrar que dois elementos opostos: as matas e o progresso convivem de forma harmoniosa em Itaipulândia, constituindo a paisagem do município, o que o torna um lugar agradável de viver.

Nessa direção, também contextualizamos os sentidos de progresso.

4.3.1.6 Progresso

No signo progresso, também, “múltiplas verdades convergem” (FARACO, 2009), dependendo de quem o enuncia e da sua posição no contexto social. Fundamentando-nos em Ponzio (2008), constatamos que o signo progresso, assim como os demais signos:

[...] representa (e organiza) a realidade [...] a partir de um determinado ponto de vista valorativo, segundo uma determinada posição, por meio de um contexto situacional dado, por determinados parâmetros de valoração, determinado plano de ação e uma determinada perspectiva na práxis (PONZIO, 2008, p. 109).

Por isso, ao analisarmos a palavra progresso, a partir do ponto de vista valorativo dos informantes e do discurso oficial, temos que considerar que esses elaboram seus discursos posicionados em esferas sociais e ideológicas opostas. Enquanto os primeiros representam uma ideologia não institucionalizada, situada na

esfera da vida cotidiana, os segundos são representantes da ideologia oficial.

Em seu sentido relativamente estável, descolado de uma situação concreta de uso, o progresso é definido como:

[Do lat. Progressu.] s. m. 1. Ato ou efeito de progredir; progredimento, progressão. 2. Movimento ou marcha para diante; avanço [...] 3. O conjunto das mudanças ocorridas no curso do tempo; evolução. 4. Desenvolvimento ou alteração em sentido favorável; avanço, melhoria. 5. Acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos objetivos capazes de transformar a vida social e de conferir-lhe maior significação e alcance no contexto da experiência humana; civilização desenvolvimento [...] 6. Expansão, propagação [...] (FERREIRA, A., 2009, p. 1638).

No discurso oficial das administrações municipais de Itaipulândia, a referência ao progresso é constante, conforme já exposto na subseção 4.2.1. A seguir, selecionamos um fragmento de um texto publicado em uma revista do município, a fim de demonstrarmos o que o discurso oficial entende por progresso:

O município respira progresso, são ruas sendo asfaltadas, ajardinamento, pavimentação poliédrica, rede de água, iluminação pública, galerias de água pluviais, reservatórios de água nas comunidades, enfim aqui a cada dia há uma mudança, uma transformação. Tudo pensando na qualidade de vida de sua gente, tanto da cidade como do interior (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, 2001- 2004, p. 02).

No discurso oficial, o sentido de progresso está ligado à ideia de mudança e transformação, conforme também é definido por seu sentido dicionarizado. No entanto, devemos ir além, e atrelar o progresso propalado pela administração municipal do ano de 2003, ao contexto histórico vivido pelo município. Os anos de 2001, 2002 e 2003 foram os anos, desde o início do pagamento dos royalties, de maior arrecadação do município. Segundo cálculos do setor de finanças da prefeitura municipal, a arrecadação de Itaipulândia no ano de 2003 foi o correspondente a R\$ 54.791.822,00 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e noventa e um mil e oitocentos e vinte e dois reais), sendo a maior parte de *royalties*, tendo o município, neste período, uma população estimada de 7.580 habitantes.

Com essa arrecadação, foi um período de “grandes obras”, o que justifica a afirmação de que “o município respira progresso”. Sob esse aspecto, para o discurso oficial, progresso é sinônimo de obras.

Por outro lado, apesar de os informantes partilharem em alguns momentos, em suas narrativas, desse mesmo sentido de progresso, principalmente quando se posicionam a partir de suas identidades de munícipes, ao avaliarem a situação na qual se encontram no presente, a partir de suas identidades de agricultores desapropriados, relacionam o progresso à fertilidade da terra submersa, conforme expressa o informante 12, ao falar em como acredita que estaria sua vida se não tivesse ocorrido a desapropriação:

Olha:: eu calculo que:: que a gente tinha:: bem mais progresso, né porque na época com aquela terra lá era tudo terra de primera, né /.../ (Informante 12).

Para o informante, o progresso não está, apenas, nas obras, na pavimentação poliédrica, apesar de usufruir desses benefícios, mas acima de tudo, relaciona-se ao seu trabalho na agricultura.

A partir das análises dessas palavras, verificamos o que é afirmado por Miotello que “vozes diversas ecoam nos signos e neles coexistem contradições ideológico-sociais” (MIOTELLO, 2010, p. 172). Enquanto para os informantes o Lago/alagamento, os *royalties*, a *reserva de Itaipu* que margeia toda a extensão do Lago representam os prejuízos que tiveram com a desapropriação, para o discurso oficial, os sentidos atribuídos a esses elementos são contrários. A divergência de sentidos ocorre porque os sujeitos estão situados em campos ideológicos distintos. De um lado, a ideologia oficial situada na esfera político-ideológica do município, do outro, a ideologia do cotidiano, ou seja, as representações feitas pelos informantes diante do contexto por eles vivenciado.

Desse modo, verificamos que “o material semiótico pode ser o mesmo, mas sua significação no ato social concreto de enunciação, dependendo da voz social em que está ancorado, será diferente” (FARACO, 2009, p. 52). Watthier também afirma que:

[...] a linguagem, constituída por signos ideológicos, representa e (re)constitui posicionamentos sociais e experiências humanas. Não pode ser reduzida à língua abstrata ou a um mero conjunto de signos formais. É a responsável pela interação verbal e cultural, por meio da qual trocamos ideias sobre o mundo enquanto construímos o nosso conhecimento” (WATTHIER, 2010, p. 17).

O discurso, analisado sob o ponto de vista sócio-histórico e contextual, assume um caráter dialógico e ideológico, na medida em que manifesta as posições e percepções de mundo dos sujeitos que o proferem, o que nos possibilita compreender, no contexto da pesquisa, como um mesmo material verbal carrega diferentes significações de acordo com quem os enuncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa nos propomos a responder quais foram ou são as implicações da construção da Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento na constituição das identidades no município de Itaipulândia e como essas identidades são reveladas, por meio da linguagem, pelos sujeitos que vivenciaram o processo de desapropriação de Itaipu e pelas administrações municipais. Responder esses questionamentos nos exigiu adotar uma metodologia de trabalho com uma abordagem interdisciplinar a partir dos aportes teóricos da Sociolinguística, da Educação, das Ciências Sociais e da História, com enfoque na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, para dar suporte a nossa entrada em campo e na relação com os sujeitos pesquisados.

Essa metodologia de trabalho nos proporcionou compreender os significados construídos pelos sujeitos às suas ações, a partir das suas vivências sociais e o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos.

Com base na concepção de que as condições históricas e sociais em que se vive afetam e constituem as identidades, estudamos o contexto sócio-histórico do município de Itaipulândia, apresentado no segundo capítulo, o qual forneceu subsídios para entender como ocorreu o processo de colonização da região, quem são os sujeitos envolvidos na pesquisa e como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, por conseguinte, o alagamento de grande parte do território de Itaipulândia afetou sua constituição econômica e geográfica, bem como a vida das pessoas que foram atingidas, direta ou indiretamente pelo processo de desapropriação.

Verificamos que a colonização do município de Itaipulândia, assim como de todo o oeste paranaense, ocorreu por meio de um processo de seletividade, que privilegiou descendentes de alemães e italianos provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande no Sul, denominados, pela sua procedência, de sulistas. Desse modo, os informantes desta pesquisa, se enquadram na categoria de colonizadores sulistas, pois se mudaram para as diferentes comunidades que, atualmente, compõem o município de Itaipulândia, entre as décadas de 1960 e início

de 1970, quando estava ocorrendo a colonização da região e a formação das comunidades.

A construção da Hidrelétrica iniciada em meados de 1975 e a notícia das desapropriações geraram movimentos de contestação e resistência, pois, nesse período, os moradores, em sua maioria agricultores, já estavam estruturados, com as terras destocadas e começando a colher os frutos de seu trabalho.

Constatamos que a construção da Hidrelétrica se configura como um marco divisório tanto na história de emancipação do município de Itaipulândia e na forma como o discurso oficial procura construir sua identidade, quanto na história de vida dos informantes desta pesquisa. Assim, sobre esse fato, convergem sentidos antagônicos.

O embasamento teórico sobre linguagem e identidade nos proporcionou a compreensão de que a constituição das identidades ocorre “na” e “pela” linguagem, através de sistemas simbólicos e práticas de representação que o sujeito faz de si, do outro e do mundo que o cerca. As identidades são construções sociais, relacionais, marcadas por processos de diferenciação entre “eu” e o “outro”, onde atuam o poder e as práticas de representações. Sob essa perspectiva, as identidades são reveladas e negociadas via linguagem, o que justifica o estudo das narrativas produzidas na situação de pesquisa, bem como do discurso oficial do município.

Para responder as perguntas de pesquisa, bem como atingir os objetivos específicos desta dissertação, nas análises, procuramos relacionar o contexto sócio-histórico e as narrativas dos informantes em relação às suas vivências anteriores e posteriores à desapropriação territorial, e o discurso oficial do município, à luz do embasamento teórico.

Em relação à forma como os informantes constroem suas identidades e se posicionam diante do contexto sociocultural no qual interagem *antes* da construção da Hidrelétrica de Itaipu e do alagamento de suas propriedades, verificamos que suas narrativas no presente, em relação às vivências passadas, revelam que procuram construir suas identidades a partir da figura do agricultor colonizador sulista, o que influencia na construção de suas identidades pessoais e sociais de membros da comunidade. Na reconstrução da imagem de si, buscam uma unidade identitária, porém suas narrativas revelam justamente suas múltiplas identidades.

Ao construírem uma imagem de si, na figura do agricultor colonizador sulista, a fim de estabelecer um vínculo com a propriedade, marcam suas identidades por meio de processos de diferenciação em relação aos demais moradores das comunidades, os quais, pela sua procedência eram denominados de nortistas. Nesse momento, ocorre a produção de suas identidades por meio da exclusão dos “outros” (nortistas) tendo por base uma relação de poder instituída entre eles, ou seja, de proprietários e não proprietários de terras.

A vivência em comunidade, o sentimento de pertencimento a uma coletividade que, mesmo que aparentemente, comungava dos mesmos ideais, é outro aspecto que se mostrou muito forte nas narrativas sobre a vida em comunidade anterior à desapropriação.

A partir do ponto de vista dos informantes, a construção da Itaipu e o alagamento de suas propriedades representaram a submersão da promessa de um futuro promissor. Assim, ao falar sobre a forma como a notícia da construção da Usina foi recebida e os movimentos de resistência e negociação com a Binacional, constroem para si e para o grupo uma identidade territorial de resistência (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009) tendo o território como fonte de referência para a luta. Nesse contexto, evidenciamos produções essencialistas de suas identidades como forma de legitimar as reivindicações do grupo de desapropriados.

No processo de reivindicação de seus direitos e disputa de poder com a Itaipu, ocorria, no contexto das desapropriações, a produção discursiva sobre quem era o sujeito desapropriado. Uma das ações do movimento de resistência foi a formulação do documento “O Mausoléu do Faraó”, o qual expunha quem eram esses sujeitos sendo desapropriados, suas angústias e percepções daquele momento que estavam vivendo. Verificamos que o documento se prestou a uma construção essencialista de suas identidades com base na história do grupo cultural e em suas características biológicas de migrantes descendentes de europeus como forma de autenticação (WOODWARD, 2011) do grupo.

Em relação aos posicionamentos e construções identitárias após a construção da Hidrelétrica de Itaipu até os dias atuais, constatamos que vivemos em uma época em que as identidades são concebidas como múltiplas, o que gera conflitos identitários. No entanto, esses conflitos se manifestaram mais claramente nas narrativas que versam sobre a vivência posterior à desapropriação.

O processo de desapropriação provocou nos informantes, dos quais 10 eram e ainda são agricultores, um conflito identitário em relação às suas identidades de agricultores, devido à perda das propriedades, além disso, ocorre um desencontro sobre o papel que ocupam na sociedade. Também percebemos que essa crise afetou suas identidades pessoais de pais de família que não conseguiram deixar como herança para os filhos, áreas de terra.

Diante do conflito identitário vivido por eles, suas narrativas também revelam contradições em relação aos posicionamentos diante do contexto atual no qual vivem, pois não negam que a Itaipu trouxe benefícios para a formação do município, porém, ao mesmo tempo, questionam a realidade que se instaurou em Itaipulândia, “pós-Itaipu”. Com base no arcabouço teórico apresentado, compreendemos que essas contradições ocorrem porque os informantes estão se posicionando a partir de diferentes identidades, as quais podem se apresentar contraditórias. Assim, jogam “o jogo das identidades” (HALL, 2005), ou seja, quando falam a partir de suas identidades de munícipes, que usufruem dos benefícios da Itaipu, ressaltam os pontos positivos da construção da Usina em relação ao município de Itaipulândia. Por outro lado, quando falam a partir de suas identidades de desapropriados, contestam o presente.

Também há a produção da identidade dos informantes por meio da marcação da diferença. Em outras palavras, em virtude de terem passado pelo processo de desapropriação buscam diferenciar-se dos demais moradores do município, reivindicando para si, a partir da identidade de colonizadores e agricultores desapropriados, um maior reconhecimento pelas suas atividades passadas, bem como maiores direitos sobre os *royalties* pagos pela Binacional e o reconhecimento social da condição de desapropriado.

Em relação ao discurso oficial das administrações municipais de Itaipulândia, constatamos, por meio da análise dos *slogans* e da linguagem presente em revistas e folders distribuídos pela prefeitura, que a Itaipu atua como uma espécie de “mito fundador” da formação do município, o qual se intitula “cidade da pedra que canta”, ou seja, cidade da Itaipu. O discurso oficial busca construir uma identidade unitária para o município e seus cidadãos, expressa também nos símbolos municipais.

O município projeta-se como o lugar do desenvolvimento e do progresso em virtude da Itaipu, abordando, em sua história, apenas os aspectos positivos que ela representou para a vila de Aparecidinha. Desse modo, sua identidade é construída

em relação à grandiosidade da obra da Binacional, ocultando de sua história os conflitos e tensões vividos pelos sujeitos que passaram pela desapropriação. A construção de Itaipu só é lembrada, no discurso e história oficial, como a mola propulsora para a emancipação de Itaipulândia e fonte de sua riqueza no presente, construindo-se uma identidade congelada ao espírito progressista, que cidade procura fixar para sua população.

Diante da diversidade de opiniões e contradições presentes nas narrativas dos informantes, que ora partilham do discurso oficial e ora o contestam, buscamos subsídios teóricos nos estudos de Bakhtin/Volochínov (2006). Desse modo, ao fazermos o entrecruzamento das vozes, situamos as narrativas dos informantes e o discurso oficial em esferas sociais ideológicas diferentes. Enquanto as narrativas situam-se na esfera do cotidiano, o discurso oficial situa-se na esfera ideológica e política formalizada ou oficial, a qual tem justamente a função de produzir uma concepção única de mundo, ocultando as contradições. Esse entendimento também nos possibilitou compreender por que algumas palavras que passaram a caracterizar a linguagem no município carregam índices sociais de valor contraditórios. Confirmamos com isso, que os conflitos sociais refletem-se na língua/linguagem.

As análises reiteram a intrínseca relação entre a linguagem e a (re)construção das identidades confirmando também a importância das narrativas, pois é no ato de narrar que nossas múltiplas identidades emergem. Destacamos também que a forma como organizamos as subseções de acordo com a linearidade dos acontecimentos, *antes* e *depois* da construção de Itaipu e o processo de desapropriação vivido pelos informantes, nos possibilitou verificar tanto o papel das narrativas na leitura das identidades quanto como as vivências e experiências sociais as afetam e constituem.

Com esta pesquisa esperamos trazer contribuições às discussões que se referem aos diferentes processos que atuam na produção das identidades e à forma como elas são constantemente negociadas, assim como algumas reflexões do quanto a construção de Itaipu e a formação do Lago de Itaipu, influenciaram e continuam influenciando na construção e reconstrução da identidade individual e coletiva no município de Itaipulândia. Procuramos também dar visibilidade e voz aos sujeitos pesquisados, os quais tiveram a oportunidade de contar a sua versão da história e posicionar-se diante do que aconteceu repensando suas próprias histórias de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

AUSTIN, John Langsahw. **Como hacer cosas con palabras**. Barcelona: Paidós, 1998.

BAKHTIN, Mikail. **A estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail/ VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud; Yara Franteschi Vieira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAMBERG, Michael. Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e o processo de construção da identidade aos 15 anos. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto et al. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BRENNAM, Timoty. The national longing for form. In: BHABHA, Homi (Org.). **Narrating the Nation**. Londres: Routledge, 1990.

BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrative: problems and promises of and alternative paradigm. **Research in Language and Social Interaction**, 30 (4), 1977, p. 263-283.

BURITY, Joanildo (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOPES LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTZGE, Clóvis Alencar. **Linguagem e identidade de pescadores do Lago de Itaipu**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2006. Dissertação de Mestrado.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAVALCANTI, Helenilda. *O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo*. In: BURITY, Joanildo (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. 6. ed. Campinas, SP: Papiрус, 2010.

CEZAREO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

COIMBRA, Alda Maria. *Histórias contadas em sala de aula: a construção da identidade social de gênero da mulher*. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

DAMKE, Ciro. Linguagem e Ideologia. In: **Letras & Letras**, Cascavel, n. 1, p. 19-25, 1992.

DAMKE, Ciro. Variação linguística e a construção do sujeito. In: **JELL Jornada de Estudos Linguísticos e Literários**. Marechal Cândido Rondon – PR, Escala, 1998.

DEALTRY, Giovanna Ferreira. Memória e esquecimento como formas de construção do imaginário da nação. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Campinas: Papirus, 1991.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic anthropology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

ERICKSON, Frederic. Métodos cualitativos de investigación. In: **La investigación de la enseñanza, II**. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 1989.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Curitiba: Memória Brasileira, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática. 2007.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina-PR. Ano 45, nº 12.294, 27 de Dezembro de 1992.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. **Almanaque 5: Cadernos de Literatura e ensaio**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

GARCEZ, Pedro M.; RIBEIRO, Branca Telles (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GEERTZ. Clifford, **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Edufba, 2003.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná**. Cascavel, PR: Unioeste, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Linguagem e processos de identificação. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Identidade Cultural e Linguagem**. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. Tradução de José Luiz Meurer e Viviane Heberle. In: GARCEZ, Pedro M.; RIBEIRO, Branca Telles (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. In: *GEOgraphia*53 vol 3 n.5, 2009. In: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/53/51>. acesso em 11/07/2011.

HALL, Stuart. "Minimal selves", in The Real Me: **Modernism and the Question of Identity**. Londres, ICA Documents, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARRÉ, Rom; VAN LANGENHOVE, Luk. Introducing positioning theory. In: HARRÉ, Rom e VAN LANGENHOVE, Luk (Orgs.). **Positioning theory: moral contexts of intentional action**. Oxford: Blackwell, 1999.

HOLSTI, Ole. R. **Content Analysis for thr Social Sciences and Humanities**. Reading, Mass., Addison-Wesley, 1969.

HOLLWAY, Wendy. Gender difference and the production of subjectivity. In: HENRIQUES, Julian. *et al.* **Changing the subject: psychology, social regulation and subjectivity**. Londres: Methuen, 1984.

HORA, Dermeval. Teoria da variação: trajetória de uma proposta. In: HORA, Dermeval (Org.). **Estudos linguísticos**: perfil de uma comunidade. João Pessoa: UFPB/BC, 2004.

LABOV, Willian. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, Willian; WALETZKY, Joshua. "Narrative analysis: oral versions of personal experience". In: HELM, J. (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle, 1967.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de Pioneiros e Forasteiros**: Outras histórias do Oeste do Paraná. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Dissertação de Mestrado.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu**: as faces de um mega projeto de desenvolvimento. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006.

LIMA, Amauri de. **Identidade, memória, oralidade e escrita em Narradores de Javé**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009. Dissertação de Mestrado.

LOCALIZAÇÃO DE ITAIPULÂNDIA NO PARANÁ. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Parana_Municipio_Itaipulandia.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municipio_Itaipulandia.svg). Acesso em: 15 de jan. de 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Discursos de identidade**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista, e análise documental. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisas em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARSIGLIA, Regina Maria. O Projeto de pesquisa em Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 5. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MAZZAROLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama, social e holocausto em Itaipu**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Tradução Bebel Orofino Schaefer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MELIÁ, Bartolomeu. Identidad en movimiento sustituciones y transformaciones. In: **Simpósio Nacional de Ciências Humanas** (1.: 2006; Marechal Cândido Rondon – PR) Cascavel: Scussiatto, 2006, p. 6 a 8.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MERCER, Kobena. Welcome to the jungle: identity and diversity in postmodern politics. In: RUTHERFORD, Jonathan. **Identity. Community, culture and difference**. Londres: Winshaart e Winston, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: contexto, 2010.

MISHLER, Elliot. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOURA, Antônio Carlos. **O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná**. Comissão Pastoral da Terra- CPT: 1978.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O desejo de cidade e seu discurso fundante: cidadania e pacto político-territorial no Rio de Janeiro. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

PHILLIPS, Bernard. S. **Pesquisa social**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. São Paulo: Contexto, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Revista**: Itaipulândia: Cidade União e Trabalho Gestão 1993-1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Revista**: Itaipulândia: Município Progresso. Gestão 1997-2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Folder**: Itaipulândia: Cidade da Pedra que Canta. Gestão 1997-2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Revista**: Itaipulândia: Terra de Gente que faz! Gestão 2001-2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Folder**: Itaipulândia: Terra de Gente que faz! Gestão 2001-2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Itaipulândia**: uma fonte de talentos! Gestão 2005-2008. Publicação em CD ROM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Folder**: Itaipulândia: Terra de Gente que faz! Gestão 2001-2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores et. al. **Pesquisa Social: método e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLLEMBERG, Ana Tereza Vieira Machado. Histórias de vida de duas professoras: narrativas como instrumento de construção da identidade profissional. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

RUTHERFORD, Jonathan (Org.). **Identify: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

SCARPATO, Rodison; BÖHM, Iria Bruch. **Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição do autor, 2006.

SCHENATO, Vilson Cesar. Expropriação, des-territorialização e construção de identidades rurais no Oeste do Paraná – BR. In: **VIII Congresso latinoamericano de sociologia rural**. Porto de Galinhas, PE, 2010.

SCRUTON, Roger. Authority and allegiance. In: DONALD, James; HALL, Stuart (Orgs.). **Politics and Ideology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Preliminar do censo demográfico: IX recenseamento geral do Brasil – 1980**. Vol. 1, tomo 1, nº 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital_publicações_multiplio.php. Acesso em 13 jan. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, João Carlos. Ocupações em áreas urbanas em São Paulo: Trajetórias de Vida: Linguagens e Representações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 35 vol. 18, 1998 p. 361-373. Disponível em: link.periodicos.capes.gov.br. Acesso em: 17 de out. de 2012.

SPRADLEY, James. **The ethnographic interview**. Nova York, Prentice Hall, 1979.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. 2. ed. Londrina: Editora UEL, 2008.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: contexto, 2010.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

TEIS, Denize Terezinha. **A (re)construção da identidade do aluno brasiguai**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Dissertação de Mestrado.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VON BORSTEL, Clarice Nadir. Plurietnias: situações enunciativas sócio culturais e pragmáticas. In: **Signum: estudos da linguagem**, n. 6/2, p. 55-80. Londrina, dez: 2003.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

WATTHIER, Luciane. **Revisitando histórias guardadas no tempo: um olhar bakhtiniano para o gênero discursivo carta de amor**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010. Dissertação de Mestrado.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná: Primórdios da Colonização Moderna da Região de Itaipu**. Curitiba: SBPH- PR, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro das entrevistas.....	213
Apêndice B - TCLE.....	214

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

DADOS PESSOAIS:

1. Nome:
2. Idade:
3. Local e data de nascimento:
4. Estado Civil:
5. Onde morava antes de ser indenizado pela Itaipu?
6. Onde mora atualmente?
7. Qual a sua profissão?
8. Área de terra que possuía: área de terra desapropriada: área de terra atual:

DADOS SOCIOCULTURAIS:

1. Conte como era sua vida no lugar em que morava antes de ser desapropriado: como era o lugar onde morava, as pessoas, o que fazia, como era organizada a comunidade, etc.
2. De que forma o senhor (a) e sua família foram afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu? Conte como ocorreu a desapropriação da sua família por parte de Itaipu.
3. Em que período o senhor (a) e sua família ficaram sabendo que seriam desapropriados? Como essa notícia foi recebida? O que passou pela sua cabeça nesse momento?
4. Depois da indenização/desapropriação sua vida mudou muito? Conte como era antes e como é agora.
5. Como era essa região (Aparecidinha, Itacorá...) antes da construção de Itaipu e do alagamento?
6. Como ficou, o que aconteceu com Aparecidinha logo após o alagamento e a construção de Itaipu?
7. Como as pessoas que foram atingidas pela construção da Usina de Itaipu (com as quais o senhor tinha contato), viam o que estava ocorrendo com elas, aquela situação de desapropriação, de que forma reagiam, o que falavam...?
8. O senhor (a) participou de forma ativa de algum movimento questionando as desapropriações? Como era a sua participação? E se não participou, por que não? O que motivou o senhor (a) a participar? Valeu a pena?
9. Qual a sua opinião sobre a maneira como ocorreram as desapropriações?
10. Como você acha que estaria sua vida hoje, se não tivesse sido desapropriado?
11. E como o senhor(a) acha que estaria hoje Aparecidinha do Oeste, Itacorá se não tivesse acontecido a construção da Hidrelétrica?
12. Conte um fato que foi marcante para você e/ou sua família relacionado ao contexto da formação do Lago de Itaipu e as desapropriações.
13. Nesse processo de mudança, o senhor (a) perdeu o contato com familiares, amigos? O que isso significou/significa para o senhor (a)?
14. O que a Itaipu representou para o senhor (a) na época da desapropriação e o que representa hoje?
15. Na sua opinião, o que a Itaipu e o Lago representam para o município de Itaipulândia?
16. Quais os aspectos positivos e negativos (benefícios ou malefícios) que a construção da Hidrelétrica/ Itaipu trouxe para a sua família?
17. Quais os aspectos positivos e negativos que a construção da Hidrelétrica/Itaipu trouxe para Itaipulândia e para a região?
18. Do que o senhor(a) mais sente saudade daquele tempo?

APÊNDICE B - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Aspectos linguísticos, socioculturais e identitários em Itaipulândia com relação à construção de Itaipu

Pesquisador responsável: Professor Doutor Ciro Damke

Pesquisadora colaboradora: Fabiane Moser

Convidamos o(a) Sr.(a) a participar de nosso projeto que tem o objetivo de pesquisar como a construção da Hidrelétrica de Itaipu e o alagamento interferiram na língua (gem) e na vida das pessoas que moram no município de Itaipulândia e foram indenizados.

Para isso será realizado o seguinte tratamento à sua pessoa: entrevista individual, pois entendemos que neste tipo de entrevista o (a) Sr.(a) terá a liberdade de expor sua opinião, podendo falar o que considerar adequado respeitando-se, sempre, a sua opinião pessoal.

As entrevistas serão gravadas e depois reproduzidas. Nos comprometemos com o sigilo de todas as informações e asseguramos que sua identidade será preservada.

Durante a execução do projeto os riscos serão mínimos, visto que adotaremos as medidas necessárias para manter o sigilo e as providências para que nada possa identificá-lo.

Quanto ao local para a realização da entrevista será de acordo com sua disponibilidade e escolhido pelo Sr. (a), podendo também ser na própria casa, se assim o desejar, ou em outro local a ser escolhido de acordo com sua preferência, com a presença unicamente do Sr.(a) e da entrevistadora. Se for de sua vontade a entrevista poderá ter a presença de algum membro de sua família ou outra pessoa, indicada pelo Sr. (a) se assim o desejar. Se também for de sua vontade que a entrevista seja em local diferente, e se para isso necessita de transporte, as despesas serão pagas pela pesquisadora colaboradora, não havendo, portanto, nenhuma despesa para o Sr. (a).

A entrevista poderá ainda ser interrompida a qualquer momento, se assim desejar, bem como terá a liberdade de não mais participar da presente pesquisa. Caso necessite, durante a entrevista, de auxílio médico, nos colocamos à disposição para levá-lo ao hospital ou ao pronto socorro mais próximo.

Informamos também que o Sr. (a) não receberá pagamento e também não terá custos para participar desta pesquisa. As informações obtidas, resultantes desta pesquisa, somente serão usadas para a realização da Dissertação de Mestrado e publicações ou em apresentação em eventos científicos, sendo suas identidades preservadas uma vez que adotaremos, na análise da transcrição dos dados, siglas e não o nome dos participantes.

A pesquisadora compromete-se a esclarecer quaisquer dúvidas e a reparar danos ou prover meios para a reparação, se estes surgirem. A qualquer momento o Sr. (a) poderá solicitar informações ou esclarecimentos sobre sua participação ou sobre esta pesquisa diretamente ao pesquisador responsável – Professor Doutor Ciro Damke - pelo telefone celular 45-9972-0728 e a pesquisadora colaboradora – Fabiane Moser - pelo telefone celular (45) 9924-0171, ou ainda ao Comitê de Ética

em Pesquisa da UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo telefone (45) 3230-3272.

Este Termo consta de duas vias, sendo uma para o participante da pesquisa e outra ficará com os pesquisadores.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto .

Nome do sujeito: _____

Assinatura: _____

Itaipulândia-PR, ____/____/____.

Nome do responsável: _____

Assinatura: _____

Nós, Professor Doutor Ciro Damke, pesquisador responsável e Fabiane Moser, pesquisadora colaboradora, declaramos que fornecemos todas as informações referentes à pesquisa ao participante e/ou responsável.

Professor Doutor Ciro Damke
Pesquisador responsável
Professor Orientador da Dissertação
Mestrado em Letras
Tel: (45) 9972-0728

Fabiane Moser
Pesquisadora colaboradora
Mestranda em Letras
Tel: (45) 9924-0171

ANEXOS

ANEXO 01 - Parecer nº 364/2011.....	217
--	------------

ANEXO 01- PARECER nº 364/2011


unioeste
 Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

UNIOESTE - Protocolo
 do Campus de Cascavel
 Fls. Nº 58
 Rubrica



Aprovado na
 CONEP em 04/08/2000

PARECER 364/2011-CEP

Projeto de Dissertação, pesquisador responsável: **Ciro Damke** do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras Campus de Marechal Cândido Rondon.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná analisou em sessão ordinária do dia 29/09/2011, Ata 008/2011 - CEP, o processo CR nº 1282/2011, referente ao projeto intitulado "Aspectos Linguísticos, socioculturais e indentitários em Itaipulândia com relação à construção de Itaipu.".

Período da vigência: Dezembro de 2011 a Dezembro de 2012.

Assim, em conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde. Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 29 de Setembro de 2011


ANELINE MARIA RUEDELL

Coordenadora do CEP/Unioeste